



**NOVA**FCSH

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

---

**A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Portimão) –  
História, Arqueologia e Arquitetura nas Estratégias  
Defensivas da Costa Algarvia**

**Bruna Ramalho Galamba**

**Dissertação de Mestrado em Arqueologia  
(Versão Corrigida e Melhorada após Defesa Pública)**

**Outubro 2022**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Leonor Medeiros, Professora Auxiliar do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e sob a orientação científica do Sr. Coronel José Berger, Chefe do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar e Sub-Diretor da Direção de Infraestruturas do Exército.

Declaro que esta dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A Candidata,

---

(Bruna Ramalho Galamba)

Lisboa, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

Declaro que esta dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A Orientadora,

---

(Leonor Amarílis Plácido de Medeiros)

Lisboa, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

O Orientador,

---

(Coronel José Paulo Ribeiro Berger)

Lisboa, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

*À minha família.*

*Aos meus amigos.*

*Ao meu amor.*

*Amo-vos mais do que consigo expressar.*

## Agradecimentos

Não consigo imaginar nada mais difícil de escrever do que agradecimentos (sim, até mais difícil do que escrever esta dissertação), pois não sei por quem começar nem encontrar palavras suficientes para expressar a minha gratidão.

Aos meus orientadores, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leonor Medeiros e Sr. Coronel José Berger, pessoas por quem tenho um enorme apreço e respeito. Obrigada por todo o tempo disponibilizado para falarem comigo, esclarecer dúvidas (da dissertação e existenciais) e por partilharem a vossa sabedoria comigo. Não existe uma quantidade de palavras que consiga exprimir a minha gratidão.

A todas as entidades que me ajudaram e providenciaram informações. Não sei como poderia ter preenchido lacunas de informação e raciocínio se não fosse pelo vosso apoio. Obrigada, em especial ao Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Arquivo Histórico Militar, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Guarda Nacional Republicana, Museu da Cidade de Lisboa, Câmara Municipal de Portimão e Museu Municipal de Portimão, Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca de Arqueologia, Biblioteca Nacional do Brasil, Direção Regional de Cultura do Algarve, Administração dos Portos de Sines e do Algarve, ao 3D Modelling Studio e ao Centro Português de Geo-História e Pré-História, na pessoa do Professor Doutor Silvério Figueiredo pelo auxílio na classificação dos elementos pétreos do local em estudo. Um agradecimento do fundo do coração a todas as pessoas que tão carinhosamente me acolheram (e acolhem) e me ajudaram nestas instituições.

Um grande obrigada ao Dr. Fernando Pessanha do Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes de Vila Real de Santo António. Sem a sua ajuda, acredito que teria algumas falhas por preencher neste estudo.

A todos os professores que me ensinaram. É impossível enumerar todos. No ensino secundário fizeram-me apaixonar pelas temáticas da História e ainda me davam alguns vislumbres de arqueologia. A todos os professores da NOVA FCSH que tanto conhecimento transmitiram e tanto lutaram para os alunos serem a sua melhor versão.

À família que a arqueologia me deu. Não os posso considerar colegas de curso. Só os posso considerar meus irmãos. Ao Rodrigo, à Rita, à Cláudia, ao Paulo, à Jéssica, ao Daniel, ao Ricardo, à Telma, ao Miguel, ao Zé, ao Chico e ao Kevin. Guardo com o maior carinho cada prenda que me deram, cada memória que proporcionaram. Desde os

almoços na faculdade, ao apoio nos momentos mais stressantes da vida académica, ao dia em que deitados sob as estrelas em Vila Nova de Foz Côa sabíamos que a nossa união era duradoura. À Catarina Quinteira e à Carla Silva. Considero-vos como família.

À minha família de sangue e família escolhida desde infância. Deixar o mais difícil para último.

Aos meus pais. A mulher da minha vida e o homem da minha vida. Não sei o que dizer, nem como agradecer todos os vossos sacrifícios por mim, a vossa filha mais nova. Sei que nem sempre fui uma pessoa fácil e amorosa. Nos piores momentos fui mázinha, e não há nada que me arrependa mais. Amo-vos mais do que consigo expressar e demonstrar e agradeço-vos do fundo do coração cada sacrifício. Porque custou...

Às minhas irmãs Cátia e Sandra. Obrigada por cada momento de diversão e de apoio. Nem sempre estive bem-humorada ou com paciência, mas amo-vos. Aos meus sobrinhos. A minha Bianca e o meu Lucas. Alegram os meus dias... Obrigada ao meu cunhado Miguel, que muitos dias me fez rir.

À minha melhor amiga, desde os nossos cinco anos. Ângela, obrigada por tudo, todos os momentos, todo o apoio. O futuro sorri-te. És e vais ser sempre fantástica! Este ano fazemos vinte anos juntas! O tempo voa.

Às minhas amigas de infância e adolescência. À Marta, Inês e Milene. Cada momento convosco é cheio de riso e diversão, mas também de ajuda, apoio e superação. Sei que vocês são para a vida toda.

Em último, mas não menos importante. Ao amor da minha vida... obrigada.

A seguinte dissertação encontra-se redigida em conformidade com o novo acordo ortográfico da língua portuguesa (1990), que vigora em Portugal desde 2009. No entanto, instituições e publicações até à data em vigor não foram submetidas ao acordo, de forma a manter a sua originalidade.

De igual forma, a dissertação encontra-se citada e referenciada em concordância com a norma portuguesa (NP 405).

# **A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Portimão) – História, Arqueologia e Arquitetura nas Estratégias Defensivas da Costa Algarvia**

**Bruna Ramalho Galamba**

## **RESUMO**

No decurso do processo de expansão portuguesa vários espaços foram conquistados, como o Norte de África, o Brasil e o Japão. Ao longo do século XVI, a preferência da Coroa por outros locais mais exóticos, faz com que Portugal perca a sua influência em várias praças-fortes norte-africanas, o que afetou o Algarve, região abastecedora dessas localidades, deixando-a vulnerável a ataques de piratas, corsários, berberes e turcos. As queixas de indefesa da costa portuguesa, nomeadamente a algarvia, foram-se somando a cada reinado.

O início de uma nova dinastia e um novo conceito, de União Ibérica, trouxe para Portugal novas realidades. É então evidente a desproteção da costa e os obsoletos engenhos militares, num momento em que o reino português enfrentava a ameaça de povos inimigos, adquiridos com a união dinástica.

No decorrer da dinastia Filipina, denota-se um investimento na melhoria da defesa da costa algarvia, um importante ponto de passagem da Carreira das Índias, mas muito suscetível a ataques. Incube-se então Alexandre Massaii da avaliação dos dispositivos defensivos existentes e da identificação de outros pontos cruciais na defesa do território. Neste contexto, é concebida a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, na Praia da Rocha, a envolver uma pequena ermida, e que durante séculos protegeu a Vila Nova de Portimão.

Sofrendo profundas alterações estruturais ao longo dos séculos, seja por causas naturais ou por ação antrópica, a fortaleza é ainda hoje um importante marco na paisagem portimonense. Assim, esta dissertação propõe-se a escrever a história do edificado com recurso ao estudo histórico-arqueológico da atual estrutura. Os trabalhos de levantamento recentemente realizados pela Câmara Municipal de Portimão, no âmbito de projetos de requalificação, justificam a importância de se realizar um estudo completo e detalhado da fortificação. Assim, para a realização deste estudo, recorrer-se-á às metodologias da arqueologia da arquitetura, utilizando como base o levantamento fotogramétrico, para

analisar e compreender este monumento, ainda muito desconhecido, oferecendo uma perspectiva singular, que enquadre a fortaleza na sua paisagem, época e papel na defesa da costa do barlavento algarvio.

**Palavras-chave:** Idade Moderna – Fortificação Abaluartada – Arqueologia da Arquitetura – Levantamento – Barlavento Algarvio

# **Fortress of Santa Catarina de Ribamar (Portimão) - History, Archaeology and Architecture in the Defensive Strategies of the Algarve Coast**

**Bruna Ramalho Galamba**

## **ABSTRACT**

During the Portuguese expansion process, several spaces were conquered, such as North Africa, Brazil and Japan. Throughout the 16th century, the Crown's preference for other, more exotic locations, made Portugal lose its influence in several North African strongholds, which affected the Algarve, a region supplying these locations, leaving it vulnerable to attacks by pirates, corsairs, Berbers and Turks. Complaints of defenseless people on the Portuguese coast, namely the Algarve, add up to each reign.

The beginning of a new dynasty and a new concept, of Iberian Union, brings to Portugal new realities. It is then evident that the coast is unprotected, and the military devices are obsolete, at a time when the Portuguese kingdom faces the threat of enemy peoples, acquired with the dynastic union.

During the Philippine dynasty, there was an investment in improving the defense of the Algarve coast, an important crossing point for the Career of the Indies, but very susceptible to attacks. Alexandre Massai then incubates himself with the assessment of the existing defensive devices and the identification of other crucial points in the defense of the territory. In this context, the Fortress de Santa Catarina de Ribamar, in Praia da Rocha, is designed to surround a small chapel, which for centuries protected Vila Nova de Portimão.

Suffering profound structural changes over the centuries, whether due to natural causes or anthropic action, the fortress is still an important landmark in the Portimão landscape. Thus, this dissertation proposes to write the history of the building using the historical-archaeological study of the current structure. The survey works recently carried out by the Municipality of Portimão, within the scope of requalification projects, justify the importance of carrying out a complete and detailed study of the fortification. Thus, in order to carry out this study, the methodologies of archeology of architecture will be used, using photogrammetric surveys as a basis, to analyze and understand this monument, still

very unknown, offering a unique perspective that frames the fortress in its landscape, time and role in the defense of the western Algarve coast.

**Keywords:** Modern Age – Bastion Fort - Archaeology of Architecture - Survey - Western Algarve

## Índice

|  |     |
|--|-----|
| 1. Introdução.....   | 1   |
| 2. Estado da Arte .....  | 7   |
| 3. Metodologia .....   | 18  |
| 3.1. A Recolha de Informação Histórica.....  | 20  |
| 3.2. A Recolha e Processamento de Dados Arqueológicos .....  | 23  |
| 3.2.1. A Arqueologia da Arquitetura .....  | 24  |
| 3.2.2. O Primeiro Trabalho de Campo .....  | 29  |
| 3.2.3. O Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos e Relatório<br>Prévio.....                   | 30  |
| 3.2.4. Processamento de Dados .....  | 32  |
| 4. O Algarve Militar: Breve Contextualização.....  | 34  |
| 4.1. A Perspetiva Histórico-Geográfica .....   | 35  |
| 4.2. O Caso de Portimão .....  | 48  |
| 4.3. O Sistema Defensivo de Lagos a Ferragudo.....   | 57  |
| 5. O Caso de Estudo: a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar.....                                       | 71  |
| 5.1. Características, Enquadramento e uma História de Quatro Séculos.....                                | 72  |
| 5.1.1. A Ermida de Santa Catarina de Ribamar, a Pré-Existência.....                                      | 76  |
| 5.1.2. Das Propostas de Fortificação do Engenheiro Massaii às Primeiras<br>Décadas de Utilização .....   | 78  |
| 5.1.3. Os Terramotos do Século XVIII e a Reedificação Pelo Engenheiro José de<br>Sande Vasconcelos ..... | 87  |
| 5.1.4. O Século XIX: uma Fortificação Desatualizada face a Novos Desafios..                              | 96  |
| 5.1.5. O Século XX: das Várias Tutelas à Classificação como Imóvel de<br>Interesse Público .....         | 103 |
| 5.1.6. O Século XXI: uma Nova Esperança .....  | 110 |
| 5.2. A Arqueologia da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar .....                                       | 112 |
| 5.2.1. Os Dados do Levantamento Arqueológico.....  | 112 |
| 5.2.2. Interpretação dos Dados .....   | 137 |
| 5.3. Considerações Finais sobre as Fases da Fortaleza de Santa Catarina de<br>Ribamar.....               | 165 |
| 6. Conservar, Musealizar e Comunicar a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar..                          | 170 |
| 7.2. O Estado Atual e Proposta de Conservação.....   | 171 |
| 7.3. Proposta de Trabalhos Arqueológicos e de Musealização.....  | 177 |
| 7.4. Proposta de Comunicação.....  | 180 |
| 7. Conclusão .....   | 183 |

|                      |     |
|----------------------|-----|
| 8. Bibliografia..... | 188 |
|----------------------|-----|

## Lista de Abreviaturas

3DMS: 3D Modelling Studio

AHM: Arquivo Histórico Militar

ANNT: Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANPC/ANEPC: Autoridade Nacional de Proteção Civil/Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

APS: Administração dos Portos de Sines e do Algarve

BA-DGPC: Biblioteca de Arqueologia na Direção-Geral do Património Cultural

BE: Bloco de Esquerda

BGD: Biblioteca Geral Digital

BMSC: Biblioteca Mário Sottomayor Cardia

BNP: Biblioteca Nacional de Portugal

BNB: Biblioteca Nacional do Brasil

BND: Biblioteca Nacional Digital

BPE: Biblioteca Pública de Évora

BVMG: Biblioteca Vitorino Magalhães Godinho

CAAP: Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses

CIAUD: Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design

CIPR: Comissão de Iniciativa da Praia da Rocha

COVID-19: Coronavirus Decease 2019

C.M.Portimão: Câmara Municipal de Portimão

CMTP: Comissão Municipal de Turismo de Portimão

CNS: Código Nacional de Sítio

C.P.Portimão: Capitania do Porto de Portimão

CRTA: Comissão Regional de Turismo do Algarve

DIE: Direção de Infraestruturas do Exército

DGEMN: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGESBA: Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

DGPC: Direcção-Geral do Património Cultural

DRCA Algarve: Direcção Regional de Cultura do Algarve

ECPR: Estação Climatológica da Praia da Rocha

ETRS89: European Terrestrial Reference System 1989

FAUL: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

F.: Folha

GAPS: Grémio dos Armadores da Pesca da Sardinha

GEAEM: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar

GF: Guarda Fiscal

GNR: Guarda Nacional Republicana

GNSS: Global Navigation Satellite System

GPS: Global Positioning System

ICOMOS: International Council on Monuments and Sites

IEREK: International Experts for Research Enrichment and Knowledge Exchange

IIP: Imóvel de Interesse Público

ISN: Instituto de Socorros a Náufragos

IPPAR: Instituto Português do Património Arquitectónico

JAPBA: Junta Autónoma dos Portos do Barlavento do Algarve

JPA: Junta de Província do Algarve

LNEC: Laboratório Nacional de Engenharia Civil

MCL: Museu da Cidade de Lisboa

MG: Ministério da Guerra

MF: Ministério das Finanças

M.M.Portimão: Museu Municipal de Portimão

MN: Monumento Nacional

NOVA FCSH: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

NºIPA: Número de Inventário de Património Arquitetónico

PDM: Plano Diretor Municipal

PATA: Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos

RCAAP: Repositórios Científicos de Acesso Aberto em Portugal

RP: Relatório Prévio

S.d.: *Sine data* (sem data)

S.n.: *Sine nomine* (sem nome/sem autor)

SIPA: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

TP: Turismo de Portugal

UE: Unidade Estratigráfica

UEM: Unidade Estratigráfica Murária

## Lista de Figuras

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 – Localização de Portimão/Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar..... | 9  |
| Figura 2 – Modelo Ficha de UEM.....  | 28 |
| Figura 3 – Propostas de Sondagens.....   | 31 |
| Figura 4 – Carta Geológica do Algarve.....                                     | 36 |
| Figura 5 – Reino do Algarve no Século XVI.....                                 | 38 |
| Figura 6 – Reino do Algarve no Século XVII.....                                | 40 |
| Figura 7 – Reino do Algarve no Século XVIII.....                               | 44 |
| Figura 8 – Reino do Algarve no Século XIX.....                                 | 45 |
| Figura 9 – Reino do Algarve no Século XX.....                                  | 47 |
| Figura 10 – Vila Nova de Portimão no Século XVII.....                          | 50 |
| Figura 11 – Proposta ANPC para o Maremoto de 1755.....                         | 52 |
| Figura 12 – Vila Nova de Portimão no Século XIX.....                           | 53 |
| Figura 13 – Vila Nova de Portimão no Século XIX.....                           | 54 |
| Figura 14 – Vila Nova de Portimão no Século XX.....                            | 55 |
| Figura 15 – Sistema Defensivo Lagos-Ferragudo.....                             | 64 |
| Figura 16 – Sistema Defensivo Lagos-Ferragudo Pré-Dinastia Filipina.....       | 66 |
| Figura 17 – Sistema Defensivo Lagos-Ferragudo Dinastia Filipina.....           | 67 |
| Figura 18 - Sistema Defensivo Lagos-Ferragudo na Guerra da Restauração.....    | 68 |
| Figura 19 - Sistema Defensivo Lagos-Ferragudo no Século XVIII.....             | 69 |
| Figura 20 - Sistema Defensivo Lagos-Ferragudo na Atualidade.....               | 70 |
| Figura 21 – Orelhão Meio-Baluarteste.....                                      | 75 |
| Figura 22 – Bocas-de-Fogo Meio-Baluarteste.....                                | 75 |
| Figura 23 – Cordão no Meio-Baluarteste.....                                    | 75 |
| Figura 24 – Canhoneira no Meio-Baluarteste.....                                | 75 |
| Figura 25 – Poço.....  | 75 |
| Figura 26 – Arcada.....  | 75 |
| Figura 27 – Proposta de Alexandre Massai em 1617.....                          | 81 |
| Figura 28 – Primeiro Parecer de Alexandre Massai em 1621.....                  | 83 |
| Figura 29 – Segundo Parecer de Alexandre Massai em 1621.....                   | 83 |
| Figura 30 – Terceiro Parecer de Alexandre Massai em 1621.....                  | 83 |
| Figura 31 – Quarto Parecer de Alexandre Massai em 1621.....                    | 83 |

|   |     |
|---|-----|
| Figura 32 – Interior do Segundo Parecer.....                            | 84  |
| Figura 33 – Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar em 1686.....         | 87  |
| Figura 34 - Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar em 1754.....         | 89  |
| Figura 35 - Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar entre 1772-1783..... | 91  |
| Figura 36 - Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar em 1788.....         | 92  |
| Figura 37 - Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar entre 1783-1790..... | 92  |
| Figura 38 - Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar entre 1783-1790..... | 92  |
| Figura 39 - Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar em 1794.....         | 94  |
| Figura 40 - Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar em 1794.....         | 94  |
| Figura 41 - Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar no pós-1794.....     | 95  |
| Figura 42 - Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar entre 1794-1797..... | 95  |
| Figura 43 - Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar em 1798.....         | 96  |
| Figura 44 - Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar em 1822.....         | 97  |
| Figura 45 - Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar em 1825.....         | 98  |
| Figura 46 - Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar entre 1870-1890..... | 101 |
| Figura 47 - Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar em 1881.....         | 102 |
| Figura 48 - Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar em 1914.....         | 104 |
| Figura 49 - Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar em 1941.....         | 106 |
| Figura 50 - Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar em 1960.....         | 108 |
| Figura 51 – Estratigrafia Geral da Fachada Norte.....                   | 115 |
| Figura 52 – UEM 1.....  | 116 |
| Figura 53 – Pormenor UEM 1.....   | 116 |
| Figura 54 – UEM 2, Cunhal Nordeste.....                                 | 117 |
| Figura 55 – UEM 2, Orelhão Noroeste.....                                | 117 |
| Figura 56 – UEM 2, Orelhão Nordeste.....                                | 117 |
| Figura 57 – UEM 2, Cunhal Noroeste.....                                 | 117 |
| Figura 58 – UEM 3.....  | 117 |
| Figura 59 – UEM 4.....  | 118 |
| Figura 60 – UEM 5 e 6.....  | 119 |
| Figura 61 – UEM 7.....  | 119 |
| Figura 62 – UEM 8.....  | 119 |
| Figura 63 – UEM 9.....  | 120 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 64 – UEM 10.....  | 120 |
| Figura 65 – UEM 13, 14 e 15.....   | 121 |
| Figura 66 – UEM 16.....  | 122 |
| Figura 67 – UEM 17.....  | 122 |
| Figura 68 – UEM 18.....  | 122 |
| Figura 69 – UEM 19, 20, 21, 22, 23 e 24.....   | 123 |
| Figura 70 – UEM 25.....  | 124 |
| Figura 71 – UEM 26 e 27.....   | 124 |
| Figura 72 – UEM 28.....  | 124 |
| Figura 73 – UEM 29.....  | 125 |
| Figura 74 – UEM 30.....  | 125 |
| Figura 75 – Matriz de Harris.....  | 126 |
| Figura 76 – Planta com as 6 Fases da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar.....     | 130 |
| Figura 77 – Identificação dos Alçados da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar..... | 131 |
| Figura 78 – Proposta Alçado Interior Este.....                                       | 132 |
| Figura 79 – Proposta Alçado Interior Oeste.....                                      | 133 |
| Figura 80 – Proposta Alçado Sul.....   | 134 |
| Figura 81 – Proposta Alçado Exterior Este.....                                       | 135 |
| Figura 82 – Proposta Alçado Exterior Oeste.....                                      | 136 |
| Figura 83 – Proposta Planta Ermida de Santa Catarina de Ribamar.....                 | 137 |
| Figura 84 – Entrada Ermida de Santa Catarina de Ribamar.....                         | 138 |
| Figura 85 – Interior Ermida de Santa Catarina de Ribamar.....                        | 138 |
| Figura 86 – Fachada Norte no Século XVII.....  | 140 |
| Figura 87 – Proposta Planta 1 Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar.....            | 143 |
| Figura 88 – Proposta Planta 2 Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar.....            | 145 |
| Figura 89 – Fachada Norte no Século XIX.....   | 148 |
| Figura 90 – Proposta Planta 3 Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar.....            | 148 |
| Figura 91 – Fachada Norte no Século XX.....  | 151 |
| Figura 92 – Proposta Planta 4 Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar.....            | 152 |
| Figura 93 – Placa Miradouro.....   | 154 |
| Figura 94 – Candeeiro.....   | 154 |
| Figura 95 – Placa Património do Estado.....  | 154 |

|   |     |
|---|-----|
| Figura 96 – Equipamentos Elétricos.....                                   | 154 |
| Figura 97 – Proposta Planta 5 Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar..... | 155 |
| Figura 98 – Cozinha no Meio-Baluarto Oeste.....                           | 156 |
| Figura 99 – Alçado Exterior Oeste pela DGEMN.....                         | 157 |
| Figura 100 – Alçado Exterior Oeste Atualmente.....                        | 157 |
| Figura 101 – Poço.....  | 158 |
| Figura 102 – Placa Descritiva.....  | 159 |
| Figura 103 – Canhoneira e Merlões Reforçados no Meio-Baluarto Este.....   | 159 |
| Figura 104 – Aparelho Construtivo Canhoneira.....                         | 159 |
| Figura 105 – Vão de Porta.....  | 159 |
| Figura 106 – Plataformas Anos 60.....                                     | 160 |
| Figura 107 – Betão Armado.....  | 160 |
| Figura 108 – Fachada Norte no Século XXI.....                             | 162 |
| Figura 109 – Falha na Alvenaria.....                                      | 163 |
| Figura 110 – Falha na Alvenaria Colmatada.....                            | 163 |
| Figura 111 – Falha na Alvenaria.....                                      | 164 |
| Figura 112 – Falha na Alvenaria Colmatada.....                            | 164 |
| Figura 113 – Erosão na Alvenaria.....                                     | 173 |
| Figura 114 – Elementos Férreos.....                                       | 173 |
| Figura 115 – Danos Causados pelas Plantas.....                            | 173 |
| Figura 116 – Canteiro Destruído.....                                      | 174 |
| Figura 117 – Escada Este.....   | 174 |
| Figura 118 – Espuma de Isolamento.....                                    | 174 |
| Figura 119 – Alvenaria dentro do Quartel.....                             | 174 |

## 1. Introdução

“Meu Algarve encantador,

P’ra o poeta e p’ra o pintor

Tens motivos de sobejo...

Até eu, se tivesse arte,

Queria ao mundo mostrar-te

Como te sinto e te vejo.”

- António Aleixo, “Meu Algarve”, s.d.

A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, situada na Praia da Rocha, é um marco importante para os portimonenses. Desde a Idade Moderna que domina a paisagem costeira e a entrada no rio Arade, resistindo ao tempo e às gentes, até chegar a nós.

Foi um símbolo de proteção para quem vivia na vila e receava pilhagens e destruições efetuadas pelos piratas muçulmanos e corsários europeus, tal como foi símbolo de recuperação para quem sobreviveu aos violentos terremotos que assolaram o Algarve nos séculos XVIII e XX.

Esta fortaleza é uma de muitas que guarda e vigia as costas do Algarve. Enquanto zona sempre suscetível de ser invadida por via marítima, ao longo dos séculos denotam-se alguns períodos de forte investimento na fortificação costeira.

Enquanto fortificação da dinastia filipina, a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar tem traços inequívocos da tradição italiana de fortificar. As fortalezas abaluartadas da dita “escola italiana” estão presentes um pouco por todo o país, mas o Algarve, em virtude das obras do engenheiro italiano Alexandre Massai, possui as obras mais significativas.

Apesar de esta fortaleza ser ocasionalmente mencionada em alguns artigos e livros, de forma mais ou menos consistente desde o século XIX, e possuir um acervo documental e iconográfico espalhado um pouco por todo o país, nunca fora, até ao momento, intensivamente estudada. Esta fortaleza, pela sua história e simbolismo, e até na sua condição atual, um pouco mais descuidada, sempre possuiu potencialidades de investigação de várias perspetivas, não apenas da arqueologia, que será a abordagem usada nesta dissertação.

Ao longo dos seus quase quatro séculos de existência na Praia da Rocha, a fortaleza, apesar de ser um importante marco na paisagem de Portimão, foi parcialmente destruída por pelo menos dois terremotos e um maremoto, foi reconstruída de forma a poder continuar em funções de defesa e proteção, e foi, ainda, alvo de obras de alteração, requalificação e de emergência ao longo dos últimos cerca de 250 anos.

Assim, entende-se, que o principal objetivo desta dissertação é o estudo detalhado da fortaleza, a partir de levantamento bibliográfico, documental, iconográfico, cartográfico, fotogramétrico e fotográfico e da análise detalhada do sítio, com descrição de unidades estratigráficas, de modo a que se possam conhecer e compreender todas as alterações a que foi submetida. De igual forma, este estudo visa identificar e descrever essas mesmas

alterações, ou seja, diferenciar os momentos de construção, as adaptações funcionais, as destruições, as reparações, a sua decoração, e muitos outros elementos que a constituem ou possam ter constituído.

Não apenas as suas alterações devem ser compreendidas, mas também devem ser situadas no seu contexto histórico, social, político-militar e acima de tudo, económico. Nesse sentido, é importante enquadrar a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar no território e nas estratégias defensivas da região ao longo do tempo, compreendendo de igual forma a sua importância no reforço do sistema defensivo estabelecido desde a Baía de Lagos a Ferragudo (zonas que a fortaleza, devido à sua posição geográfica, consegue observar), tanto antes como depois da União Dinástica. E até oferecer uma perspetiva de como esse mesmo sistema se encontra atualmente, tendo em conta as políticas de conservação dos monumentos ou sítios arqueológicos durante os séculos XX e XXI.

Este estudo implica uma análise da estrutura, seguindo o método assente nos princípios metodológicos da Arqueologia da Arquitetura. Esta disciplina da arqueologia permitirá a compreensão da história deste monumento tal como irá auxiliar a determinar as diferentes fases de construção ou destruição que o compõem. A fortaleza irá ser entendida como pluriestratificada e pluritipológica. Assim, esta dissertação propõe uma “biografia” da fortaleza, permitindo que o monumento conte a sua própria história a partir dos seus contextos.

No entanto, também permite entender o presente e oferecer uma perspetiva para o futuro. Qualquer monumento, ao longo do tempo, sofre desgastes inerentes às condições atmosféricas e destruições (parciais ou totais) por ação natural ou humana. A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar é hoje vista como um monumento devoluto, parcialmente em ruína e extremamente grafitado. A Arqueologia da Arquitetura irá permitir identificar patologias e fraquezas na estrutura, áreas mais vulneráveis e até grafitadas ou destruídas. Assim sendo, a perspetiva para o futuro será oferecer um plano de conservação ou até de restauros mais urgentes, tal como um projeto de comunicação à população local ou visitante. É desta forma que a preservação e conservação da memória é promovida.

De igual forma, como um segundo objetivo secundário, seria de interesse entender como a fotogrametria preserva um monumento ainda em uso, maioritariamente usado para fins turísticos e como pode ser usada para mais estudos de diversas áreas no futuro ou até outras interpretações por variadas áreas de investigação e, correlacionando com o

ponto anterior, como poderá ser usada para a comunicação ou método para chegar ao grande público.

Ainda de referir que a fotogrametria e a conversão em modelos 3D, permite análises por variados especialistas (de conservação e restauro, engenharia, arquitetura, história da arte, entre outros), o que irá permitir um conhecimento diverso e abrangente sobre a fortificação. Estes modelos podem ser utilizados por muito mais que académicos ou profissionais, pois também o público entende e se maravilha com estes modelos.

O percurso nesta dissertação começa com o Estado da Arte, o segundo capítulo. Agora que os objetivos já foram descritos e assimilados, deve-se entender brevemente como se encontra a situação da arqueologia e do património no Algarve, o estudo das fortificações militares de Idade Moderna em Portugal, em especial as de tradição dita italiana ou das que foram edificadas durante a União Dinástica. É, de igual forma, essencial entender o estado do conhecimento sobre a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, tal como o da Arqueologia da Arquitetura e fotogrametria aplicada a este método.

O terceiro capítulo deste estudo será a Metodologia. Entende-se que após se definirem os objetivos e entender-se o estado do conhecimento e do que já havia sido feito, melhor se pode delinear estratégias para a boa elaboração desta dissertação, desde a recolha de informação em bibliotecas e arquivos, até ao trabalho de campo e o processamento dos dados.

O quarto capítulo será dedicado a uma breve contextualização do Algarve. É essencial entender a área na sua geografia e na sua história, antes de entender a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar e o seu propósito. A geografia algarvia influenciou sempre, de forma positiva e negativa, a história da região e é necessário entender esse percurso.

O quinto capítulo será dedicado à perspetiva defensiva do troço de Ferragudo a Lagos, e como a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar completa este sistema previamente implantado. Será apresentada uma perspetiva anterior, durante e posterior à União Dinástica, tal como se irá demonstrar como esse sistema se encontra atualmente.

O sexto capítulo é subdividido em três grandes áreas temáticas. A primeira área é a história da fortaleza. Neste subcapítulo entender-se-á o enquadramento da fortaleza, a sua arquitetura e implementação no terreno, a evolução da ermida, da construção da fortaleza

e das suas modificações, desde o século XVII ao século XXI. É o subcapítulo focado na biografia histórica do monumento, tendo em conta as suas plantas e os seus relatos.

A segunda área subentende toda a informação arqueológica recolhida através do método da Arqueologia da Arquitetura e o modelo interpretativo. Nesta área temática poder-se-á ver a diferente estratigrafia, os materiais de construção, os métodos construtivos, os elementos decorativos, entre outros. Basicamente serão analisados os variados contextos ou fases do monumento, provenientes das fichas de UEM, da matriz de Harris e dos levantamentos fotogramétricos e fotográficos. É o subcapítulo focado na biografia arqueológica e arquitetural do monumento.

A terceira área compreende a interpretação final dos dados. É essencial a conjugação dos dados históricos e arqueológicos de forma a poder traçar a evolução final do monumento. Será a parte de comprovar ou refutar os dados históricos conforme as evidências que o edifício apresenta.

Por fim, o método de análise da Arqueologia da Arquitetura também evidencia falhas estruturais e estéticas e eventuais desgastes da estrutura, o que irá ser explorado no sétimo capítulo, dedicado a analisar o estado atual da fortaleza e quais as metodologias de conservação que poderão ser adotadas ou eventuais restauros, tal como as melhores formas de musealizar os seus contextos. Neste mesmo capítulo irão ser projetadas formas de comunicação da fortaleza ao público (geral e académico), para que a memória desta seja preservada e valorizada.

A dissertação, que agora se apresenta, foi realizada com a ajuda e acordos de várias entidades e instituições que, de uma forma geral, permitiram o acesso a documentação de carácter diverso, essencial à boa produção científica.

Devido à futura mudança de tutela sobre a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, são essenciais as colaborações com a Câmara Municipal de Portimão e o Museu Municipal de Portimão, de forma a obter o acesso à documentação existente sobre a cidade e do monumento. De igual forma, a dissertação não se realiza sem visitas regulares ao sítio que é o objeto deste estudo, a fim de proceder a registos essenciais, como fotografias ou preenchimento de fichas descritivas e de caracterização, pelo que, o apoio destas instituições no que concerne o meu alojamento, alimentação e acesso ao local, é essencial, tal como a ajuda da Administração dos Portos de Sines e do Algarve nos

trabalhos *in loco* (esta entidade ainda tutela a fortaleza) e da Paróquia de Portimão no acesso à ermida dentro do recinto fortificado.

Com a fortaleza sob transição de gestão e o objetivo de a requalificar, um levantamento fotogramétrico foi pedido à empresa 3D Modelling Studio (3DMS), em fevereiro de 2020, de forma a preservar a fortificação no tempo, com o intuito de poder ser estudada, antes de ser reabilitada. Assim, o levantamento fotogramétrico admite-se como material de apoio fundamental, do qual se pode extrair informação diferenciada e que se pode adaptar de forma a melhor servir cada fase deste edifício.

Por se tratar de um edificado militar é mutável em configuração e funções, e o apoio e orientação oferecido pelo Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar – Direção de Infraestruturas do Exército (GEAEM-DIE), revela-se basilar, desde a providência de documentação existente sobre a fortaleza nos seus arquivos à informação sobre engenharia militar ao longo dos séculos.

Assim, o presente trabalho adquire uma componente interdisciplinar e colaborativa, essencial para a compreensão do longo tempo de existência desta estrutura. A arqueologia, história, arquitetura, conservação e divulgação do património são as principais temáticas e abordagens à Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar.

## 2. Estado da Arte

“Com duas mãos, o Acto e o Destino,  
Desvendámos. No mesmo gesto, ao céu  
Uma ergue o fecho trémulo e divino  
E a outra afasta o véu.

Fosse a hora que haver ou a que havia  
A mão que ao Ocidente o véu rasgou,  
Foi a alma a Ciência e corpo a Ousadia  
Da mão que desvendou.

Fosse Acaso, ou Vontade, ou Temporal  
A mão que ergueu o facho que luziu,  
Foi Deus a alma e o corpo Portugal  
Da mão que o conduziu.”

- Fernando Pessoa, “Ocidente” in *Mensagem*, 1934.

Comparada ao resto de Portugal, a região do Algarve teve um início de investigação patrimonial precoce. Os primeiros trabalhos arqueológicos tiveram lugar no final do século XIX, promovidos por Estácio da Veiga, com o objetivo de inventariar o património pré-histórico, proto-histórico, histórico e de cartografar esses vestígios e monumentos para a construção de uma carta arqueológica. Estes trabalhos continuaram no século seguinte com as atividades de Abel Viana, Mário Lyster Franco, Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, Teresa Gamito e José Morais Arnaud, Vítor Gonçalves, Mário Varela Gomes, entre outros (A.A.V.V., 2001; GONÇALVES, 1979). Nos anos 80, é de fazer notar o “Levantamento Arqueológico-Bibliográfico do Algarve” por Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes (1988), no qual a Ermida e Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar estão patentes. A década de 90 vê surgir novas alterações nos trabalhos, especialmente investigadores com interesses diferentes que vêm preencher lacunas nas investigações prévias. Neste mesmo período, profissionais da área entendem que o património cultural algarvio se encontrava ameaçado, especialmente pela crescente atração turística pela região (PEREIRA, 1990).

Embora a cartografia apresentada por Estácio da Veiga mostre claramente a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar como um sítio arqueológico-arquitetónico, um dos muitos monumentos pós século XV, de interesse de investigação de um arqueólogo, tal como na monografia por Gomes e Gomes (1988) a perspetiva não se mantém aquando da edição das cartas arqueológicas atuais (MARQUES, 1997). Só em 1989 seria editado o primeiro volume sobre a Carta Arqueológica do Algarve, incluindo não só a arqueologia, mas também a reabilitação urbana e histórica, contando com apenas alguns concelhos de Faro. Seria em 1992 e 1995 que mais dois volumes seriam editados, de forma a englobar os restantes concelhos. Assim, Portimão apresenta apenas uma cronologia desde a pré-história à Idade Média (A.A.V.V., 2001; MARQUES, 1997), sendo lamentável a ausência de dados para o período moderno, visto que a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar havia sido previamente considerada de interesse arqueológico.

A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, apesar de ser um monumento com utilização recente, encontra-se um pouco descaracterizado da sua configuração e função original, com elementos desaparecidos ou ocultos pelas sucessivas alterações a que foi sujeito, seja a cota positiva ou negativa. Logo, é um monumento que ainda guarda os seus segredos e, à semelhança de tantos outros monumentos, não deve ser, por isso, desconsiderado de uma carta arqueológica ou de um processo de intensiva documentação,

análise e preservação para o futuro. Como qualquer testemunho da Idade Moderna, distinta área na ciência arqueológica, pelas palavras da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosa Varela Gomes (2012), caracteriza-se por uma diferente construção teórica e perspectiva holística, na qual é obrigatório cruzar contributos distintos. Nesta dissertação, não apenas a arqueologia, mas a história, arquitetura, iconografia e até engenharia e paisagem são temas contemplados.

Em 2001, a equipa que investigou o estado da arqueologia do Algarve colaborou com várias instituições do Distrito de Faro que tinham à sua tutela património arqueológico, no entanto, sem o auxílio das Câmaras Municipais de Olhão e de Portimão (cujo contributo seria essencial de forma a entender a situação patrimonial concelhia). Os signatários do relatório declararam a existência de problemas na região algarvia relativamente ao seu património arqueológico por falta de investimento, coordenação de esforços e carência de orientação estratégica ao nível regional na definição de objetivos para a gestão e valorização do património, tal como a questão da minimização de impactos patrimoniais devido aos empreendimentos públicos e privados não serem um problema enquadrado nas políticas regionais (A.A.V.V., 2001). Embora Portimão não tenha feito parte do estudo, entende-se que, de forma geral, deverá conter os mesmos problemas relatados para outros concelhos algarvios.

No âmbito do património militar, a compilação basilar a qualquer estudo sobre fortificações, independentemente do período de construção ou uso em Portugal, foi realizada por João de Almeida (1948). O autor prospetou e compilou em vários volumes, os monumentos militares que ainda existiam em boas condições, em ruínas, ou até desaparecidos, sendo de interesse a esta dissertação o volume III que contém os monumentos do distrito de Faro.

Após a publicação dessa obra principal, vários estudos sobre fortificações, sendo elas um conjunto numa região ou concelho ou casos isolados, têm vindo a ser publicados ou disponibilizados maioritariamente nas suas facetas históricas e arquitetónicas, sendo muito raros os casos onde se fala ativamente de arqueologia. É mais comum o estudo de um conjunto de fortalezas, sendo muito comumente chamados de roteiros, à semelhança do que João de Almeida havia feito. Apesar de a obra de Almeida ser a nível nacional, obras mais recentes são mais focadas em pequenos circuitos, como é o caso das fortificações de Lisboa a Peniche (VIEIRA, 2017), as fortificações marítimas de Cascais (LOURENÇO, 1964; BOIÇA, BARROS e RAMALHO, 2001; D'ENCARNAÇÃO,

2008; RAMALHO, 2010), ainda de referir na margem esquerda as fortalezas de Almada (SOUSA, 1981), as fortalezas da Costa Sudoeste (NUNES, 1997), as fortalezas de Sagres a Troia apresentadas por Carmelindo Severino (2014) e as estruturas militares de defesa da Ria Formosa compiladas por Leonor Sousa (2009), as obras de Carlos Pereira Callixto, em especial as que são destacadas em alguns concelhos algarvios (1991). De uma forma muito geral, compilando estruturas defensivas de várias épocas no Algarve, Valdemar Coutinho (1991; 2001) oferece uma perspetiva geral do conhecimento histórico-arquitetónico até à data.

Os casos em que se estuda uma fortaleza abaluartada na perspetiva arqueológica são maioritariamente realizados à cota negativa, como se verifica no artigo de Ana Margarida Arruda e Carlos Pereira (2008), aquando de trabalhos de consolidação da estrutura do Forte de São Sebastião de Castro Marim. Também este mesmo forte possui um levantamento fotogramétrico efetuado, no qual se pôde analisar as suas fragilidades e resistência perante ações sísmicas (AIRES, 2002). Igualmente, a Fortaleza de Sagres foi alvo de intervenções arqueológicas, a partir das quais foi possível determinar um total de cinco fases da evolução e transformação arquitetónica da estrutura durante a Idade Moderna (BARBOSA, MARQUES e PORFÍRIO, 2008). A Fortaleza de Santo António das Areias em Armação de Pêra também foi requalificada e escavada recentemente (GONÇALVES e RODRIGUES, 2010).

No entanto, não só no Algarve intervenções do género são realizadas. A Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, Cascais, fora intervencionada entre 2004 e 2005 o que resultou também numa análise pela Arqueologia da Arquitetura e das traçarias (A.A.V.V., 2007; RAMALHO e NETO, 2008). Ainda na barra do Tejo, a escavação do Baluarte do Paço da Ribeira, edificado no reinado de Filipe II e destruído no Terramoto de 1755 é de interesse ao estudo de fortificações em União Dinástica (NEVES, MARTINS e LOPES, 2017).

No estudo das fortalezas abaluartadas, várias tradições/escolas de arquitetura e engenharia são conhecidas, como por exemplo, a italiana, a francesa e a holandesa. A tradição italiana verifica-se em Portugal desde o período de transição entre a fortificação medieval para a fortificação moderna (século XV-XVI). A introdução do baluarte, de forma a flanquear os tiros, é essencial a uma boa defesa. No entanto, apesar de já presente no território nacional, a tradição italiana adquire maior expressão durante a dinastia Filipina. A grande maioria das obras de vários engenheiros italianos são ainda hoje

visitáveis, como por exemplo, a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar e a da Ilha do Pessegueiro por Alexandre Massaii, assim como o Forte de São Filipe de Setúbal e o Forte de Santiago da Barra por Filipe Terzi (CARITA, 1981).

Na costa de Cascais, vários fortes foram atualizados ou construídos de raiz seguindo os métodos da escola italiana, como é o caso da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (A.A.V.V., 2007), o Forte de Santo António da Barra, o Forte do Guincho (ROCHA e SARMENTO, 2012) o Forte de São Lourenço da Cabeça Seca e até a ampliação da Fortaleza de São Julião da Barra. Existiu, até, um Forte de Santa Catarina de Ribamar que cruzaria os seus fogos com o forte da Trafaria (CARITA, 2007; BOIÇA, BARROS e RAMALHO, 2001).

O Forte da Ilha do Pessegueiro e o Forte do Pessegueiro encontram-se frente a frente. O objetivo era flanquearem os tiros, e defender o ancoradouro do Pessegueiro contra a ação predatória dos corsários e piratas. As obras do forte na Ilha começam com Filipe Terzi e acabam com a direção de Alexandre Massaii, no entanto, o forte nunca chegou a ser concluído. Já na costa do Pessegueiro, um forte iniciado sob direção de Massaii foi considerado imprestável, o que levou à construção de um outro forte sobre essas ruínas. É António Quaresma (2009; 2009b) que explora essas questões de forma mais aprofundada, sobre os dois fortes que formavam um complexo sistema defensivo, planeado e (quase) concluído por engenheiros militares italianos. No Algarve, devido à necessidade de proteger a costa, são edificadas várias fortalezas que, em plena dinastia Filipina, obedecem aos ideais da escola italiana, sendo a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, um dos exemplos, mas também a Fortaleza de Almádena foi edificada (COUTINHO, 2006).

Na Região Autónoma dos Açores, o Forte de São João Batista de Angra do Heroísmo fora construído para proteger o porto e cruzar fogo com o forte de São Sebastião. Este projeto de defesa foi planeado e executado seguindo a tradição italiana, durante a dinastia Filipina (SOUSA, 1996). De forma semelhante para a Região Autónoma da Madeira, a dissertação de João Coelho em 2018, na qual estuda as Fortalezas de São Tiago e São João Batista no Funchal é essencial para a compreensão do período Filipino nos arquipélagos portugueses.

Dos estudos mais recentes sobre uma fortaleza abaluartada de tradição italiana, verifica-se a existência de um livro editado em 2018, “Forte de Santa Catarina – Imagem

de um Território”, sendo este localizado na Figueira da Foz. Esta fortificação possui alguns aspetos em comum com a fortaleza em estudo nesta dissertação, sendo eles a escola italiana de fortificação, uma ermida em evocação a Santa Catarina de Alexandria e trabalhos por Alexandre Massaii (entre outros).

Não será neste capítulo que se irá, de forma alguma, aprofundar conhecimentos sobre a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar. No entanto, considera-se essencial oferecer uma perspetiva muito geral do conhecimento produzido sobre o monumento até à realização deste estudo.

Vila Nova de Portimão, com a sua história milenar conectada ao mar, possuía o porto de maior atividade no Algarve, especialmente aquando da era de expansão portuguesa além-mar. Inerentemente a essa posição geoestratégica, era necessária uma boa proteção da costa, algo que as antigas muralhas da vila eram incapazes de fornecer. Assim, com a prospeção do engenheiro Alexandre Massaii, em 1617 e 1621, entende-se um estado geral de pobreza e indefesa da região (LEONARDO, 2011; VENTURA e MARQUES, 1993; GUEDES, 1988). O rio Arade é por isso urgente de defender, especialmente com a crescente atividade de corso e pirataria, e assim a nova fortaleza portimonense, de tradição da “escola italiana”, deveria ficar situada à entrada da barra, no sítio de Santa Catarina de Ribamar, onde existia uma ermida em evocação a Santa Catarina de Alexandria. Anos após a conclusão desta fortaleza, o Forte de São João do Arade, em Ferragudo, seria ampliado e atualizado seguindo os valores da escola italiana, de forma a cruzar fogos na defesa do rio Arade (VENTURA e MARQUES, 1993; GUIMARÃES e COUCEIRO, 2008).

De um modo muito geral, existe documentação que atesta o perigo constante em que a costa algarvia vivia durante os séculos em que a expansão marítima decorria. Autores como Joaquim Magalhães (1970, 1999), João Nunes (1997), Maria de Graça Ventura e Maria da Graça Marques (1993), explicam, de forma algo extensa, as conjunturas sociais, políticas e militares que estão no cerne da desproteção da costa do Algarve e como evoluem ao longo dos séculos XV a XVII. De certa forma, Filipe Leonardo (2011) menciona a desproteção da costa, mesmo que seja relacionado ao período anterior ao que será estudado nesta dissertação.

O autor que mais ênfase oferece à temática da desproteção do Algarve, é Valdemar Coutinho (1991, 1999, 2001, 2006) que refere, também, de forma mais abrangente a

Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar. Reforço este ponto, pois não é o único investigador que refere a fortaleza, mas sim o que mais informação oferece sobre a mesma, especialmente no que concerne a cronologias e mudanças a que a fortificação foi alvo no decurso de séculos até à chegada do novo milénio. Nenhum estudo de outro cariz foi realizado sobre a fortificação, sendo que esta dissertação conseguiria recolher o máximo possível de informação histórica e arqueológica ao analisar o edifício ao longo dos seus quase quatro séculos de existência.

Apesar de vários autores, mas especialmente Coutinho (1991, 1999, 2001) e Sampaio (2018), referenciam a Ermida de Santa Catarina de Ribamar, muito pouco realmente se conhece sobre a mesma. Será uma dissertação em Arquitetura por Sandra Pereira (2016), no qual se inventaria as ermidas do litoral algarvio, que oferece uma perspetiva sobre a sua arquitetura. Como também a ermida foi alvo de levantamento, e enquanto estrutura integrante da fortaleza, é de interesse a procura e recolha de informação e a sua análise, de forma a melhor entender a estrutura religiosa.

Vila Nova de Portimão cresce consideravelmente até ao século XVIII, quando é fustigada por três terramotos considerados intensos (nos anos de 1719, 1722 e 1755) (TEDIM e GONÇALVES, 2007; CHESTER, 2008; ANPC, 2010). Estes acontecimentos levam, nomeadamente, a uma fragilidade da estrutura, mas é efetivamente o de 1755 que deixa a fortaleza danificada e, a partir de 1758, é sucessivamente alvo de reconstruções para se manter em funções (VENTURA e MARQUES, 1993).

As informações conhecidas sobre o século XIX eram escassas, mas entendia-se que, em virtude da evolução das frotas, e da fortaleza abaluartada ser “antiquada”, em algum ponto desse século, a Fortaleza foi desativada da sua função militar, sendo posteriormente entregue à Guarda Fiscal (GF), que a tutelou durante a primeira metade do século XX. Nesse mesmo século, é notável a quantidade de vezes que o imóvel alterou a sua jurisdição e o número de obras a que foi sujeito para adaptação ao turismo e até de recuperação após um terramoto (1969) (VENTURA e MARQUES, 1993). A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar ganharia, em 1977, proteção jurídica, quando é classificada como Imóvel de Interesse Público (IIP) (FERNANDES e JANEIRO, 2005).

Nos últimos anos, tem-se verificado uma preocupação crescente de entidades e comunicação social locais e nacionais no que concerne à direção, uso e ruína da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (LUSA, 2017; EUSÉBIO, 2017; ALGARVE PRIMEIRO,

2016). Enquanto símbolo local, é comentado o estado criticável e indigno em que o monumento se encontra, sendo alvo de obras de preservação para evitar a ruína do meio-baluarte da fachada Norte no ano de 2018 (EUSÉBIO, 2018).

Resumindo, os dados que existem sobre a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar são estritamente históricos, resultado de análise de algumas fases de ocupação da fortaleza, nomeadamente, o seu momento de construção, a sua destruição pelos terremotos de 1755 e 1969 e as suas obras de requalificação enquanto miradouro e restaurante, também nos anos 60.

Como a fortaleza foi alvo de levantamento fotogramétrico, todo um arquivo documental é inerente a este processo. A documentação de um edifício é de complexidade elevada devido às suas características e formas de representação, sendo que a dificuldade fica acrescida quando se trata de um edificado de caráter histórico. Atualmente a ciência arqueológica dispõe de uma grande diversidade de técnicas topográficas-cartográficas com aplicações diversas. Num estudo histórico ou arquitetónico, o edifício concebe-se como um elemento único e tridimensional, sendo que, o seu modelo gráfico deve apresentar essas duas características: unicidade e tridimensionalidade (A.A.V.V., 2003). Este caráter quase escultórico da arquitetura, impede que se possa compreender o monumento de um só ponto de vista, tendo-se de o percorrer no seu perímetro exterior e interior para visualizar a totalidade da sua estrutura (CAMARA e LATORRE, 2003). O registo em 3D, que represente graficamente a geometria do edifício e o aspeto das suas distintas faces (MAÑANA-BORRAZÁS, PAZ e BLANCO-ROTEA, 2008), é cada vez de maior utilidade, podendo ser transformado em outros documentos funcionais, como plantas, cortes e alçados.

A fotogrametria cria uma imagem tridimensional a partir da qual medições exatas podem ser feitas, podendo oferecer uma maior quantidade e precisão de informação (CAMARA e LATORRE, 2003). Ao realizar-se um levantamento do edifício histórico, registando de um modo objetivo e sistemático toda a área, contorno de materiais e de todos os elementos superficiais como as erosões e fissuras (CAMARA e LATORRE, 2003). Neste ponto, a fotogrametria converte-se numa ferramenta fundamental deste processo, já que permite desenhar com precisão uma geometria deformada e erodida que é difícil de apreciar subjetivamente. O arquivo que este processo de fotogrametria cria pode ser consultado sempre que necessário, tal como a preparação de desenhos pode ser

realizada a qualquer altura, tanto para fins científicos como para fins didáticos para o grande público (ICOMOS, 1990; CARDOSO, 2006).

O International Council on Monuments and Sites (ICOMOS) (1990) enfatiza que os edifícios devem ser registados dependendo da ação ao qual se deseja submeter o edificado. Desta forma, apresentam várias premissas pelo qual é plausível intervencionar um monumento. A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar assenta, em pelo menos quatro delas, que se enunciam de seguida: os edifícios históricos complexos necessitam de um registo bem informado de forma a melhor se poder tomar decisões; edifícios que representam ou respondem a problemas históricos, independentemente dos seus méritos arquitetónicos; edifícios onde obras vão ser realizadas e o proprietário/responsável deseja saber mais e, por fim, qualquer edifício onde obras estão a ser realizadas ou irão ser realizadas e há uma expectativa razoável de as pessoas do futuro quererem saber o que existia e o que foi feito.

Sendo a Arqueologia da Arquitetura a abordagem metodológica que faz a análise arqueológica do edificado, este é o método considerado ideal para estudar a Fortaleza e todos os contextos que ela guarda, sendo cada Unidade Estratigráfica Murária (UEM) registada numa ficha elaborada para o efeito. À semelhança do que acontece para as fichas de unidades estratigráficas à cota negativa, estas não possuem uma forma definida e conteúdo fechado, ficando ao critério de cada investigador a forma como será montada e adaptada conforme o tipo de monumento/edifício e a finalidade do próprio estudo. De igual forma, também a metodologia de intervenção e leitura deve ser adaptada a cada caso.

A autora Cristina Lorenzo (2013) argumenta que a Arqueologia da Arquitetura, especialmente no que concerne à questão tipológica, é muito mais do que uma ferramenta de análise, é um corpo de informação que faz com que todos os elementos que integram o edificado, tenham significado. Com a aplicação da Arqueologia da Arquitetura a este estudo pretende-se providenciar um modelo interpretativo da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar.

Em Portugal, nos primeiros trabalhos efetuados pelo então Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) nos anos de 1990, considera-se uma condição essencial e uma melhor identificação dos aspetos relacionados ao edificado, a posse de documentação gráfica rigorosa, sendo a fotogrametria, uma ferramenta muito útil, não só

pela rapidez, mas por conferir uma maior exatidão e pormenor aos levantamentos, permitindo, posteriormente, a utilização de uma aplicação tipo CAD e a restituição tridimensional do monumento em estudo (RAMALHO, 2002). Após se definir a melhor metodologia a aplicar, o IPPAR procedeu à análise de alguns edifícios históricos, nomeadamente: a Igreja de São Gião da Nazaré, o primeiro de todos a ser investigado com esta metodologia, mas também o Convento de São Francisco de Santarém, nas ruínas arqueológicas de Milreu e no Castelo na zona de Castelo de Vide. A autora acaba por referir outros projetos que iriam ser iniciados, mas nenhum deles se aplica a um edifício de Idade Moderna (RAMALHO, 2004). Também a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho foi implementando, ao longo dos anos, estudos sob a perspetiva da Arqueologia da Arquitetura, especialmente em protocolos com entidades como o IPPAR, Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) e Câmaras Municipais. Os seus estudos, até à data da publicação por Luís Fontes, André Machado e Sofia Catalão (2004), tinham-se restringido mais a igrejas e mosteiros, nos quais oferecem cinco exemplos desses mesmos estudos.

Em penúltimo ponto, vale a pena referir diversos estudos nos quais o método da Arqueologia da Arquitetura foi aplicado recentemente. Assim, começa-se pelo artigo sobre a intervenção na Igreja de São Mamede de Vila Verde por Luís Fontes (2011), sobre uma casa medieval em Coimbra (GINJA, 2019), a tese e artigo sobre o Castelo de Leiria (GINJA, 2016 e 2017), o artigo sobre o Castelo dos Mouros de Sintra (OVIEDO, FRAGERO e CAÑIZARES, 2019), o artigo apresentado no II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses (CAAP) sobre a vila de Muge (LOPES, 2017), o artigo sobre dois edifícios em Lisboa e Lagos estudados a partir deste método (SANTOS, REBELO e NETO, 2013), tal como as intervenções na Casa do Despacho em Tavira por Paulo Botelho e Luís Campos Paulo (2010), assim como na Igreja das Freiras em Lagos por Catarina Mendes, Maria João Neves e Gina Dias (2010), e na Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Lagos por Carlos de Oliveira (2010).

De igual forma mencionam-se as cinco dissertações de mestrado e uma tese de doutoramento que aplicam a metodologia da Arqueologia da Arquitetura em Portugal, por Cláudia Manso (2013), Márcio Beatriz (2014), Sofia Silvério (2014), António Ginja (2016), Sofia Catalão (2017) e Vera Borges (2019). Estes autores aplicam o método a três castelos medievais, à Sé de Lisboa, ao Mosteiro de São João de Tarouca e ao Palácio de

Valflores, portanto, seis monumentos que são ou de cronologia anterior à que se irá estudar ou não correspondem à mesma tipologia (estrutura defensiva).

Os artigos publicados por A.A.V.V. (2007) e por Margarida Ramalho e Nuno Neto (2008), embora não acusem metodologia por escrito, seguem a análise da Arqueologia da Arquitetura para a Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, em Cascais.

O recente estudo do Forte de Santa Catarina na Figueira da Foz, oferece vários artigos sobre a sua história, arquitetura e arqueologia. O método da Arqueologia da Arquitetura é aplicado aos grafitos que se encontram presentes em alguns troços das muralhas, não oferecendo, no entanto, uma análise dos paramentos e da sua estratificação, da qual poderia ser interessante perceber a metodologia aplicada a uma fortaleza abaluartada de tradição italiana (PENAJÓIA e FURTADO, 2018).

De uma forma muito geral, do que se pôde averiguar durante as pesquisas aos locais físicos e online a que se obteve acesso, nenhum estudo aprofundado de uma fortaleza de Idade Moderna, sob a perspetiva da Arqueologia da Arquitetura, foi encontrado até ao momento. Dos casos mencionados nos três parágrafos anteriores, os que mais se aproximam em questões de metodologias e objetivos são os sete casos de análise de monumentos militares, sendo os que mais se aproximam deste estudo, os do Forte de Santa Catarina na Figueira da Foz e da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz em Cascais. Mesmo assim, denota-se a ausência de mais casos de estudos similares, até ao momento, que incluam estudos de Arqueologia da Arquitetura aplicados aos paramentos das fortalezas abaluartadas ou a este período histórico, dos quais se pudesse retirar informação metodológica mais concisa, algo que não foi possível inferir a partir dos artigos sobre os fortes modernos aqui mencionados.

### 3. Metodologia

“Ó mar salgado, quanto do teu sal

São lágrimas de Portugal!

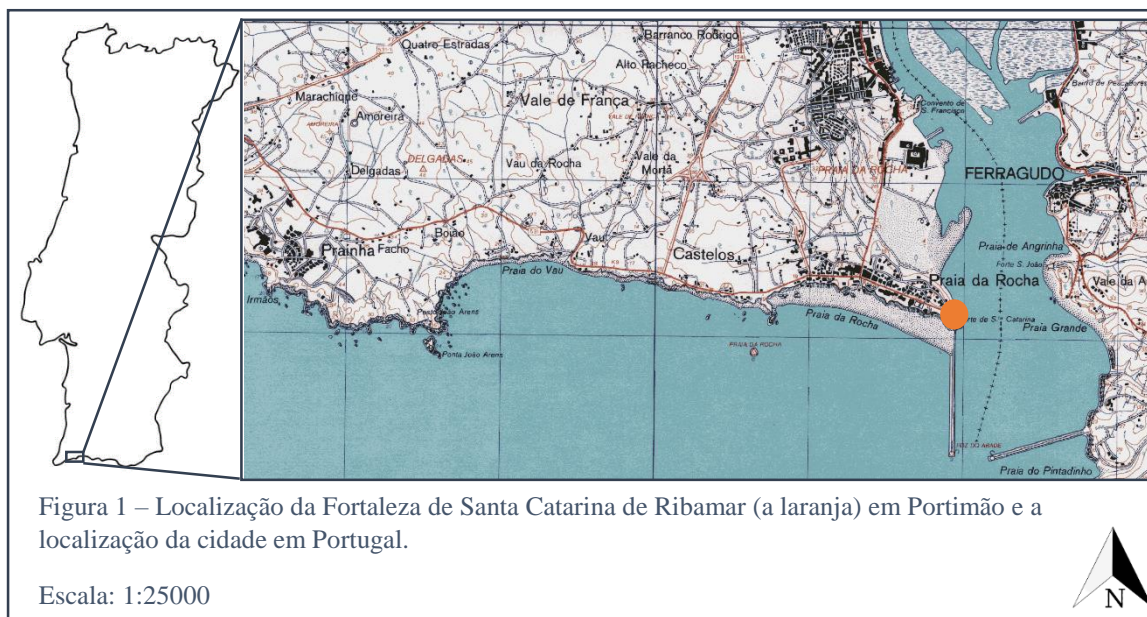
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,

Quantos filhos em vão rezaram!

Quantas noivas ficaram por casar

Para que fosses nosso, ó mar!”

- Fernando Pessoa, “Mar Português” in *Mensagem*, 1934.



|                              |   |
|------------------------------|---|
| <b>Nome</b>                  | Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar  |
| <b>Período de Construção</b> | 1630-1633 ou 1630-1642  |
| <b>Engenheiro</b>            | Alexandre Massaii   |
| <b>CNS/NºIPA</b>             | PT050811030006  |
| <b>Localização</b>           | Faro/Portimão/Portimão  |
| <b>Coordenadas</b>           | 37°6'59.97''N 8°31'46.89''W   |
| <b>Elevação</b>              | 20m   |
| <b>Classificação</b>         | Imóvel de Interesse Público (usufrui de uma zona de proteção de 50m) por Decreto nº129/77 |
| <b>Estado de Conservação</b> | Descaraterizada   |
| <b>Proprietário</b>          | Administração dos Portos de Sines e do Algarve  |

Tabela 1 – Informação geral sobre a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar.

A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, conta, à data de entrega desta dissertação, quase quatro séculos, tendo sofrido, ao longo dos tempos, amputações, remodelações e reedificações, em virtude de adaptação a novos usos e quotidianos, ou por infortúnios trazidos pela ação natural ou humana (Figura 1 e Tabela 1).

O edificado e a sua história não são amplamente conhecidos na atualidade, a fortaleza apenas tem sido reconhecida, por muitos, como um monumento devoluto e grafitado, ou como um belíssimo miradouro na Praia da Rocha. A história e importância da fortificação encontra-se perdida no tempo e pobremente qualificada ao longo das décadas.

Para melhor entender, estudar, relatar e comunicar este marco histórico portimonense, vários passos tiveram de ser seguidos. Outros igualmente necessários, não foi possível realizar neste quadro de investigação, pois, conforme se compreenderá, existiram constrangimentos únicos no período em que foi realizado este mestrado.

Em primeiro lugar, no ano curricular (2019/2020), com o vírus Sars-Cov-2 declarado uma pandemia a 11 de março de 2020 (o vírus causa a doença Covid-19 pelo qual será denominada a partir de agora), Portugal enfrentou um confinamento com início a 19 de março e fim a 1 de maio do mesmo ano. Não só o confinamento impediu a presença física em qualquer serviço, os períodos de carência na abertura dos mesmos, constrangiu o desenvolvimento de trabalhos e a construção do plano desta dissertação, que foi entregue a 30 de setembro desse ano.

Em segundo lugar, já o ano não curricular (2020/2021), foi afetado pelo crescimento das medidas restritivas para o controlo da pandemia, que comprometeram severamente as consultas a bibliotecas e arquivos. Para mais, em dezembro de 2020, eu e a minha família fomos afetados pelo coronavírus e pneumonias bacterianas, e um longo período de isolamento, de recuperação e de assistência à família sucedeu-se.

Em meados de janeiro de 2021, veio a ordem de segundo confinamento, em que novamente, todas as bibliotecas e arquivos tiveram que fechar por um período de dois meses (15 de janeiro a 14 de março), embora os serviços não abrissem todos nesse dia e continuassem a existir muitos entraves ao acesso à informação.

Assim, tanto as deslocações à fortaleza quanto as consultas em arquivos e bibliotecas tiveram de ser realizadas dentro dos períodos disponíveis, durante os dois anos mais intensos da pandemia.

### **3.1. A Recolha de Informação Histórica**

Se há algo que se entendeu como necessário e imediato, foi a recolha de dados históricos. Não só em questão de bibliografia, relatórios, estudos anteriores e/ou estudos comparativos e globais, mas também um trabalho de arquivo, de forma a poder reunir o máximo possível de informação histórica.

Seria, no mínimo, complicado, analisar a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar pelo método arqueológico, sem entender o desencadeamento da sua história. Esta dissertação

pretende um estudo intensivo de um único local, na sua perspetiva histórica, arqueológica e arquitetónica, englobado na sua paisagem e comunidade. A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, apesar de referida em várias obras que sintetizam a sua história, nunca fora, até ao momento, analisada extensivamente, de forma a realmente se compreender o seu enquadramento, subsistência às vicissitudes do tempo e importância para a comunidade portimonense e como ainda pode ser valorizada e comunicada. Não apenas isso, nunca foram compiladas todas as informações sobre a fortaleza, no decurso da sua história, conhecendo-se, por exemplo, apenas as plantas apresentadas pelos engenheiros Alexandre Massai e José Sande de Vasconcelos, quando na verdade, muitas outras existem, à semelhança de outros relatos históricos para além do terramoto de 1755.

Entende-se, portanto, que uma pesquisa exaustiva de índole bibliográfica e arquivística (documental, cartográfica, iconográfica e fotográfica) foi crucial de forma a entender a evolução dessas temáticas e o que já havia sido estudado, com o objetivo de melhor fundamentar e enquadrar a fortaleza. A recolha de dados incidiu, primordialmente, via online, devido à pandemia Covid-19, contudo, muitos documentos foram devidamente consultados nas bibliotecas e arquivos que os têm à sua guarda, obedecendo, ainda assim, às medidas vigentes de contenção do vírus.

Assim sendo, a compilação de dados começou pela pesquisa nos repositórios de universidades e outras instituições, algo muito facilitado pelo Repositórios Científicos de Acesso Aberto em Portugal (RCAAP), tal como em outras plataformas em linha, onde seria possível adicionar livros, artigos e notícias, como o *Internet Archive*, *Academia.edu*, *ResearchGate*, *Google Scholar*, *NOVA Discovery* e *Arquivo.pt*. Após a seleção de material destas plataformas, e ao obter uma noção mais clara dos seus conteúdos e bibliografia citada, foi possível efetuar uma busca noutros locais de interesse.

Com esta base de investigação, foi possível alargar a procura a outros locais. Assim, foi essencial uma consulta aos catálogos de algumas bibliotecas, entre elas, a Biblioteca de Arqueologia – Direção Geral do Património Cultural (BA-DGPC) e a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), nas quais se conseguiu reunir informação sobre o Barlavento Algarvio e Portimão (perspetivas geográficas, históricas e arqueológicas), estudos sobre a conservação de património edificado, estudos sobre a ação de forças da natureza sobre o património edificado, bem como artigos e monografias sobre outros sistemas defensivos de Idade Moderna, entre outros assuntos considerados de interesse a este estudo. De igual forma, para melhor fundamentar os restantes elementos do sistema defensivo de Lagos a

Ferragudo, alguns processos de arqueologia foram consultados, não oferecendo, contudo, uma informação considerável. Com a mesma importância, os acervos das bibliotecas sob alçada da NOVA FCSH, a Biblioteca Mário Sottomayor Cardia (BMSC) e a Biblioteca Vitorino Magalhães Godinho (BVMG) foram consultados, embora os resultados fossem mais escassos.

Foi, ainda, necessário efetuar uma pesquisa minuciosa do catálogo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), onde se pôde encontrar documentação, especialmente, da época de construção da fortaleza e das obras da DGEMN, o que se revela imprescindível na construção da narrativa histórica do local. Do Arquivo Histórico Militar (AHM), a documentação de interesse incide maioritariamente no século XIX, embora se encontre documentos de referência para o século XVIII. Do arquivo da GEAEM-DIE, do Tombo do Exército e da Biblioteca Pública de Évora (BPE), as plantas executadas, especialmente pelos engenheiro Mateus do Couto (sobrinho) e do engenheiro José de Sande Vasconcelos são essenciais à compreensão da fortaleza e das obras de reedificação em virtude da recuperação dos estragos do Terramoto de 1755, tal como informação sobre a fortaleza no século XX.

Do Museu da Cidade de Lisboa (MCL) é essencial a informação iconográfica, produzida por Alexandre Massai em 1621, a qual oferece três propostas de fortificação para a Praia da Rocha. Esses dados são basilares para entender a conceção da estrutura e a sua implantação.

O arquivo da Guarda Nacional Republicana (GNR), na qual a GF foi englobada, revela-se de grande importância para o conhecimento da fortaleza e do seu estado nos finais dos séculos XIX e início do XX. De igual modo, a informação presente nos arquivos da Capitania do Porto de Portimão (C.P.Portimão), que possuiu dependências no local em estudo, foi essencial para entender modificações possíveis na configuração do edifício. De semelhante interesse, o arquivo da Administração dos Portos de Sines e do Algarve (APS), instituição pelo qual a fortaleza ainda é tutelada, deveria revelar informação necessária, mas não foi possível consultar.

De igual forma, o relatório pedido ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), enquanto documento essencial para a compreensão do estado da fortaleza, foi consultado. De igual modo, o relatório de obras de 2018 presente na Direção Regional de Cultura do Algarve (DRCA Algarve) sobre as últimas obras efetuadas foi consultado. Por

fim, o arquivo da DGEMN foi essencial enquanto fonte de informação sobre as principais obras promovidas na fortaleza no século XX. Muitos outros locais (físicos ou online) foram consultados (museus, plataformas digitais especializadas), não oferecendo informação abundante, ao contrário dos locais mencionados neste subcapítulo.

### **3.2. A Recolha e Processamento de Dados Arqueológicos**

O principal meio de documentação do edifício e dos seus variados contextos é o levantamento efetuado pela empresa 3DMS, em colaboração com o grupo de investigação ArchHC-3D do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD) da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL), revela-se fundamental para poder sistematizar e apresentar os dados, as unidades estratigráficas, as fases da fortaleza e eventuais anomalias, através de desenhos obtidos da nuvem de pontos.

Para o processo de documentação gráfica da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, foram mobilizadas as seguintes técnicas de levantamento: o posicionamento por GPS (que garante georreferenciação e coerência geométrica na articulação dos elementos produzidos) e o levantamento por varrimento laser 3D (que produz um modelo geométrico de conjunto que permite a obtenção de elementos planimétricos e altimétricos).

Os métodos escolhidos caracterizam-se por permitirem uma documentação geométrica rigorosa, garantirem um registo quase contínuo das superfícies, por não serem intrusivos e por possibilitarem a recolha de grandes quantidades de informação num espaço de tempo curto.

O posicionamento por GPS realizou-se com recurso a uma estação Trimble R8, com sistema GNSS integrado, com o qual se levantou um total de 80 pontos, sendo eles elementos naturais do terreno. Após a identificação dos pontos, procedeu-se às transformações de georreferenciação, tendo como referencial o Sistema de Coordenadas Projetadas ETRS89.

O varrimento por laser 3D foi efetuado com o sistema FARO Focus 3D S120, sendo este um sistema de varrimento laser por comparação de fase com um alcance máximo de 80 metros. Ou seja, o fluxo de trabalho efetua-se em três fases: o levantamento de campo (recolha de nuvens de pontos e posicionamento de alvos esféricos para referência), o processamento das nuvens de pontos (que inclui remoção de dados não genuínos,

orientação relativa das nuvens de pontos e a georreferenciação do modelo) e por fim, a extração de elementos para a produção de plantas, cortes e alçados (3DMS, 2020).

Assim, reunindo-se toda esta documentação prévia, é possível traçar a história da fortaleza, proporcionando uma primeira e complexa abordagem da mesma, a sua evolução e alterações, bem como as suas anomalias e necessidades de conservação. De igual forma, ao se entender o objeto de estudo, pode-se passar ao trabalho de campo, por forma a obter mais dados, que auxiliarão o levantamento, na definição de UE's e UEM's.

Após a recolha dos dados históricos e dos dados provenientes do levantamento efetuado em 2020, pôde-se proceder à fase seguinte: a recolha de dados arqueológicos. Como a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar apresenta-se atualmente como uma estrutura em positivo, teve que se seleccionar o melhor método arqueológico para poder individualizar os seus contextos, as várias tipologias, os vários momentos e as várias fases deste monumento.

Assim, com apoio nos desenhos técnicos (plantas, cortes e alçados) derivados do levantamento de 2020, na iconografia e nos relatos históricos, e com a presença neste edifício, determinou-se que o método da Arqueologia da Arquitetura se afigura como a melhor opção para analisar este monumento pluritipológico e pluriestratigráfico.

### **3.2.1. A Arqueologia da Arquitetura**

No Estado da Arte, capítulo anterior, ofereceu-se uma pequena perspetiva sobre a Arqueologia da Arquitetura, e em especial, a sua aplicação no território nacional. Ao longo dos anos este método tem-se afigurado como o melhor a aplicar em estruturas em positivo e tem sido cada vez mais reconhecido como essencial ao conhecimento e preservação de património.

A Arqueologia da Arquitetura segue os princípios base da metodologia de leitura e interpretação estratigráfica de Edward Harris, adaptadas à cota positiva de estruturas existentes, analisando as relações das UEM's (HARRIS, 2014). Embora a construção (e reconstrução) de edifícios apresente especificidades diferentes das relações entre camadas estratigráficas identificadas em escavação, estas seguem princípios semelhantes:

1. Sobrepõe ou é sobreposto – qualquer elemento que cobre outro ser-lhe-á posterior, pois nada que não exista previamente poderá ser coberto.

2. Preenche ou é preenchido – se um elemento é preenchido por outro é por lhe ser anterior.
3. Assenta ou suporta ou é apoiado ou apoia – se um elemento se apoia ou assenta noutra é porque o primeiro já existia antes do segundo e o apoiado é ulterior.
4. Corta ou é cortado – um elemento só pode ser cortado se existir, assim, o que corta é necessariamente ulterior.
5. Igual a ou une-se a – quando elementos se unem correntemente um ao outro, ou são semelhantes, é porque são coetâneos.

Como uma premissa de datação, o ICOMOS (1990, :76), entende que na evidência cronológica de um edifício, englobando a totalidade dos seus elementos, a cronologia será apresentada em parte relativa, e em parte absoluta. Ou seja, a datação será absoluta, devido às informações obtidas a partir de documentos, inscrições e elementos datáveis. Por outro lado, a datação será relativa, no que concerne a relação das partes do edificado umas com as outras. Neste tópico de datações relativas e absolutas propostas pelo ICOMOS, aponta-se que se deve ser extremamente crítico destas informações. Primeiro que tudo, nenhum edifício é igual na sua configuração e história. E segundo, nem todos os relatos históricos são precisos no que concerne a cronologia e podem existir omissões.

Para se efetuar o registo das várias UEM's que se possam identificar num monumento, a elaboração da ficha modelo a ser utilizada no decurso deste estudo era essencial e várias propostas de outros autores foram analisadas. No entanto, prosseguiu-se com uma proposta de ficha inspirada nas apresentadas nas dissertações de mestrado, também na vertente de Arqueologia da Arquitetura, por Márcio Beatriz (2014) e com alguns campos e sugestões apresentadas por Cláudia Manso (2013) (Figura 2). Assim sendo, as fichas foram preenchidas de acordo com estes campos e termos:

1. Dar um número e descrição à unidade. Será o principal tópico a ser abordado na ficha, sendo a apresentação principal do contexto em estudo. Assim será possível identificá-la e saber onde se encontra, o aparelho construtivo, tipologia de elementos, provável proveniência, cronologia, entre outras informações importantes. Será apresentada por escrito, embora a ficha possua outros campos para melhor compreensão de cada tópico.
2. Registrar a sua relação com as demais unidades estratigráficas. Ou seja, um espaço apenas reservado à forma como a unidade em causa é englobada no complexo e como auxiliará à sua própria datação e correspondência às demais.

3. O estado de conservação e as alterações que sofreu é de importância acrescida num monumento à beira-mar, ainda sujeito à ação dos elementos ou que poderá ser alvo de conservação no futuro.
4. A descrição das técnicas construtivas, materiais de união, características físicas e elementos extra presentes naquela unidade, caso existam (como grafitos, elementos decorativos, placas, entre outros).
5. Por fim, o registo gráfico. Cada unidade estratigráfica, para além de estar documentada nos desenhos (e esses materiais de apoio identificados na ficha), será fotografada, de forma geral e de forma pormenorizada. O registo fotográfico será realizado com recurso a uma escala de 50cm e com uma máquina fotográfica (Olympus Digital e-500). As fotografias tiradas serão identificadas pelo seu número na ficha. Por fim, irá ser apresentado um *croquis* da unidade, quando necessário e que será realizado à parte, em folhas de papel milimétrico e devidamente identificados na ficha.
6. A ficha conclui-se com um comentário, caso seja necessário, a identificação de quem preencheu a ficha, a data em que foi preenchida e a revisão da mesma.

O registo em fichas de UEM permitirá cumprir os objetivos do método da Arqueologia da Arquitetura. As UEM's e a sua evolução estratigráfica permitirão compreender e sistematizar os vários momentos de construção ou reconstrução e até uso do edifício e das suas várias divisões. Ou seja, será possível conhecer a sucessão e a sequência histórica da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar.

O registo de cada UEM permitirá identificar os materiais e técnicas construtivas utilizadas em cada período histórico e como se correlacionam com valores estéticos e as condicionantes políticas e económicas e poderemos conhecer a sociedade humana que construiu, usou e beneficiou da existência desta fortaleza.

O registo de cada contexto desta fortaleza e a sua análise quantitativa e qualitativa permitirá descrever e documentar exhaustivamente o local, tal como formular a sua história e propor modelos explicativos dos seus usos. Estes modelos permitirão conservar e transmitir a sua memória e facilitar a sua difusão e musealização.

Por fim, este estudo auxiliado pela Arqueologia da Arquitetura permitirá diagnosticar patologias no edifício, identificando as suas causas e sequenciá-las, tal como

apoiará futuros projetos de restauro, ajudando a identificar soluções adequadas para os problemas desta fortaleza, tal como auxiliar a tomada de decisões (recuperar, potenciar, ocultar e/ou destruir), e serve como instrumento de avaliação do projeto de intervenção.

Após se entender a evolução histórica da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar e se ter compreendido a metodologia da Arqueologia da Arquitetura, pôde-se proceder ao planeamento do primeiro trabalho de campo.

|   |            |        |  |
|---|------------|--------|--|
| <b>Localização: Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Portimão)</b> |            | UEM nº |  |
| Corpo Arquitetónico:  | Paramento: |        |  |
| Descrição:  |            |        |  |
| Cronologia:   |            |        |  |

| Caraterísticas Físicas |             |
|------------------------|-------------|
| Comprimento:           | Largura:    |
| Altura:                | Orientação: |

| Relações Estratigráficas |               |                 |
|--------------------------|---------------|-----------------|
| Coberta por:             | Cobre:        | Preenchida por: |
| Cortada por:             | Corta:        | Enche:          |
| Adossa a:                | Adossada por: | Equivalente:    |
| Integrada em:            | Integra:      | Une:            |

| Alterações Sofridas |                        |
|---------------------|------------------------|
| Tipo:               | Estado de Conservação: |
| Descrição:          |                        |

| Técnica Construtiva/Aparelho |                         |
|------------------------------|-------------------------|
| Material de Construção:      | Dimensão dos Elementos: |

|                  |
|------------------|
| Modo Construção: |
|------------------|

| Material de União |               |
|-------------------|---------------|
| Tipo:             | Consistência: |
| Descrição:        |               |

| Elementos Extra |                                  |
|-----------------|----------------------------------|
| Tipo:           | Dimensão e Material do Elemento: |
| Descrição:      |                                  |

| Registo     |
|-------------|
| Fotografia: |
| Fotograma:  |
| Croqui:     |

|           |
|-----------|
| Conteúdo: |
|-----------|

|                           |                  |
|---------------------------|------------------|
| Investigador Responsável: |                  |
| Data de Preenchimento:    | Data de Revisão: |

Figura 2 - Frente e verso do modelo de ficha tipo de UEM a ser utilizada nesta dissertação. Caso seja necessário, estas fichas podem servir apenas como ficha de UE.

### 3.2.2. O Primeiro Trabalho de Campo

Para esta fase, imprimiram-se várias fichas de UEM's e os desenhos originados pelo levantamento de 2020, facultados pela 3DMS. Este trabalho de campo foi efetuado nos dias 5 e 6 de agosto de 2021.

O primeiro passo foi conhecer a fortaleza, fisicamente, pela primeira vez. Muitas das características não são perceptíveis a partir de fotogramas e de modelos 3D, apesar de serem elementos auxiliares essenciais. A fortaleza faz parte de um sistema defensivo, enquadra-se numa paisagem e numa comunidade, possui textura, cheiro e sensações que apenas podem ser captadas *in loco*.

Apesar de poder ter visitado o interior da fortaleza, não tive acesso ao interior da ermida e do restaurante, o que impossibilitou, nesta fase, poder interpretar os mesmos de uma forma mais abrangente. Mas foi possível, graças à APS e à C.M.Portimão, visitar o resto das instalações.

Como segunda fase do registo arqueológico, foi possível efetuar a leitura dos paramentos, ou seja, identificar os vestígios existentes por via da construção, destruição e reconstrução, distinguir as épocas de construção mais expressivas e detetar anomalias e desgastes da estrutura. Existe também a “mico estratigrafia” dedicada à leitura dos revestimentos (CABALLERO ZOREDA, 2001, :19). Foi possível comparar o objeto real aos fotogramas e fotografias, podendo neles marcar e numerar as fases de forma genérica tal como marcar as zonas mais problemáticas de conservação. Para esta fase é essencial conhecer a história da fortaleza, algo que só foi possível através da análise e comparação das várias plantas e relatos históricos.

Numa terceira fase, procedeu-se a uma análise crono-tipológica, entendendo-se como o levantamento dos métodos construtivos identificados no local (tipologia) e qual a sua cronologia, tanto relativa como absoluta (CABALLERO ZOREDA, 2001a, :31). Ou seja, nesta fase identificaram-se os materiais de construção, aparelhos de construção, tal como se levantou outros elementos, de forma a correlacioná-los com uma época específica. Esta informação recolhida relaciona-se diretamente com a quarta fase, na qual o trabalho de campo ficou concluído com o preenchimento de fichas de UEM's.

Neste período, devido às condições atmosféricas mais favoráveis, os registos foram devidamente efetuados (especialmente o fotográfico). O respetivo preenchimento de

fichas tal como o levantamento fotográfico (tanto geral como de pormenor) e ainda a elaboração de *croquis*, exigiu tempo, concentração e minúcia.

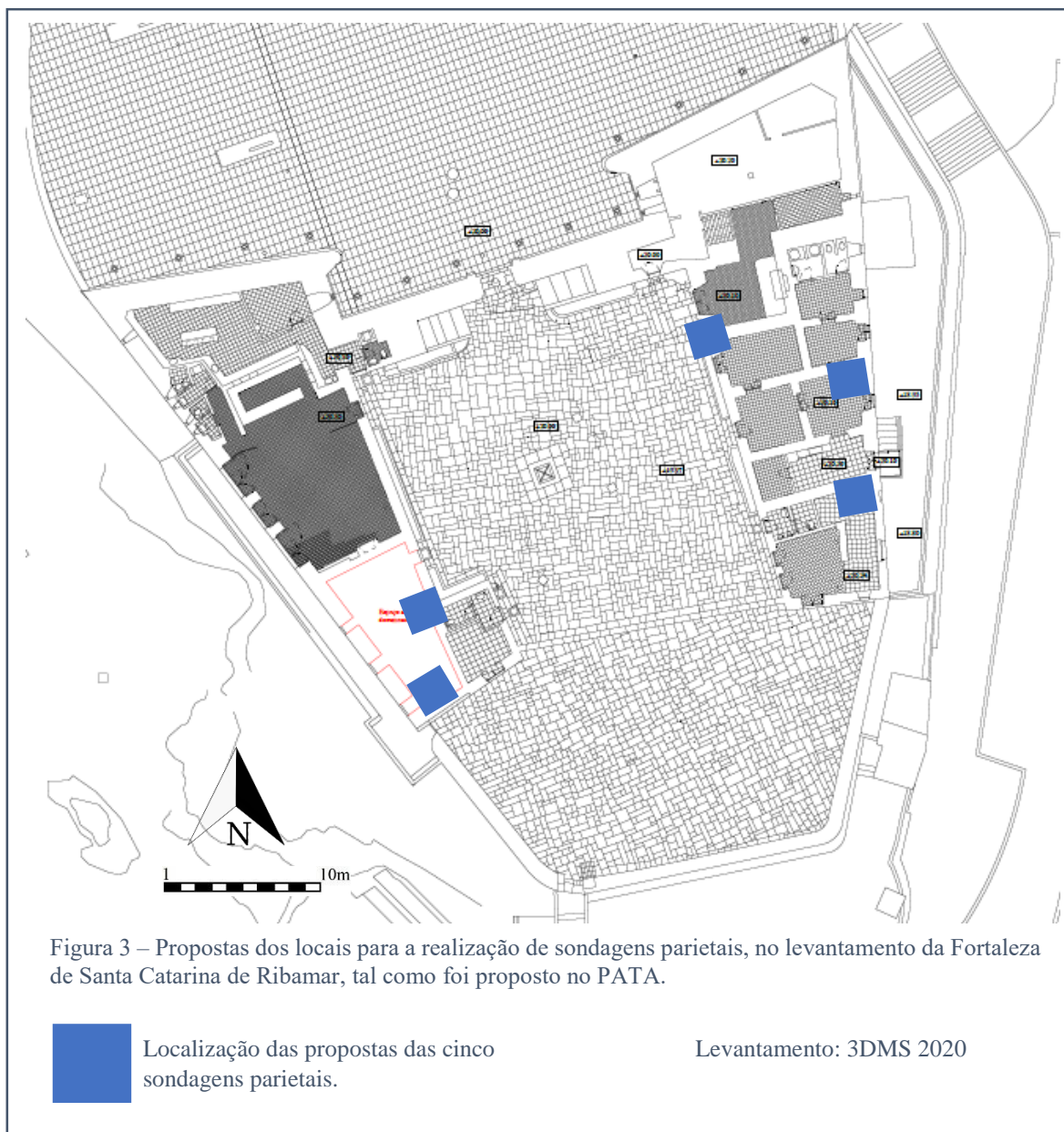
### **3.2.3. O Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos e Relatório Prévio**

Após o trabalho de campo efetuado em agosto, considerou-se de grande interesse a realização de sondagens parietais em locais chave na fortaleza, que, por estarem cobertos por reboco, ocultavam aparelhos e materiais construtivos que podiam auxiliar e completar os dados, a análise e o conhecimento sobre este edificado.

Assim sendo, elaborou-se um Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA), em novembro de 2021. Neste pedido, com base nas obrigações apresentadas no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei nº164/2014, publicado em Diário da República, Série I, 04/11/2014), está enquadrado em categoria C do artigo 3º (ações preventivas e de minimização de impactes integradas em estudos, planos e projetos de obra com impacto no património).

O projeto apresentado à DGPC e DRCA Algarve foi designado como FSCR.21 (Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar 2021) (Anexo 1). Com este pedido propôs-se a abertura de cinco sondagens parietais, de dimensões variáveis, mas que não ultrapassariam os 50x50cm (pois as dimensões dependiam do local em que seriam realizadas e das condições). O reboco seria picado para expor a estratigrafia subjacente ao revestimento (os materiais de construção e as técnicas de construção) tal como possíveis patologias na estrutura por este ocultas.

As sondagens estão localizadas no interior do recinto fortificado, nomeadamente nas zonas dos antigos quartéis, muito danificados ao longo dos séculos (Figura 3). O objetivo e a localização das sondagens prendem-se com o facto de se propor registar e analisar as técnicas de construção, os materiais de construção e patologias no interior do recinto fortificado, zona onde a informação é mais escassa. Um outro objetivo prendia-se com a análise dos materiais da ermida, sendo esta prévia à fortaleza, era de interesse compreender se se trata de uma construção antiga ou de reaproveitamento de materiais. Por fim, era necessário entender-se também a união do anexo do século XVIII à estrutura fortificada do século XVII.



Como a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar é um monumento classificado (IIP, Decreto nº129/77, publicado em Diário da República, Série I de 29/09/1977), um relatório prévio (RP) era essencial de forma a cumprir os requisitos do artigo 4º do Decreto-Lei nº140/2009 (publicado em Diário da República, Série I de 15/06/2009), que estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal (Anexo 2).

Por fim, tanto para o PATA como para o RP, a autorização da entidade tutelar do monumento, neste caso a APS, teria que ser anexada. Neste momento aguarda-se o desenrolar do projeto para se poder dar continuidade a esta intenção de realizar sondagens

arqueológicas, que não foi possível fazer para os efeitos desta dissertação, mas que forneceu uma formação pertinente nos requisitos legais para este tipo de intervenção.

#### **3.2.4. Processamento de Dados**

Na quinta fase do trabalho de campo, foi essencial a revisão das fichas de UEM com o auxílio dos desenhos e fotografias. Após a revisão das unidades estratigráficas, foi necessário listá-las (são organizadas pela ordem numérica, remetendo o leitor para a ficha correspondente em anexo) e foram sistematizadas através de símbolos e as suas relações de anterioridade, posterioridade e contemporaneidade (HOGGETT, 2000 :11; RAMALHO, 2002. :21). Ou seja, após se expor os variados contextos que compõem a estrutura, foi realizada uma matriz de Harris, no qual se encontram encadeadas as várias fases da fortaleza.

A melhor forma de apresentar as várias UEM's *in situ* seria sempre desenhá-las, e por isso, com o recurso às ilustrações originadas pelo levantamento de 2020, desenhou-se cada UEM correspondente a uma fase específica do edificado. De igual forma, com recurso a esses mesmos desenhos, delineou-se a configuração da Fortaleza em cada uma das fases. Esta sexta fase entende-se como a mais demorada e morosa, exigindo um processamento de informação superior.

Numa sétima e última fase do trabalho de campo e elaboração de informação, compreende-se a interpretação dos dados recolhidos nas fases anteriores. Entende-se, portanto, a integração das conclusões da análise estratigráfica da fortificação, em correlação com as informações históricas recolhidas no decorrer desta dissertação.

Só com a presença deste conjunto de informações se pode assimilar a morfologia arquitetónica da estrutura, a sua inserção no território, a complexidade do sistema defensivo de Portimão, a sua funcionalidade ao longo dos séculos, as implicações e influências que teve sobre a população que protegia e como é atualmente recebida pela comunidade portimonense (MANSO, 2013 :11).

No entanto, deve-se perceber que a recolha de informação histórica, arquitetónica e arqueológica não serve apenas para atenuar a preocupação com o conhecimento do local, ignorando a situação cada vez mais precária em que se encontra o património edificado e arqueológico. Se não existir uma boa gestão patrimonial, se não existir conservação e restauro e se não existir transmissão de conhecimento ao público (seja a

comunidade local, nacional ou científica), então, na verdade, de pouco vale acrescentar conhecimento ao tema (BLANCO-ROTEA, 2017 :35).

Toda a informação recolhida e a que deste estudo resulta, deverá servir para abrir portas para variadas formas de valorização e comunicação da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, tópico que terá direito a um capítulo dedicado neste estudo. Essa temática, apresentada no final deste estudo, é que, de certa forma, irá relatar o estado do local, o modo como é percebido pela comunidade local e pelos turistas, e o que poderá ser feito para alterar o rumo deste monumento, de maneira a poder ser apreciado e entendido por todos. Será, portanto, uma preparação de projeto de conservação e de comunicação da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, um local que tem ainda muito para dar, e espera-se, poder colocar algumas destas propostas em prática.

#### 4. O Algarve Militar: Breve Contextualização

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.

Deus quis que a terra fosse toda uma,

Que o mar unisse, já não separasse.

Sagrou-te, e foste desvendando a espuma,

E a orla branca foi de ilha em continente,

Clareou, correndo, até ao fim do mundo,

E viu-se a terra inteira, de repente,

Surgir, redonda, do azul profundo.

Quem te sagrou criou-te português.

Do mar e nós em ti nos deu sinal.

Cumriu-se o Mar, e o Império se desfez.

Senhor, falta cumprir-se Portugal!

- Fernando Pessoa, “O Infante” in *Mensagem*, 1934

De forma a se poder entender a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, é necessário oferecer um contexto sobre o Algarve na sua perspetiva histórico-geográfica. As condições geográficas do Algarve sempre condicionaram a sua história. As suas fronteiras permeáveis permitiram a chegada e assentamentos de diversos povos. Estas populações deixaram as suas marcas no território, seja pela toponímia, arquitetura, tradições, entre outros.

No entanto, as fronteiras não permitiam apenas a entrada de boas influências. Devido a essa permeabilidade, as populações sofriam constantes investidas de inimigos, algo que é possível de comprovar com as constantes obras de fortificação nas terras algarvias ao longo de vários séculos.

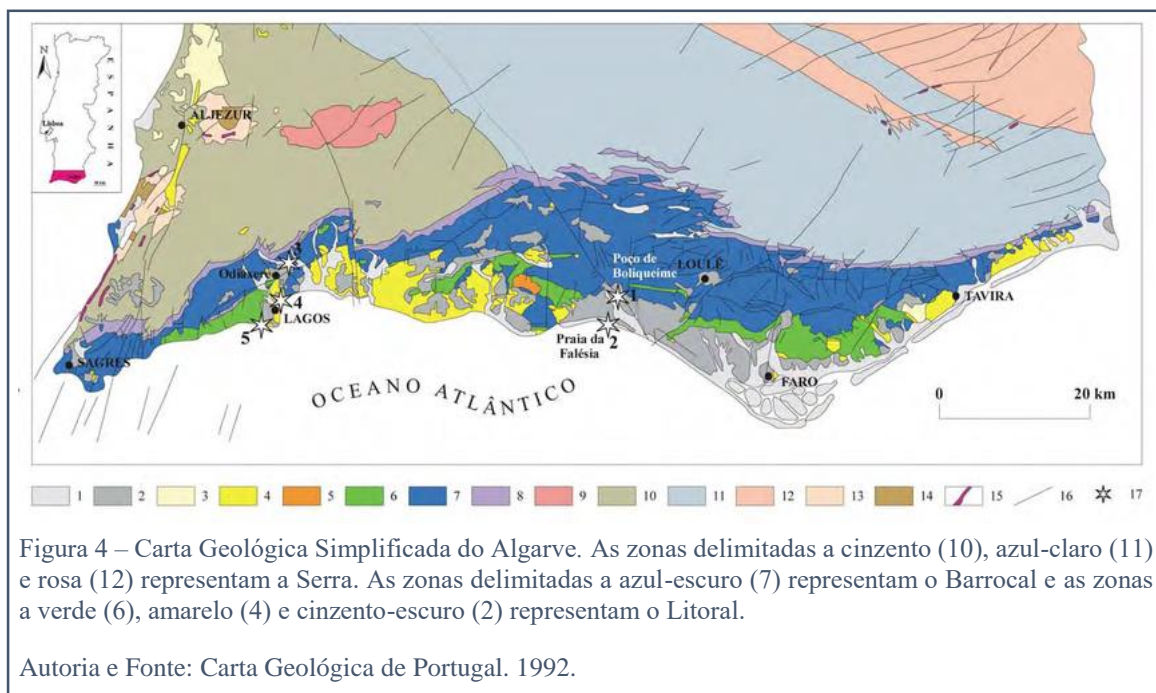
#### **4.1. A Perspetiva Histórico-Geográfica**

A região algarvia situa-se no extremo Sudoeste da Europa e no Sul de Portugal. Possui características singulares, desde o seu clima até à sua morfologia, dos vestígios à sua comunidade. O Algarve é distinto do resto do país. Este território é banhado a Oeste e a Sul pelo Oceano Atlântico e separado de Espanha pelo rio Guadiana (a Este). A Norte, as cadeias montanhosas separam o Algarve da planície alentejana (COUTINHO, 1991, :9).

O Algarve, a província mais pequena de Portugal, é classicamente “dividida” em três zonas morfológicas: a Serra, o Barrocal e o Litoral (Figura 4). A Serra é uma cadeia montanhosa localizada a Norte do território algarvio, na fronteira com o Alentejo, o que lhe confere proteção dos ventos frios oriundos do Norte. Na zona das cordilheiras é onde se verifica maior pluviosidade, a existência de uma floresta mais densa e de maiores altitudes. O Barrocal é a zona central do Algarve. Nesta área verifica-se uma diminuição das altitudes, as rochas são maioritariamente areníticas e as árvores são tipicamente de sequeiro (SOUSA, 2009, :4).

O Litoral, a última zona morfológica, e em estudo nesta dissertação, é pouco acidentado, apresenta uma altitude inferior aos 100m e possui árvores de sequeiro e horticultura. No entanto, a orla costeira é também ela própria diferenciada. O Litoral Oeste (na Costa Vicentina), é formado por rochas xistosas e apresenta-se com altas e abruptas arribas (salvo raras exceções). Já de Sagres a Quarteira, a costa é constituída por rochas calcárias e argilosas, também com altas arribas, excetuando alguns casos. Por fim,

de Quarteira a Vila Real de Santo António, a costa caracteriza-se por ser de baixa altitude e arenosa (SOUSA, 2009, :5).



O Algarve Litoral possui muitos ancoradouros naturais, o que facilita os contactos marítimos com o exterior. Estas condições geográficas foram propícias à criação e uso de circuitos marítimos ao longo da história. A água do mar cristalina e os rios navegáveis oferecem sustento a quem os explore (várias atividades marítimas prosperaram nesta região, desde a pesca, o comércio de cabotagem e de longa distância, o corso e contra-corso, o transporte de gentes, ideias e produtos) (COUTINHO, 2001, :37). O mar foi, indubitavelmente, a principal via de comunicação e transporte. O Litoral possui influências Mediterrânicas sentidas no clima, na vegetação, nas culturas agrícolas e até nos seus costumes (SOUSA, 2009, :6). Esta zona é, por si só, atrativa para assentamentos (desde a Pré-História), aos povos marítimos que aqui se instalaram, até à atualidade com a crescente turistificação (COUTINHO, 1991, :19).

Entende-se que o Algarve foi uma zona progressivamente ocupada ao longo da pré e proto-história. Os antigos escritores Gregos e Romanos, que prosperaram as terras algarvias, mencionavam os vários povos que aqui habitavam, sendo nomeados os Turdetanos, os Cónios e até os Celtas (LOPES, 1837, :6).

Dos povos oriundos do mar, os Fenícios e os Cartagineses, o Algarve herdou a arte da pesca e da salga. E, da cultura Greco-Latina, herdou a organização administrativa

de todo o território, o traçado viário e até uma unificação linguística (SOUSA, 2009, :7; LOPES, 1837, :7).

A seguir à ocupação romana, as invasões ditas “bárbaras” dos Suevos e Visigodos (estes a Sul de Portugal) acontecem, sendo que assim o Algarve seria alvo de novos assentamentos (LOPES, 1937, :7). Em 711, os muçulmanos chegam à Península Ibérica. O Barlavento algarvio é o espaço português que mais tempo se mantém sob domínio islâmico. Esta área teve como centro do seu poder a cidade de Silves, cujo porto é referenciado em diversas fontes a partir do século X (GONÇALVES, 2012, :163). Da ocupação muçulmana verifica-se a existência de técnicas de rega, da agricultura hortícola e das almadravas, assim como uma síntese entre o quotidiano e o espiritual, no modo de estar, de usar e até de habitar (SOUSA, 2009, :7).

Quando começa a reconquista Cristã da Península Ibérica no Sul, os limites do *Al Garb* começaram a reduzir. Os portugueses tomaram aos muçulmanos a região a ocidente do rio Guadiana, designando-a por Algarve. As diferenças do Algarve com o resto do país seriam um motivo pelo qual, em primeira instância, a região não seria englobada num Portugal unificado, sendo tratada como reino autónomo durante vários séculos (COUTINHO, 1991, :12).

A unidade territorial portuguesa só ficaria definida no ano de 1249, aquando da conquista definitiva do Algarve. Posteriormente, com a assinatura do Tratado de Badajoz, o Algarve fica inserido numa zona geoestratégica do reino de Portugal, para qual era de extrema necessidade a edificação de variadas estruturas defensivas, como é o caso de castelos, cercas, torres de vigia e até de fortes (CLAUDINO, 2012, :60). No entanto, a conquista do Algarve só seria celebrada com a assinatura do Tratado de Alcanizes. Corria o ano de 1297, quando são negociadas as fronteiras definitivas entre Portugal e Leão e Castela (CLAUDINO, 2012, :6).

O Algarve ganha destaque no século XV por ação do Infante D. Henrique e de D. João I, que fazem os seus empreendimentos partir de Lagos para Ceuta a fim de a conquistar, no ano de 1415. No entanto, seria em Sagres que se instalaria a mais produtiva corte de Portugal, constituída por militares, navegadores, cartógrafos, geógrafos e construtores navais que, conjuntamente, preparavam o prolongamento geográfico da nação. Quando recebe o título de governador a termo vitalício, Infante D. Henrique instala-se em Lagos, que passa a ser, além de grande porto de construção e armamento, a

base dos empreendimentos henriquinos. Após a morte do Infante D. Henrique, o Algarve começou a perder, de forma progressiva, a grande proeminência que até então tivera no processo da expansão além-mar. No entanto, este facto não impediu, de forma alguma, que a região continuasse a deter grande importância nesse processo pelos séculos vindouros. A primeira manifestação da transferência de atividades para Lisboa, até então alocadas ao Algarve, leva a uma diminuição no ouro e escravos que a região recebia (GARCIA, 1999, :147).



Figura 5 – Pormenor do Reino do Algarve num mapa do reino de Portugal em 1560. Portimão encontra-se referido como Vila de Portimão, ainda sem destaque considerável na barra do Arade, contrariamente a Silves a montante do mesmo rio.

Autoria: Vernando Alvaro Secco. Editado em Antuérpia. 1560.

Escala aproximada do mapa completo: 1:140000

Fonte: Biblioteca da Universidade de Berna via OldMapsOnline.org



De finais do século XV a meados do século XVI, o Algarve (Figura 5) detém uma posição estratégica importante face às praças-fortes que haviam sido conquistadas no Norte de África ao longo do tempo. Quase toda a costa desse território estava sob posse ou sob vigilância portuguesa e o Algarve, era o local mais próximo para abastecimentos e socorro. No entanto, no decorrer do século XVI verifica-se um progressivo abandono das fortalezas, do Sul de Marrocos em direção ao Norte, o que leva o Algarve a perder as funções que sempre lhe couberam. (MAGALHÃES, 1999, :258). O litoral algarvio, zona

principal da região, foi em certos tempos, o seu ponto mais fraco perante ataques de corsários e piratas berberes, turcos e europeus.

Assim sendo, após o abandono de várias praças Norte Africanas, os muçulmanos vinham, com uma relativa frequência, devastar as populações algarvias (COUTINHO, 1991, :97).

No entanto, será apenas a partir do desaparecimento (e morte) de D. Sebastião, em 1578, que o Algarve fica cronicamente vulnerável face a piratas e corsários que o invadem constantemente (MAGALHÃES, 1999, :258). Ainda, com a União Ibérica, concretizada com a subida de Filipe II de Espanha (I de Portugal) ao trono português em 1580, levantaram-se novos problemas dadas as rivalidades existentes entre o rei espanhol e alguns povos europeus (nomeadamente os holandeses, os ingleses e os franceses). Seria a força dos corsários e piratas e os conflitos com estes reinos que fustigaria constantemente o litoral algarvio (COUTINHO, 1999, :263). Duas potências marítimas emergentes na Europa, Inglaterra e Holanda, atacariam em força os domínios espanhóis, não fazendo qualquer distinção entre os territórios portugueses, em função da União Ibérica. Nesse contexto de invasões, o Algarve, talvez tivesse sofrido mais incursões devido à proximidade com Cádiz, aonde chegavam navios carregados de metais preciosos (COUTINHO, 2001, :69).

Estas constantes ameaças de invasões e o uso generalizado de armas de fogo determinam as modificações na ciência de fortificar em que os italianos foram mestres. É nesta conjuntura que se insere o trabalho de Alexandre Massai, engenheiro italiano, a quem é ordenado elaborar um relatório de inspeção às fortalezas e posteriormente elaborar uma proposta de fortificação de pontos estratégicos (SOUSA, 2009, :24).

Conforme refere na “*Descrição e Plantas da Costa, dos Castelos e Fortalezas, desde o Reino do Algarve até Cascais, da Ilha Terceira, da Praça de Mazagão, da Ilha de Santa Helena, da Fortaleza da Ponta do Palmar na Entrada do Rio de Goa, da Cidade de Argel e de Larache*”.

“Primeiro que tudo devo advertir a V. S<sup>a</sup> três couzas em matteria de estado ameu paresser importantes que são a primeira neçessidade que o Reino tem de ser fortificado e oproveito que disso rezultará oq se não fazendo pello contrario se perde, o segundo quanto importa aver nelle Armas e munissois de toda asorte e que no ditto Reino se fassa pólvora e não se espere que ella venha de Reinos estrangeiros, o terceiro de quanta utilidade, proveito e emportansia será coltivaremsse as terras, lagoas e

Paúis perdidos que no ditto Reino há e o proveito que rezultará fazendosse com amais que nas Relassois e traças seguintes se dis.” (PT/TT/CCDV/29, Folha nº26)

Ou seja, o engenheiro dá conta de que três coisas são essenciais serem percebidas do seu relatório, no que concerne o geral da região do Algarve: o primeiro aspeto é a necessidade de fortificação do reino; o segundo aspeto é a necessidade de existir armas e munições de todos os tipos e que se faça pólvora localmente em vez de esperar a chegada de pólvora de outras regiões e por último aspeto, dever-se-ia apostar em cultivar as terras e secar as lagoas, de forma a duplicar a área arável e assim poder subsistir as cidades e vilas de mantimentos, sem necessidade de esperarem por novas cargas.

Poderemos entender esta “*Descrição e Plantas da Costa, dos Castelos e Fortalezas, desde o Reino do Algarve até Cascais*” como a primeira obra, muito preliminar sobre o estado das fortificações, não apenas do Algarve como também do resto do país e outros territórios além-mar, inclusive, o autor apresenta um mapa detalhado de Portugal e das várias regiões que acabaria por mencionar mais tarde (Figura 6).



Figura 6 – Excerto do mapa presente no Códice de Cadaval. A região do Algarve desenhada apresenta um pormenor razoável para a Baía de Lagos e o rio Arade até Silves.

Autoria: Alexandre Massaii. 1617.

Escala: 1:15 léguas

Fonte: PT/TT/CCDV/29



Será em 1621 que Massaii entrega o seu parecer final, com a sua “*Descrição do Reyno do Algarve*” (MC.DES.1402), no qual, copia certos excertos presentes na sua obra de 1617, complementando com novas informações, mapas e plantas de fortificações e os seus pareceres para reforçar a fortificação do reino.

“...q seria dentro de 500 pessoas e sequadra esta villa destes muros e a vera coiza de 5 annos q el-rey nosso senhor os mandou de novo consertar, tem muitos arrabaldes fora do seguro q devião meter dentro a nova muralha...” (MC.DES.1402 Folha nº24)

Apesar de se verificar um esforço de fortificar a raia litoral do Algarve ao longo dos séculos, atualizando-o sempre que possível a novas formas de guerrear, o sistema defensivo criado não foi infalível. Em diversos momentos (como por exemplo, a ocupação islâmica, a reconquista cristã, o enfraquecimento português no Norte de África no século XVI, invasão de corsários e piratas, o domínio Filipino e o pós-Restauração de 1640) verificou-se que o sistema construído apresentava falhas crassas que foram alvo de tentativas de aperfeiçoamento. Contudo, deve-se ter em conta que, mesmo falível, atenuaram a violência de muitos ataques e permitiram a defesa em diversas circunstâncias (COUTINHO, 2001, :64).

A 8 de janeiro de 1638, o Governador e Capitão-mor do Algarve, Henrique Correia da Silva, envia uma carta a Filipe III, no qual expressa um estado precário no que concerne a defesa do reino, notando a ruína de muitos sistemas fortificados, a penúria de gente para guerrear e defender, a escassez de recursos financeiros, de armas e munições. Esta é uma situação que se irá manter pelos séculos vindouros (COUTINHO, 2001, :45; SOUSA, 2009, :37).

Em Portugal, o período da Guerra da Restauração, entre 1641 e 1668, significou um reforço da raia terrestre, em detrimento das defesas do litoral, que só foram alvo de atenção tardiamente.

Assim, a partir de 1649, ditou-se o reforço das fortificações na raia terrestre, guarnecendo o litoral apenas de baterias com fins de vigilância e defesa muito restrita, aquando da alcançada paz com a Holanda e dado o estado desgastado da marinha espanhola. A substituição da barragem de fogo das fortalezas por uma sucessão de pequenos e poucos fortificados, segundo a mobilidade tática barroca, explica a grande falta de interesse pelas grandes fortalezas do litoral. O Algarve, crucial no século XVI, e que no período filipino conheceu ainda grandes fortificações, tornou-se numa área

marginal, pouco se concretizando projetos militares, sendo o estado das suas fortificações durante este espaço temporal muito lamentável (CONDE, HENRIQUES e GUIOMAR, 2011, :5).

Contudo, a organização da defesa do Algarve, a princípio muito precária, mas eficiente com o avanço do tempo, contribuiu de um certo modo, para conduzir a bom porto os sucessos das armas portuguesas nos campos alentejanos, tal como nas praças fronteiriças de Alcoutim e Castro Marim (IRA, 1976, :165).

Com a Restauração, D. João IV criou um organismo único que superintendesse os assuntos militares, o Conselho de Guerra. O país foi sujeito a divisões territoriais militares e constituído em Praças de Guerra, sendo que o Algarve possuiria nove (Sagres, Lagos, Portimão, Albufeira, Faro, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim) (SOUSA, 2009, :38).

Até meados do século XVIII, o Algarve enfrentaria ameaças nas suas costas, decorrentes das guerras dos britânicos e dos franceses. Portugal seria inserido no contexto da guerra contra a Liga dos Bourbons (França e Espanha) e é nessa altura que o governo Inglês chamou o Conde de Lippe para Portugal e que não descarta o Algarve, no qual efetua duas viagens de inspeção às fortalezas (IRA, 1976, :173).

Os eventos de maior importância no território de Portugal continental foram os vários sismos de grande magnitude que atingiram o país, muitos dos quais provocaram elevados danos e numerosas vítimas. No entanto, o sismo que abalou o país em 1755 é, sem dúvida o mais conhecido (até a nível internacional). Considera-se que só a partir de meados do século XIV é que começam a aparecer referências mais fiáveis sobre terremotos que afetaram o país (ANPC, 2010, :31).

Assim sendo, considera-se que desde o fim da Idade Média à atualidade, os sismos encontram-se registados e até catalogados relativamente aos seus estragos. O Algarve foi, ao longo da Idade Moderna, fustigado pela ação sísmica, que em casos isolados, se acompanharam de destruidores maremotos. Um terremoto aconteceu em 1504, onde se notou uma ruína considerável no território algarvio. No entanto, pela força demolidora relatada para o Algarve, considerava-se possível que tivesse causado um maremoto de semelhantes proporções (MACHADO, 1937, :3). No entanto, os sismos de 1719, de 1722 e de 1755, foram os que mais impacto tiveram na região (ANPC, 2010, :33).

A 6 de março de 1719, um sismo com epicentro em Vila Nova de Portimão atinge a magnitude (reportada) de 7.0 (numa escala de 0 a 10). Os estragos por ele provocados foram muito localizados a esta vila e a povoações próximas. Entende-se atualmente que, com estragos tão concentrados a uma área, a magnitude terá sido inferior (ANPC, 2010, :33).

A 27 de dezembro de 1722, um novo sismo, com epicentro desconhecido, teve efeitos catastróficos para o Algarve. É reportado que a vila de Loulé fora quase totalmente nivelada, tendo-se também verificado danos consideráveis noutras localidades. Vila Nova de Portimão não escapou a sérios estragos e vítimas com este acontecimento (ANPC, 2010, :33). Não apenas um sismo deixou prejuízos, é relatado que as águas das ribeiras de Faro e de Tavira invadem por terra e na sua regressão, avultam os estragos. Algo que terá sido passível de acontecer com o rio Arade (MACHADO, 1937, :3).

No entanto, o terramoto mais famoso em Portugal é, sem dúvidas, o de 1 de novembro de 1755. Conhecido como “Terramoto de Lisboa”, terá sido um dos maiores, se não mesmo o maior, que afetou a Península Ibérica e a Europa. A sua magnitude média terá atingido o valor 8,7 na escala de Richter, e a extensão do seu campo macrossísmico situa este terramoto entre os maiores a nível mundial. No entanto, terá atingido um grau X de magnitude, um dos mais elevados, especialmente na costa Oeste até Lisboa, no Barlavento Algarvio e até em Marrocos (Figura 7) (ANPC, 2010, :33).

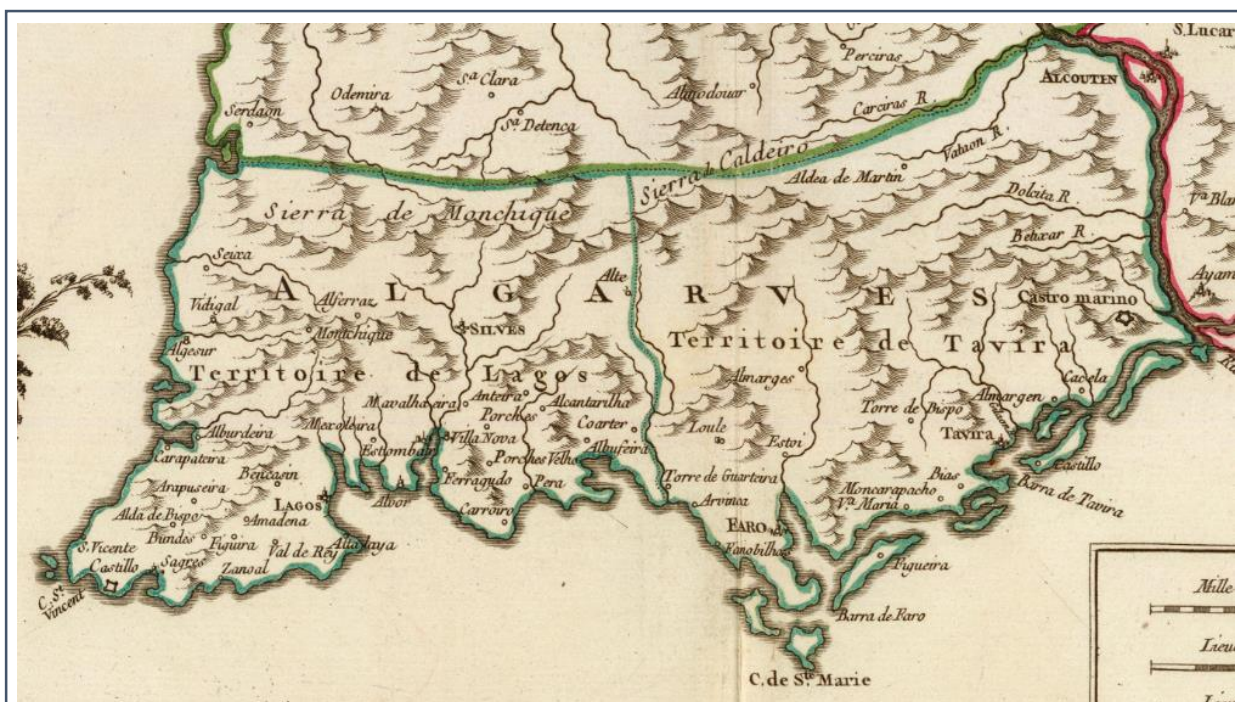


Figura 7 - Pormenor do Reino do Algarve num mapa composto de 1751. Apenas se pode verificar Vila Nova, localizada na margem esquerda do rio Arade, acima de Ferragudo, e não na margem direita.

Autoria: Robert de Vaugondy. Publicado em Paris por Boudet. 1751.

Escala do mapa completo: 1:680000

Fonte: David Rumsey Map Collection via OldMapsOnline.org



O maremoto que advém deste sismo, afetou profundamente o Algarve. A intensidade dos danos é avassaladora e encontra-se bem descrita pelos relatos históricos. Vários documentos históricos devem servir de recurso para o estudo deste tema, mas as *Memórias Paroquiais* de 1758 (com o desaparecimento do *Inquérito de Marquês de Pombal* referente ao Algarve), são de consulta obrigatória (ANPC, 2010, :56). No que concerne ao rio Arade, este maremoto manifesta-se destruidor (MACHADO, 1937, :3).

Após estas aterradoras ações naturais, as fortalezas costeiras, especialmente as localizadas no Algarve e na Barra do Tejo, ficam extremamente deterioradas e incapazes de oferecer proteção. Apesar de serem alvo de reconstruções, já no fim desse mesmo século, os relatórios de inspeção referem, novamente, a situação crónica em que os fortes sempre se encontraram: desguarnecidos de tropa e com pouco armamento (ou de pouca qualidade) (CLAUDINO, 2012, :66).

A obra do engenheiro militar José Sande de Vasconcelos “*Mappa da Configuração de todas as Praças, Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve*”, de 1788 (Figura 10), dá conta das fortificações existentes, desatualizadas e desprovidas de

armamento suficiente após a ação dos terremotos. Anos mais tarde, iria reconstruir várias delas.

No século XVIII e inícios do século XIX, devido ao erário público dispor de mais meios financeiros, verifica-se um esforço defensivo para o Algarve. Todavia, o curso entrara em refluxo no século XIX. No que à pirataria concernia, a pressão europeia, militar e diplomática, acabaria por produzir alguns efeitos (COUTINHO, 2001, :56). Ou seja, as forças ilícitas que se fustigavam recorrentemente na costa algarvia desde a época islâmica, perdem força no século XIX. Com o uso generalizado da artilharia e sendo os seus efeitos mais demolidores, as defesas sofisticaram-se para dar respostas mais eficientes (SOUSA, 2009, :21).

Com o avanço da artilharia naval e a introdução do barco a vapor, muitas fortalezas são abandonadas pois tornam-se obsoletas na defesa. O Alvará de 1805 determina que as fortificações consideradas inúteis podem ser abandonadas, e a partir de 1815 é elaborada uma relação que determina o que deve ser abdicado e o que se deve manter em funções (Figura 8) (SOUSA, 2009, :41). Ao longo da primeira metade do século XIX, várias inspeções são realizadas às fortalezas, a fim de se poder determinar quais são preservadas e quais devem ser desativadas (algumas delas são referidas no capítulo reservado à história da Fortaleza).

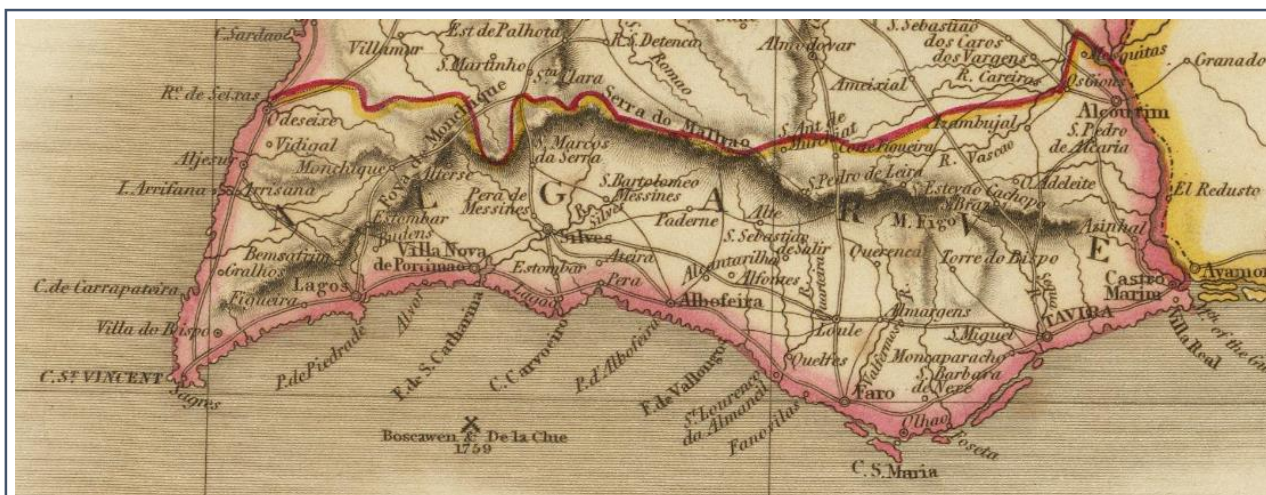


Figura 8 - Pormenor do mapa para o Reino do Algarve em 1829 para um atlas. É possível identificar Vila Nova de Portimão e a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar.

Autoria: Sidney Hall. Publicado em Londres. 1829.

Escala do mapa completo: 1:300000

Fonte: David Rumsey Map Collection via OldMapsOnline.org



Em meados do século XIX, define-se um projeto de inventariação do património pré-histórico, proto-histórico e histórico do Algarve. Considera-se um objetivo inédito em Portugal, sem precedentes notáveis, considerando as dimensões da região a cartografar e nos meios que se iriam mobilizar para este feito. Seria Sebastião Phillippe Martins Estácio da Veiga, arqueólogo e escritor natural do Algarve, que iria dinamizar a atividade, prospetando, catalogando e cartografando vestígios e monumentos que seriam exibidos em três cartas arqueológicas de acordo com as “cronologias” já mencionadas (GONÇALVES, 1979, :100; GONÇALVES, 1981, :177).

O Algarve, pelas suas características atrativas, durante o século XX, convida o turismo e a habitação na região (Figura 9). O eclodir do turismo massificado no Algarve, embora já prenunciado nos fins dos anos 1950, verificou-se sobretudo, com uma enorme intensidade, ao longo da década seguinte, quando se pode falar de uma verdadeira revolução da paisagem litoral algarvia. Assim sendo, não houve planeamento urbanístico estatal e municipal que soubesse ou pudesse evitar o pior, tal como nem as forças económicas interessadas nas mais-valias desta super-indústria de serviços se compadeciam com as pré-existências rurais e urbanas, consideradas então, em geral como atrasadas e imobilistas. Já de 1960 a 1980, verificou-se uma expansão urbana e suburbana generalizada de quase todas as povoações algarvias, sobretudo as costeiras (FERNANDES e JANEIRO, 2005, :109). Também no final dos anos 60, o sismo de 28 de fevereiro de 1969, o mais significativo dos últimos anos, gerou um pequeno tsunami e várias réplicas, tendo-se reportado diversos estragos dele derivados (ANPC, 2010, :34).

Só em 1989 seria editado o primeiro volume sobre a Carta Arqueológica do Algarve, incluindo não só a arqueologia, mas também a reabilitação urbana e história, incluindo apenas alguns concelhos de Faro. Os volumes seguintes, a abranger os restantes concelhos, só seriam lançados em 1992 e 1995 (A.A.V.V., 2001, :9). No entanto, estas cartas apenas contemplam vestígios até ao século XV, qualquer outro património posterior é desconsiderado da cartografia. Embora existam inúmeros estudos recentes sobre a região algarvia, de índole monográfica, cartográfica ou mesmo de caracterização cronológico-cultural faltam, contudo, análises globais sobre a evolução do povoamento naquele território (MARQUES, 1997, :88).



Figura 9 - Pormenor da Região do Algarve em 1929. É possível ver que apesar da elevação de estatuto a cidade, Portimão ainda é denominada como "Vila Nova de".

Autoria: Touring Club Italiano. Milão. 1929.

Escala do mapa completo: 1:500000

Fonte: David Rumsey Map Collection via OldMapsOnline.org



Em 2001 foi comissionado um relatório sobre a situação da arqueologia e do património arqueológico no Algarve. Apesar da equipa signatária ter contado com a colaboração de diversas instituições do Distrito de Faro que tutelem património arqueológico, duas Câmaras Municipais não ofereceram a sua cooperação, sendo estas a de Olhão e de Portimão (A.A.V.V., 2001, :5).

Assim sendo, a equipa declara a existência de problemas no Algarve no que concerne o seu património, não por erros crassos de metodologias e conservação, mas sim pela crónica falta de investimento, coordenação de esforços, e falta de orientação estratégica ao nível regional na definição de objetivos (principais e secundários) para a gestão e valorização do património, tal como a questão da minimização de impactos patrimoniais devido aos empreendimentos públicos e privados não ser um problema enquadrado nas políticas regionais (A.A.V.V., 2001, :6).

O porto de Portimão, durante séculos considerado um porto de abrigo e ponto de comunicação e comércio, passa a receber barcos com ligação ao turismo e à recreação, cujos turistas são potenciais visitantes da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar.

## 4.2. O Caso de Portimão

As condições naturais do concelho de Portimão, especialmente na Ria de Alvor e no Estuário do Arade (no litoral, a zona mais em análise nesta dissertação), permitem a presença de peixes, as condições climáticas permitem a extração de sal e os bons portos naturais favorecem a exploração, comercialização e exportação de bens ligados ao mar, verificando-se estruturas de época romana para esse fim.

Com a integração do Algarve no Califado Omíada de Damasco em 713 e as alterações económicas, sociais, políticas e ideológicas, assim como a posição relevante de Silves, outros núcleos e fortificações vão sendo instaladas nas proximidades do rio Arade e da ria de Alvor. Seria em Alvor que se instalaria o núcleo urbano mais importante do atual município portimonense. A história de Vila Nova de Portimão, enquanto centro urbano, remonta aos meados do século XV. O porto natural, no entanto, já era explorado por pescadores em 1189, ano no qual D. Sancho I, o recupera para o domínio cristão, pela enorme importância que detém em servir Silves (LEONARDO, 2011, :16). Esta pequena vila piscatória situada na margem Oeste do rio Arade, desenvolve-se no processo decorrente de expansão além-mar. Seria com D. Afonso V, a 8 de agosto de 1463, a pedido de um grupo de moradores da área, que concede autorização para a fundação de uma povoação que se iria denominar por São Lourenço da Barrosa, no qual poderiam construir casas próprias num prazo máximo de dois anos. Esta pequena povoação acabaria por ser doada a um membro de uma família nobre algarvia, a Rui Afonso de Melo e mais tarde, entre 1467 e 1475 acabaria por ser elevada a vila (VENTURA e MARQUES, 1993, :11). Em 1475, também por ordem de D. Afonso V, seria construída a muralha da vila, que iria durar até 1647 (LEONARDO, 2011, :17).

O foral seria atribuído a Vila Nova de Portimão no ano de 1504, consagrando o seu estatuto de municipalidade e o reconhecimento das suas potencialidades. Ao longo do processo de expansão marítima, esta vila relaciona-se com viajantes de origem diversa e exporta imensos produtos. Assim sendo, ao início do século XVI, Portimão é referenciado em inúmeros relatos estrangeiros, até porque os seus habitantes costumavam partir em direção à América Espanhola, fosse ao serviço de Castela, da *Casa de la Contratación* de Sevilha e até por iniciativa própria (VENTURA e MARQUES, 1993, :16; VARELA, 1999, :185).

A pequena vila cresce e seria, entre 1492 e 1538, que nasce um dos principais portos de escala para os navios da Carreira das Índias (VENTURA, 2005, :182). Com o

constante assoreamento do rio Arade, que condicionou a navegação para montante, Vila Nova de Portimão estava fadada para assumir as funções portuárias de maior importância nesta região (FONSECA, 2015, :17). Para além de ser um porto ativo, era também um estaleiro. Em Portimão se construía barcas e caravelões, caravelas e navios redondos, naus e galeões, além de pequenos barcos e barquetes (MAGALHÃES, 1970, :190).

Com o avançar do século XVI e a crescente importância do porto de Portimão, como centro de trocas comerciais no Algarve, é constantemente fustigado pela ação de corsários e piratas. Vários apelos foram feitos a dirigentes superiores de forma a se poder investir na proteção de Vila Nova de Portimão. A 18 de janeiro de 1606, Diogo de Meneses envia uma carta ao Vice-Rei D. Pedro de Castilho a informar que Tavira, Faro e Vila Nova de Portimão encontravam-se desguarnecidas de artilharia, com muros em más condições e por isso incapazes de fornecer proteção, e com falta de munições. Verifica-se uma urgência na solicitação de ajuda para o caso de uma nova (e recorrente) invasão de inimigos (PT/TT/CC/1/114/136).

Com uma atividade económica sempre conectada ao rio e ao mar, possuindo o porto de maior atividade no Algarve, em 1616 compreende-se a necessidade de uma nova linha de muralha, visto que a crescente população tinha de se instalar extramuros e carecia de proteção, tal como Diogo de Meneses relata na sua carta supramencionada (LEONARDO, 2011, :17; VENTURA e MARQUES, 1993, :39).

Em 1617, Alexandre Massaii apresenta uma planta para Vila Nova de Portimão e a sua legenda (Figura 10). Assim entende-se que a vila havia crescido para fora dos seus muros, sendo que cerca de 300 pessoas careciam de proteção por viverem nos arrabaldes (contra as 600 pessoas que viviam protegidas por muros). O engenheiro regista que, apesar dos muros serem de boa qualidade, existiam partes danificadas, para as quais deveriam ser recuperadas e até estendidas (segunda cintura de muralhas) de forma a proteger as populações dos arrabaldes, algo que não viria a acontecer (não existem marcas na malha urbana que indiquem que tal empreendimento se tenha realizado) (LEONARDO, 2011, :17). O intuito de uma proteção mais eficiente, faz com que Massaii proponha um forte a construir à entrada da barra do rio Arade.

Em 1621, com a sua “*Descrição do Reyno do Algarve*”, continua a entender-se um estado de geral da pobreza da região, registando-se em muitos anos a falta de mantimentos e abandono da frequência das aulas no Colégio dos Jesuítas em detrimento

do comércio em Portimão e dos constantes ataques de piratas e corsários (VENTURA e MARQUES, 1993, :35). Assim sendo, as propostas de Massaii em fortificar, prover armamento e fabrico de pólvora local e cultivar terras para mantimentos, oferecidas 4 anos antes, não foram tidas em consideração.

Massaii nota que as pessoas que vivem cercadas pelos muros da vila sentiram um reforço 5 anos antes, aquando do conserto das muralhas, no entanto, continua a defender que as populações dos arrabaldes continuam desprovidas de proteção, apresentando outro novo mapa para a vila e os seus arredores.

Alexandre Massaii continua a defender que o rio Arade, um bom porto, conseguia aguentar navios de 300 toneladas (ou até mais) que não eram protegidos de forma suficiente pela artilharia presente em alguns pontos (ora por ser pouca, ora por ser de pouco alcance), defendendo assim que um forte deveria ser edificado de raiz, pois só assim a proteção da vila e do porto poderia ser eficiente (MC.DES.1402 Folha nº24).



Figura 10 – Vila Nova de Portimão e a barra do Rio Arade nos inícios do século XVII. O autor identifica diversos locais de interesse ao longo da margem do rio, até chegar à costa. Identifica o núcleo antigo pela letra A, locais de produção, moinhos, poços e ermidas. Denota-se ainda a identificação de ancoradouros, surgidouros, e possíveis locais de desembarque de tropas inimigas. Identificada pela letra N está a Ermida de Santa Catarina de Baixa-mar e pela letra O, um pouco mais abaixo, o local onde a nova fortificação devia ser edificada. Ainda, ao longo da costa, para Oeste, identifica a Torre do Facho da vigia de Alvor (com a letra R).

Autoria: Alexandre Massaii. 1617.

Escala: 1:400 braças

Fonte: PT/TT/CCDV/29, Folha nº39

O envolvimento direto dos portos do Algarve na Carreira das Índias, neste período, era ilegal, o que leva, em 1621, a verificar-se a existência de fiscais régios para assuntos das Índias e de Castela no Algarve. O contrabando aqui praticado ao longo dos séculos XVI e XVII fazia parte do chamado “triângulo da rebeldia”, sendo o espaço português mais ligado a esta carreira. Assim sendo, Tavira, Lagos e Portimão eram os principais portos deste contrabando, onde diversos navios provenientes de Nombre de Dios, Cartagena de Índias e Havana desviavam-se da rota ou abandonavam a sua frota, alegando naufrágios ou ataques de corsários, atracando então nos portos de maior atividade, sendo Portimão um deles, onde poderiam vender a carga, não pagando quaisquer direitos à *Casa de la Contratación* de Sevilha (VENTURA, 2005, :184).

O século XVII é pautado por várias crises ligadas à propagação da peste negra (doença infecciosa causada pela bactéria *yersinia pestis*), Vila Nova de Portimão não escapa ileso, com a pior registada durante a “Peste do Algarve” de 1649-1650, na qual os enfermos foram assistidos pelos capuchos do Convento de São Francisco (SAMPAIO, 2013, :8).

Nos séculos XVII e XVIII, várias crises económicas bloquearam, em períodos mais ou menos longos, o desenvolvimento de Vila Nova de Portimão (VENTURA e MARQUES, 1993, :35).

A 3 de outubro de 1662, com o alvará de D. Afonso VI, Vila Nova de Portimão ganha a sua feira anual, com dedicação a São Martinho e que nunca deixou de ser realizada. É possível visitar esta feira na primeira semana de novembro (SAMPAIO, 2013, :8).

A primeira menção do Colégio dos Jesuítas surge no ano de 1707, quando se inaugura a igreja mandada construir por Nuno Gonçalves (SAMPAIO, 2013, :11).

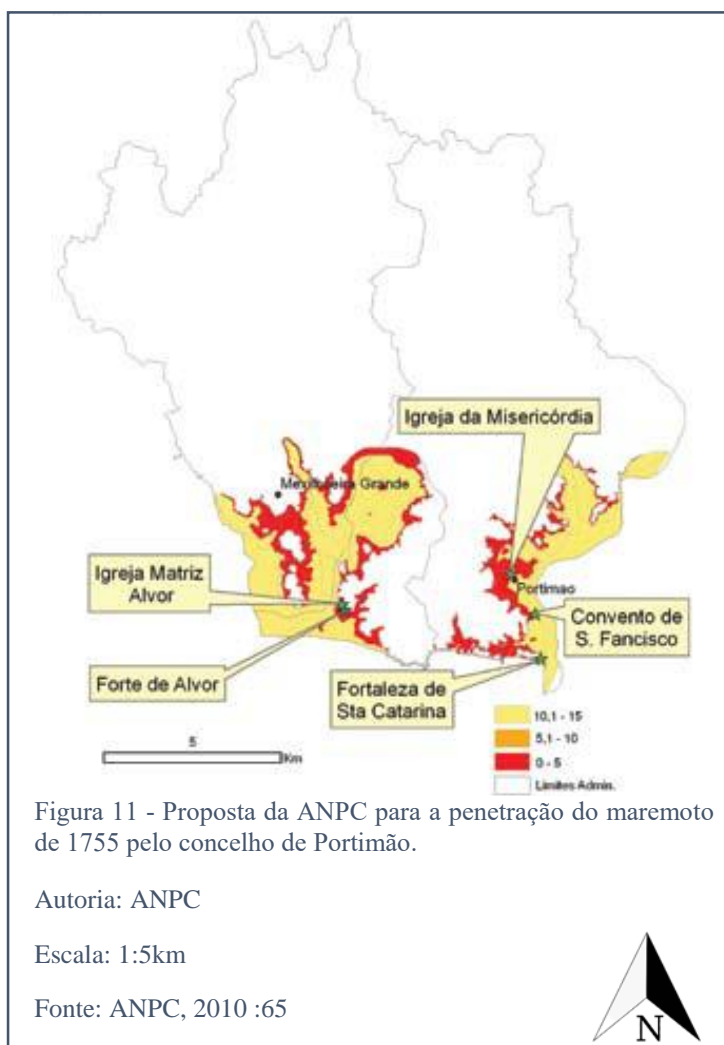
No século XVIII, as ações destruidoras da natureza seriam as principais causas das crises que as populações de Vila Nova de Portimão iriam enfrentar. A 6 de março de 1719 um sismo com epicentro em V.N. de Portimão, deixa estragos muito localizados na vila e nas suas povoações próximas (ANPC, 2010, :33; Torre do Tombo, Gazeta de 23 de Março de 1719).

Passados três anos, a 27 de dezembro de 1722, outro sismo acabaria por ter efeitos catastróficos, tanto a nível patrimonial como populacional, tendo arrasado várias

localidades algarvias, ao qual Portimão não foi exceção, apesar de não ser detalhado os estragos (ANPC, 2010, :33).

A 1 de novembro de 1755, Portimão foi afetado pelo terramoto que alcançou uma intensidade entre X-XI, na escala de magnitude, sendo considerado entre o muito destrutivo e devastador. Neste concelho reporta-se que duzentas casas, a igreja paroquial e outros edifícios religiosos ficaram totalmente ou parcialmente danificados. O maremoto que se lhe seguiu, acabaria por destruir as muralhas da vila e as fortificações da cidade, especialmente a principal na Praia da Rocha (CHESTER, 2008, :81-84; SAMPAIO, 2013, :13).

Para Portimão, a ANPC decide mapear os edifícios que foram danificados pelo maremoto de 1755, de forma a esquematizar a extensão de penetração do mesmo (ANPC, 2010, :56). A simulação para Portimão aponta para uma penetração de alguns quilómetros, afetando a zona costeira, a vila fortificada de Portimão, Alvor, chegando à Mexilhoeira Grande, entre outros (Figura 11) (ANPC, 2010, :65).



Em 1758, denota-se uma saída de gentes pelos efeitos da ruína e pouca produção em que a vila havia ficado devido ao terramoto de 1755. Ainda em 1758, foi criado o cargo de Governador da Praça de Guerra de Portimão, alocando à guarnição 55 militares que podiam ser adicionados às tropas de fortalezas vizinhas, contabilizando então 102 militares (VENTURA e MARQUES, 1993, :35; SAMPAIO, 2013, :13). Ainda no século XVIII, Portimão seria prospectado no âmbito de entender o estado das suas fortalezas, ao que José Sande de Vasconcelos denota que a fortaleza principal de Portimão tinha partes danificadas (VASCONCELOS, 1788).

As margens do rio Arade ficariam inalteráveis durante os primeiros anos do século XIX face a desenhos mais antigos, notando-se a divisão entre o núcleo da vila, o convento dos Franciscanos e a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, tal como Alexandre Massaii já havia desenhado dois séculos antes (Figura 12 e 13). No decorrer do século XIX, várias indústrias conectadas ao mar começariam a surgir, como evolução das atividades já exercidas na vila. Nesta centúria destacam-se várias epidemias de cólera, que abateram uma parcela da população portimonense, e com o fim das guerras napoleónicas e das guerras liberais, o país conhece alguma prosperidade com o Fontismo, do qual Vila Nova de Portimão usufruiu dos avanços económicos e tecnológicos (SAMPAIO, 2013a, :12).

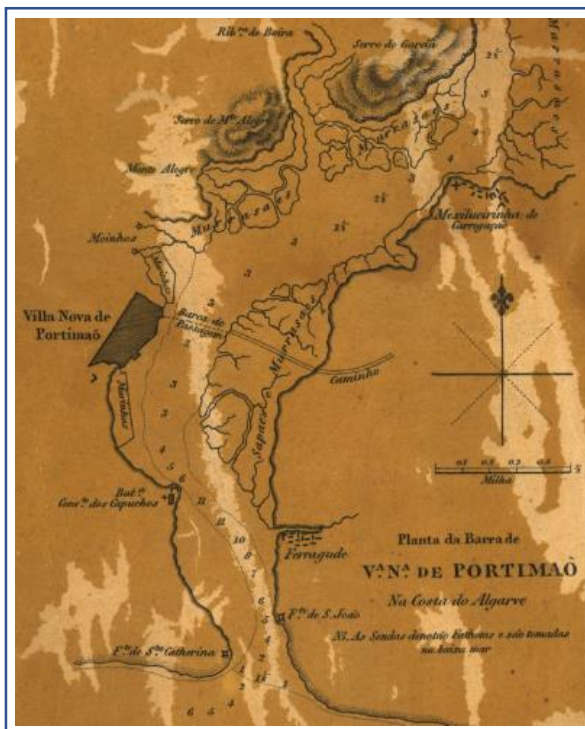


Figura 12 – Barra de Vila Nova de Portimão, representada em 1811. É possível ver a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar e o Forte de São João do Arade. Um pouco mais a Norte da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, é possível ver a Bateria e Convento dos Capuchos.

Autoria: Major Marino Miguel Franzini. Real Corpo de Engenheiros. 1811.

Escala: 1:0,5 milhas

Fonte: BNP/BND cc-1075-a

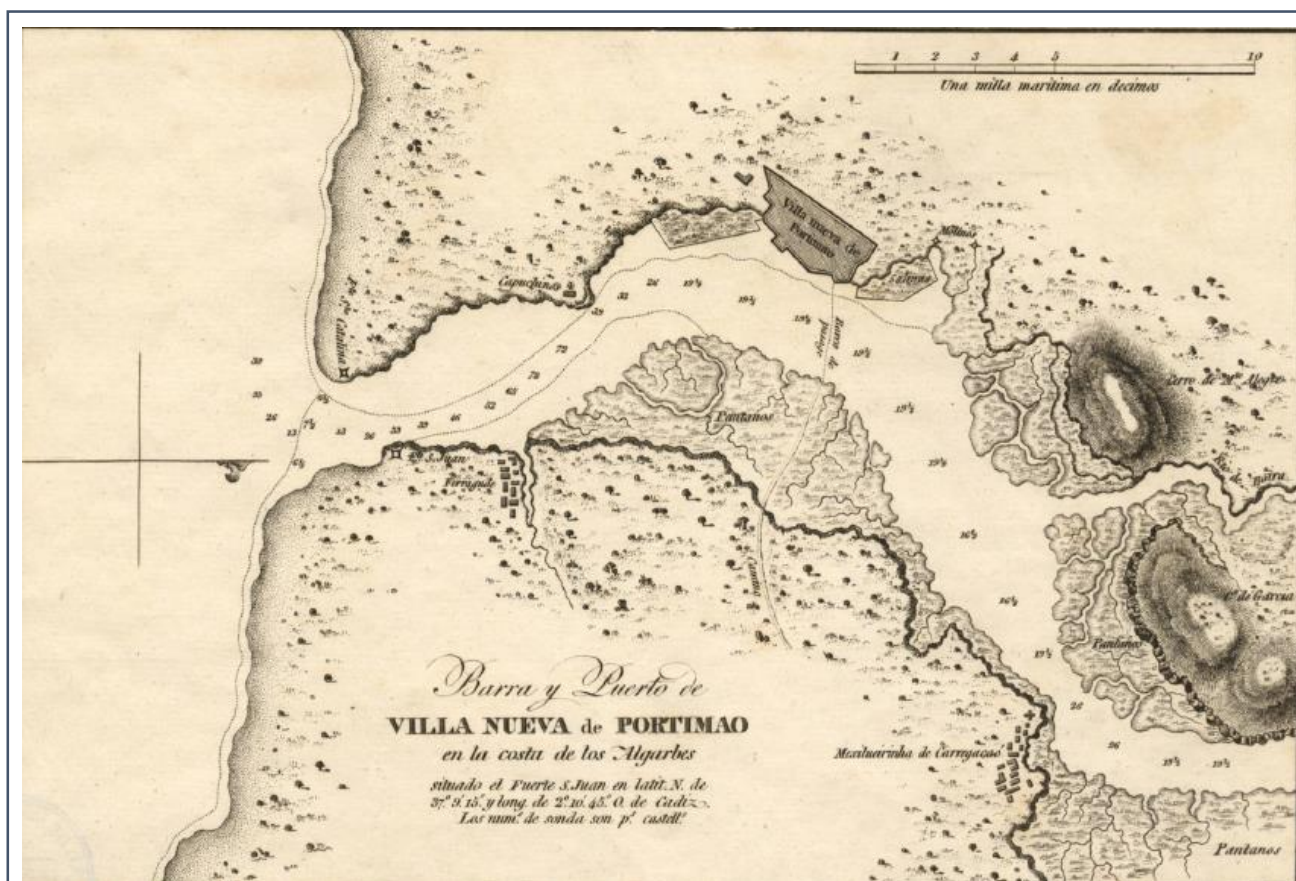


Figura 13 - Carta Náutica de Vila Nova de Portimão no ano de 1813. É possível verificar a continuidade do recinto fortificado da vila, o convento dos Capuchos e a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, não identificando qualquer outro dispositivo defensivo nessa margem (a bateria junto ao convento já não é apresentada). Na margem de Ferragudo é possível identificar o Forte de São João do Arade.

Autoria: Dirección de Hidrografía de Madrid. 1813.

Escala: 1:18000

Fonte: BGD NC-871

A 12 de janeiro de 1856 e a 16 de março de 1859, a zona do Algarve e com foco em Portimão, voltariam a sofrer com a ação sísmica, não se conhecendo com detalhe a natureza dos estragos na vila (SAMPAIO, 2013a, :13).

A primeira ponte rodoviária sobre o rio ficaria completa em abril de 1876, já há muito desejada pela população local, substituindo as velhas passagens de barco. A arqueologia começa a dar os seus primeiros passos neste concelho, quando o Padre António José Nunes da Glória descobre e explora os primeiros túmulos pré-históricos de Alcalar em 1880 (SAMPAIO, 2013a, :15).

Assim, com a atração desta vila, de população numerosa, como polo socioeconómico numa zona de clima extremamente favorável a assentamentos, é finalmente elevada a cidade em 1924 por Manuel Teixeira Gomes, 151 anos após a



No final dos anos 70, as fábricas de conserva de pescado entraram em decadência, devido a vários fatores, especialmente ligados a agressividades concorrenciais, insustentabilidade dos sistemas, ritmos e condições de trabalho e ao desinvestimento industrial. Afinal de contas, a indústria portuguesa, marcante nos finais do século XIX e inícios do século XX, começara a decair a partir dos meados desse último século (VENTURA e MARQUES, 1993, :45).

### 4.3. O Sistema Defensivo de Lagos a Ferragudo

A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar não defendeu a costa portimonense sozinha. À semelhança da necessidade de defender a barra do Tejo e as povoações limítrofes que, devido à entrada e saída de navios destinados ao comércio além-mar, eram ameaçadas de ataques, também o Algarve necessitava dessa defesa.

Devido à passagem dos navios da Carreira das Índias e a saída e entrada de navios para o abastecimento de praças marroquinas, o Algarve era um alvo constante da ação de corsários e piratas. Esta ação, contudo, não inicia com o período da expansão portuguesa e espanhola. A ação de fortificar a costa e as entradas dos rios é algo incessante ao longo dos séculos.

O exercício deste pequeno subcapítulo é para simplesmente demonstrar as várias estruturas defensivas que foram construídas na costa, desde a Freguesia de Lagos à Freguesia de Ferragudo, passando pelos principais períodos que marcam a história de Portugal. A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar tem uma vista panorâmica, desde a baía de Lagos até à Ponta do Altar, podendo ser alertada por vários fortes, castelos, baterias e atalaias antes do perigo chegar perto do rio Arade. A fortificação do território algarvio correspondeu às necessidades de proteção das ameaças provenientes especialmente dos muçulmanos, que virgoraram até meados do século XIX (BERGER, 2013, :111).

Este dispositivo defensivo foi sendo aperfeiçoado ao longo dos anos, decorrendo das variadas necessidades, especialmente da evolução das artilharias, das embarcações e da ruína eventual de estruturas defensivas. Entende-se como uma paisagem mutável e dominante da linha de costa.

Assim sendo, no troço previamente definido, identificou-se um total de dezoito dispositivos que haviam sido edificadas nesta porção de terra do litoral, sendo essa a perspetiva geral que aqui se oferece, sendo que todas as informações neste capítulo foram recolhidas no Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) e no Portal do Arqueólogo, em conjugação com a bibliografia existente (Figura 15 e Tabela 2).

Começando pelos séculos XIV a XVI, (Figura 16) as cercas urbanas identificadas pelos algarismos 2, 8 e 15, representando os antigos núcleos de Lagos, Alvor e Vila Nova de Portimão respetivamente, tornam-se obsoletos com o avançar dos séculos, denotando-se uma necessidade crescente de construir fortes e baterias numa zona mais costeira. O

que se entende é que com o método de construir baluartes, as cercas velhas foram atualizadas de forma a fazer face à crescente evolução da artilharia. O Castelo de Alvor (8), por exemplo, edificado no século XIV a mais de um quilómetro da costa, era incapaz de defender a ria caso algum inimigo invadisse. Os núcleos de Lagos e de Portimão viriam a ser dotados de baluartes, no entanto a defesa era insuficiente.

A proteção de Lagos seria reforçada com a construção da Bateria do Pinhão (2) no referido período, tendo auxiliado a defesa com a sua boa visibilidade e capacidade defensiva e ofensiva. Após o Terramoto de 1755, a bateria estava praticamente em ruínas e pouco se fez para a requalificar. Atualmente não é visível.

Para aumentar a proteção de Alvor, uma linha de muralha (7) é edificada em 1573, a pedido de D. Sebastião, numa posição mais costeira, no entanto não fora concluída.

De igual forma, a Torre do Facho (9), será a torre representada por Alexandre Massaii no mapa de Portimão em 1617, representado pela letra R (uma torre ou facho da vigia de Alvor), pois são esses os nomes que usa para a caracterizar e por se encontrar mais perto de Alvor, ao contrário da Atalaia dos Camarões (identificada como o número 11 – Castelos). A Torre do Facho vigiava a costa e alertava o Castelo de Alvor, o Castelo dos Camarões e a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar. Em 1948 era uma simples ruína de uma construção de alvenaria e a Atalaia dos Camarões já se encontrava destruída (ALMEIDA, 1948 :496). Num tópico mais curioso, no “*Relatório de Inspeção às Praças, Fortalezas e Baterias do Reino do Algarve*”, em 1821, refere-se que existia o Forte dos Três Irmãos, que fora arruinado em 1755 e posteriormente abandonado por ordem superior. A Torre do Facho será esse “forte” visto que é essa a sua localização aproximada e o período no qual terá sido arruinada e abandonada.

No troço de Portimão, já havia sido referida a Atalaia dos Camarões, mas existe ainda o Castelo dos Camarões (número 10), que ainda é identificado por João de Almeida (1948 :493) como um castelo medieval (já em ruínas). Teria sido originalmente uma atalaia, ao qual se terá anexado um castelo durante o reinado de D. João III para a defesa daquele setor da costa.

Num outro tópico curioso, à Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (13) é atribuída, tanto no SIPA, como por alguns autores (um deles João de Almeida), que a sua origem poderá partir de um castelo medieval costeiro na Praia da Rocha. Essa atribuição é rara de se verificar, pois existe mais documentação a comprovar que a ponta de Santa

Catarina de Ribamar não possuía qualquer construção defensiva anterior a 1621. Essa atribuição de cronologia prévia poderá ser uma confusão com a fortificação de Idade Média, posteriormente adaptada aos métodos defensivos da Idade Moderna, durante a Guerra da Restauração, localizada na Praia da Rocha (com o número 12). João de Almeida (1948 :489) ainda a localiza por uns restos de muralha e torre. Esta fortificação encontra-se remetida ao contexto negativo, coberta pela EN531. No entanto, também pode partir de uma confusão na interpretação dos mapas por Massaii. Em 1617, o engenheiro desenha um forte no mapa de Vila Nova de Portimão, que em nada corresponde à traça atual, no entanto explica que é uma proposta de fortificação ao longo do texto.

Estes três elementos de defesa da costa, o Castelo dos Camarões (10), a Atalaia dos Camarões (Castelos – 11) e o forte da Praia da Rocha (12), apesar de não estarem hoje conservados a cota positiva, podem ser “localizados” (aproximadamente) em qualquer mapa devido aos topónimos de “Castelos” e “Praia dos Três Castelos”.

Deve-se referir ainda que, estes “Três Castelos” não são representados ou referidos em documento algum. Apesar da sua cronologia apontar para o século XV e XVI, Alexandre Massaii, por exemplo, não os identifica no troço da Praia da Rocha até à Torre do Facho em 1617 e 1621. São apenas identificados por João de Almeida em 1948 e pelos trabalhos arqueológicos.

De igual forma, do lado de Ferragudo, apenas a Atalaia da Ponta do Altar (17) e a Torre da Lapa (18) poderiam avistar potenciais ameaças oriundas de Este e assim avisar (à semelhança da Torre do Facho e da Atalaia dos Camarões), as populações e guarnições do perigo através de fogueiras, fumo ou até sinos.

Chegando ao período da Dinastia Filipina (1580-1640), uma nova construção é necessária. Neste período não são apenas os corsários e piratas muçulmanos que intimidavam a costa, também outros reinos europeus representavam riscos. Em 1617, com o mapa apresentado por Alexandre Massaii, é possível verificar que na costa de Portimão apenas se apresenta a Ermida de Santa Catarina de Ribamar e a Torre do Facho, o que contrasta com a informação arqueológica apresentada anteriormente.

De igual forma, de acordo com a Figura 17, apenas um dispositivo de defesa é construído. Apesar de muitos dispositivos terem sido alvo de obras de atualização, como

supostamente é o caso das muralhas de Portimão, apenas a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar é uma construção nova.

As últimas mudanças na paisagem deste setor do Barlavento viriam no pós-dinastia Filipina. Com a Guerra de Restauração, apesar de a costa já não ser tão vulnerável a ataques dos europeus, a preocupação com os muçulmanos mantém-se. Assim sendo, D. Pedro II, com a transição para o século XVIII, empreendeu um plano de reformulação das fortalezas marítimas, especialmente para colmatar falhas nesse sistema defensivo (BERGER, 2013, :114), é neste contexto que surgem neste território mais quatro dispositivos.

Assim, num período de mais de um século (1640-1755) o sistema de defesa seria aproximado ao representado pela Figura 18. A cidade de Lagos reforça a sua defesa com o a Bateria da Ponta da Piedade (1), o Forte da Ponta da Bandeira (4) e o Forte de São José da Meia Praia (5) (conhecido atualmente por Forte de São Roque da Meia Praia).

O Forte de São Roque da Meia Praia é o único dispositivo defensivo construído num troço de alguns quilómetros entre Lagos e Alvor. Entende-se, portanto, que uma significativa porção da baía de Lagos não teve qualquer tipo de defesa durante várias décadas. O Forte da Rocha (6) foi erigido, provavelmente no mesmo período, encontrando-se no cimo de uma arribeira dotado de uma boa visibilidade para controlo da costa.

Vila Nova de Portimão acabaria por assistir à construção de uma bateria baixa junto ao Convento de São Francisco (14), de forma a proteger os monges (ALMEIDA, 1948 :495). De igual forma, na outra margem do rio Arade, o Forte de São João do Arade (16) é construído de forma a cruzar fogos com a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, após se aperceberem da ineficácia da mesma em ofender os inimigos que, ao aproveitar as marés baixas, se protegiam perto do seu rochedo, ficando assim fora do alcance da sua artilharia. Com estes dois fortes a funcionar em simultâneo, qualquer navio comandado por más intenções seria intercetado e ofendido pelos dois quando entrasse na barra.

Em 1719 (não se sabendo se antes ou após o primeiro terramoto, com epicentro em Portimão), existe todo um inventário das praças, castelos e fortes que possuem artilharia e guarnição e podem defender. Assim sendo, todos os dispositivos até agora mencionados, encontravam-se ainda em boas condições defensivas e ofensivas (PT/AHM/DIV/3/01/01/10, Folha nº3).

Estas são as últimas construções de fortes ou baterias neste dispositivo defensivo. Após as ações nefastas dos Terramotos do Século XVIII, assiste-se a um período de abandono e ruína, sendo que poucas estruturas são alvo de reedificação para continuarem a sua ação defensiva.

Assim, no pós-Terramoto de 1755, um mapa de 1798 é apresentado (Figura 19), mostrando todos os dispositivos em função. O rio Arade era então defendido pela Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar e pelo Forte de São João do Arade. De igual forma a Vila Nova de Portimão, e as aldeias de Ferragudo e Mexilhoeira são representadas. A Bateria do Convento de São Francisco ainda seria representada no século seguinte.

As restantes fortificações e atalaias desde a Praia da Rocha até Alvor não são referidas, não tendo sido recuperadas após os terramotos. Em Alvor apenas a vila e um Forte são referidos (o castelo do século XIV). O engenheiro José de Sande Vasconcelos defende que esse castelo devia continuar em funções, pois servia de abrigo às populações (PT/AHM/DIV/4/1/04/22, Folha nº2). Entende-se, portanto, que o Forte da Rocha estaria, por esta altura, reduzido a ruínas.

Em Lagos, as fortificações que estavam em função no século XVII, continuam a ser representadas nos finais do século XVIII, podendo-se perspetivar que Lagos teve uma maior ação de obras de reedificação. Contudo, o Coronel José de Sande Vasconcelos afirma que o Forte da Meia Praia devia ser concluído, especialmente os quartéis, pois eram necessárias as funções deste forte na defesa da baía de Lagos, sendo o único dispositivo defensivo numa praia extensa (PT/AHM/DIV/4/1/04/22, Folha nº3).

Assim, o Coronel José de Sande Vasconcelos, em 1796, elabora um projeto para construção de novas fortificações no Algarve, especialmente no Barlavento. O Algarve continuava a ser a área mais exposta de Portugal e constantemente vulnerável, necessitando as suas fortalezas de constante conservação, reedificação ou até construção de raiz. Contudo, o mapa que acompanhava este objetivo está desaparecido, ficando assim apenas a ideia de como seria. A nova estrutura defensiva para o Barlavento devia ser edificada na barra de Alvor, para reforçar a defesa da costa (PT/AHM/DIV/4/1/04/22, Folha nº4).

Deve ser apontado o seguinte pormenor no raciocínio do sistema defensivo no século XVIII. O Algarve fora neste século, fustigado por três terramotos de considerável

impacto. Apesar de se deduzir ou até referir o Terramoto de 1755 como o grande cataclismo que arruinou as fortalezas costeiras, é impossível, sem outros documentos a apoiar, inviabilizar a possibilidade de que os terremotos de 1719 e 1722 possam ter destruído parcialmente ou totalmente alguns destes fortes. A força dos mesmos não é específica, e não existe um estudo comparativo ou evolutivo destas ações que decorreram num período de sensivelmente 26 anos, não se podendo assim perceber qual dos três terremotos teve a primeira ação nefasta em cada estrutura. Para alguns é referido que o Terramoto de 1755 foi a causa de ruína, mas noutros a causa não é específica.

De igual modo, muitos dispositivos foram abandonados, vendidos em hasta pública ou destruídos durante o século XIX, em virtude de fase industrial que levou ao avanço da artilharia e da marinha. Alguns dispositivos foram remodelados para continuarem as suas funções, enquanto outros foram considerados desnecessários (BERGER, 2013, :28; ).

Assim sendo, poucos elementos do sistema defensivo chegaram à atualidade, seja em boas condições ou em ruínas. Alguns estão remetidos para o contexto negativo, onde só a arqueologia os poderá redescobrir e estudar.

Apenas dez dos dezoito dispositivos são ainda hoje visíveis ou visitáveis. Alguns estão em ruínas, outros muito pouco conservados, devolutos ou descaraterizados e outros em propriedade privada (e por isso não visitáveis), como se pode comprovar pela Figura 20.

Os oito que desapareceram são os seguintes: a Bateria da Ponta da Piedade foi demolida em 1821 e substituída pelo Farol (que pode ser visitado), o Forte do Pinhão não é hoje visível e o SIPA refere que os vestígios já desapareceram. As Muralhas de Alvor erigidas em 1573, presentes no Portal do Arqueólogo, não referem o seu estado atual, mas deverão estar em contexto negativo.

A Torre do Facho fora destruída pelo Terramoto de 1755 e é apenas identificada em contexto negativo. De igual forma, os três dispositivos defensivos identificados na Praia dos Três Castelos, devido às constantes obras de requalificação da área e das construções para o turismo, estão atualmente localizados debaixo de parques de estacionamento, quiosques e estradas. A Bateria do Convento de São Francisco já não existe atualmente, não sendo bem conhecida a altura pelo qual desapareceu. O Convento perdura, sob tutela de privados.

As restantes estruturas sobreviventes são os núcleos antigos de Lagos, Alvor e Portimão, o Forte da Ponta da Bandeira, o Forte de São José da Meia Praia, o Forte da Rocha, a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, o Forte de São João do Arade, a Atalaia da Ponta do Altar e a Torre da Lapa ainda são visíveis, uns em ruína, outros muito pouco conservados ou descaraterizados e outros até bem conservados. Tudo depende do investimento de que têm sido alvo ao longo das últimas décadas.

Assim, em termo de conclusão deste ensaio, entende-se como a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar foi essencial para defender os troços de costa e populações que outros fortes e castelos não conseguiam defender. No entanto, sabe-se que não conseguiu proteger o rio Arade sozinha. Primeiro que tudo, navios comandados por forças hostis teriam de passar todo o sistema defensivo antes de poder chegar perto da Praia da Rocha.

No entanto, não só dependia dos avisos das atalaias, podia ser facilmente contornada pelos navios, não os podendo ofender com eficácia. O sistema para defender Portimão só ficaria completo com a construção do Forte de São João do Arade após 1640, podendo assim cruzar fogos com a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar.



Figura 15 - Sistema defensivo implementado da Freguesia de Lagos à Freguesia de Ferragudo. Esta perspetiva é geral de todos os dispositivos que foram construídos no litoral.

Autoria: Mapa base Google Maps. Localizações relativas pela mestranda. 2021.

| <b>Nº</b> | <b>Nome</b>                            | <b>CNS e/ou NºIPA</b>   | <b>Tipologia</b>    | <b>Cronologia</b>        | <b>Estado</b>     |
|-----------|--|-------------------------|---------------------|--------------------------|-------------------|
| <b>1</b>  | Bateria/Farol Ponta da Piedade         | PT050807050031          | Bateria/Farol       | Século XVII-XXI          | Bateria Destruída |
| <b>2</b>  | Bateria do Pinhão                      | PT050807050033          | Bateria abaluartada | Idade Moderna (início)   | Desaparecida      |
| <b>3</b>  | Muralhas e Torreões de Lagos           | CNS1973/PT050807050003  | Cerca urbana        | Séc. XII, XIV, XVI, XVII | Bem conservada    |
| <b>4</b>  | Forte da Ponta da Bandeira             | PT050807050017          | Forte               | Século XVII (1690)       | Bem conservado    |
| <b>5</b>  | Forte de São José da Meia Praia        | PT050807040011          | Forte abaluartado   | Século XVII (1675)       | Devoluto          |
| <b>6</b>  | Forte da Rocha                         | CNS18730                | Bateria             | Idade Moderna            | Ruínas            |
| <b>7</b>  | Muralhas de Alvor                      | CNS18645                | Cerca urbana        | Século XVI (1573)        | Não especificado  |
| <b>8</b>  | Castelo de Alvor                       | CNS5290/PT050811010010  | Castelo gótico      | Século XIV               | Pouco conservado  |
| <b>9</b>  | Torre do Facho                         | CNS18731                | Atalaia             | Século XVI               | Ruínas?           |
| <b>10</b> | Castelo dos Camarões                   | CNS18733                | Forte marítimo      | Idade Moderna            | Destruído         |
| <b>11</b> | Castelos – Atalaia dos Camarões        | CNS7228                 | Atalaia             | Idade Moderna            | Destruída         |
| <b>12</b> | Praia da Rocha                         | CNS18721                | Castelo             | Idade Média e Moderna    | Destruído         |
| <b>13</b> | Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar | PT050811030006          | Forte abaluartado   | Século XVII (1633)       | Descaraterizado   |
| <b>14</b> | Convento de São Francisco              | CNS18226/PT050811030011 | Convento e Bateria  | Idade Moderna            | Bateria destruída |
| <b>15</b> | Muralhas de Portimão                   | CNS18723/PT050811030012 | Cerca urbana        | Século XV/XVI            | Pouco conservada  |
| <b>16</b> | Forte de São João do Arade             | CNS18234/PT050806020002 | Forte abaluartado   | Século XVII (c.1640)     | Bem conservado    |
| <b>17</b> | Atalaia da Ponta do Altar              | CNS18624/PT050806020012 | Atalaia             | Idade Média e Moderna    | Ruínas            |
| <b>18</b> | Torre da Lapa                          | CNS18626                | Atalaia             | Século XVI/XVII          | Bem conservada    |

Tabela 1 - Legenda de todos os dispositivos defensivos instalados desde a Freguesia de Lagos até à Freguesia de Ferragudo.



Figura 16 - Sistema defensivo implementado da Freguesia de Lagos à Freguesia de Ferragudo no período Pré-Dinastia Filipina.

Autoria: Mapa base Google Maps. Localizações relativas pela mestrandia. 2021.

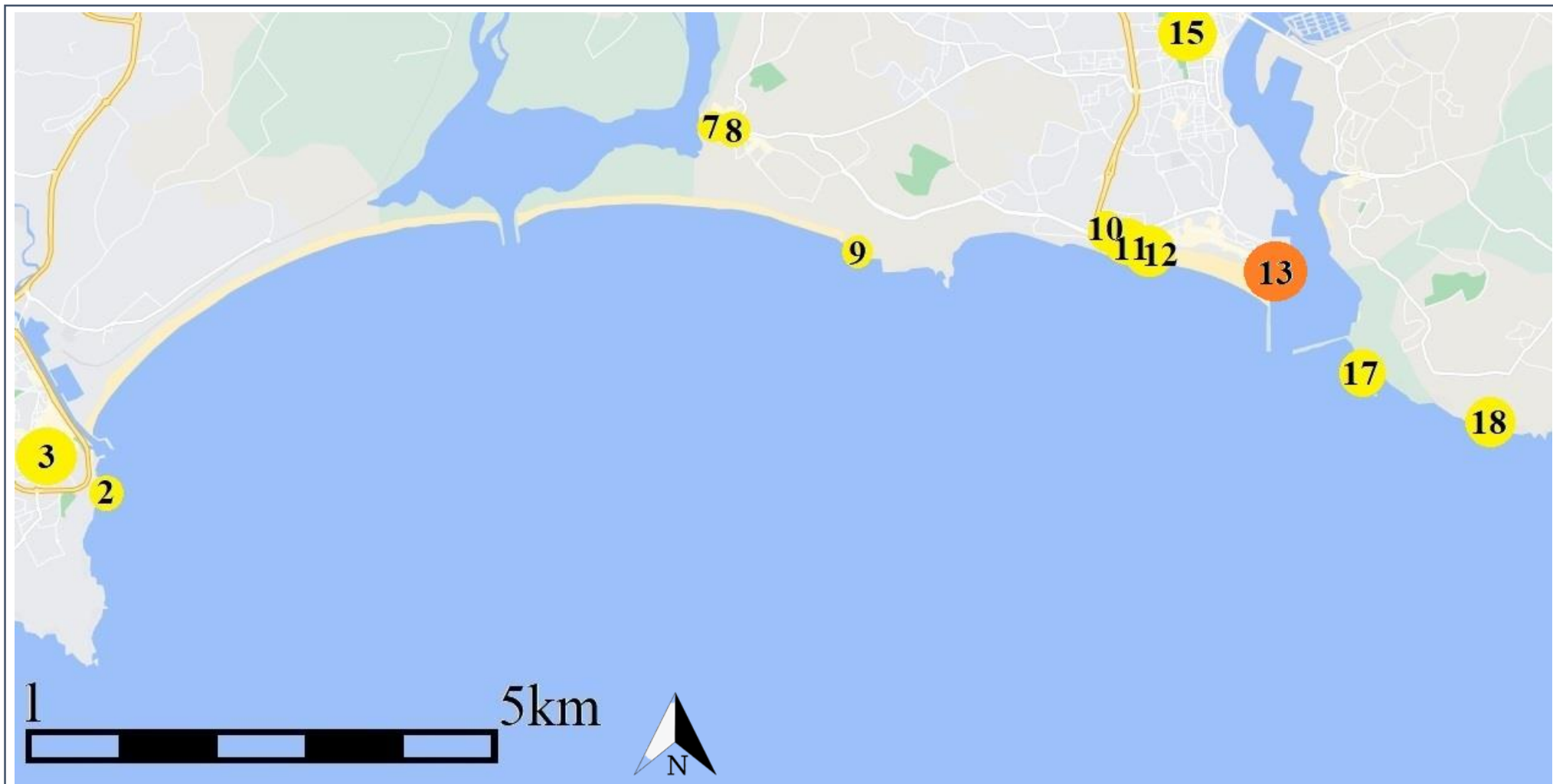


Figura 17 - Sistema defensivo implementado da Freguesia de Lagos à Freguesia de Ferragudo durante a Dinastia Filipina.

Autoria: Mapa base Google Maps. Localizações relativas pela mestranda. 2021.



Figura 18 - Sistema defensivo implementado da Freguesia de Lagos à Freguesia de Ferragudo durante e após a Guerra da Restauração.

Autoria: Mapa base Google Maps. Localizações relativas pela mestranda. 2021.

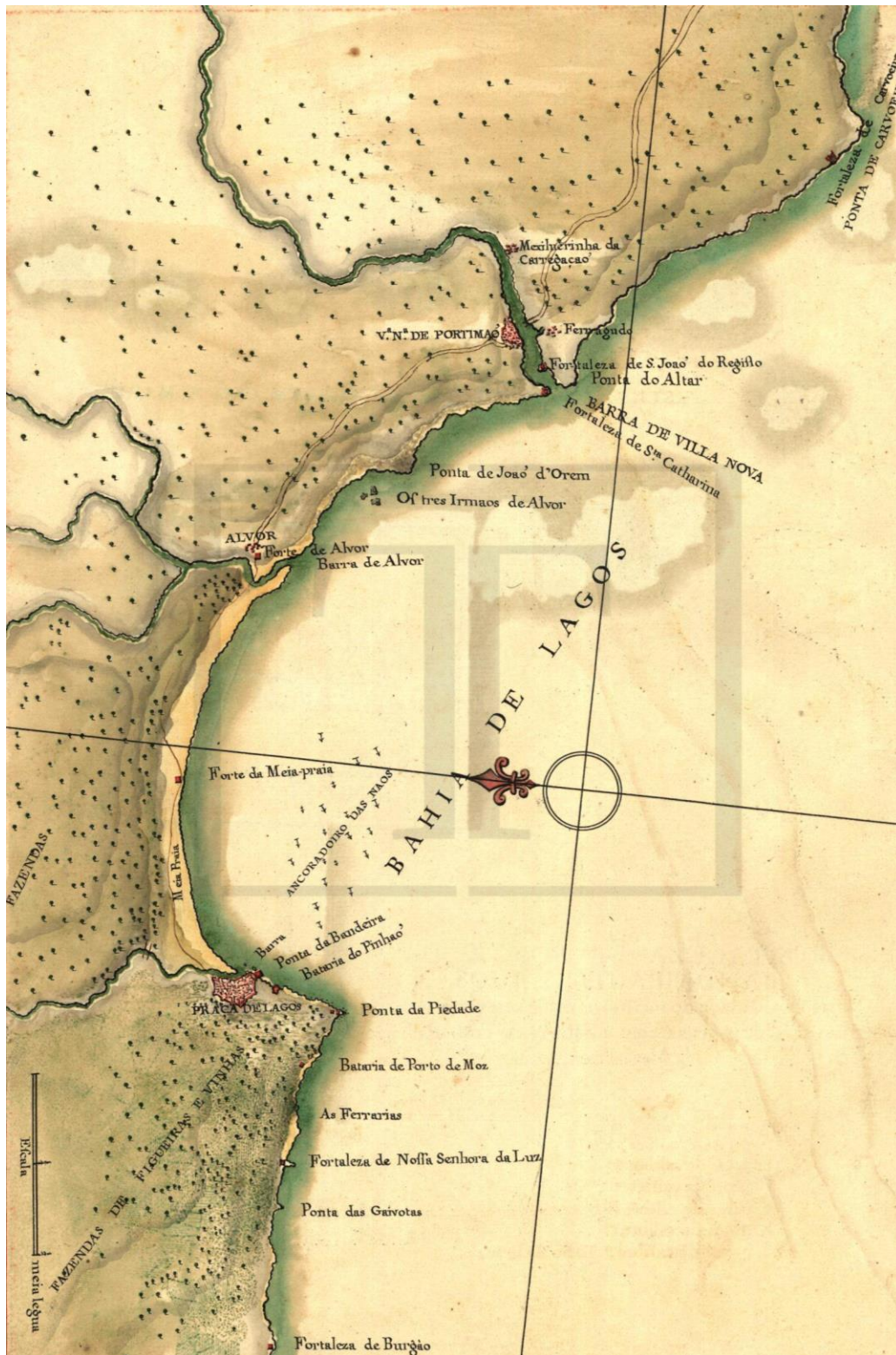


Figura 19 - Sistema defensivo implementado de Lagos a Lagoa no ano de 1798. É possível comprovar as baterias e fortes que continuam em funções nos finais do século XVIII. São estruturas escassas e espaçadas relativamente ao século anterior.

Autoria: Capitão Balthazar de Azevedo Coutinho. Real Corpo de Engenheiros. 1798.

Escala: 1:0,5 légua

Fonte: PT/TT/CRT/211, Folha nº22

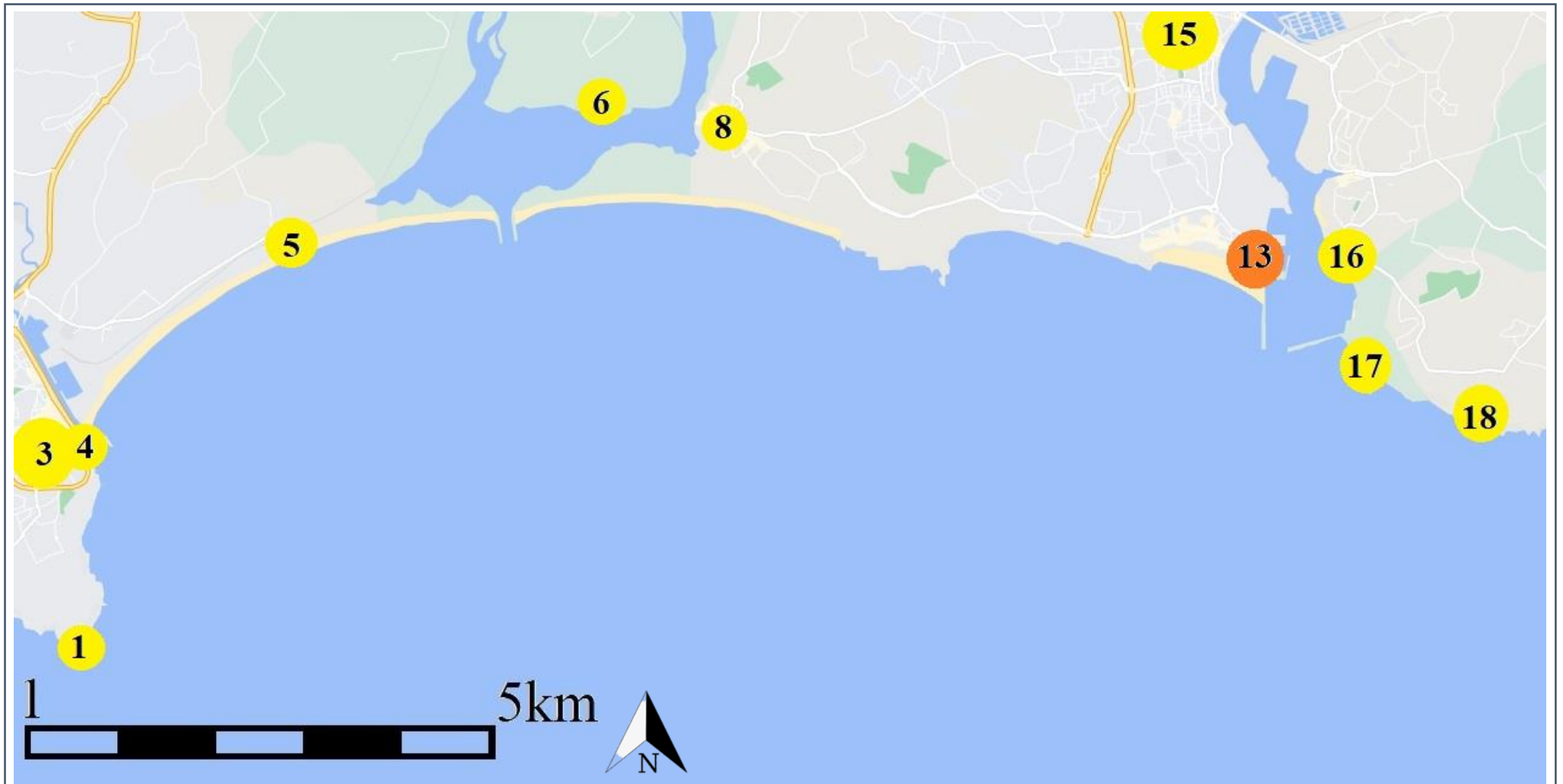


Figura 20 - Sistema defensivo implementado da Freguesia de Lagos à Freguesia de Ferragudo. Esta perspetiva remete para todos os dispositivos que existem atualmente.

Autoria: Mapa base Google Maps. Localizações relativas pela mestrandia. 2021.

## 5. O Caso de Estudo: a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar

“Lá na foz do rio Arade,  
À beira do mar azul,  
Nasceu um dia a cidade  
Mais linda de todo o sul.  
Por entre terras de tantos  
Pergaminhos e beleza,  
Portimão, com seus encantos,  
ganha modos de Princesa.  
Tão moça, e já tão crescida,  
Tão senhora, toda ela  
tem a graça colorida  
e fresca duma aguarela...”

- João Braz Machado, “Lá na Foz do Rio Arade”, s.d.

## 5.1. Caraterísticas, Enquadramento e uma História de Quatro Séculos

A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Tabela 2) é um símbolo para a população local. Ao longo das últimas décadas tem se denotado um descontentamento generalizado quanto ao estado em que se encontra o monumento militar e por a sua história não ser devidamente conhecida.

Ao longo dos capítulos anteriores foi possível atestar que o Algarve, e em especial Portimão, estiveram vulneráveis a ataques que a antiga praça de Portimão era incapaz de proteger e de atacar. No início do século XVII, ao serviço de Filipe II, Alexandre Massaii foi encarregue de prospear o Algarve e encontrar soluções defensivas.

Alexandre Massaii foi um engenheiro militar nascido em Nápoles, Itália, em meados do século XVI. Acabaria por morrer em Sines no ano de 1638. Enquanto sobrinho de João Vicente Casale, iniciou a sua carreira a seu lado, a trabalhar ao serviço de Filipe II de Espanha, na sua terra natal. Chegou a Portugal em 1589, acompanhado do seu tio.

Foi inicialmente destacado para as obras no Forte da Cabeça Seca e no Castelo de Santo António, em 1590, mas acabou por ser encarregue de se estabelecer na ilha do Pessegueiro e ali dirigir a edificação de um forte. Após a morte do seu tio, tentou convencer Filipe II de Espanha (I de Portugal) a atribuir-lhe as obras iniciadas pelo familiar, no entanto, com resposta contrária, continuou as obras no Alentejo.

Após deixar em suspenso as obras na ilha do Pessegueiro, foi ainda encarregue de estudar os meios necessários à fortificação de Vila Nova de Milfontes e da entrada da barra do rio Mira, tal como desenhava uma angra em Sines, capaz de abrigar dezenas de embarcações.

Com o fim do seu serviço em Vila Nova de Milfontes, inicia em 1617 o seu primeiro trabalho, embora preliminar, de compreender o sistema defensivo no Algarve e como poderia preencher lacunas. Em 1621 elabora o código “*Descrição do Reino do Algarve*” onde oferece propostas defensivas para Portimão.

A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar seria então erigida cerca de nove anos mais tarde, seguindo os valores da tradição italiana de fortificar. As caraterísticas desta escola destacam-se pelo perfil de muralha aterrada, o traçado abaluartado para o exterior do polígono e ainda baluartes com flancos perpendiculares (NUNES, 1991 :97). Mais ainda, a escola italiana inova pelo desenho do perfil do sistema defensivo que incluía a

esplanada, o caminho coberto, a contraescarpa, o fosso, as obras exteriores, o caminho de ronda, a escarpa e o terraplino (SOUSA e BERGER, 2013, :44). Esta fortificação iria cumprir a sua missão de vigiar e defender as áreas e desembarque e de igual forma proteger as populações, isoladamente ou em conjunto com outros fogos.

A Fortaleza possui então alguns dos seguintes componentes ou possuiu, durante a sua longa existência:

1. Dois meios-baluartes vazios, localizados na fachada Norte, tendo o terraplino normal da praça, sendo assim no interior considerados casamatas. Os meios-baluartes são ainda reforçados por quatro cunhais, dois dos quais representam orelhões.
2. Dois orelhões nos meios-baluartes que protegem o flanco, fazendo deste modo um flanco encoberto (Figura 21).
3. Seis bocas-de-fogo. É possível observar-se nos flancos dos dois meios-baluartes, três pequenas bocas-de-fogo em cada um (Figura 22).
4. Um cordão que percorre todo o topo da fachada Norte. Um dos objetivos deste elemento poderia ser afastar a chuva da alvenaria da muralha (Figura 23).
5. Onze canhoneiras no merlão. Respetivamente seis no meio-baluarde Oeste e cinco no meio-baluarde Este. Estas canhoneiras nos meios-baluartes defendiam dos navios inimigos que já tivessem penetrado o rio Arade. As canhoneiras do meio-baluarde Este cruzavam os fogos com o Forte de São João do Arade (Figura 24).
6. Uma cortina, entre os dois meios-baluartes, onde se abre a porta principal.
7. Um fosso escavado na fachada Norte, considerada a parte mais exposta e vulnerável caso um ataque viesse de terra, podendo assim dificultar o acesso à entrada e aproximação da muralha. Hoje encontra-se aterrado.
8. Teria uma ponte levadiça, de forma a transpor o fosso. No século XVIII seria uma ponte em alvenaria. Hoje já não existem vestígios das duas.
9. Um caminho de ronda, a conectar os dois meios-baluartes.
10. A Praça Alta, onde se encontra a cisterna e o acesso aos meios-baluartes e casamatas, ao paiol, armazéns, à Ermida, à Casa do Governador e aos Quartéis da Guarnição (Figura 25).
11. A Praça Baixa ou Bateria do tipo barbete, de onde era possível defender e ofender quem viesse por mar, antes de entrar na barra do rio (Figura 26).

A Fortaleza funcionaria com todos estes elementos, até ao século XVIII. A partir do Terramoto de 1755 e a sua reconstrução, novos elementos seriam introduzidos. Seria pela liderança do engenheiro militar José de Sande Vasconcelos (1738-1808) que a Fortaleza renasceria da ruína e conseguiria aguentar mais umas décadas em serviço. É de fazer notar que as patentes militares deste engenheiro mudam ao longo dos anos, sendo que nesta dissertação serão abrangidas as de Sargento-Mor/Major (pré 1769-1783), Tenente-Coronel (1783-1790) e Coronel (1790-1797). Sendo o autor do “*Mappa da Configuração de Todas as Praças, Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve*”, do qual existem três versões similares (uma sob tutela do GEAEM/DIE, uma na BNP e outra na Biblioteca Nacional do Brasil - BNB) e que se encontram patentes neste estudo (CALLIXTO, 1983, :8).

As configurações continuariam a alterar-se no decurso do século XIX, e na passada centúria, a Fortaleza perdeu algumas das suas características originais em detrimento da conversão para o turismo, como por exemplo: o aterro do fosso e a destruição da ponte, ou ainda o fecho das bocas-de-fogo e a destruição dos quartéis e meio-baluarte a Oeste para serem convertidos a restaurante.

Assim sendo, a Fortaleza, construída na Praia da Rocha, a uma elevação de 20 m., tem uma vista desafogada sob o rio Arade, vendo-se a cerca de 300 m., na outra margem, o Forte de São João do Arade, com o qual cruzava os fogos. Da Praça Baixa é possível visualizar a Baía de Lagos, desde a Ponta da Piedade até à Torre da Ponta do Altar, sendo possível, dessa forma, observar possíveis ameaças vindas tanto de Este como de Oeste, receber sinais de outros fortes e torres que avistariam perigo e assim defender o rio antes que as ameaças o penetrassem.



Figura 21 – Orelhão e flanco protegido do meio-baluarte Este. ©Bruna Galamba, 2021.



Figura 22 – Três das bocas-de-fogo existentes no meio-baluarte Este. ©Bruna Galamba, 2021.



Figura 23 – Pormenor do cordão, na seção do meio-baluarte Este. ©Bruna Galamba, 2021.



Figura 24 – Pormenor de uma canhoneira no meio-baluarte Oeste. ©Bruna Galamba, 2021.



Figura 25 – Poço existente no centro do recinto fortificado. ©Bruna Galamba, 2021.



Figura 26 – A vista da Praça Baixa ou bateria para a Praça Alta. ©Bruna Galamba, 2021.

### 5.1.1. A Ermida de Santa Catarina de Ribamar, a Pré-Existência

A pré-existência na ponta da Praia da Rocha, era de invocação a Santa Catarina de Alexandria. Esta santa, cuja celebração acontece a 25 de novembro (a data da sua morte), dá origem a diversas capelas em sua homenagem em Portugal (SILVA, 2018, :20).

Catarina havia nascido em Alexandria, por volta do ano de 287 d.C., e enquanto filha de realeza, era uma pessoa extremamente culta. Após a morte do seu pai, Catarina contactou o sacerdote Ananias, que a conduziu ao Cristianismo (SILVA, 2018, :20). Com as suas capacidades de argumentação, conseguiu converter a esta religião os cinquenta sábios de Alexandria e a esposa do imperador. Por todas estas conquistas, foi presa, condenada à fogueira e à roda dentada, até ser decapitada a 25 de novembro de 305 d.C (SILVA, 2018, :21).

Santa Catarina é padroeira dos estudantes, professores e pensadores, mas é de igual forma invocada pelos pescadores, mareantes e trabalhadores das artes do mar (SAMPAIO, 2018, :6). A devoção a esta santa espalhou-se pela Europa ao longo do século XI pela ação dos Cruzados, e nos séculos XV e XVI já se notava a construção de vários templos dedicados a esta mártir (SILVA, 2018, :21).

A Ermida de Santa Catarina de Ribamar já existia em 1573, quando D. Sebastião visita Vila Nova de Portimão. Contudo, pode-se admitir que a Ermida é ainda mais antiga. O seu elemento mais notável é um portal de arco quebrado gótico, portanto, mais caracterizante do século XIV. Vila Nova de Portimão, na altura, não existia enquanto vila, mas sim como uma pequena aldeia ou localidade que sobrevivia do trabalho do mar. Portanto faz sentido que pudesse ter existido este culto a uma santa que poderia proteger as gentes no mar, o seu sustento, esta hipótese é levantada por José Rosa Sampaio (2018, :5) e considera-se plausível.

Em 1607, Henrique Fernandes Sarrão, com a sua “*História do Reino do Algarve*”, viria a considerar a hipótese de se construir uma fortaleza que englobe e proteja a ermida, a vila e o rio, algo com o qual Alexandre Massai viria a concordar dez anos mais tarde (SAMPAIO, 2018, :5).

Durante vários séculos existiram celebrações em honra de Santa Catarina. Apesar de se desconhecer a data em que se iniciaram, sabe-se que a data mais antiga é de 1792, no qual o governador da Fortaleza admite não ter pólvora para fazer a salva de tiros no dia

25 de novembro. No século XX, por exemplo, realizavam-se as Festas da Praia da Rocha com uma missa na ermida (SAMPAIO, 2018, :8).

Até 2020 algumas missas eram realizadas na Ermida, contudo, com a pandemia de Covid-19, a mesma foi fechada até novas ordens e as missas são todas realizadas na Igreja Paroquial de Portimão.

### **5.1.2. Das Propostas de Fortificação do Engenheiro Massai às Primeiras Décadas de Utilização**

Após décadas a lidar com ameaças piratas constantes, derivadas do processo de expansão, o Algarve, devido à União Dinástica, passa a sofrer com a ação predatória de outros reinos europeus. O Algarve, e em especial, Vila Nova de Portimão, dotado de muralhas antigas e incapazes, necessitava urgentemente de uma fortificação com capacidade de defensiva e ofensiva.

Devido à sua vasta experiência em fortificações, artilharia e defesa, Massaii foi recorrentemente solicitado pelas autoridades para dar o seu parecer. É então que surgem os seus trabalhos acerca do Algarve, um preliminar no ano de 1617 e um final em 1621 (CESAB – Alexandre Massai; COUTINHO, 2001, :70; NUNES, 1991, :143).

O relatório de 1617 oferece informação sobre as obras e fortalezas do reino do Algarve até à barra do Tejo e alguns territórios além-mar, no qual também resultam valiosas informações sobre a história, geografia dos lugares, os portos, navegação, os navios e, por fim, o estado das fortificações (PT/TT/CCDV/29). Volvidos quatro anos, Massaii completa as suas informações para o Algarve, com a sua “*Descrição*” do mesmo reino (MC.DES.1402). Em Vila Nova de Portimão, onde implementa alguns esforços para descobrir onde construir uma fortaleza, a verdade é que se viriam a verificar conflitos entre os vários doutores, oficiais, soldados e gentes com práticas de navegação que haviam sido convidados a dar auxílio (num total de onze pessoas).

#### **5.1.2.1. Onde Edificar a Fortaleza? Proposta de Vila Nova de Portimão, Ferragudo e Silves**

No conjunto das onze pessoas selecionadas, não existiu um consenso no que dizia respeito à localização da nova fortaleza. É um problema que se verifica em 1617 e persiste até 1621, altura pela qual Massaii oferece as suas propostas de fortificação.

Enquanto oito das onze pessoas defendiam a construção do forte em Ferragudo, Massaii contrapõe nove motivos pelos quais o local seria vulnerável aos inimigos e jamais poderia proteger o rio Arade, Vila Nova de Portimão e Silves.

Assim sendo, Massaii oferece um pequeno parecer de que um forte se deveria erguer na ponta de Santa Catarina de Baixa-mar, onde já existia uma pequena ermida em evocação dessa santa (esta ponta de Santa Catarina de Baixa-mar e a sua ermida estão na ponta da Praia da Rocha). Assim, apresenta a sua defesa, em sete pontos cruciais:

*“...fazendosse oditto fôrte no tál sitio bastará estár nelle de ordinário hú Condestáble com dous ajudantes e que se gastará no fazello dous terssos menos etanto no sustentálo... epor ter dous possos de ágoa de beber perto de si os quáis escuzão cisterna... por se poder com com muita facilidade e brevidade socorrer assi da ditta villa como da de Alvor e da Mixilhoeira e da Cidade de Lágos... assigura o mosteiro de São Francisco que póde denoite com muita facilidade o enemigo com qualquer fusta cativar os frádes... estando oditto forte no tál sitio offende edeffende melhor o surgidouro onde estão juntos os navios esperando maré pera estrarem oquál chamão o lanço do touro... por ser máis direito e cómodo para tomar abárta... por fazer no tál sitio a artilharia melhor effeito que no outro por tirar de ponto em branquo para qualquer parte epor estár mais baixa emelhor que no outro sitio...” (PT/TT/CCDV/29, Folha nº38)*

A construção de uma fortaleza na ponta de Santa Catarina de Baixa-mar permitia reduzir os custos das obras e do seu sustento posterior, tal como uma ocupação mínima de oficiais para manter o forte em funções. De igual forma, não era necessário construir qualquer tipo de cisterna ou poço dentro da fortificação, pela presença de dois poços nas proximidades.

No que concerne às defesas terrestres, em caso de perigo extremo, a fortaleza poderia ser socorrida pelos oficiais residentes na vila fortificada de Vila Nova de Portimão, ou pelos oficiais de Alvor, Mexilhoeira e até de Lagos, ao contrário do que aconteceria se a fortificação fosse edificada em Ferragudo. De igual forma, assegurava a proteção das populações intra e extramuros da vila, tal como os frades do Convento de São Francisco, que habitavam à beira-rio e por isso, vulneráveis a um ataque de inimigos que ali decidisse desembarcar.

Referente às defesas marítimas, com uma fortaleza implantada na ponta de Santa Catarina de Baixa-mar, numa posição relativamente elevada, poderia defender e ofender um surgidouro, local onde os navios permaneciam à espera pela maré alta de forma a poderem entrar na barra do rio Arade, pois era o local mais direto para a entrada do rio. De igual forma, a artilharia teria melhor efeito ao atirar para qualquer ponto.

Em contrapartida, as restantes três pessoas que foram selecionadas para acompanhar Massaii, eram de parecer favorável à construção do novo forte entre a Mexilhoeira e Silves, no sítio que se denomina como Santa Catarina de Ribamar. Ou seja, Santa Catarina de Baixa-mar, a Sul, na Praia da Rocha, e Santa Catarina de Ribamar, para Norte, perto de Silves.

Massaii acaba por comunicar a proposta, informando que deve ser considerada, tendo em conta que este local possuía boas capacidades defensivas e ofensivas. Já antes

da construção da fortaleza na Praia da Rocha, já previa a incapacidade desta de defender quando os navios se resguardassem na falésia, não sendo por isso ofendidos pelos tiros da artilharia:

*“... que a careira ou canal Vaj peguado â Rocha da parte onde se deve fazer á defença, ó qual he estreito e fundo, E delle para a parte contraria são todos baxos até o sitio, de s.ta cat.a de baixa mar, por maneira q não poderá entrar navios grandes nem pequenos, pella ditta barra q de força não passe peguado â artilharia, e seja della ofendido e desbaratado com seu grande Risco e dano. E q do tál sitio se defende o lansso do toiro q he onde surgem os navios q querem tomar â barra e q da parte da costa junto a Rocha podem os navios com baxa e préa mar dar fundo... e se no ditto sitio elles não dão fundo os dittos navios e para q da outra parte do lansso do toiro fiquão mais âo direito para tomarem a barra, e quando o forte esteja feito hirão dar fundo de baxo delle por estarem seguros dos inimigos... E em qualquer parte q o forte se passa q os navios q entrarem E sahirem da barra, o não devem fazer sem ordem do ditto forte... E em qualquer parte q os navios estejam surtos sempre da ditta forssa serão ofendidos... E q o ditto sitio tem agoá de beber perto de meja legoá ou menos, e q fazendo çe o forte nelle sera com muita fassilidade socorrido...” (MC.DES.1402 Folha nº34).*

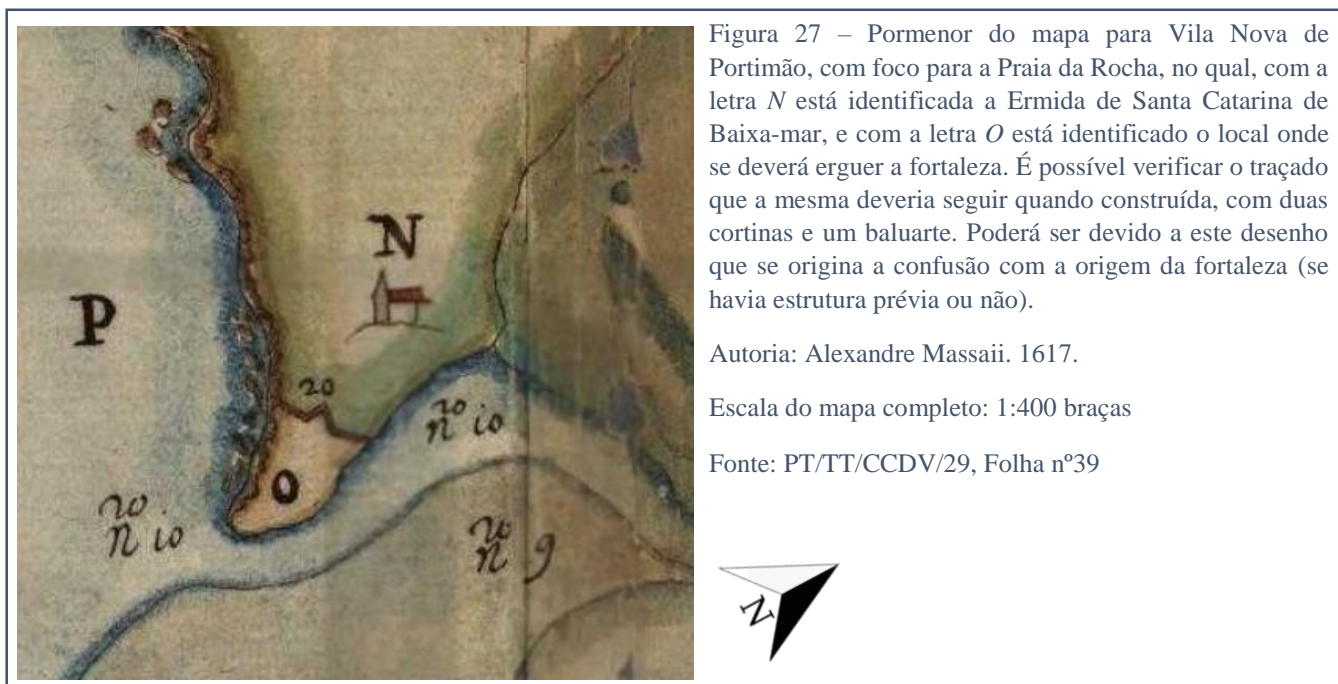
Alexandre Massaii fora, portanto, o único a defender a opção de a fortaleza ser edificada na Praia da Rocha, tanto em 1617 como em 1621, altura pela qual emite quatro propostas de traça do forte, sendo três para a Praia da Rocha e uma proposta para a fortaleza a edificar perto de Silves.

#### **5.1.2.2. As Quatro Propostas e Edificação**

Em 1617, ao longo do seu relatório de situação defensiva para Vila Nova de Portimão, Massaii refere uma proposta de configuração para a fortaleza a ser construída:

*“... bastará serrarsse aponta com lhe afrir fosso parecendo meçenario que amim paresse escuzado por sér somente oditto fórte sogeitto ahúa bateria de mão repentina ede pouqua dura com lhe fazer hú Beluarte edous pedássos de cortina terraplenadas como na seguinte traça se ve afinado de cor vermelho...” (PT/TT/CCDV/29 Folha nº38)*

O engenheiro propõe então a construção de uma linha de muralha a Norte, caraterizada por o que ele chama de baluarte e duas cortinas, defendidas por um fosso, tal como uma pequena bateria voltada a Sul, para o mar, para a defesa. Assim, Massaii apresenta um traço muito rudimentar para o que seria a Fortaleza de Santa Catarina de Baixa-mar, no qual é possível verificar-se no pormenor da planta que o autor oferece para Vila Nova de Portimão (Figura 27).



Após a conclusão destas diligências nas obras e fortalezas do Reino do Algarve até à barra do rio Tejo, Massaii inicia um novo projeto de recolha de informações, muito mais concisas, pormenorizadas e minuciosas, que em 1621 viriam a originar o códice “*Descrição do Reyno do Algarve*”. Tanto o relatório de 1617 como a descrição de 1621 oferecem informações muito similares para Vila Nova de Portimão, possivelmente um pouco mais atualizadas e precisas, tal como apresentou novas temáticas. Assim, permite informar o Conselho (de Guerra e da Fazenda) sobre as obras e reparos necessários às fortificações do litoral.

Massaii volta a defender o reforço dos muros protetores da vila, mas também a construção de uma fortaleza na Ponta de Santa Catarina de Baixa-mar, invocando que quatro anos antes já havia debatido qual localização seria mais eficaz. Assim, Massaii continuaria a defender que a construção de um forte em Ferragudo não o satisfazia:

*“tomarce parecer de qual das partes do ditto rio era ou seria melhor o sitio para se fazer nelle a sobre ditta defenssão, para efeito de estorvar a entrada da barra do ditto rio farão 12 pessoas que derão seus vottos, nome delles farão deparecer q’a ditta defenssão se fizesse da parte desta villa no sitio de Santa Caterina de baixa mar, os 3 forão de parecer q’atál defenssão se fizesse da outra ponte do rio no sitio q se sedis Santa Caterina de Ribamar, ó qual sitio a mim não satisfás nem contenta”* (MC.DES.1402, Folha nº 24).

O engenheiro napolitano acabaria por referir as mesmas sete razões que já havia enumerado em 1617, para confirmar que a sua posição face à construção naquela falésia

não se alterara. Na verdade, acaba por reforçar que oficiais a cavalo ou a pé jamais conseguiriam socorrer uma fortaleza em Ferragudo, tal como reforça que seria mal implantada em tal local, devido a se localizar a mais de cem palmos acima da superfície do mar, no qual os navios acabariam por passar por debaixo da artilharia sem nunca serem ofendidos por esta (MC.DES.1402, Folha nº24).

Após justificar a sua decisão, Massai oferece três pareceres de planta para a fortaleza a ser construída na Ponta da Rocha. As três propostas possuem aspetos comuns, que o engenheiro enumera (MC.DES.1402, Folha nº28):

1. Não eram necessários muros altos e bastaria apenas uma porta;
2. Um fosso. Não era essencial ser muito fundo, pois o local já possui uma pendente natural;
3. Independentemente do traçado escolhido, a Ermida de Santa Catarina de Baixamar seria desmontada da sua localização e montada dentro do recinto fortificado;
4. Dever-se-ia adaptar a rocha de forma a ficar mais escarpada e assim, diminuir as hipóteses de alguém a escalar;
5. Os baluartes deveriam ser dotados de pelo menos quatro peças de artilharia e na bateria baixa poder-se-ia meter quantas peças necessárias à defesa da foz do Arade;
6. O forte deveria possuir casas próprias para albergar as munições e oficiais;

O engenheiro, após passar aos aspetos comuns das propostas, começa a referir a configuração que a fortaleza poderia adquirir, admitindo que, seja qual for a proposta que aceitassem, a vila seria bem defendida. As alterações na configuração na fortaleza são verificadas apenas para a muralha a Norte, sendo que a bateria baixa virada a Sul se mantém igual nos três desenhos propostos.

A primeira proposta (ou parecer como lhe refere) apresenta uma fortaleza com o que o autor chama de baluarte no centro da fachada e dois pedaços de cortinas. A ermida seria então englobada dentro do recinto fortificado, adossada no centro do muro principal (Figura 28).

A segunda proposta apresenta uma fortaleza com uma cortina com dois meios-baluartes avançados nas suas extremidades. A ermida estaria, de forma semelhante, no interior do recinto e adossada no centro do muro principal. Das três propostas, esta é a

que mais se assemelha à fortaleza que viria a iniciar obras cerca de oito anos mais tarde e ainda hoje subsiste na Praia da Rocha (Figura 29).

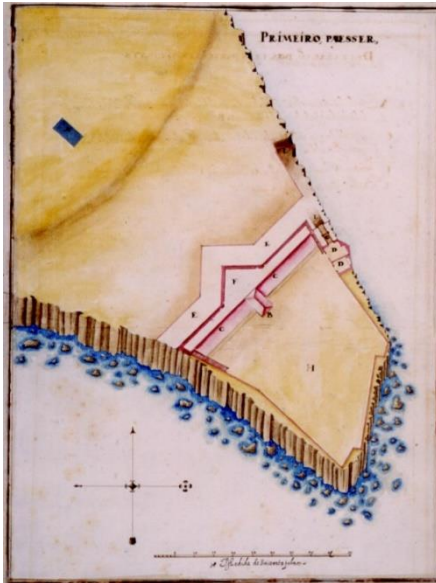


Figura 28 – Primeiro parecer para a Fortaleza de Santa Catarina de Baixamar. Segue uma planta semelhante à já proposta em 1617. Folha nº29.

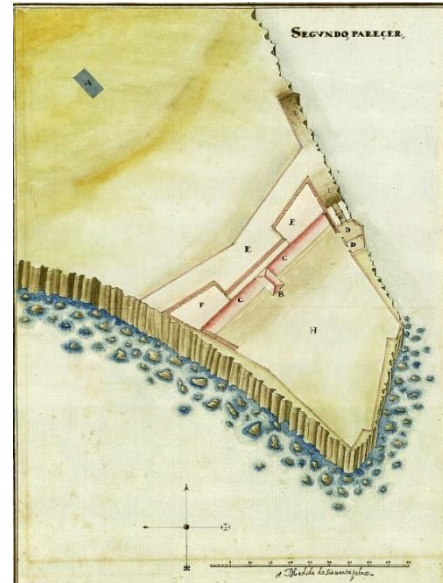


Figura 29 – Segundo parecer para a Fortaleza de Santa Catarina de Baixamar. É a planta que mais se aproxima à fortaleza que veio a ser edificada. Folha nº30.

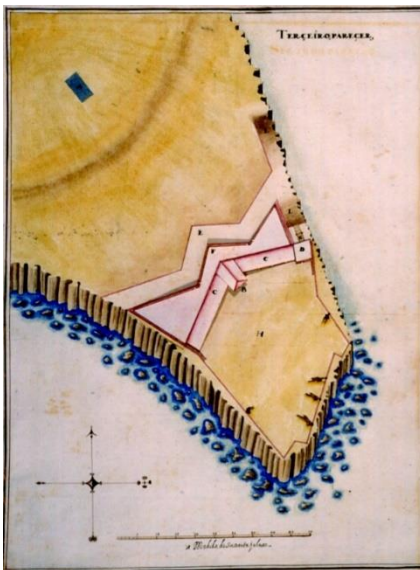


Figura 30 – Terceiro parecer para a Fortaleza de Santa Catarina de Baixamar. Folha nº31

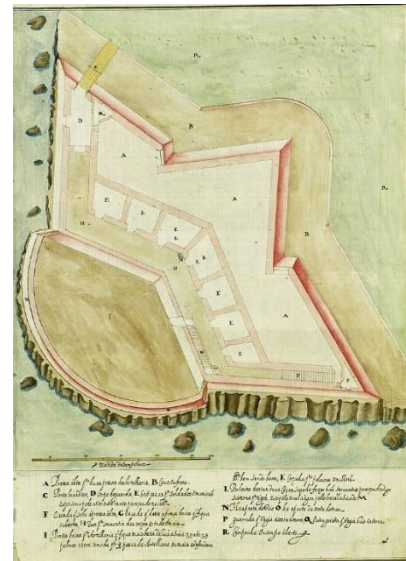


Figura 31 – Parecer para a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar que deveria ser edificada entre a Mexilhoeira e Silves. Folha nº35.

Todos os mapas desta moldura são da autoria de: Alexandre Massai, 1621. Estas imagens foram retiradas do livro de Valdemar Coutinho (2001).

Escalas: 50 palmos

Fonte: MC.DES.1402; Valdemar Coutinho 2001.

A terceira proposta apresenta uma fortaleza com o que o autor refere como baluarte central e dois meios-baluartes nas extremidades. A ermida seguiria a mesma disposição verificada nas duas propostas anteriores (Figura 30).

Por fim, não desconsiderando que Silves era uma sugestão viável, Massaii apresenta uma proposta para a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar. A traça da proposta segue uma fortificação com o que o autor chama de baluarte central e dois meios-baluartes nas extremidades. A Praça Alta seria acedia por uma ponte levadiça que transpunha o fosso, e a Praça Baixa assumia uma planta semicircular (Figura 31).

A única fortificação edificada é de facto a que está na Praia da Rocha, no entanto é atualmente denominada por “Santa Catarina de Ribamar”, que seria o nome da fortificação que poderia ficar perto de Silves, e não a que efetivamente está construída, cujo nome seria Fortaleza de Santa Catarina de Baixa-mar. Pelo simples facto de ser conhecida como “Ribamar” será doravante denominada dessa forma. Apesar de não existir certezas quando estes termos se trocaram, o uso do termo “Ribamar” torna-se comum no século XX. As plantas desenhadas por Alexandre Massaii apresentam um desdobrável, com uma hipotética representação da divisão interna da fortaleza, ao qual se apresenta como seria a do segundo parecer, que mais se aproxima à fortaleza efetivamente construída (Figura 32).

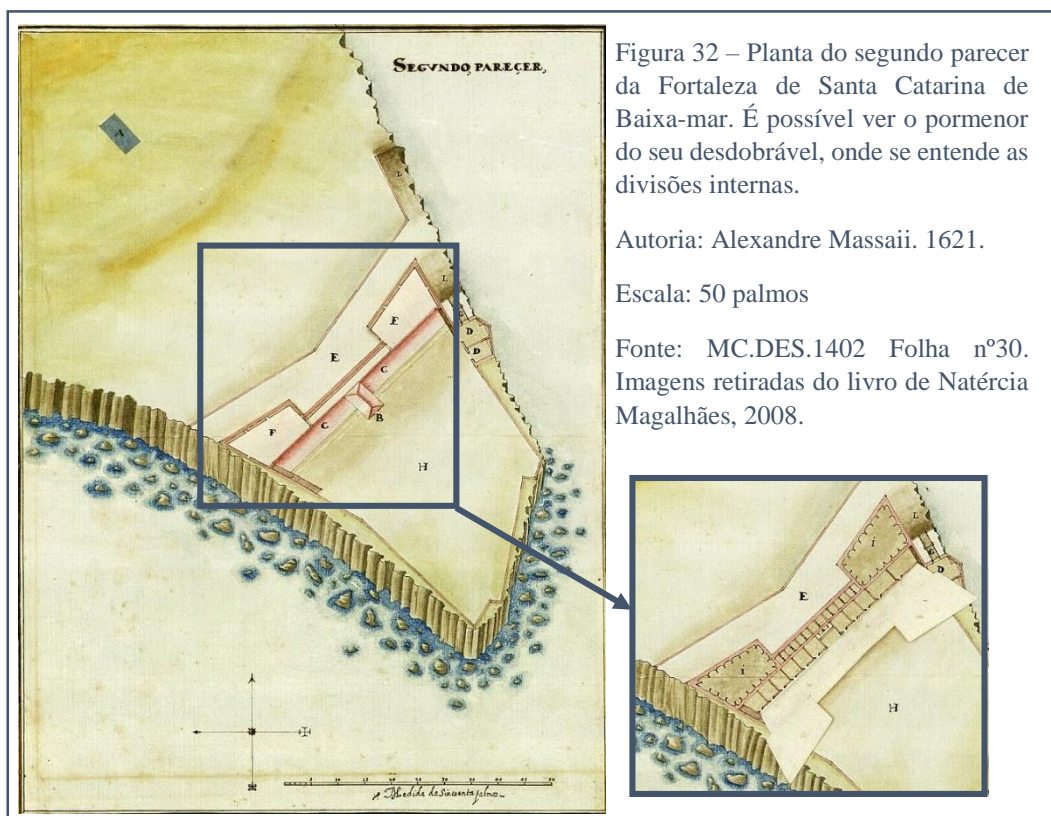


Figura 32 – Planta do segundo parecer da Fortaleza de Santa Catarina de Baixa-mar. É possível ver o pormenor do seu desdobrável, onde se entende as divisões internas.

Autoria: Alexandre Massaii. 1621.

Escala: 50 palmos

Fonte: MC.DES.1402 Folha nº30. Imagens retiradas do livro de Natércia Magalhães, 2008.

A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar foi assim concebida entre 1617 e 1621. A sua construção só iria começar anos mais tarde. A data de início de construção e de fim de construção são alvo de debate, conforme poderemos averiguar de seguida. Nos “*Manuscritos sobre a Defesa do Algarve*”, em 1629, a carta de Fernando Aires do Vale refere que por ordem do Rei ao Governador do Algarve, duas fortalezas na barra de Faro e uma na barra de Vila Nova de Portimão haviam sido mandadas edificar, de forma a defender a entrada dos rios. Em 1630, uma carta do Governador do Algarve, D. Luís de Sousa refere que é necessário reparar-se as fortalezas do reino e edificarem-se novas em Vila Nova de Portimão e Faro (A.A.V.V., *Manuscritos sobre a Defesa do Algarve*, COD10835).

As diligências efetuadas pelo Dr. Francisco Soares de Albergaria em cooperação com o capitão-mor, sargento-mor e os três capitães de infantaria de Vila Nova de Portimão, em 7 de Julho de 1633, ordenadas pelo Tribunal do Governo de Portugal e mandado do governador do reino do Algarve, dão conta que a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, situada na Praia da Rocha “vai-se acabando” (PT/TT/CC/2/364/00141). No entanto, terá sido artilhada nesse mesmo ano, iniciando assim as suas funções.

### **5.1.2.3. Da Guerra de Restauração ao Início do Século XVIII**

Apesar do fim da dinastia dos Filipes em Portugal, os ataques de corsários e piratas, tanto muçulmanos como de povos europeus, não terminam. Aliás, o período da Guerra da Restauração (1640-1668) significou o reforço da raia terrestre, sendo o litoral alvo de atenção tardia, baseado no reforço da rede medieval fortificada e nem sempre uma profunda reformulação do sistema defensivo (CONDE, HENRIQUES e GUIOMAR, 2011, :3).

A primeira referência à Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar após o término da dinastia Filipina, surge em 1642, no qual se dá conta de que na entrada da Barra de Vila Nova de Portimão existia uma fortaleza que ainda não estava concluída, com cinco ou seis peças de bronze, que não possuía um capitão que a pudesse governar, contando apenas com um artilheiro pago (CALLIXTO, 1991, :114).

É com este aspeto que surgem algumas dúvidas no que diz respeito ao período de construção da Fortaleza. Apesar da janela de três anos para a edificação da Fortaleza parecer mais plausível (1630-1633), porque para todos os efeitos, era extremamente

necessária a defesa que providenciaria, em 1642 surge uma carta que diz que a Fortaleza artilhada, não tinha capitão nem estava concluída. Contudo, uma janela temporal de pelo menos doze anos para a construção de um forte tão pequeno que iria colmatar urgências parece ser um pouco grande.

Especialmente quando em 1633 já “se ia acabando” a construção do forte, o que se pode assumir que em três anos, o forte estava prestes a estar concluído, mas aparentemente anda terão ficado a faltar seções por concluir.

A ausência de uma pedra de armas também não ajuda nesta datação da Fortaleza. Tanto poderia estar presente uma pedra com as armas de Filipe III, o que pelo menos corroborava uma construção finalizada antes de 1640, ou então uma pedra de armas nova para o novo rei pós União Ibérica.

O único evento histórico de que se tem conhecimento (que não diga apenas respeito a mudanças antrópicas ou destruições por ação natural), aconteceu em 1645, quando os padres capuchos do convento vizinho (o de São Francisco), relatam numa carta que o primeiro Capitão da Fortaleza, Baltazar da Costa de Abreu, casado em Vila Viçosa, vivia na Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar com a sua amante, com quem tinha filhos. Por Carta Real de 13 de Maio desse ano, o Capitão fora restituído à Fortaleza, contudo, meses mais tarde, com a insistência dos religiosos, a Resolução Real determinava que o Capitão devia se retirar de Vila Nova de Portimão e regressar a Vila Viçosa, algo que não veio a acontecer até 1646, altura pelo qual, após três anos de serviço, fora dispensado e substituído (CALLIXTO, 1991, :118).

Os anos seguintes seriam mais calmos e isentos de problemas. O novo Capitão agia em concordância e um novo Capelão foi atribuído à Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Torre do Tombo, Secretariado de Guerra, L10\_70 Ano 1647, folha nº28).

Em 1686, Mateus do Couto, sobrinho, engenheiro militar, apresenta “*As Cartas Marítimas do Reino do Algarve*” (atualmente conservadas e armazenadas na BPE), no qual descreve as fortificações, conventos e barras dos rios, numa representação da costa algarvia, do Sotavento para o Barlavento. No setor do Algarve ocidental é onde se verifica maior precisão nas representações da linha de costa e na geometria das fortificações. Ainda assim, Mateus do Couto representa a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, com uma planta quadrangular, fachada a Norte com dois baluartes e uma bateria baixa bem delineada. No entanto a Fortaleza, como foi, na sua grande maioria, representada, possui

sempre dois meios-baluartes, tal como é ainda hoje visível. Não apenas os baluartes inteiros contrastam com a sua maioritária representação, esta carta apresenta obras de fortificação de campanha, elemento que não voltaria a ser representado ou mencionado nem existem atualmente à cota positiva (Figura 33). De igual forma, a Fortaleza é representada na sua falésia à beira-mar, uma paisagem contrastante com o que atualmente se verifica, a escassos metros do mar, devido ao assoreamento para a praia.



Figura 33 - Carta Marítima que evidencia a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar nos fins do século XVII.

Autoria: Mateus do Couto (sobrinho). 1686.

Escala: 1/30 varas.

Fonte: BPE, Mateus do Couto, Carta Marítima de Vila Nova de Portimão. Gaveta 10, nº10, peça nº13.

### 5.1.3. Os Terramotos do Século XVIII e a Reedificação Pelo Engenheiro José de Sande Vasconcelos

#### 5.1.3.1. A Fortaleza durante os Terramotos

Como já havia sido mencionado no subcapítulo sobre Portimão, o século XVIII foi marcado por três terramotos destruidores, bem como por uma diminuição dos ataques de piratas, pois as pressões europeias, militares e diplomáticas, começaram a produzir efeitos (COUTINHO, 2001, :56).

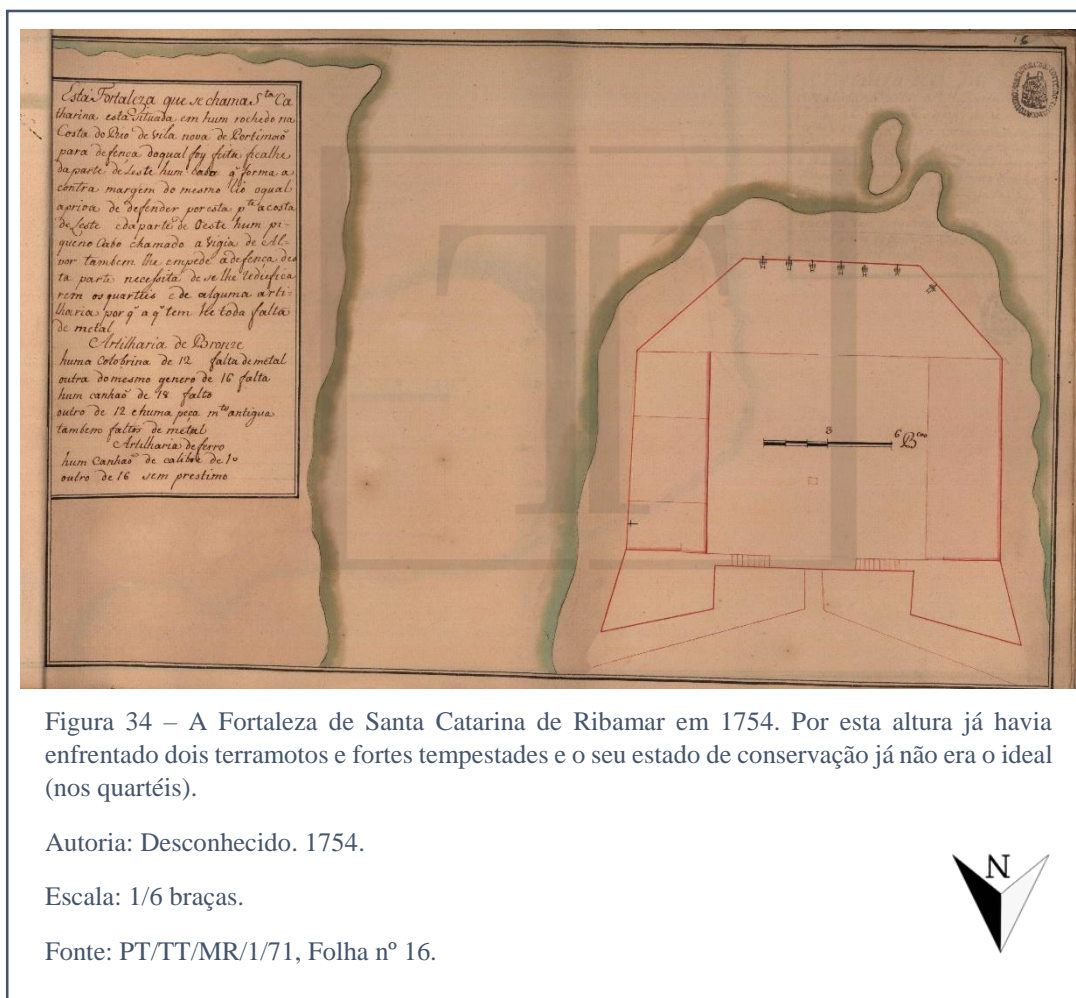
O terramoto de 1719 teve o seu epicentro em Portimão, mas não terá sido o mais destruidor na escala do Reino do Algarve. Os estragos reportados focavam-se muito mais nas localidades costeiras e ribeirinhas, não revelando assim uma magnitude superior aos que lhe precederam (ANPC, 2010, :33).

Um relatório que inventariava todas as fortalezas de Portugal que pudessem fazer frente a Castela dava conta das duas fortalezas na barra de Vila Nova de Portimão. Contudo, é impossível datar este relatório de antes ou depois do terramoto (PT/AHM/DIV/3/01/01/10, Folha nº3).

O terramoto do ano de 1722 teve efeitos catastróficos, quase destruindo na totalidade a vila de Loulé e fazendo outros danos muito consideráveis noutras vilas, ao qual a Vila Nova de Portimão não escapou ilesa (ANPC, 2010, :33). No entanto, apesar de se saber que o sismo provocou estragos e/ou perdas de vidas, não se sabem os danos que possa ter infligido na Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar.

No Inverno de 1731 é quando se começam a comprovar alguns problemas com as condições da Fortaleza, sendo que, durante uma tempestade, a mesma ficou inundada, o que obrigou à evacuação dos habitantes (Torre do Tombo, Gazeta 22 de Fevereiro de 1731). Chegando às vésperas do Grande Terramoto, em 1754, uma inspeção ordenada pelo Governador e Capitão General do Algarve D. Rodrigo António de Noronha e Menezes, dá conta que a fortaleza já necessitava de ser reedificada, especialmente nos quartéis e já possuía artilharia antiga (PT/TT/MR/1/70, folha nº16) (Figura 34).

Pode-se desta forma inferir que, apesar de o Terramoto de 1755 assolar a Fortaleza, ela já se encontrava em muito mau estado, especialmente nos quartéis. A estrutura fragilizada não aguentaria as forças do terramoto e do maremoto que lhe seguiu e a submergiu, o que contribuiu para a sua ruína.



A descrição da Fortaleza mantém-se, mas aparece um elemento novo na sua representação: a cisterna. A cisterna localiza-se no centro da Praça Alta, antecedendo a Praça Baixa virada a Sul.

A conceção desta cisterna é uma ideia contrária à que Alexandre Massaii apresentou nas suas duas obras, referindo que a existências de dois poços nas proximidades serviriam aos residentes na fortaleza. Claro que se entende que, numa posição defensiva, o mais seguro seria os oficiais e soldados possuírem água armazenada, em caso de cerco. A cisterna, apesar de ser representada pela primeira vez nesta planta, não inviabiliza o facto de a mesma já existir desde a edificação da fortaleza.

Por fim, não só as populações estavam em luto, a recuperar a sua saúde, casas e sustento, como também estavam em perigo iminente com os seus fortes em ruína parcial ou total, impossibilitados de oferecer defesa. Assim, grande parte da população chega a migrar para outros pontos do país. Só em 1758 é que as reparações imediatas na Ermida de Santa Catarina de Ribamar e na Casa do Capitão estariam concluídas, notando-se uma

ausência de qualquer obra de reestruturação ou reedificação no resto do forte (VENTURA e MARQUES, 1993, :41).

Em 1763, surge um relatório das praças do Reino do Algarve, no qual se denota uma ruína substancial em grande parte das fortalezas. Para Vila Nova de Portimão determina-se que é urgente a reedificação das duas fortalezas da sua barra (PT/AHM/DIV/3/09/87/03, Folha nº2).

Em 1765, contudo, o relatório do Sargento-mor Romão José de Rego dá conta de que todos os quartéis do Poente continuavam arruinados e os de Levante (a Casa do Governador reparada em 1758) já se encontrava inabitável (PT/AHM/DIV/3/09/87/05, Folha nº9).

#### **5.1.3.2. A Prospeção por José de Sande Vasconcelos**

A primeira grande prospeção das fortalezas algarvias é realizada entre 1772 e 1783. É, de momento, impossível restringir mais a cronologia, sabendo-se que José de Sande Vasconcelos detém a patente de Sargento-mor em 1772 quando é alocado ao Algarve e é promovido a Tenente-Coronel em 1783, esta parece ser a baliza temporal do trabalho “*Planos Configurados das Fortalezas do Reino do Algarve*”, encomendado pelo Conde de Rezende, Governador e Capitão-General do mesmo reino.

Neste trabalho, no qual diversas fortalezas são analisadas, a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar não é exceção (Figura 35). Nesta primeira planta conhecida para o século XVIII, é possível verificar alguns dos estragos ainda perceptíveis após o Terramoto. A fortaleza é representada com uma configuração trapezoidal, na fachada Norte, nas suas extremidades, encontram-se os dois meios-baluartes. Estes baluartes são acessíveis a partir de duas escadarias após se entrar no recinto fortificado. Esta planta não refere a Ermida, mas refere a existência de um armazém onde esta deveria estar localizada.

Assim sendo, o Sargento-mor José de Sande Vasconcelos conclui que os quartéis estão arruinados e que a quantia de reedificação ronda os duzentos mil reis, caso fossem aprovadas as obras. Ainda enquanto Sargento-mor, emite o seu *Mappa dos Orçamentos do que Podem Custar as Redificações das Fortalezas deste Reino*, Sande Vasconcelos orçamenta um milhão de Reis para as obras na Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar e para o Forte de São José da Meia Praia, não discriminando os valores em separado (PT-GEAEM/DIE-4010\_II-1-3-5).

Anos mais tarde, de forma a se poderem reanalisar de uma forma abrangente todos os estragos nas fortalezas da costa do Algarve, o Tenente-Coronel José de Sande Vasconcelos é encarregue de prospeetar a área e submeter os seus pareceres ao Conde de Vale de Reis.

É assim que surge o “*Mappa de Configuração de todas as Praças, Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve*”. Existem três versões similares deste trabalho, e não são cópias, pois as configurações são um pouco diferentes, apesar da essência ser a mesma. Uma delas, na BNP (Figura 36), está datada de 1788, apesar das outras duas versões, no GEAEM/DIE (Figura 37) e na BNB (Figura 38) estarem datadas entre 1780 e 1790, admite-se que a cronologia deve ser semelhante à da versão da BNP. Como Sande Vasconcelos detém a patente de Tenente-Coronel de 1783 a 1790, estes três exemplares são datáveis deste espaço temporal. A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar é representada com o número vinte e seis, e continua a ser apresentada com uma forma trapezoidal e os dois meios-baluartes na fachada Norte. A única coisa que o Tenente-Coronel admite ainda estar arruinada é a cisterna, no centro da Praça Alta. A Praça Baixa apresentava ainda cinco peças de artilharia.

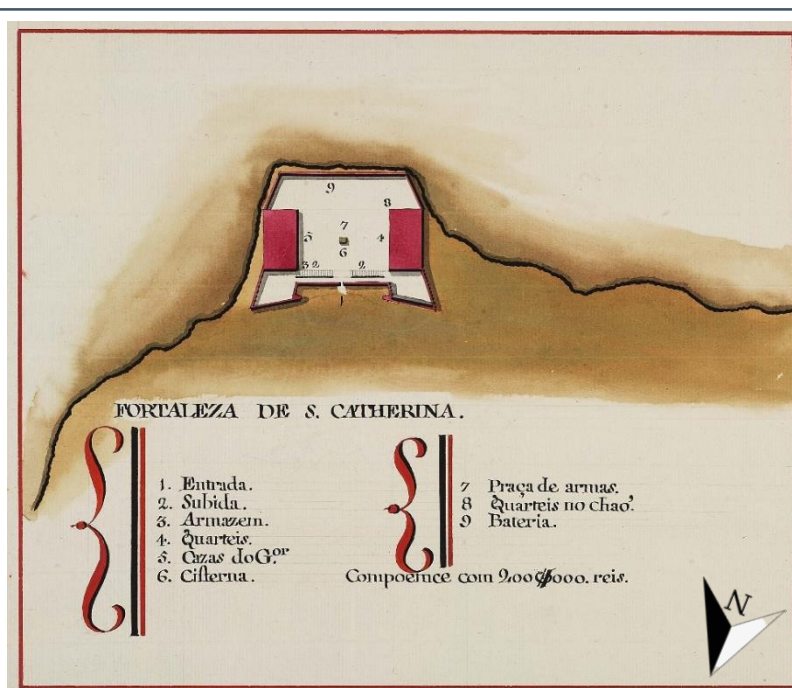


Figura 35 – A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar décadas antes de ser reconstruída e o seu orçamento, presente no *Planos Configurados das Fortalezas deste Reyno do Algarve* (sic).

Autoria: Sargento-mor José de Sande Vasconcelos. 1772-1783.

Escala: desconhecida

Fonte: PT-GEAEM/DIE-300-1-8A-96



Figura 36 – Excerto da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Nº26) no exemplar disponível na BNP (BNP/BND ca-8-r), datado de 1788.

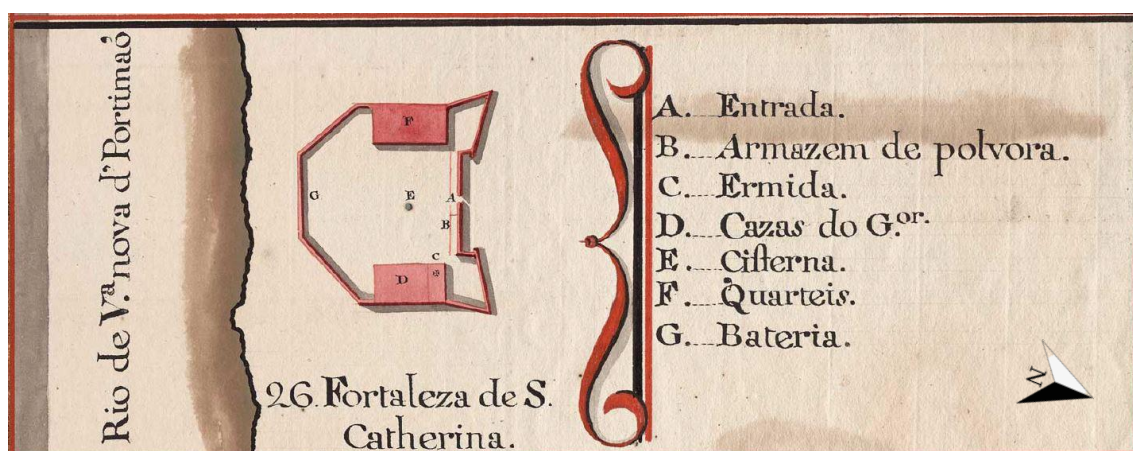


Figura 37 – Excerto da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Nº26) no exemplar disponível na BNB (CAM.01.006 – Cartografia), datado entre 1783-1790.

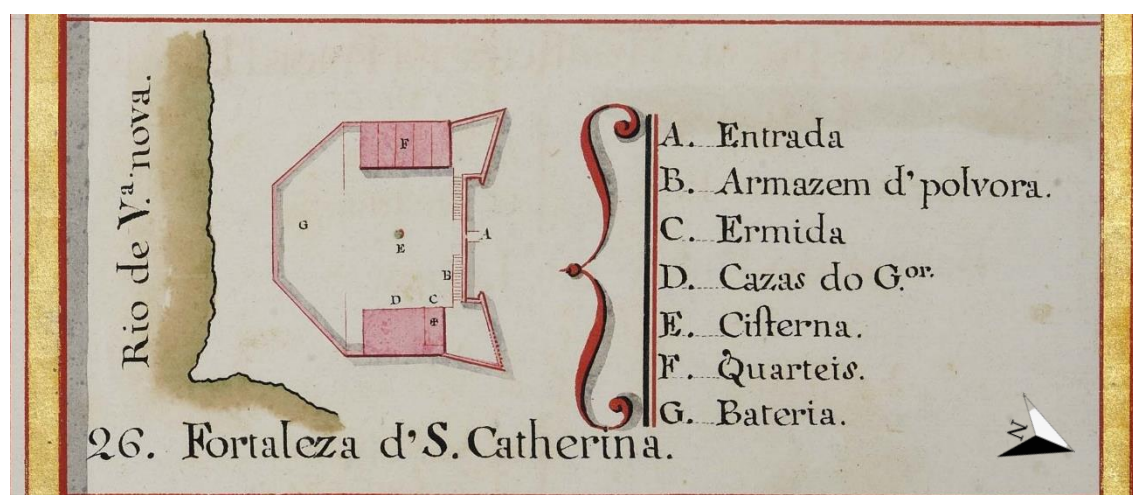


Figura 38 – Excerto da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Nº26) no exemplar disponível no GEAEM/DIE (PT-GEAEM/DIE-76-1-8A-96), datado entre 1783-1790.

A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar representada nas três versões *do Mappa da Configuração de Todas as Praças, Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve* (sic).

Autoria: Tenente-Coronel José de Sande Vasconcelos.

Escalas: desconhecidas. Os Nortes foram acrescentados pela mestrandia.

### 5.1.3.3. A Reedificação de 1794

Na Primavera de 1792 relata-se que a fortaleza possuía alguma artilharia, no entanto, denuncia-se o estado decadente de alguns lanços de muralhas que já ruíram e que não havia portas no local, nem bandeira (PT/AHM/DIV/3/09/87/08, Folha nº6).

Em 1794, o Coronel José de Sande Vasconcelos é encarregue de dirigir as obras de reedificação. Assim, na sua primeira planta apresentada (Figura 39), datada de 4 de Abril, o autor explica o que está em ruína. O engenheiro identifica que a escarpa e as paredes de contra-escarpa estavam assoladas. A entrada não possuía porta, o que estava em concordância com o que já havia sido relatado dois anos antes. Vasconcelos acaba por escrever que está “tudo destruído e arruinado e os canos da cisterna rotos e quebrados”.

A planta apresenta com algum pormenor as escadarias de acesso aos baluartes e o pequeno armazém de pólvora debaixo das escadas a Este, tal como a representação do altar na Ermida de Santa Catarina de Ribamar e até um pequeno forno junto à Casa do Governador. A planta apresenta ainda um corte, de C a D com o pormenor de E a F, onde se pode averiguar a entrada da Ermida, a entrada para a Casa e as duas janelas. Com um traço muito claro, é possível observar-se o perfil do forno.

Contudo, na planta que se apresenta datada de 3 de Abril do mesmo ano, Sande Vasconcelos apresenta a configuração da fortaleza após as obras de reedificação (Figura 40). Assim, de uma forma muito geral, comunica os concertos realizados como a reedificação das Casas do Governador com madeiramentos e portas novas, a construção de um novo armazém para guardar a artilharia e que pudesse servir de quartel à tropa, a cisterna e os seus aquedutos foram reabilitados. De semelhante forma, fizeram-se merlões e abriram-se canhoneiras sobre os parapeitos das muralhas. Reabilitaram-se os quartéis e proveu-se a fortaleza de portas e janelas. A quantia usada na reedificação perfez o total de 616.529 réis.

Dois anos depois da reedificação avultada para a fortaleza, é revelado que a mesma precisava de ser guarnecida com pelo menos quatro peças de artilharia (PT/AHM/DIV/4/1/04/19, Folha nº9). Já na reta final do século XVIII, mais três plantas são conhecidas para a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar. A primeira planta (Figura 41), apresenta uma configuração trapezoidal, na fachada Norte é possível observar-se os dois meios-baluartes nas extremidades, o meio-baluarde a Este com seis canhoneiras e o a Oeste com cinco canhoneiras, cada um possível de ser acedido com uma escadaria

própria a partir da porta de entrada. Na Praça Alta é possível identificar-se na Este, a Ermida de Santa Catarina de Ribamar e os seus anexos do Quartel do Governador, e a Oeste o Quartel da Guarnição. Por fim, a Praça Baixa, a Sul, apresentava oito canhoneiras e cinco peças de artilharia em bronze e uma em ferro.

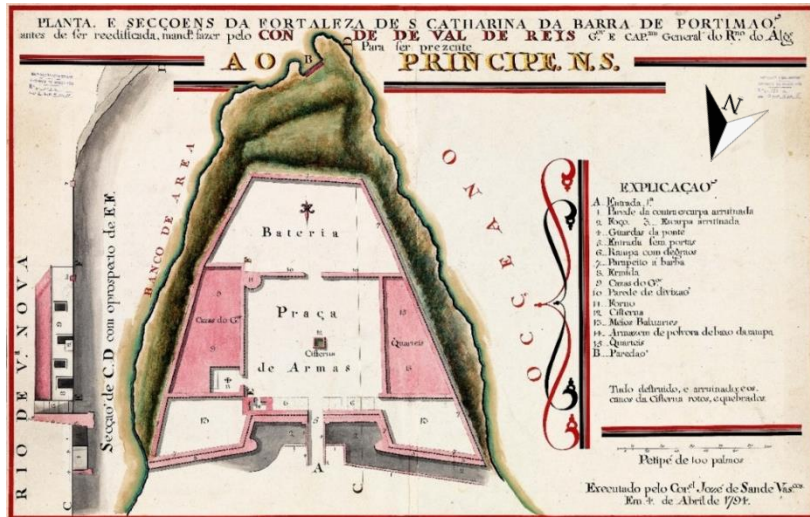


Figura 39 – A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar antes da reedificação coordenada pelo Coronel José de Sande Vasconcelos. A planta está datada de 4 de Abril de 1794.

Escala: 100 palmos. O Norte foi acrescentado pela mestranda.

Fonte: PT-GEAEM/DIE-4017\_I-2-21A-105

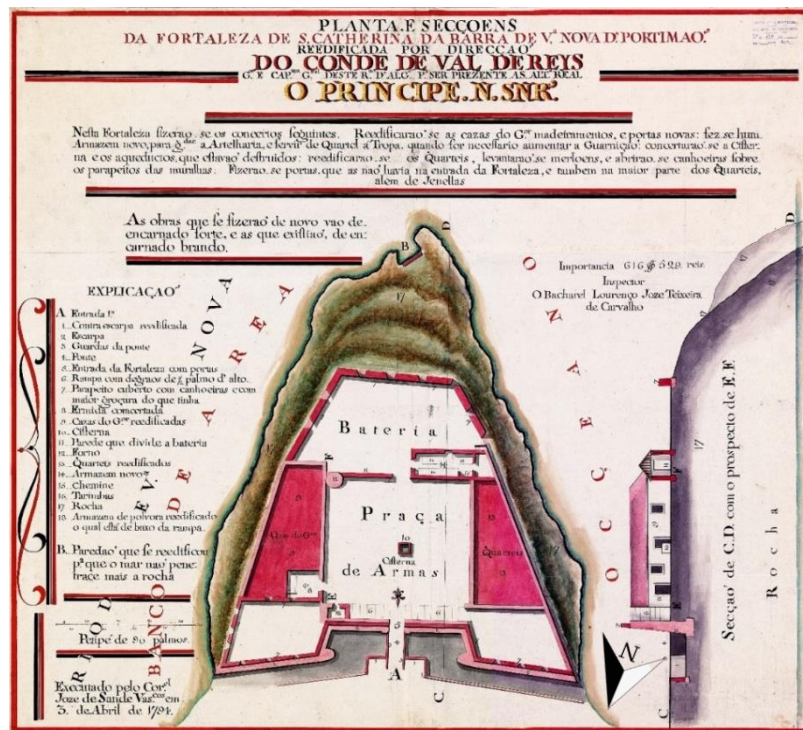


Figura 40 – A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar depois da reedificação coordenada pelo Coronel José de Sande Vasconcelos. A planta está datada de 3 de Abril de 1794.

Escala: 90 palmos. O Norte foi acrescentado pela mestranda.

Fonte: PT-GEAEM/DIE-4017\_II-2-21A-105

Já a segunda planta (Figura 42), da autoria do Coronel José de Sande Vasconcelos, está enquadrada num mapa de fortalezas do Algarve e trata-se de um borrão. Como a Fortaleza apresenta o anexo e foi realizada enquanto Sande Vasconcelos ainda era Coronel, a mesma só pode ser datada entre 1794 e 1797. Assim sendo, é representada com uma configuração quase quadrada, os dois meios-baluartes, o fosso, e ainda cinco peças de artilharia na Praça Baixa.

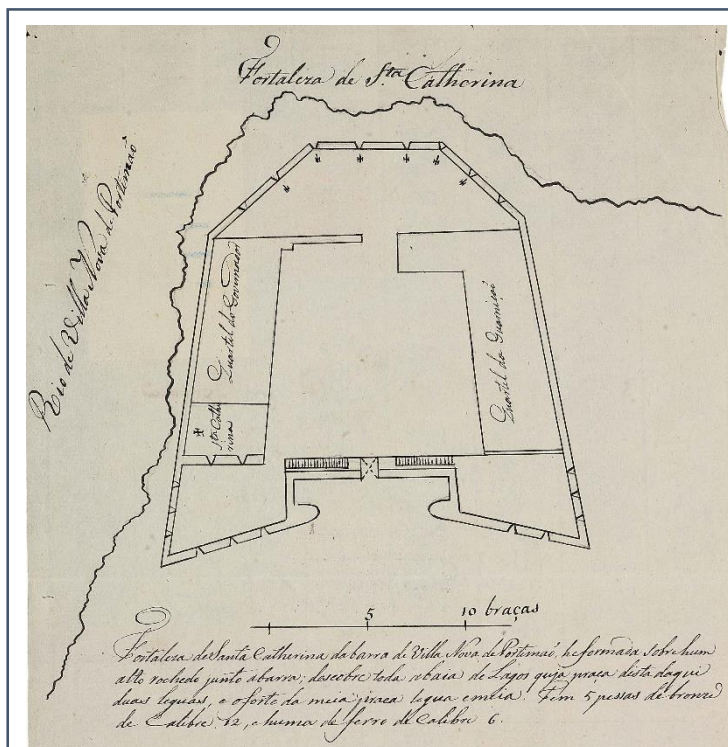


Figura 41 – A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar no pós 1794. É apenas possível datar como posterior a essa data devido ao anexo construído durante as obras de reedificação.

É possível ler a descrição: “Fortaleza de Santa Catharina da barra da Villa Nova de Portimão, he formada sobre hum alto rochedo junto a barra; descobre toda a baía de Lagos que a praça desta daqui duas léguas, e oforte da meia praea légua e meia. Tem 5 peças de bronze de calibre 12, e huma de ferro de calibre 6.”

Autoria: S.n. Pós-1794.

Fonte: PT-GEAEM/DIE-209-1-8A-96

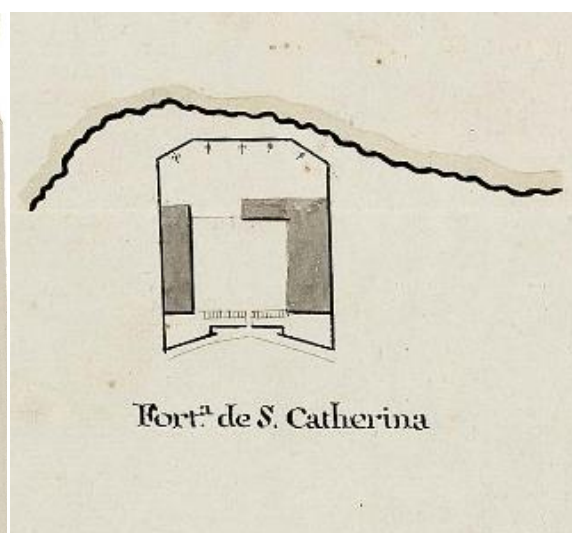


Figura 42 – A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar no pós 1794 num borrão de mapas de fortalezas do Algarve. É possível ver a representação do fosso.

Autoria: Coronel José de Sande Vasconcelos. 1794-1797.

Escala: desconhecida.

Fonte: PT-GEAEM/DIE-4010\_I-1-3-5



Representações da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar após 1794. Estas plantas não possuem uma data oficial, mas é possível datar como sendo do fim do século XVIII, pelo anexo acrescentado na reedificação pelo Coronel José de Sande Vasconcelos.

Por fim, uma planta realizada pelo Capitão Baltazar de Azevedo Coutinho, em 1798 (Figura 43), apresenta uma configuração quase idêntica à apresentada na figura 41. A configuração, escala, componentes são quase iguais, alterando-se apenas o tipo de letra.



Figura 43 – A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar nos finais do século XVIII. É uma das primeiras representações da mesma após as obras do Coronel José de Sande Vasconcelos.

Autoria: Capitão Baltazar de Azevedo Coutinho. Real Corpo de Engenheiros. 1798.

Escala: 1:10 braças

Fonte: PT/TT/CRT/211, Folha nº18

#### 5.1.4. O Século XIX: uma Fortificação Desatualizada face a Novos Desafios

A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, recém renovada, chega ao século XIX com um certo grau de incapacidade e falta de manutenção, de forma a poder continuar a realizar as suas funções. Algo recorrente ao longo deste século são os constantes relatórios de inspeção e orçamentos para reedificar parcialmente ou totalmente a área que corresponde à fortificação.

#### 5.1.4.1. Constantes Inspeções e Pedidos de Obras

O primeiro relato no século XIX está datado de 1803, no qual o Sargento-mor Governador João Baptista Ribeiro faz um inventário da artilharia e munições presentes na Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (PT/AHM/DIV/3/09/93/A7).

Em 1815, aquando de uma nova inspeção com o fim de determinar quais fortalezas deveriam permanecer guarnecidas e quais deviam ser abandonadas, a Fortaleza encontrava-se em decentes condições para a defesa e era necessária devido ao cruzamento de fogos com o Forte de São João do Arade (PT/AHM/DIV/3/09/87/19, Folha nº12).

Em Abril de 1821, em virtude de uma nova inspeção às fortificações do Reino do Algarve, determina-se que a fortaleza já se encontrava num avançado estado de ruína. Relata-se que as escadas de acesso aos meios-baluartes estavam destruídos tal como o paiol debaixo das mesmas. Os quartéis e Casa do Governador já estavam a ruir, levando a guarnição a dormir na Ermida, as plataformas, parapeitos e cisterna já estavam degradadas, já nem possuía bandeira e o seu mastro já estava podre. No fim, acrescenta-se que a fortaleza estava muito desprovida de artilharia (PT/AHM/DIV/3/09/87/25, Folha nº24). Passado um mês, um novo relatório vem reforçar o estado de destruição da fortaleza em variados pontos, e que as obras para concertos são urgentes (PT/AHM/DIV/3/09/87/24).

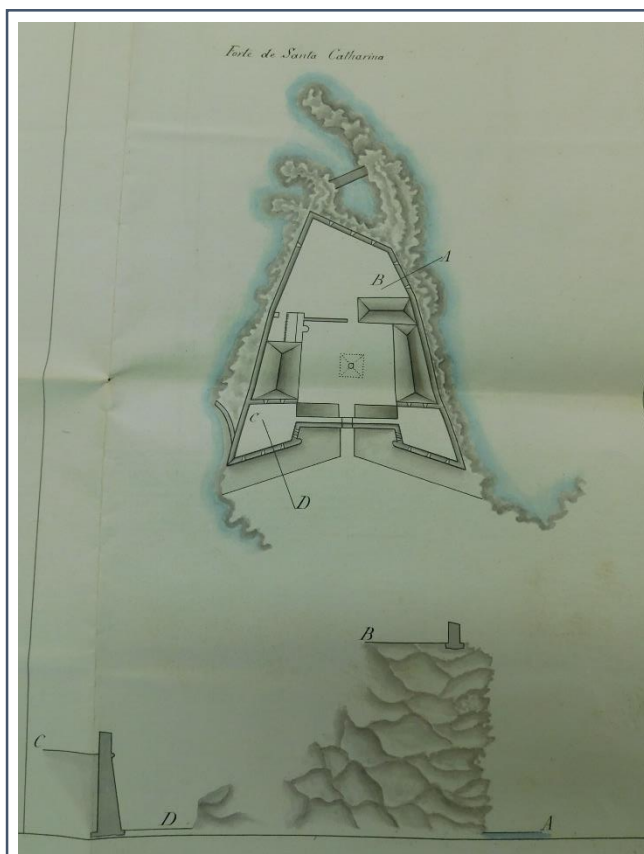


Figura 44 – A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar em 1822. Nesta planta é possível ver os pormenores da construção de contenção do mar e da falésia (a Sul), os quartéis no interior da Praça Alta e ainda um corte transversal do fosso. É a terceira vez que se verifica um desenho com cortes.

Autoria: Capitão Engenheiro João Mouhão e Pinto e Capitão Engenheiro José Feliciano Farinha. 1822.

Escala: desconhecida.

Fonte: PT/AHM/DIV/3/09/93/31

Em 1822, um relatório e planta (Figura 44) sobre o estado da Praça de Vila Nova de Portimão e suas dependências pormenoriza a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar e as suas necessidades. Para além de mencionar os problemas já detalhados no ano anterior, acrescenta-se que as portas já não existem, especialmente a de entrada. Por fim, menciona-se que a pequena muralha que fora construída para proteger a rocha da erosão do mar, devia ser reforçada (PT/AHM/DIV/3/09/93/31, Folha nº4).

Não se sabe se alguma obra terá sido feita para reparar a fortaleza, visto que em 1824, uma nova proposta de obras para a Fortaleza é orçamentada, relatando quase os mesmos problemas dos anos anteriores. A bateria e meios-baluartes continuavam arruinados e uma nova porta de entrada devia ser feita, denotando-se uma ausência de propostas para os quartéis (PT/AHM/DIV/3/09/93/A7, Folha nº3).

Em 1825, verifica-se que as obras aprovadas no ano anterior ainda não haviam sido iniciadas, sendo que a Intendência responsável garante que não existe entrave algum à realização das obras que já poderiam ter sido começadas. Nesse mesmo documento refere-se que a bateria e os meios-baluartes, tal como a muralha da Fortaleza, deviam ter a prioridade máxima no restauro, deixando para outra altura o reparo das portas (PT/AHM/DIV/3/20/11/73).

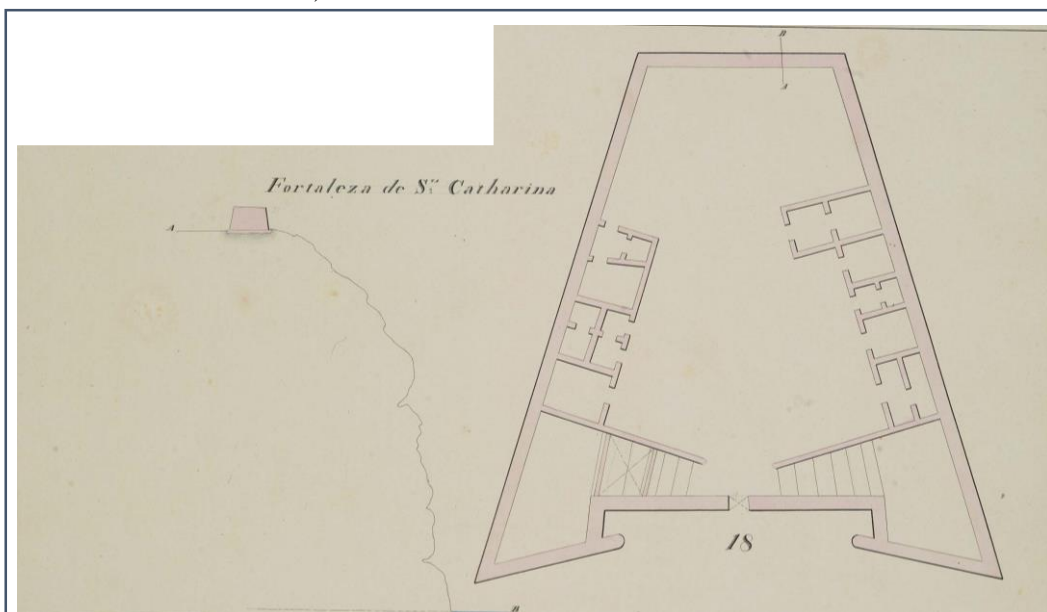


Figura 45 – A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar em 1825. Esta é a quarta vez que se verifica um desenho com cortes, de forma a melhor interpretar a fortaleza. Com os muros da Praça Baixa, a falésia cai a pique para o mar.

Autoria: S.n. 1825.

Escala: desconhecida.

Fonte: PT-GEAEM/DIE-322-1-8A-96



De 1825 origina-se uma planta (Figura 45), sem autor e sem escala, na qual se pormenoriza as escadas de acesso aos meios-baluartes e o paiol debaixo da escada a Este, tal como se demonstra pela primeira vez a divisão interna dos quartéis e da Casa do Governador.

Em 1827, um novo parecer relata que, apesar da Fortaleza estar novamente reparada, ainda necessitava de merlões na Praça Baixa com a construção de canhoneiras e os quartéis necessitavam, uma vez mais, de reparações por se encontrarem um pouco arruinados. Como a Fortaleza ainda detinha uma grande importância na defesa da barra, a reparação era essencial (PT/AHM/DIV/3/09/93/A10).

Seria em 1828 que um novo orçamento para reparações é efetuado, no qual se assume o compromisso de construir oito canhoneiras na Praça Baixa com os respetivos merlões, rebocar as muralhas viradas para Norte, soalhar e forrar o paiol, fazer ventiladores, construir duas portas e reparar a porta principal e janelas. Não apenas aos componentes militares mais importantes os reparos se cingiam, comprometiam-se a reparar os telhados, madeiramentos, soalhos, calçadas, tarimbas, cabeceiras e cabides dos quartéis da guarnição e do Governador (PT/AHM/DIV/3/09/93/A11).

Em 1830, numa nova inspeção às fortificações algarvias, relata-se, novamente, que a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar devia ser melhorada e alvo de reparações necessárias, não se entendendo se as obras orçamentadas de 1828 aconteceram ou não, ou se foi desgaste que ocorreu no espaço de dois anos (PT/AHM/DIV/3/09/88/09).

Passados dez anos, uma nova inspeção é realizada no Reino do Algarve, com o objetivo de se entender quais fortalezas são mais ou menos vantajosas para a defesa, os estados de conservação ou ruína. A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar é novamente considerada de grande importância para a defesa de Vila Nova de Portimão, se em conjugação com o Forte de São João do Arade (e vice-versa). Contudo, já se encontrava bastante arruinada, especialmente nas muralhas, parapeitos e o terrapleno lajeado. A porta de entrada devia ser substituída por uma nova, as escadas necessitavam de revestimento e a ponte levadiça havia sido substituída por um estrado sem aparelho nenhum. Na Casa do Governador, um quarto havia sido aproveitado para quintal e necessitava de reparações nas paredes, telhados, portas e janelas, tal como o quartel da guarnição. A Ermida já não possuía porta e já faltava algum reboco nas paredes. A latrina precisava de porta, a

cisterna estava em mau estado e o paiol precisava de porta e reboco nas paredes (PT/AHM/DIV/3/09/88/13, Folha nº13).

Em 1849, a Fortaleza seria novamente inspecionada com o objetivo de se compreender o estado das Praças do Algarve e as suas dependências. Se nove anos antes já havia sido relatado um estado de ruína, as condições não se haviam alterado aquando do novo relatório. Uma alteração óbvia em nove anos foi o facto de o estrado que substituíra a ponte levadiça ter sido trocado por uma ponte dormente em alvenaria, que já necessitava de reparações. Portanto, volvidos nove anos, as condições de ruína eram as mesmas e nos mesmos locais, e mesmo o acrescento de uma ponte em alvenaria, em algum ponto nesse intervalo de quase uma década, não a poupou ao desgaste e queda parcial (PT/AHM/DIV/3/09/88/16, Folha nº1). Apesar do estado lamentável em que se encontrava, o relatório confirma que, devido à sua importância na defesa de Vila Nova de Portimão, devia ser reparada e alvo de manutenção.

#### **5.1.4.2. 1850-1900: Funções Continuadas**

A primeira referência à Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar na segunda metade do século XIX surge em 1854, aquando de uma nova inspeção às fortalezas da costa do Algarve. O documento sugere um estado de ruína contínuo, considerando-se que deve ser reparada e conservada em bom estado e que se orçamenta o valor de 315 mil reis para voltar a estar apta para funções (PT/AHM/DIV/3/09/88/17, Folha nº1).

Passados cinco anos, a Fortaleza ainda não havia sido reparada, quando uma nova inspeção relatava que continuava em estado sofrível, e que se devia aprovar a proposta de conservação e o seu orçamento, provavelmente o que já havia sido realizado em 1849, dez anos antes (PT/AHM/DIV/3/09/88/20, Folha nº2). O mesmo viria a verificar-se em 1861, quando um inventário das fortificações algarvias e as suas condições admite que a Fortaleza se encontrava em estado lastimável e necessitava de diversos reparos, conservação e até melhorias (PT/AHM/DIV/3/09/88/21).

As muito desejadas obras só viriam a acontecer em 1864, no decorrer das quais se reparam os quartéis e casas, arrecadações e paiol. No entanto, contempla-se que a Fortaleza foi atribuída a um proprietário por via de herança, em 1840, e devia-se achar um comprador disposto a pagar entre 50 e 60 mil reis (PT/AHM/DIV/3/09/88/22, Folha nº2).

Entre a década de 70 e de 90 do século XIX, uma planta (Figura 46) é apresentada. É extremamente semelhante à planta apresentada em 1825, com exceção de se apresentar uma divisão clara entre a Praça Alta e a Praça Baixa e as diversas medidas das várias divisões da fortificação.

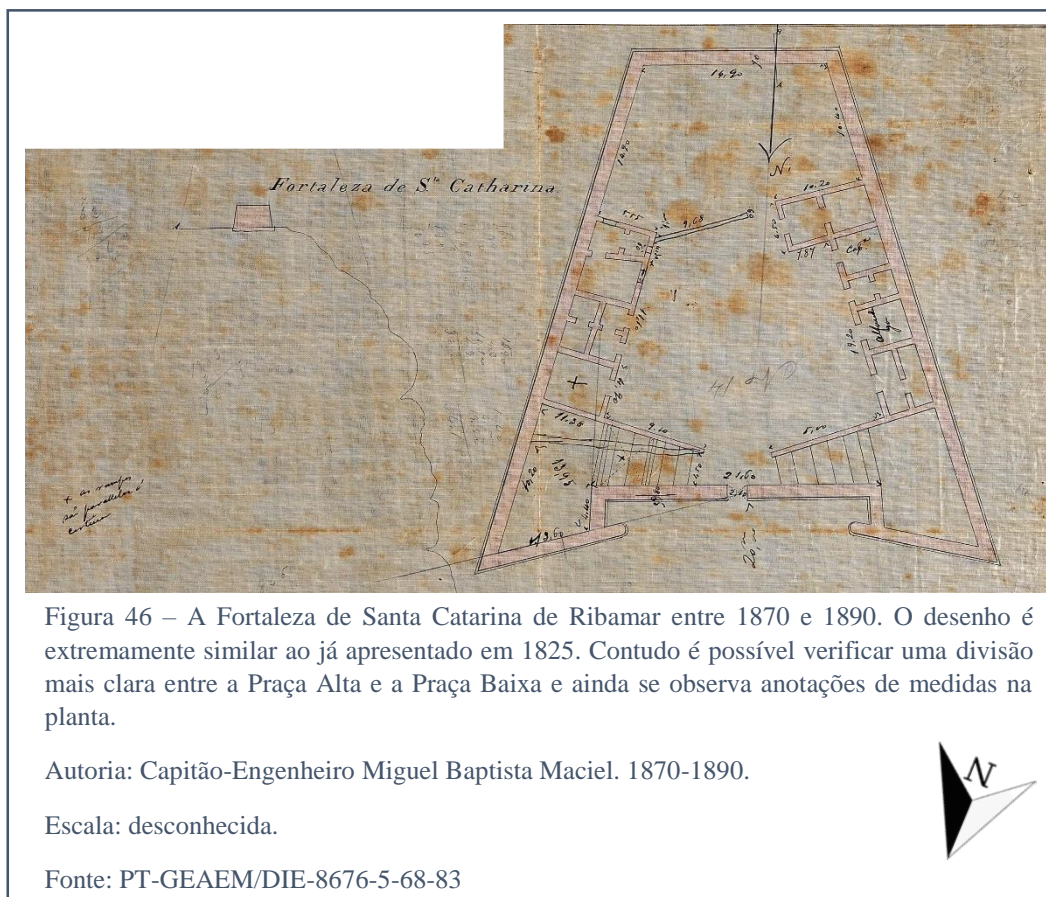


Figura 46 – A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar entre 1870 e 1890. O desenho é extremamente similar ao já apresentado em 1825. Contudo é possível verificar uma divisão mais clara entre a Praça Alta e a Praça Baixa e ainda se observa anotações de medidas na planta.

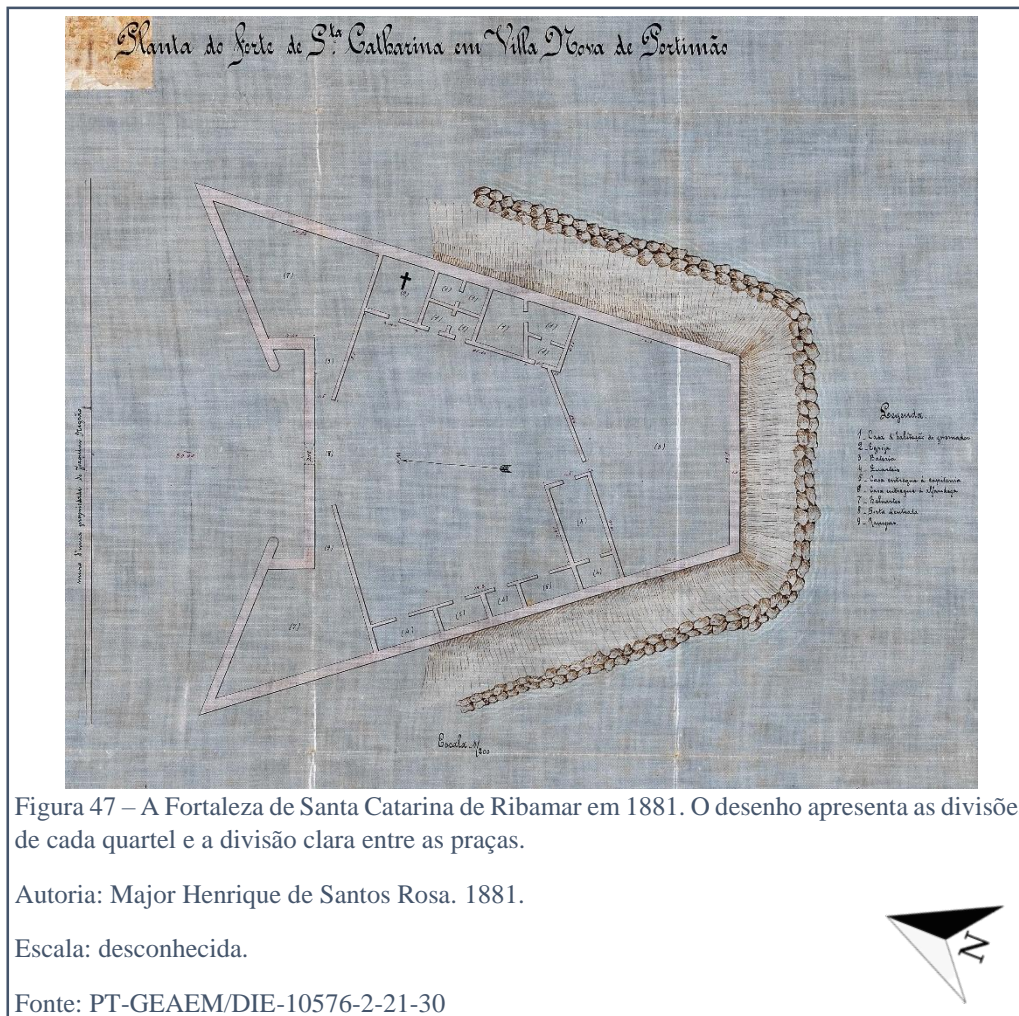
Autoria: Capitão-Engenheiro Miguel Baptista Maciel. 1870-1890.

Escala: desconhecida.

Fonte: PT-GEAEM/DIE-8676-5-68-83

No Outono de 1873, uma casa na Fortaleza é entregue à GF e uma casa é entregue à Capitania do Porto de Portimão. Em 1881 seria realizada a última planta da fortaleza neste século (Figura 47), da autoria do Major Henrique de Santos Rosa. Apresenta-se assim uma divisão pormenorizada da Casa do Governador a Este, ainda sob tutela do Ministério da Guerra (MG), e os antigos quartéis de guarnição, a Oeste, já sob tutela da GF.

Em 1889, a Carta de Lei de 26 de Junho, publicada no Diário do Governo a 6 de Julho do mesmo ano, determina que todos os edifícios militares, sejam fortalezas, quartéis ou hospitais, que representem utilidade, devem detalhar as reparações necessárias enquanto que os que não representem utilidade poderiam ser vendidos em hasta pública. Partindo do princípio que a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar permaneceu afeta ao MG por mais cinco décadas e foi alvo de sucessivas obras, pode-se inferir que a mesma foi considerada de utilidade.



No entanto, algo que se pode comprovar ao longo da análise do século XIX, é que a Fortaleza foi alvo de diversas inspeções, no decorrer das quais se denunciou diversos problemas de conservação. A localização da fortificação numa falésia sobre o mar pode ser o principal fator dos problemas estruturais, seja pelo vento e pelo sol, mas maioritariamente causados pela maresia e as ondas. Não se põe em questão o facto de ataques poderem causar a ruína parcial, mas os estragos parecem ser mais orgânicos.

### **5.1.5. O Século XX: das Várias Tutelas à Classificação como Imóvel de Interesse Público**

O século XX veio proporcionar diversas mudanças para a vida dos portimonenses. As indústrias floresciam, o comércio era rentável, o turismo crescia. Foi um século de profundas alterações, especialmente marcadas nos meados do século, aquando do terramoto de 1969 e posteriores remodelações na cidade, de forma a poder acomodar a demanda dos turistas.

#### **5.1.5.1. Aluguer a Várias Entidades e Tentativa de Classificação como Monumento Nacional**

Os primeiros relatos para este século, surgem nos finais de 1908, quando o MG determina a entrega de mais uma casa desocupada na Fortaleza para o posto fiscal. Seria no verão de 1910 que seria entregue o antigo quartel da Guarnição à GF por Auto, em virtude do que já havia sido predefinido no ano anterior. Já nesse auto de entrega se denuncia o mau estado de conservação (Arquivo GNR – Memorando Posto Fiscal de St<sup>a</sup> Catarina).

Em 1911, o Instituto de Socorro a Náufragos (ISN) já se encontrava instalado na Fortaleza. Relata-se que a casa em que o Sinaleiro e a sua família habitavam era pouco ampla, sendo que apenas se encontrava na Fortaleza durante o dia, o que prejudicava o seu serviço e foram ainda aprovadas obras para a casa dos reformados e que o sinaleiro podia ser transferido para as dependências (8-Nov.-1912 PT/DIE/RGP/PM001/PTM[T-85/2A]).

Em 1914 surge a primeira planta para a Fortaleza neste século (Figura 48). Nela é possível ver uma divisão pormenorizada dos quartéis e perceber a quem são atribuídos cada um. Neste período já se verifica que a Casa do Governador continuava ocupada pelo Capitão, e o antigo quartel da Guarnição era ocupado por reformados, pela GF e pelo ISN.

Em 1916, após quatro anos de negociação, seria aprovada a instalação de uma casa com aparelhos para observação meteorológica no “baluarte onde está o mastro de sinais” (no meio-baluarte Este), empreendimento promovido pela SPP (19-Out.-1916 PT/DIE/RGP/PM001/PTM[T-85/2A]).

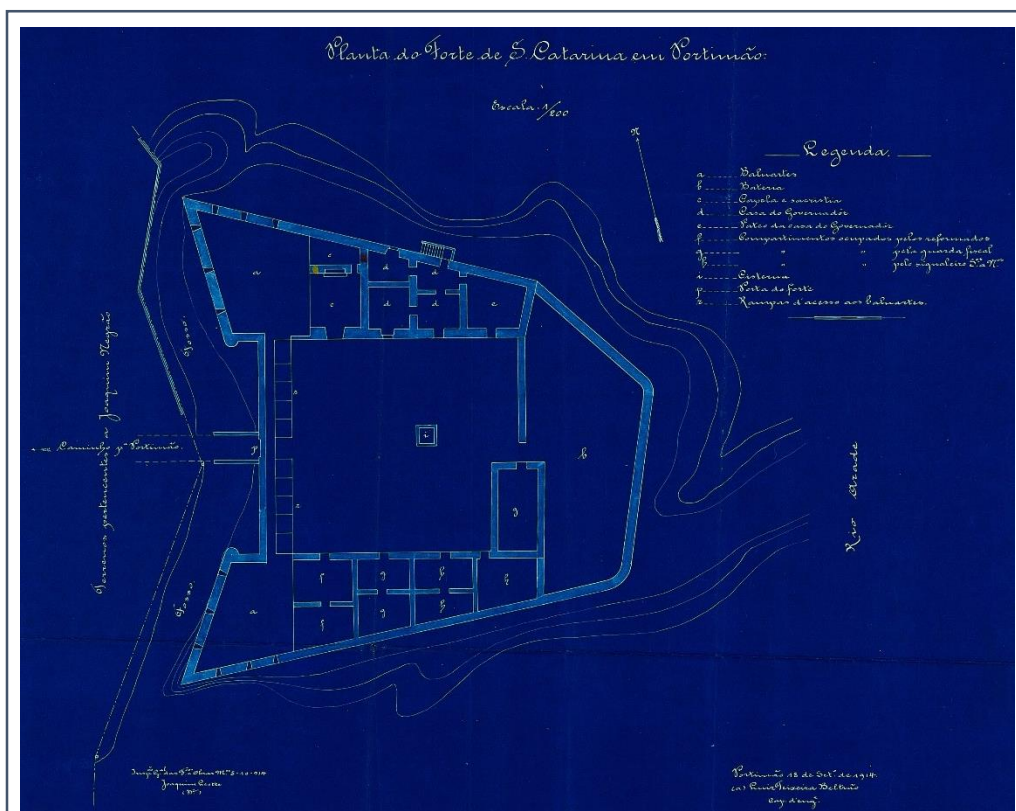


Figura 48 – A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar na sua primeira representação no século XX. Não só era ocupada pela Guarda Fiscal, Instituto de Socorro a Náufragos e dependências da meteorologia, já havia sido modificada para acomodar as mudanças. É a última representação do fosso.

Autoria: Capitão Luiz Teixeira Beltrão. 1914.

Escala: desconhecida.

Fonte: PT-GEAEM/DIE-10573-2-21-30



Em 1927, o ofício sobre a Fortaleza revela problemas já conhecidos e recorrentes na estrutura, as casas estavam arruinadas. Nesse mesmo documento relata-se que a Fortaleza já era visitada para disfruto das suas vistas, tanto por locais como por estrangeiros (6-Out.-1927 PT/DIE/RGP/PM001/PTM[T-85/2A]).

Em 1928, a GF passaria a ocupar a antiga Casa do Governador, em regime de arrendamento por três anos e em 1931 o ISN conseguiu um contrato de arrendamento por três anos, de uma casa (número um), usufruindo de mais espaço (Direcção do S.O.P. Militares em Évora, 18-Jan.-1940 PT/DIE/RGP/PM001/PTM[T-85/2A]). Nesse mesmo ano, o ISN levou a cabo obras de beneficiamento (reparação do madeiramento e cobertura do telhado, rebocos de paredes, porta e janela) (7-Set.-1931 PT/DIE/RGP/PM001/PTM[T-85/2A]).

Na Primavera de 1934, a C.M.Portimão tenta iniciar o processo de classificação da Fortaleza como Monumento Nacional (MN), pedindo um parecer ao MG sobre o

assunto, quais as vantagens e desvantagens económicas e militares da mesma classificação para o local, e quais entidades se encontravam na Fortaleza em regime de arrendamento (15-Mai.-1934 PT/DIE/RGP/PM001/PTM[T-85/2A]). No Verão do mesmo ano, o parecer do MG não fora favorável, considerando não existir justificação possível para a Fortaleza ser classificada como MN visto que “não tem história nem características arquitectónicas que se imponham” e que “Vejo pelo contrário inconvenientes para o Ministério da Guerra em tal classificação, pois fica, por esse facto, inibido de ceder o prédio se nisso houver conveniência”. Não apenas esses entraves são nomeados para uma classificação como MN, também é considerado o facto de que era “extremamente reduzida a verba destinada a reparações dos Monumentos Nacionais a cargo do Ministério da Guerra, já não há possibilidade de cuidar dos existentes...” e que a classificação de MN “só se deve dar aos edificios que muito justificadamente o mereçam porque impõe a obrigação de os tratar condignamente” (Major Francisco Goulão, 23-Jun.-1934 PT/DIE/RGP/PM001/PTM[T-85/2A]).

Ainda em 1934, foi autorizada à Comissão de Iniciativa da Praia da Rocha (CIPR) a colocação de um mastro de ferro para o catavento no meio-baluarte Oeste. Já no ano seguinte, fora aprovado o pedido da C.P.Portimão para construir uma pequena casa em tijolo para servir de arrecadação aos instrumentos da Estação Climatológica da praia da Rocha (ECPR) (7-Mar.-1935 PT/DIE/RGP/PM001/PTM[T-85/2A]).

#### **5.1.5.2. Desafetação do Ministério de Guerra e Requalificação como Miradouro**

Nos inícios de 1940, a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar é entregue ao Ministério das Finanças (MF). Assim, revela-se as componentes do edifício (as arrecadações, residências e postos da GF e do ISN, a capela e cisterna), tal como a área total do edificado e até o seu estado de conservação que, não espantando, era sofrível (Direcção do S.O.P. Militares em Évora, 18-Jan.-1940 PT/DIE/RGP/PM001/PTM[T-85/2A]).

No Verão do mesmo ano, o MF comunica à DGEMN que a Fortaleza havia sido devolvida à posse do referido ministério e que a Comissão Municipal de Turismo de Portimão (CMTP), com o “intuito de embelezar o local que constitui um belo miradouro” e sendo muito visitado por turistas, pedia autorização para ajardinar e por bancos na esplanada (SIPA TXT.01619339). A DGEMN, não muito convicta, aprova o projeto caso



Em 1943, o MF concessiona a exploração da Fortaleza à C.M.Portimão a título precário, por intermediário da CMTP, para que seja aproveitada como miradouro-esplanada para chá, conforme o projeto elaborado pela SPP (SIPA TXT.01619345). O projeto definido então pelos Serviços de Arquitetura e Urbanismo da Junta de Província do Algarve (JPA), oferece linhas gerais à adaptação da Fortaleza a miradouro, sendo que a antiga Praça seria reconvertida a uma esplanada para chá, resguardada por chapéus-de-sol, seriam construídos bancos na muralha (que seria escavada para este efeito) e que seriam forrados a azulejo com motivos algarvios (SIPA TXT.01619387). Numa das casas, que referem como anexo, seria construída a cozinha (na antiga Casa do Governador) e do lado oposto, define-se que uma porção seria demolida, não se percebendo qual. Por fim, seria construída a arcaria que separa a Praça Alta da Praça Baixa e a cisterna seria dotada de um trabalho a ferro tradicional (SIPA TXT.01619386). A DGEMN acabaria por concordar com o projeto não vendo qualquer inconveniente, embora alerte para alguns aspetos, nomeadamente a conservação das muralhas e que não autoriza a escavação das mesmas para instalar os bancos (SIPA TXT.01619389 e SIPA TXT.01619390).

Em 1946, por despacho ministerial, a Fortaleza é entregue à CMTP, mesmo que continue a ser ocupada pela GF, ISN e suas famílias, o seu alojamento deve ser preservado mesmo com o cumprimento das obras aprovadas para fins turísticos, que ficaram concluídas nesse mesmo ano (SIPA TXT.01619399).

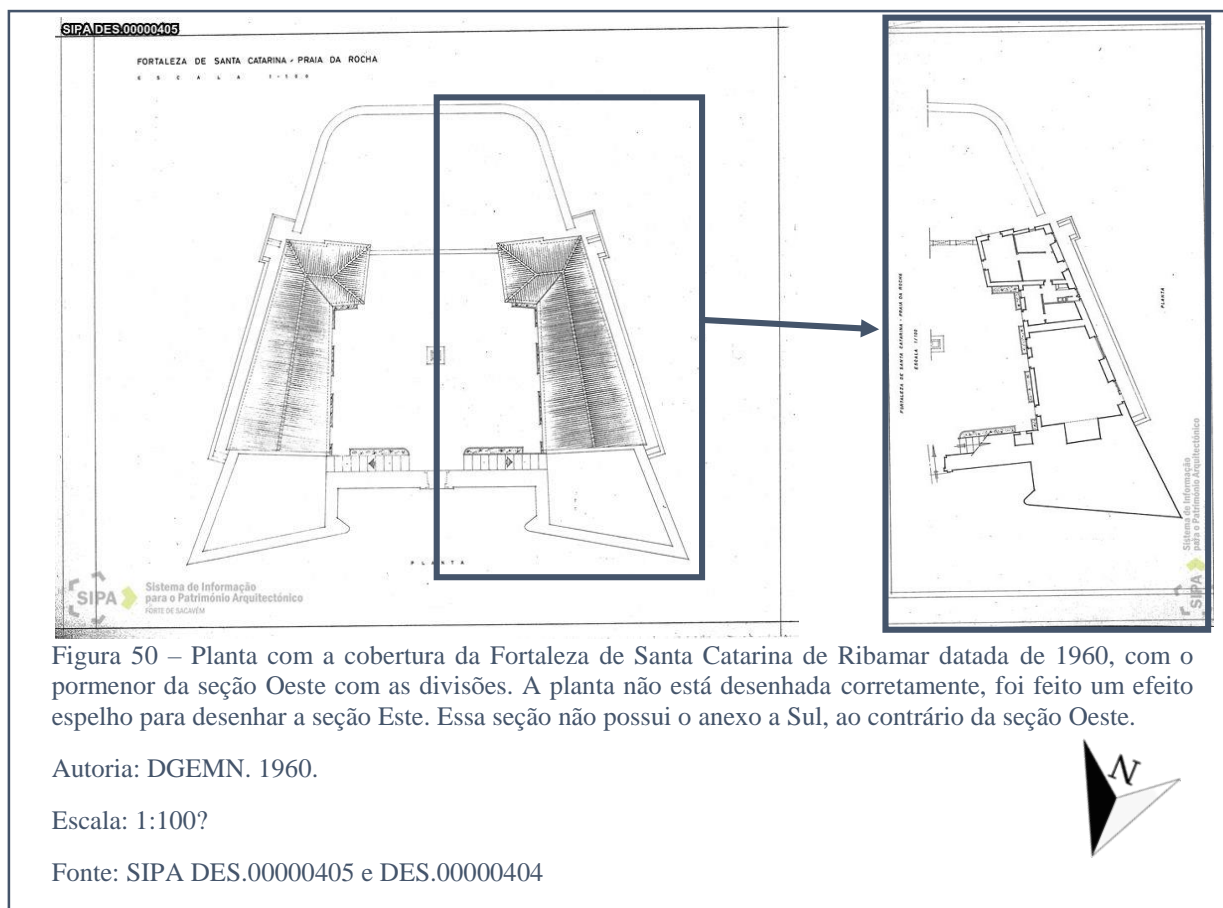
Entre 1951 e 1952, inicia-se um processo de aprovação da instalação do Posto de Rádio pelo Grémio dos Armadores da Pesca da Sardinha (GAPS), mas realça que podia ser aproveitada a torre já instalada pelos Serviços Meteorológicos (SIPA TXT.01619406).

No Outono de 1956, seria iniciado o processo de classificação da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar como IIP. No entanto, é com o parecer da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (DGESBA) que se preconiza as inconsistências com a origem da Fortaleza, nomeadamente a apontar a sua origem para um castelo medieval do século XVI (SIPA TXT.01619409), à semelhança do que João de Almeida havia descrito oito anos antes.

Em 1958, a DGEMN emite um parecer negativo face ao novo projeto da C.M.Portimão no qual se previa o alargamento da varanda por meio de consolas e lajes de betão armado, para além do traçado definido não condizer com o desenho prévio da Fortaleza (SIPA TXT.01619413). Nesse mesmo ano, determina-se que o ISN irá

abandonar as dependências da Fortaleza e será transferido para outro local (SIPA TXT.01619418).

Chegando a 1960, a DGEMN era informada que a Junta Autónoma dos Portos do Barlavento do Algarve (JAPBA) se encontrava a fazer obras na Fortaleza que englobava a destruição da muralha, não definindo qual muralha, se total ou parcial (SIPA TXT.01619423). Nesse mesmo ano, a C.M.Portimão pede autorização à DGEMN para poder abrir uma porta num vão de janela existente na Fortaleza, de forma a facilitar o acesso à varanda do monumento, no qual anexam desenhos. As plantas (Figura 50) dessas mesmas obras evidenciam duas varandas, uma a Este e outra a Oeste, enquanto as referidas obras para diminuir uma janela em detrimento da instalação de uma porta seriam realizadas nos quartéis a Oeste. A DGEMN não se opôs ao projeto, mas realça que se deve pedir parecer à DGESBA. O parecer desta entidade é emitido em 1961, e realça que a obra já em curso devia ser embargada, porque prejudicava esteticamente o local, com destruição parcial da muralha e construção de uma escada “inestética” (SIPA TXT.01619438), realçando um mês mais tarde que a Fortaleza devia ser alvo de restauro de modo a integrá-la na sua feição primitiva, autorizando assim, a título precário, a construção da porta (SIPA TXT.01619442). A obra foi concluída ainda nesse ano.



Devido à erosão a que a falésia sofria constantemente, em 1963, a JAPBA inicia obras de consolidação da mesma, de forma a evitar qualquer tipo de derrocada, preservando assim a integridade do sítio, dos habitantes e visitantes (SIPA TXT.01619446), procedendo-se à demolição de um logradouro da Fortaleza.

No ano seguinte, novas obras são autorizadas na Fortaleza, de forma a modificá-la ainda mais para acomodar a demanda turística. No meio-baluarte Oeste executou-se obras de construção de placas de betão armado, demolindo assim o interior do referido. Já no exterior, a JAPBA promoveu a construção de rampas e anexos na escarpa, com graves prejuízos no meio-baluarte Este, devido às escavações muito próximas das fundações da Fortaleza (SIPA TXT.01619454). Ainda nesse mesmo ano, a C.M.Portimão pede aprovação de uma obra de pavimento do “torreão Norte” (muito provavelmente refere-se ao meio-baluarte Este) com substituição da antiga estação meteorológica, tal como a iluminação e ventilação dos sanitários e da cozinha (SIPA TXT.01619456). As obras no meio-baluarte não seriam aprovadas. As fendas de ventilação foram abertas nas laterais do monumento e procedeu-se à reparação de telhados e ainda remodelação dos interiores, algo que “há muito tempo se impunha e vinha sendo recomendada superiormente” (SIPA TXT.016194689).

### **5.1.5.3. Do Terramoto de 1969 à Classificação como Imóvel de Interesse Público**

Cinco anos após as últimas obras, a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar seria alvo de um novo teste face às forças da natureza. A 28 de Fevereiro de 1969, um forte terramoto arruinaria novamente o edifício. A falésia estava em perigo iminente de ruir e precisava de conservação urgente, tal como a Fortaleza necessitava de proteção contra a ação do mar e exibia fendas no interior das dependências e telhados, o madeiramento estava partido, a varanda da sala de chá precisava de ser consolidada (SIPA TXT.01619476). Em Agosto do mesmo ano, a DGEMN lança o concurso para a reparação dos estragos, começando com uma base de licitação de 70 mil contos (SIPA TXT.01619490). Os trabalhos a executar seriam a construção de betão armado em lintéis, cintas de travação e pilares para a consolidação do edifício, a reparação dos panos de muralha com refechamento de fendas e reconstrução do reboco, reparação das coberturas e pintura nas portas caixilhos e grades de ferro (SIPA TXT.01619493).

As reparações terão acontecido nos inícios dos anos 70. Em 1973 fora aprovada a classificação da Fortaleza como IIP (SIPA TXT.01619503). A Fortaleza seria nesse mesmo ano entregue à administração da Comissão Regional de Turismo do Algarve (CRTA).

Por ordem do decreto nº129 de 29 de Setembro de 1977, a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar é classificada como IIP. O posto da GF na Fortaleza seria desativado em 1982.

#### **5.1.6. O Século XXI: uma Nova Esperança**

A chegada ao novo milénio acarreta novas interpretações e cuidados com o património cultural. Entende-se que uma perspetiva holística de conservação e bom uso deve ser implementada.

Em 2002, a Fortaleza albergava canis que deviam ser demolidos, pois contribuíam para a degradação do local e obras estariam previstas para o ano seguinte (Arquivo GNR – Forte de Santa Catarina, Prédio Militar nº1).

Em 2014, surgem notícias de que a Fortaleza, alvo de centenas de visitas diárias, estava ao abandono, o elevador estava avariado e com uma acumulação de lixo, o que proporcionava a propagação de bichos (especialmente ratos). A notícia revela que, apesar de pertencer ao Estado, nenhuma entidade assumia a responsabilidade sobre a gestão do espaço. Pouco depois viria a ser publicado em Diário da República que a APS passaria a gerir a Fortaleza (S.n., 2014).

Em 2016, a Fortaleza seria englobada no projeto Revive, promovido pelo Turismo de Portugal (TP). Um levantamento seria efetuado no ano seguinte, e está disponibilizado no *website* oficial do projeto. Assim, a Fortaleza seria concessionada a privados por trinta a cinquenta anos, e ficariam obrigados a realizar as devidas obras de recuperação (EUSÉBIO, 2017). Ainda em 2016, o Bloco de Esquerda (BE) denuncia que a situação de abandono e degradação da Fortaleza era insustentável e perigosa (ALGARVE-PRIMEIRO, 2016).

Em 2017, a C.M.Portimão avança que desejava reaver a gestão da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, de forma a recuperar e dinamizar o monumento que, após três anos sob gestão da APS, continuava degradado. A autarca Isilda Gomes, acabaria por revelar

que o parecer existente do LNEC sobre o estado da estrutura do imóvel denuncia uma necessidade de investir numa intervenção avultada (LUSA, 2017).

Nos verões de 2017 a 2019, a Fortaleza fora usada como local do festival Portimão Wine Tasting (PAULO, 2019). Também fora utilizada na passada década como parte dos percursos da Ciência Viva (para observar as estrelas), de alguns percursos turísticos e até como ponto de reuniões dos Narcóticos Anónimos (CIÊNCIA VIVA, 2013; Região Portuguesa Narcóticos Anónimos, 2009).

Chegando a 2018, obras de emergência tiveram que ser concretizadas. Foi noticiado que a fachada Norte e o meio-baluarte Oeste, já muito degradados, e que apresentavam pedras e reboco a cair, com um investimento de vinte mil euros (EUSÉBIO, 2018).

Apesar da intervenção ter decorrido em 2018, os trabalhos que envolvem a memória descritiva, os levantamentos, o parecer do LNEC e as correspondências entre a entidade tutelar, a DRCA Algarve e a DGPC (pelo DEPOF), começaram em 2015. Na memória descritiva pelo engenheiro civil João Bessa Pinto, em novembro de 2017, denota que o estado da fortaleza na altura pautava-se pelo desagregamento das alvenarias e argamassas de ligação e lacunas preocupantes que indicavam um colapso eminente, em especial nos cunhais. Assim sendo, determinou-se que a intervenção iria colmatar as fendas, fechar cantarias e uniformizar-se-ia o aspeto da fachada.

Em 2019, a C.M.Portimão, reforçava, novamente, que desejava recuperar a fortaleza ao abandono, e a transferência de gestão deveria ser concretizada em breve. Denuncia-se também que apesar da APS ter candidatado a Fortaleza ao projeto Revive, o mesmo nunca passou do papel e não fora, em três anos, concessionada a outra entidade (EUSÉBIO, 2019). Em 2019, uma sirene de aviso de sismos ou maremotos é instalada na Fortaleza pela ANEPC (S.n., 2019).

Em 2020, a C.M.Portimão passou a ser a principal proponente para gerir a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar e encomendou um levantamento de forma a documentar o monumento. O projeto foi levado a cabo pela empresa 3DMS e é um dos materiais fundamentais à realização desta dissertação.

## **5.2. A Arqueologia da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar**

### **5.2.1. Os Dados do Levantamento Arqueológico**

Após o intensivo estudo documental efetuado sobre a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, no qual, pela primeira vez, se pôde entender a sua história, evolução e ocupação dos espaços, é necessário compreender como estas alterações se encontram hoje no registo arqueológico.

Cada ação natural, reconstrução, obras de manutenção e obras de requalificação, para além de estarem documentadas, deixam a sua marca no monumento. O que é verdade, é que os registos não mencionam tudo o que foi feito, onde ou quando, apenas oferecem uma perspetiva geral dos trabalhos efetuados, e deixam muitos dados abertos à interpretação, algo que apenas a Arqueologia da Arquitetura pode ajudar a decifrar.

Neste local histórico, há anos votado ao abandono e à falta de investimento, entendeu-se que trabalhos técnicos como a fotogrametria e varrimento por laser eram necessários, de forma a melhor documentar o edifício, podendo depois elaborar-se estudos e projetos. É com base nestes documentos que todo este capítulo é realizado. Com este valioso recurso pôde-se desenhar as várias UEM's registadas, representando-as por fases (e a cada fase, uma paleta de cores própria foi atribuída), e ainda se procedeu ao desenho da planta por cada fase.

Destaque-se desde já as limitações de leitura inerentes ao facto de grande parte da estrutura da Fortaleza estar rebocada ou, pior, emparedada com betão armado, fatores que impossibilitam em vários momentos, a leitura do edificado, não apenas na sucessão de contextos, mas também dos seus materiais e aparelhos de construção.

A Fachada Norte é a que melhor testemunha a passagem dos séculos, pela sua alvenaria exposta e reboco muito residual, mas é a que também tem apresentado maiores desafios de conservação, atestados pelos sucessivos remendos a que foi sujeita ao longo dos séculos.

No que concerne à evolução dos espaços, sem sondagens parietais é praticamente impossível, por exemplo, inferir quais paredes interiores existiam, pois, as plantas, até ao século XIX, não representavam o interior da Fortaleza, e mesmo quando passaram a representar esse interior, são pautadas por uma considerável falta de rigor. Logo, inferir uma evolução dos espaços dentro da Casa do Governador e dos quartéis da guarnição torna-se muito complicado sem dados adicionais. Só a partir do século XX, nas duas

plantas conhecidas que representam o seu interior, é que se consegue entender melhor a ocupação dos espaços.

Este problema aplica-se também aos documentos existentes. É difícil contextualizar qual parede está a ser demolida ou construída, e onde e quando, quando as plantas ou não representam o interior ou não são rigorosas quando o representam. É algo que, novamente com o século XX é mais fácil de interpretar.

Com o trabalho de campo e a análise dos dados, foi possível demonstrar a evolução deste recinto em sete fases. As fases, por coincidência, ficavam melhor definidas por séculos (sendo o século XX dividido em dois), pois momentos muito marcados na sua história foram o que originaram as suas mudanças mais radicais.

Portanto, a Fase 1 é atribuída ao século XVI, apenas pela existência da Ermida de Santa Catarina de Ribamar. A esta fase atribuiu-se a paleta de cor em tons de preto e cinzento.

Já a Fase 2 é atribuída ao século XVII, com a construção da Fortaleza a envolver a Ermida, em meados desse século. Para esta fase foi atribuída a paleta de cor nos tons de castanho, cremes e laranjas.

Para todos os efeitos, a configuração da Fortaleza só se iria alterar nos finais do século XVIII, em 1794, ao qual se atribuiu a Fase 3. Apesar de não se ter localizado em estratigrafia esta fase, ela é marcada pela construção de um novo anexo, que altera a configuração da Fortaleza e a utilização dos espaços. A esta fase atribuiu-se uma paleta de cor em tons de verde.

A Fase 4 é atribuída ao século XIX, uma centúria de imensos relatórios de inspeção e uma obra de que se tenha conhecimento (em 1864). Na sua estratigrafia é possível notar alguns momentos de arranjos da fachada Norte. A esta fase atribuiu-se uma paleta de cor em tons de vermelho.

O século XX, que se considera o de maiores alterações à funcionalidade dos espaços, é atribuído à Fase 5 (de 1900 a 1940) e a Fase 6 (de 1941 até 1999). As sucessivas requalificações deixaram uma marca distinta no edificado e são identificadas pela paleta de cor em tons de roxos e rosas.

Por fim, o atual século é atribuído à Fase 7. Nesta fase, apenas se tem conhecimento de uma obra, realizada em 2018. Esta nova mudança é identificada na Fachada Norte, e atribuiu-se uma paleta de cor em tons de azul.

#### **5.2.1.1. A Estratigrafia da Fachada Norte**

As Unidades Estratigráficas Murárias doravante aqui nomeadas, estão localizadas na Fachada Norte. Todo este pano de muralha engloba dois meios-baluartes, um a Este e outro a Oeste e a cortina principal onde se encontra a porta de entrada. A Fachada Norte é o único local onde a alvenaria está exposta e é possível observar, individualizar e registrar as UEM's.

A Fachada Norte, tem 49m de comprimento e 5m de altura, e foi dividida em cinco paramentos, o primeiro é representado pela muralha principal do meio-baluarde Este (16m de comp.). O segundo paramento é representado pela muralha desde o orelhão do meio-baluarde Este à união com a cortina principal (4,5m de comp.). O terceiro paramento é a cortina principal (com 18m de comp.). O quarto paramento é a muralha desde o orelhão do meio-baluarde Oeste à união com a cortina principal (4m de comp.). E por fim, o quinto paramento é a muralha principal do meio-baluarde Oeste (com 15m de comp.).

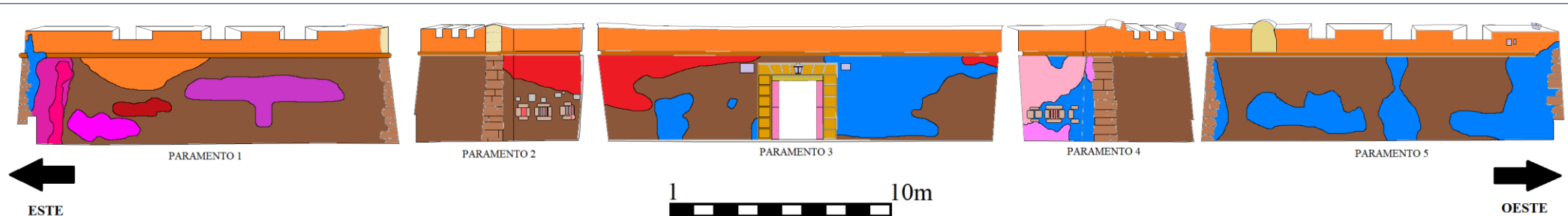
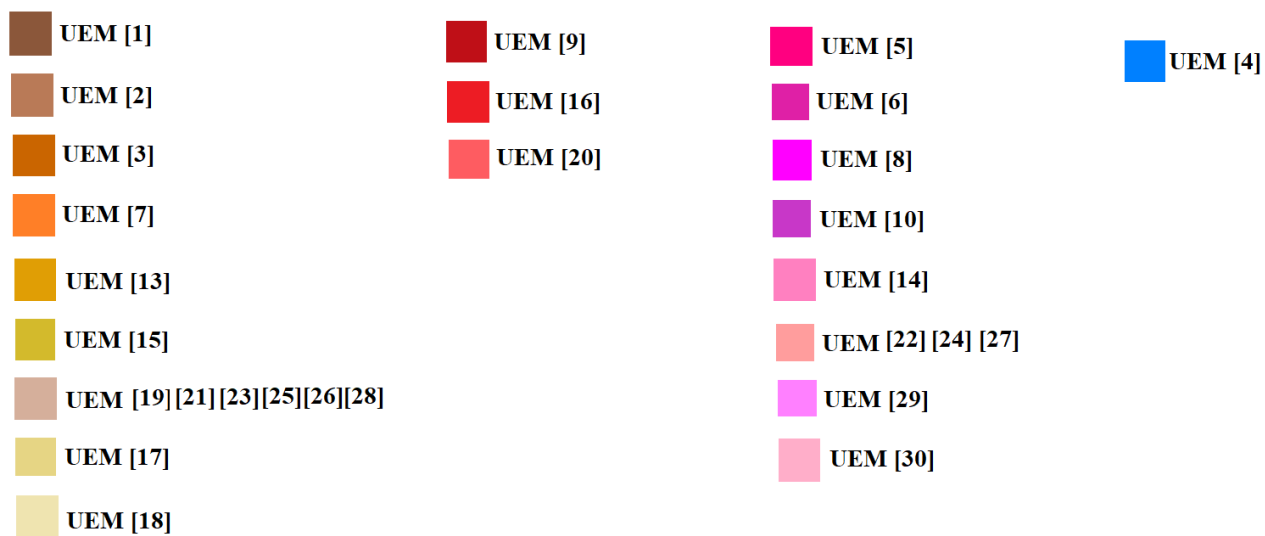


Figura 51 – A Fachada Norte com as UEM’s individualizadas e coloridas de acordo com a paleta de cor atribuída a cada centúria.

Fonte: 3DMS 2020

Divisão e coloração: Bruna Galamba, 2021



Nestes cinco paramentos (Figura 51), contabilizou-se um total de trinta UEM's, as quais são nomeadas:

- UEM [1] – Alvenaria com argamassa de cal e areia compacta e degradada, de cor creme-acinzentada, o aparelho construtivo segue com pedras calcárias de variados calibres, não seguem qualquer padrão regular. É a alvenaria base da Fortaleza e possui dimensões variadas (Figuras 52 e 53 e Anexo 3).



Figura 52 – Exemplo de uma das seções em melhores condições da UEM [1], no extremo Este da cortina principal. ©Bruna Galamba, 2021.



Figura 53 – Pormenor de um buraco com cerca de 10 cm na UEM [1], perto do orelhão do meio-baluarte Este. ©Bruna Galamba, 2021.

- UEM [2] – Silhares de pedra calcária acinzentada, de formas regulares (quadrangular e retangular), presentes nas arestas dos meios-baluartes para seu reforço. O aparelho construtivo é regular. São elementos originais da Fortaleza e representam dois cunhais com cerca de 3m de alt. e dois orelhões com cerca de 4m de alt. (Figuras 54, 55, 56 e 57 e Anexo 4).



- UEM [3] – Silhares de pedra calcária, compridos e estreitos, com a extremidade arredondada, presentes em toda a extensão da parte superior da Fachada Norte, antecedendo os merlões e as canhoneiras. É o cordão e é um elemento original da Fortaleza (Figura 58 e Anexo 5).



- UEM [4] – Alvenaria de argamassa de cal e areia compacta, de cor creme-alaranjada, o aparelho construtivo segue com pedras calcárias de variados calibres, não seguem qualquer padrão regular. Esta unidade representa os remendos originados com a intervenção de 2018 e tem dimensões variadas (Figura 59 e Anexo 6).



Figura 59 – Seção da UEM [4], junto à porta principal, que constitui a intervenção realizada em 2018. ©Bruna Galamba, 2021.

- UEM [5] – Remendo com argamassa de cor laranja, com inclusões de cerâmica de construção. Segue o percurso de um cano de água no interior do meio-baluarte Este e tem c. de 4m de alt. e de 30-70cm de comp. É atribuída ao século XX (Figura 60 e Anexo 7).

- UEM [6] – Remendo de cimento com inclusões muito pontuais de cerâmica de construção e tem c. 1,5m de comp. e c de 4m de alt. É atribuída ao século XX (Figura 60 e Anexo 8).

- UEM [7] – Reboco de cor creme e compacto que protege a alvenaria base da Fortaleza. Encontra-se muito degradado e disperso pela Fachada Norte com dimensões variadas. A sua cronologia mais provável corresponde ao século XVII-XVIII (Figura 61 e Anexo 9).



Figura 60 – A UEM [5] de cor laranja e a UEM [6], em cimento a rodeá-la. ©Bruna Galamba, 2021.



Figura 61 – A UEM [7] é um reboco que se encontra disperso pela fachada. Nesta seção, no meio-baluarde Este, encontra-se em melhores condições. ©Bruna Galamba, 2021.

- UEM [8] – Remendo de cimento, sem inclusões, c. 3,5m de comp. e c. 1m de larg. É atribuída ao século XX (Figura 62 e Anexo 10).



Figura 62 – A UEM [8] é um remendo em cimento, localizado apenas no meio-baluarde Este. ©Bruna Galamba, 2021.

- UEM [9] – Remendo de argamassa compacta de cor alaranjada com inclusões de cerâmica de construção com c. 2,5m de comp. e c. 75cm de larg. A sua cronologia mais provável é o século XIX (Figura 63 e Anexo 11).

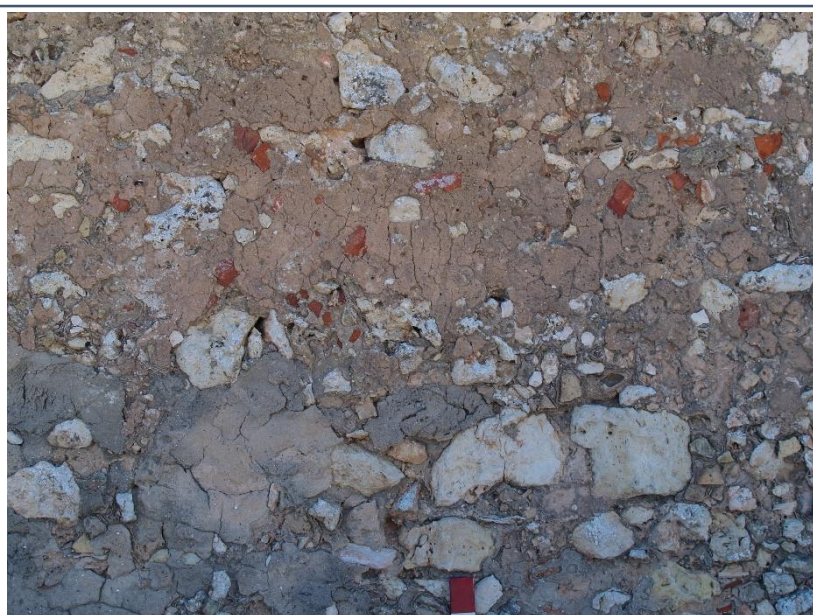


Figura 63 – A UEM [9] é um remendo em argamassa de areia e cal alaranjada e cerâmica de construção, localizado apenas no meio-baluarde Este. ©Bruna Galamba, 2021.

- UEM [10] – Remendo de argamassa acinzentada muito compacta ou cimento já muito degradado, com inclusões de cerâmica de construção com c.5m de comp. e c. 1m de larg. É atribuída ao século XX (Figura 64 e Anexo 12).



Figura 64 – A UEM [10] é um remendo em argamassa cinzenta ou com cimento, com inclusões de cerâmica de construção, localizado apenas no meio-baluarde Este. ©Bruna Galamba, 2021.

- UEM [11] – Equivale à UEM [16]. Remeto para o Anexo 13.
- UEM [12] – Equivale à UEM [4]. Remeto para o Anexo 14.
- UEM [13] – Silhares de pedra calcária, de forma regular quadrangular, almofadadas. Constituem a entrada de carácter monumental da Fortaleza e é original do século XVII. Tem 3,5m de alt. e 3,5m de larg. (Figura 65 e Anexo 15).
- UEM [14] – Aparelho constituído por quatro silhares de pedra calcária de forma retangular, compridas e regulares. Estes silhares são extremamente semelhantes às pedras calcárias que constituem os lancis das calçadas e atribuiu-se a cronologia ao século XX e tem 2,6m de alt. e 30cm de larg. (Figura 65 e Anexo 16).
- UEM [15] – Silhar de pedra calcária, muito desgastada e pouco regular, suportado pela UEM [14]. A sua cronologia provável aponta para o século XVII e tem 2,3m de comp e 30 cm de larg. (Figura 65 e Anexo 17).



Figura 65 – A UEM [13] é constituída pelos silhares calcários e representam a entrada de carácter mais monumental na cortina principal. A UEM [14] são os quatro silhares calcários na vertical. A UEM [15] é o silhar na horizontal, apoiado na UEM [14]. ©Bruna Galamba, 2021.

- UEM [16] – Reboco ou remendo de argamassa alaranjada de areia e cal com muitas inclusões de cerâmica de construção. A sua cronologia mais provável foi atribuída ao século XIX e tem 10m de comp. e c. 2,5m de larg. (Figura 66 e Anexo 18).



Figura 66 – A UEM [16] é o reboco ou remendo de cor alaranjada com inclusões de cerâmica de construção, que de uma forma mais ou menos homogênea está presente no paramento 2 e 3. ©Bruna Galamba, 2021.

- UEM [17] – Aparelho construtivo constituído por argamassa de areia e cal com uma coloração creme, com pedras de pequeno calibre, visível devido à ausência de reboco. A sua cronologia provável aponta para o século XVII e tem c. 1m de comp. e 1,4m de larg. Não se possui informação sobre possível correlação com a UEM [1] (Figura 67 e Anexo 19).

- UEM [18] – Silhares de pedra calcária acinzentada, de formas regulares (quadrangulares e retangulares), empilhados no merlão, por cima do cordão. Este aparelho construtivo foi concebido para o reforço de apenas uma aresta. É atribuída ao século XVII e tem c. 1,1m de alt.. Remeto para a Figura 68 e Anexo 20.



Figura 67 – A UEM [17] localizada na ausência do reboco. ©Bruna Galamba, 2021.



Figura 68 – A UEM [18] localizada acima do cordão no orelhão Noroeste. ©Bruna Galamba, 2021.

- UEM [19] – Boca-de-fogo que corta a fachada, constituída por quatro silhares de pedra calcária de formas regulares. Fora conceptualizada para a defesa do fosso e da ponte. É original do século XVII e tem c. de 50cm de comp. por c.70cm larg. (Figura 69 e Anexo 21).
- UEM [20] – Preenchimento da boca-de-fogo de UEM [19] com argamassa de tonalidade creme e pedras de pequeno calibre. Existe uma grande probabilidade de ser datada do século XIX e tem c. de 20cm de comp. por c. 40cm de larg. (Figura 69 e Anexo 22).
- UEM [21] – Boca-de-fogo que corta a fachada, constituída por quatro silhares de pedra calcária de formas regulares. Fora conceptualizada para a defesa do fosso e da ponte. É original do século XVII e tem c. 80x80cm de dimensão (Figura 69 e Anexo 23).
- UEM [22] – Preenchimento da boca-de-fogo de UEM [22] com uma grade de cimento. É atribuída ao século XX, c. 40x40cm de dimensão (Figura 69 e Anexo 24).
- UEM [23] – Boca-de-fogo que corta a fachada, constituída por três silhares de pedra calcária de formas regulares. Fora conceptualizada para a defesa do fosso e da ponte. É original do século XVII e tem c. 60x60cm de dimensão (Figura 69 e Anexo 25).
- UEM [24] – Preenchimento da boca-de-fogo de UEM [23] com uma grade de cimento. É possível que o cimento esteja a ocultar o quarto silhar da boca-de-fogo em questão. É atribuída ao século XX e tem c. 40x40 cm de dimensão (Figura 69 e Anexo 26).



Figura 69 – Da esquerda para a direita, a boca-de-fogo com UEM [19] com o preenchimento UEM [20], a boca-de-fogo com UEM [21] com o preenchimento UEM [22] e por fim a boca-de-fogo com UEM [23] com o preenchimento UEM [24].  
©Bruna Galamba, 2021.

- UEM [25] – Boca-de-fogo que corta a fachada, constituída por quatro silhares de pedra calcária de formas regulares. Fora conceptualizada para a defesa do fosso e da ponte. É original do século XVII e tem c.40x45cm de dimensão (Figura 70 e Anexo 27).
- UEM [26] – Boca-de-fogo que corta a fachada, constituída por quatro silhares de pedra calcária de formas regulares. Fora conceptualizada para a defesa do fosso e da ponte. É original do século XVII e tem c.70x60cm de dimensão (Figura 71 e Anexo 28).
- UEM [27] – Preenchimento da boca-de-fogo de UEM [26] com uma grade de cimento. É atribuída ao século XX, c.40x40cm de dimensão (Figura 71 e Anexo 29).
- UEM [28] – Boca-de-fogo que corta a fachada, constituída por três silhares de pedra calcária de formas regulares. Fora conceptualizada para a defesa do fosso e da ponte. É original do século XVII e tem c. 40x60cm de dimensão (Figura 72 e Anexo 30).



Figura 70 – A boca-de-fogo com UEM [25]. ©Bruna Galamba, 2021.

Figura 71 – A boca-de-fogo com UEM [26] e o preenchimento com UEM [27]. ©Bruna Galamba,

Figura 72 – A boca-de-fogo com UEM [28]. ©Bruna Galamba, 2021.

- UEM [29] – Argamassa cinzenta compacta ou cimento muito degradado com inclusões de pedra e cerâmica de construção. É atribuída ao século XX e tem 1,8m de comp. e a larg. Varia entre os 60 e 80cm (Figura 73 e Anexo 31).



Figura 73 – A UEM [29] é representada pela argamassa ou cimento com inclusão de pedra e de cerâmica de construção. ©Bruna Galamba, 2021.

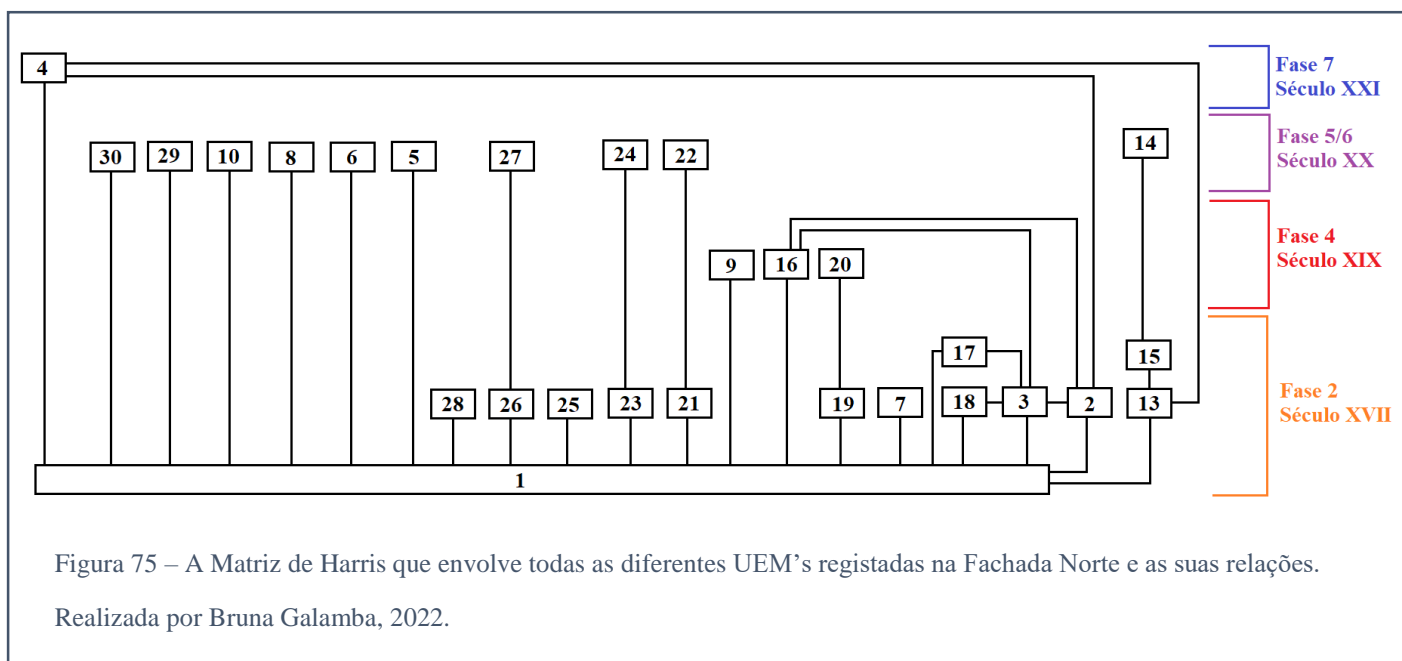
- UEM [30] – Argamassa cinzenta compacta ou cimento muito degradado com inclusões de pedra. É atribuída ao século XX e tem c.2,4m de comp. e a larg. varia entre os 1,8m e os 2,7m (Figura 74 e Anexo 32).



Figura 74 – A UEM [30] é representada pela argamassa ou cimento com inclusão de pedras. ©Bruna Galamba, 2021.

Em suma, contabilizam-se trinta Unidades Estratigráficas Murárias, duas das quais, após melhor análise, se concluiu que equivaliam a outras. É um processo completamente natural no registo e método arqueológico e em nada representam uma

falha dos mesmos. Como as fichas de UEM's foram preenchidas e essas duas UEM's registradas, decidiu-se, assim, referi-las e mostrar a sua equivalência. É possível entender a correspondência, independência e sobreposição de UEM's com base na Matriz de Harris (Figura 75).



### 5.2.1.2. O Recinto e os Alçados

A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar para além de ter sido alvo de obras ao longo dos séculos, de forma à sua estrutura se manter estável e apta para funções e albergar pessoas, os seus espaços foram alterados ao longo do tempo tal como as suas funções.

O espaço interior da fortaleza, que dá acesso às diversas instalações, não possui uma estratigrafia visível, no que concerne a ter alvenaria exposta. Possui sim, alguns elementos que são identificáveis e que apresentam maior probabilidade de pertencer a uma certa cronologia, tendo base nas plantas e relatos mais fiáveis.

O recinto (Figura 77) após a Fachada Norte é pautado por dois alçados interiores (Este e Oeste) e três alçados exteriores (Este, Oeste e Sul). Nos vários alçados pôde-se determinar e atribuir cronologia às portas e janelas, ao revestimento (seja reboco e tinta ou betão armado e tinta), aos telhados e outros elementos de construção. Através das plantas e dos relatos, conseguiu-se determinar ou restringir a cronologia desses elementos, e avisa-se que os elementos atuais podem não ser os originais, mas os locais onde se encontram são. Portanto, os alçados apresentados em breve tratam-se de propostas, tendo por base a documentação existente.

O alçado interior Este (Figura 78), apresenta a Ermida como único elemento do século XVI, e expõe uma porta e uma janela como elementos do século XVII. Uma das janelas do século XVII foi alargada para se tornar uma porta ao qual se atribui o século XIX, tendo em conta a alteração efetuada no extremo Sul desses quartéis de forma a servir de jardim com casa de banho. Os restantes elementos presentes, como por exemplo, o armazém no meio-baluarte Este, os telhados, a porta da Ermida, os elementos metálicos e de eletricidade, os bancos e canteiros de flores e as duas portas no extremo Sul deste alçado, são atribuídos ao século XX.

No alçado interior Oeste (Figura 79) é possível ver que o único elemento datável do século XVII é a porta que se localiza mais a Norte. O anexo do século XVIII e a sua porta identifica-se mais a Sul. Existem ainda dois elementos do século XIX, uma porta e uma janela e os restantes elementos, como por exemplo, o telhado, o ventilador, chaminé, bancos e canteiros de flores são elementos do século XX.

No alçado Sul (Figura 80), pode-se averiguar que a arcada, todos os elementos de electricidade e portas são do século XX. É possível identificar duas janelas de forma circular cuja cronologia pode apontar para o século XVIII.

Em penúltimo lugar, no alçado exterior Este (Figura 81) pode-se verificar que apenas dois elementos apontam a cronologia para o século XVII, na tipologia de janelas de forma quadrangular. Para o século XVIII indica-se a janela de forma circular, da mesma forma que se pensa para o alçado Sul. Para o século XIX confere-se uma porta que oferece acesso a escadas e a um terraço. E para o século XX atribui-se o telhado, chaminé e quatro janelas de forma quadrangular e retangular.

Por fim, o alçado exterior Oeste (Figura 82) oferece toda a fachada em betão armado, tal como as oito janelas e uma porta a Norte, uma porta a Sul e chaminés, pertencem ao século XX. Pode-se averiguar ainda a presença de duas janelas a Sul que se atribuem ao século XIX.

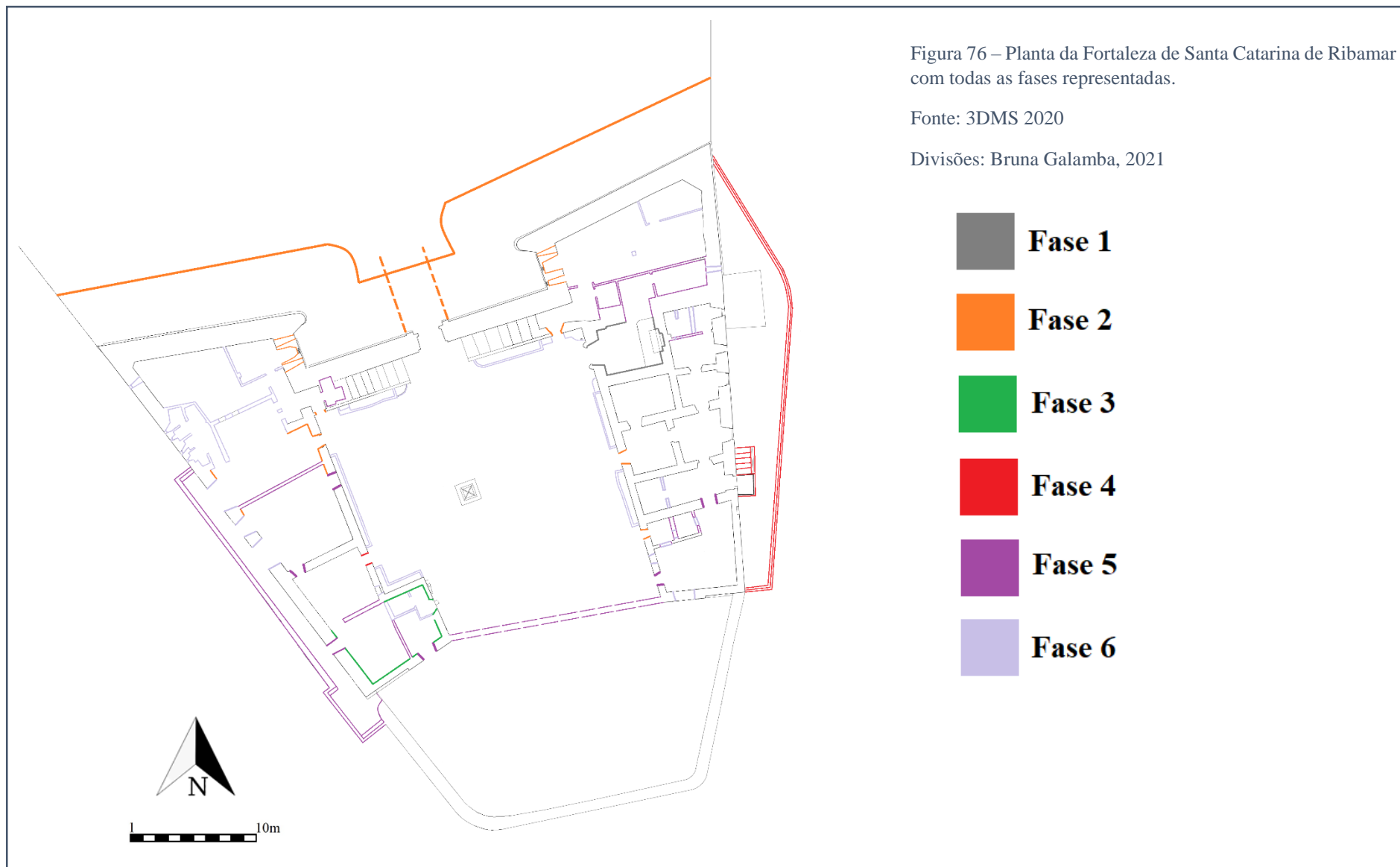
Desde os séculos XVII e até fins do século XIX, pode-se afirmar que os espaços e a sua utilização foram bastante congruentes e constantes (Figura 76). Os meios-baluartes e a bateria serviam para a defesa e ofensa, a Ermida era o ponto de espiritualidade, a Casa do Governador (a Este) era a residência do Capitão, e os quartéis (a Oeste) eram a residência da guarnição.

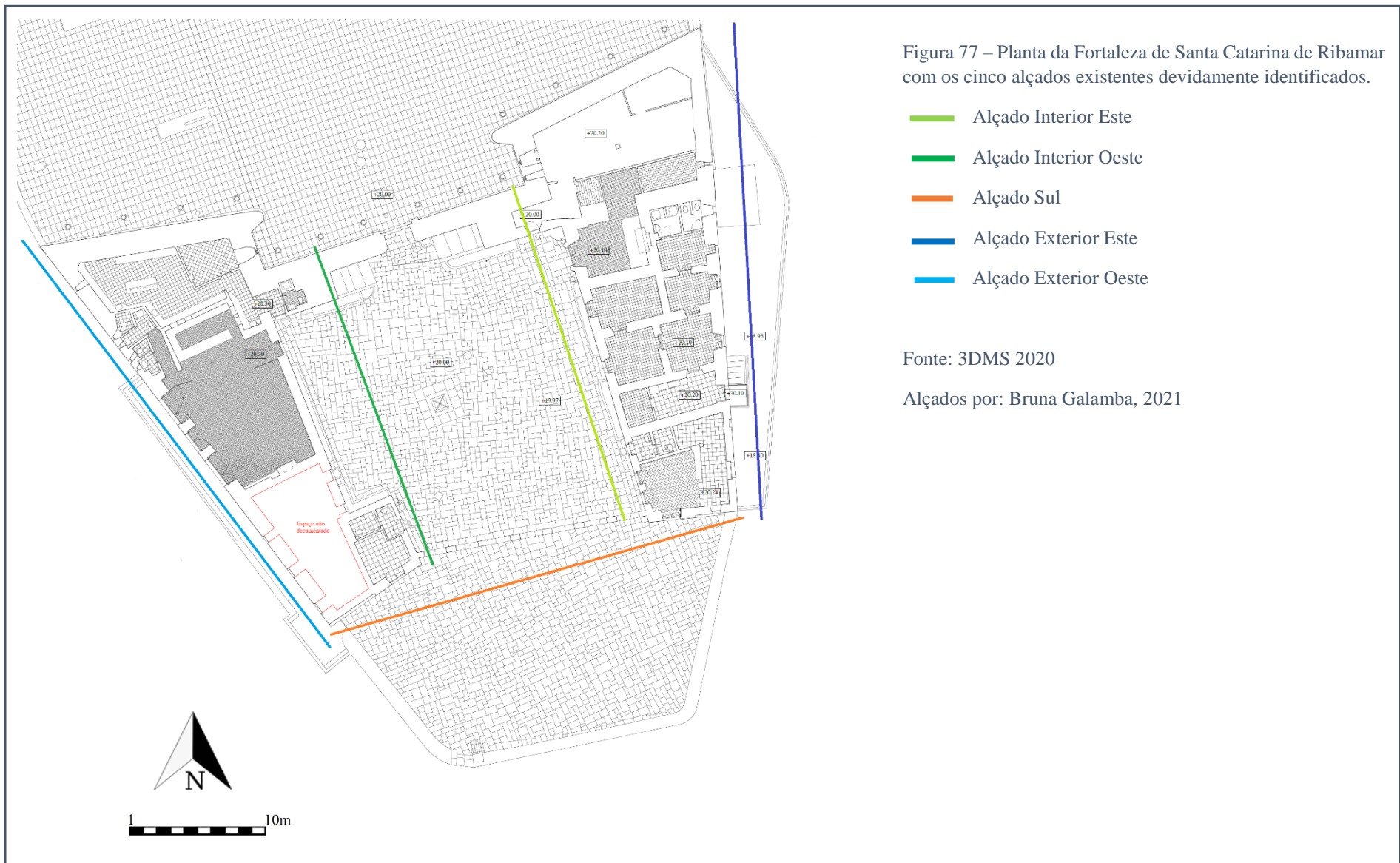
As grandes alterações surgem nos finais do século XIX e os inícios do século XX. A Fortaleza começa a albergar outras entidades como a Guarda Fiscal, o Instituto de Socorro a Náufragos, a Capitania do Porto de Portimão, entre outras. Estas entidades, de forma a melhor tirarem proveito dos espaços do recinto, pediram obras, que foram aprovadas, e assim os espaços começam a mudar a sua configuração e a sua utilização.

A partir dos anos 40 da passada centúria é que as mudanças se tornam radicais, desconfigurando a Fortaleza. Poucos elementos militares são hoje visíveis, estando todos presentes na Fachada Norte. Os espaços dentro do recinto, perderam as suas características originais e são agora remissivos de um passado recente, pautado pela adaptação agressiva ao turismo.

No que concerne a planta da Fortaleza atualmente, os meios-baluartes são usados como armazém (o a Este) e como cozinha (o a Oeste), este último desativado já há alguns anos. Nos antigos quartéis a Oeste, foi criado um restaurante anexo à cozinha, e um anexo

com casas de banho públicas. Anexo ao meio-baluarte Este está a Ermida, que até ao início da pandemia de Covid-19 era aberta ao público. Anexo à Ermida, encontrava-se o antigo posto da Guarda Fiscal, desativado em 1982 e sem outra utilização até ao momento. Por fim, anexo ao antigo posto, encontra-se uma cafetaria, também já desativada há alguns anos.





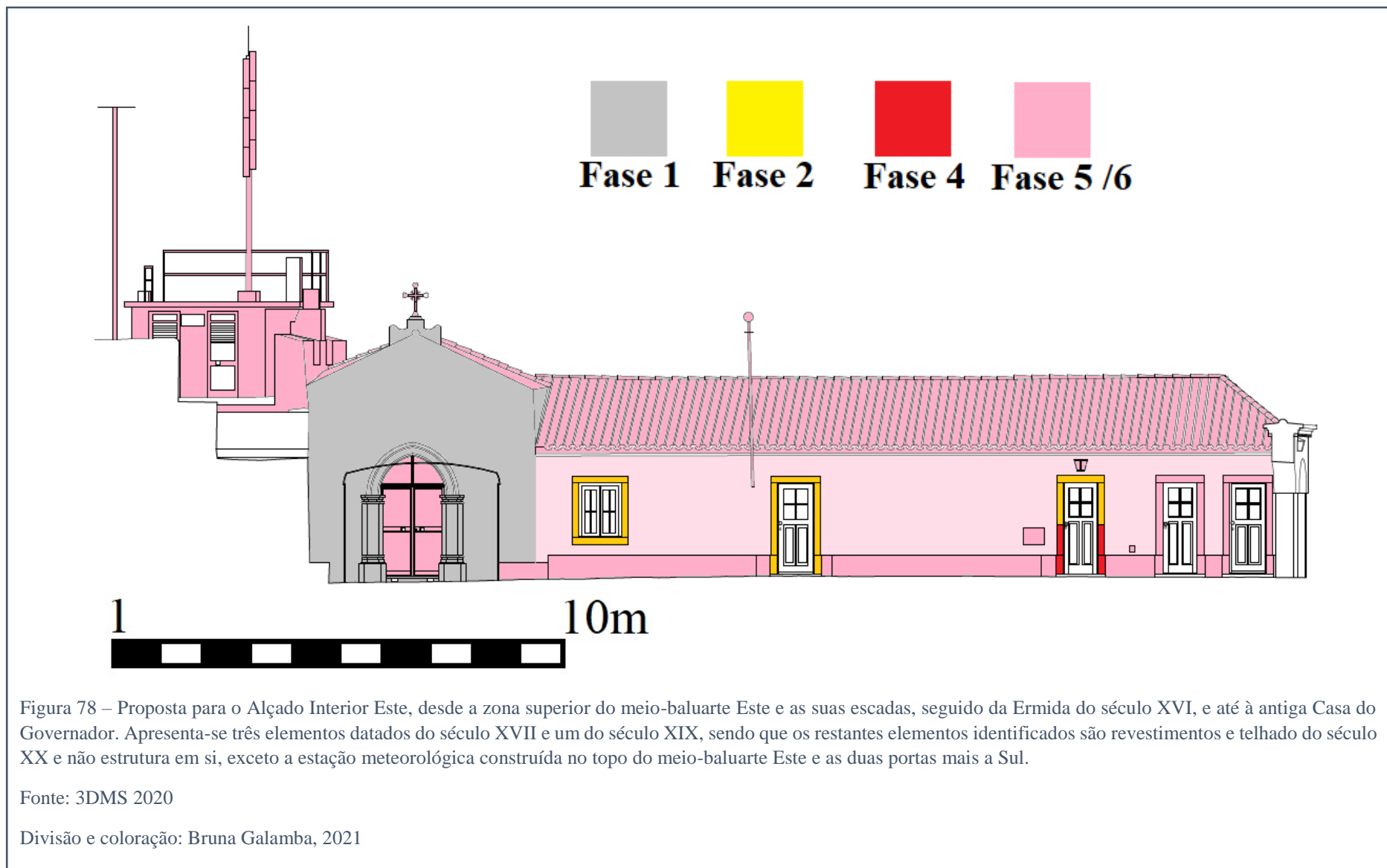
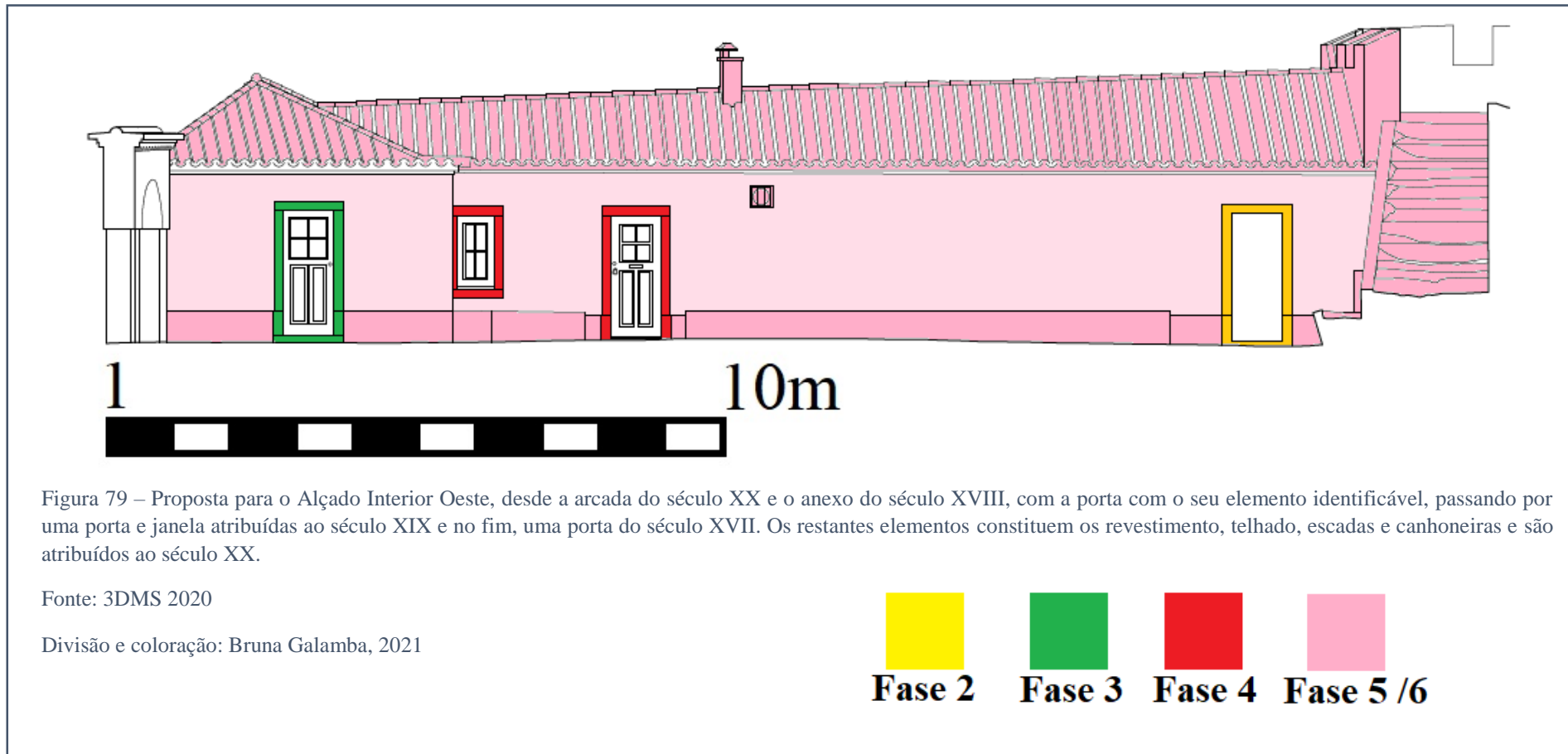
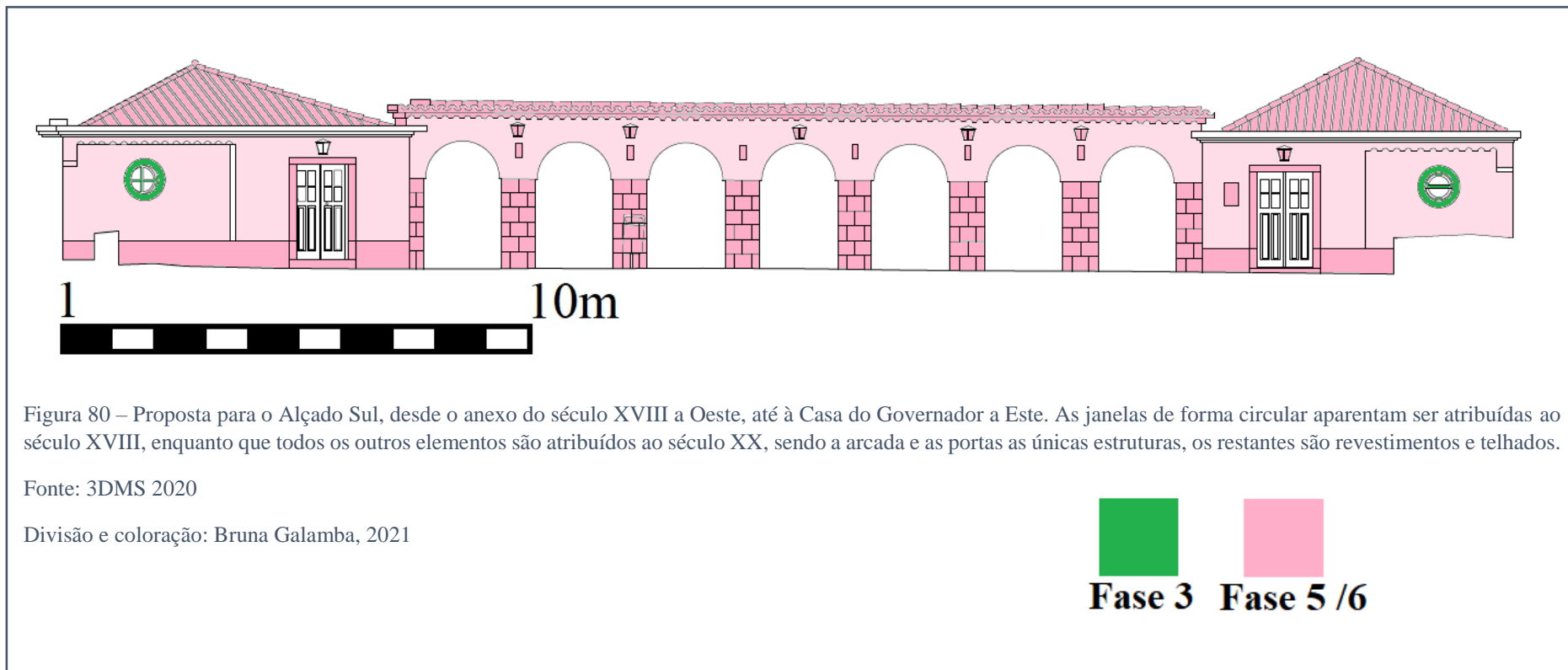


Figura 78 – Proposta para o Alçado Interior Este, desde a zona superior do meio-baluarte Este e as suas escadas, seguido da Ermida do século XVI, e até à antiga Casa do Governador. Apresenta-se três elementos datados do século XVII e um do século XIX, sendo que os restantes elementos identificados são revestimentos e telhado do século XX e não estrutura em si, exceto a estação meteorológica construída no topo do meio-baluarte Este e as duas portas mais a Sul.

Fonte: 3DMS 2020

Divisão e coloração: Bruna Galamba, 2021





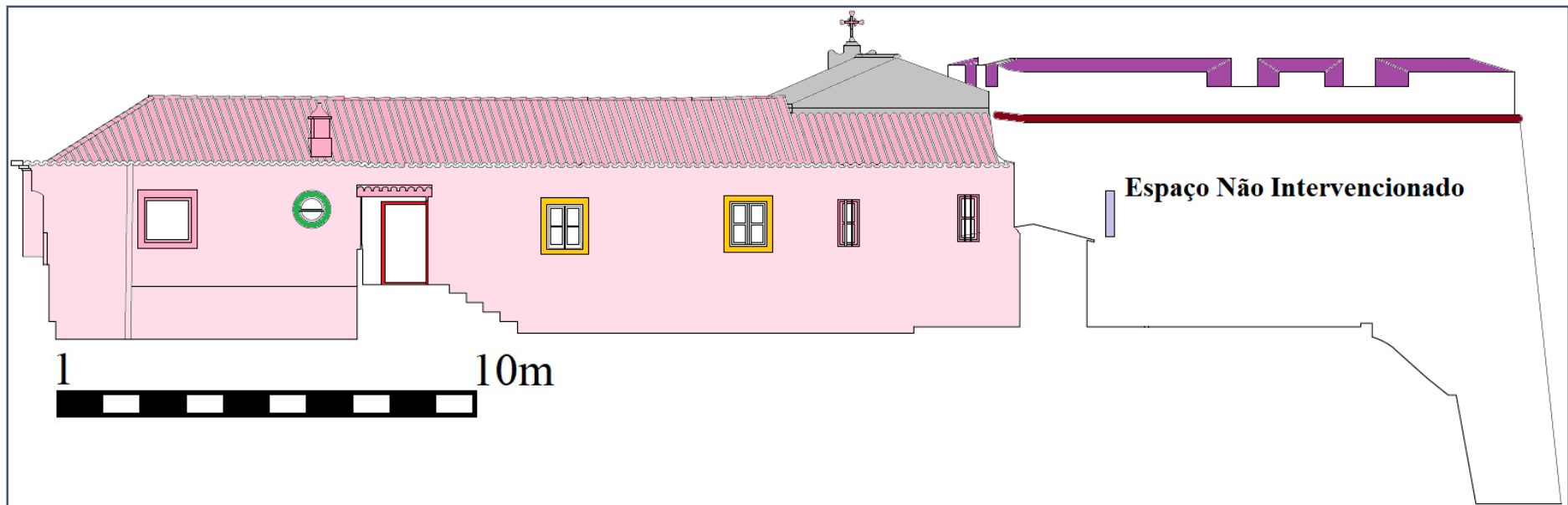


Figura 81 – Proposta para o Alçado Exterior Este apresenta duas janelas atribuídas ao século XVII, uma atribuída ao século XVIII, uma porta atribuída ao século XIX e os restantes elementos constituem revestimentos, o telhado e quatro janelas e são atribuídos ao século XX.

Fonte: 3DMS 2020

Divisão e coloração: Bruna Galamba, 2021



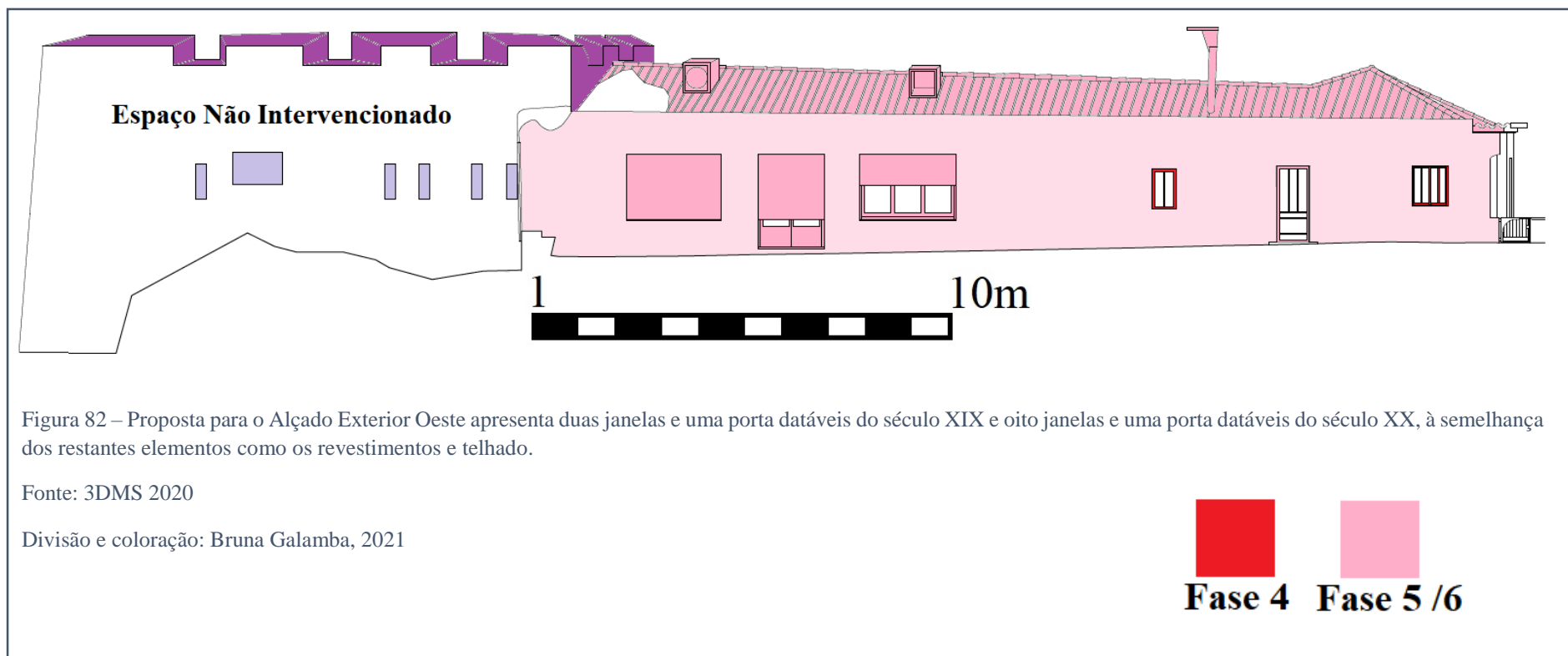


Figura 82 – Proposta para o Alçado Exterior Oeste apresenta duas janelas e uma porta datáveis do século XIX e oito janelas e uma porta datáveis do século XX, à semelhança dos restantes elementos como os revestimentos e telhado.

Fonte: 3DMS 2020

Divisão e coloração: Bruna Galamba, 2021

## 5.2.2. Interpretação dos Dados

### 5.2.2.1. Fase 1: Século XVI. A Ermida de Santa Catarina de Ribamar

A Ermida de Santa Catarina de Ribamar é a pré-existência do recinto fortificado. Se a história conhecida da Fortaleza era escassa e por vezes incerta, então o que é conhecido para a Ermida é ainda mais incerto. Os pequenos estudos conhecidos são raros e desatualizados, à exceção da separata de José Rosa Sampaio (2018).

O estudo que mais auxiliou a análise desta fase foi a dissertação de mestrado em Arquitetura por Sandra Pereira, aprovada em 2016 na Escola de Artes da Universidade de Évora. A dissertação tem como objeto de estudo as ermidas do litoral algarvio, no qual a Ermida de Santa Catarina de Ribamar é inventariada.

Esta Ermida apresenta, na sua origem, uma planta longitudinal, com 6x4,5m de largura, de nave única, sem uma capela-mor diferenciada. A entrada da nave localiza-se virada para Sudoeste e com a cabeceira orientada a Nordeste. Existe apenas uma entrada para este local e confirma-se a ausência de uma sacristia e coro. Ainda mais, a Ermida é compacta e pouco iluminada. A sua cobertura apresenta um telhado de duas águas (o que atualmente está presente não é original) (Figura 83).

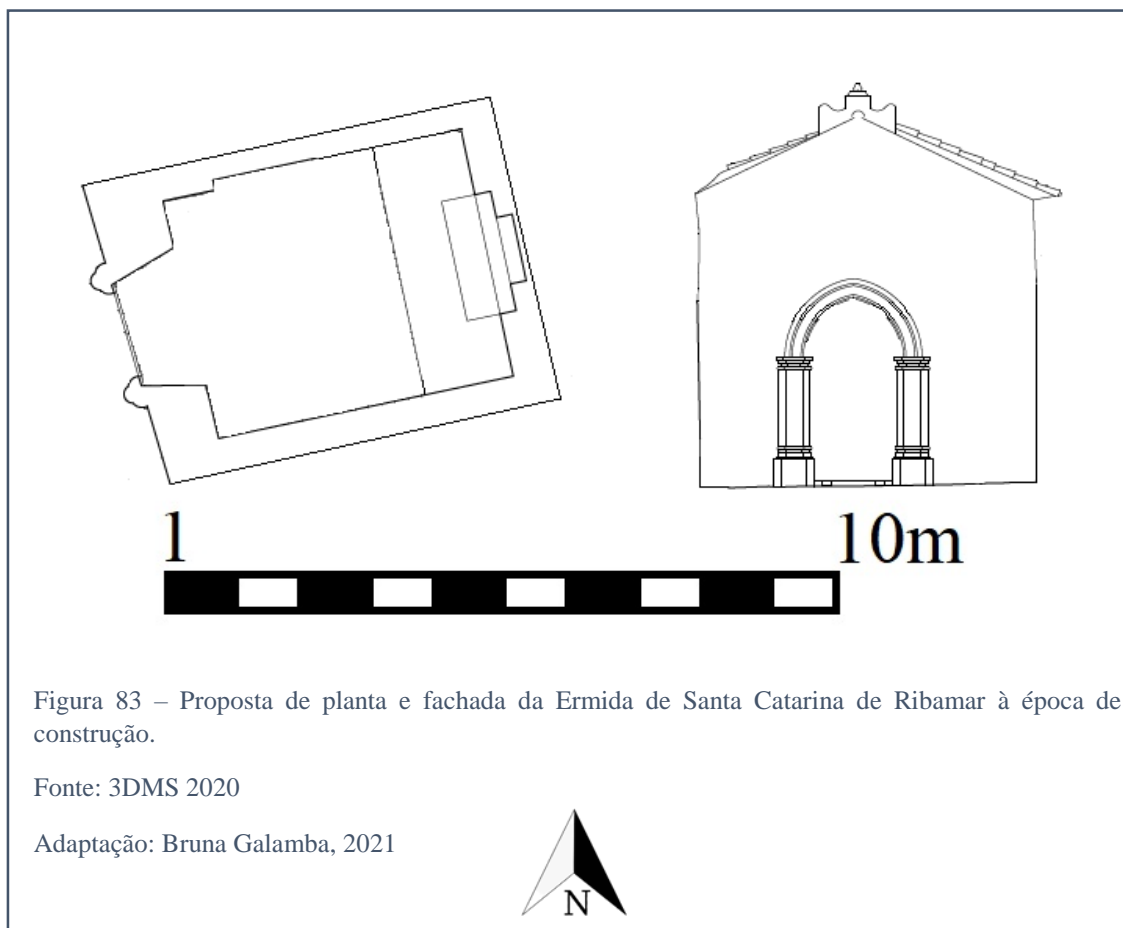


Figura 83 – Proposta de planta e fachada da Ermida de Santa Catarina de Ribamar à época de construção.

Fonte: 3DMS 2020

Adaptação: Bruna Galamba, 2021

No exterior, a sua característica mais marcante é a sua entrada, caracterizada por um portal com um arco quebrado, com 3m de alt. e com pilares robustos e compostos (Figura 84). Apesar de se saber que a Ermida existia em 1573, devido à sua invocação à santa padroeira dos navegadores e gentes que trabalham e vivem do mar, é absolutamente plausível que a Ermida seja originalmente datada dos fins do século XIV, cronologia apontada por alguns autores, visto que era considerada necessária para a proteção dos que se aventuravam pelo rio e mar em Vila Nova de Portimão.

A Ermida de Santa Catarina de Ribamar apresenta uma construção modesta, que se pode correlacionar com as precárias condições económicas do Algarve na altura em que foi construída. Contudo, era necessário satisfazer as necessidades do culto local. As ermidas do litoral algarvio são contempladas como uma arquitetura religiosa singular e muito caracterizante da região, uma arquitetura popular, pautada pela simplicidade construtiva, a sobriedade dos espaços e o seu sentido útil. A decoração, como comprovada, é escassa e humilde (Figura 85).



Figura 84 – Pormenor do pilar localizado mais a Norte. ©Bruna Galamba, 2021.

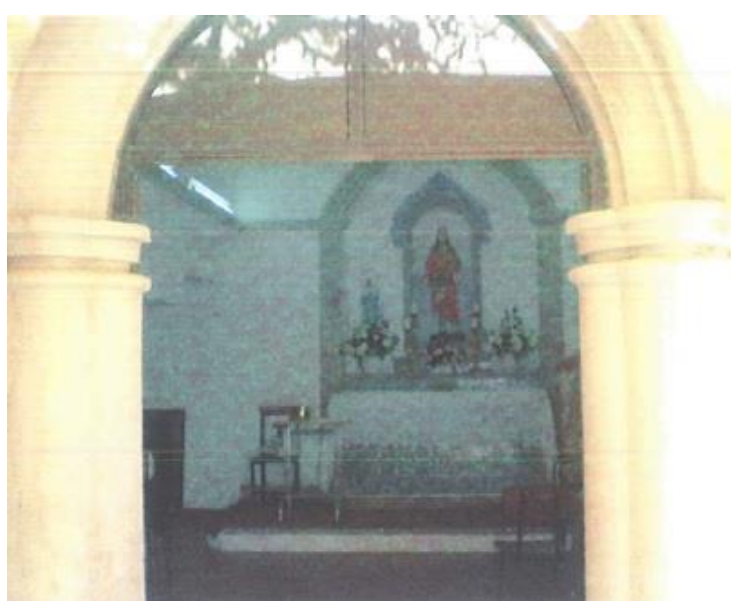


Figura 85 – O interior da Ermida de Santa Catarina de Ribamar (PROAVAL, 2009, :12).

#### **5.2.2.2. Fase 2: Século XVII. Da Construção da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar ao Terramoto de 1719**

A fase 2 dá início à construção da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, é atribuída ao século XVII apesar da configuração se manter através do século XVIII. Enquanto construção da União Ibérica é representada por fortes influências da escola italiana, foi edificada com recurso a materiais endógenos como por exemplo a brecha e os arenitos e o calcário apresenta uma proveniência provável da região de Lisboa.

Esta fase, relembro, representada por uma paleta de cores em tons de cremes e castanhos, é a que demonstra os vários elementos sobreviventes da construção original. A Figura (86) mostra a dispersão, na Fachada Norte, das catorze UEM's que constituem esta fase.

A construção da Fortaleza tem como base a UEM [1], a alvenaria antiga que estaria em contacto com o fosso (a alvenaria deve-se estender para baixo do atual piso de circulação, ficando assim em contacto com o fundo do fosso, que se sabe ter sido aterrado em 1941). Nesta alvenaria, vários elementos a cobrem e a cortam, alguns no mesmo momento de construção, e outros posteriores.

Esta alvenaria de base é identificada nos dois meios-baluartes e na cortina principal. A sua presença, devido às paredes emparedadas com betão armado ou rebocadas, é indetetável noutros locais, mas não se descarta a opção de lá existirem.

É nesta alvenaria que vários elementos estariam presentes. Por exemplo, à semelhança de variadas fortalezas modernas, esta terá tido uma pedra de armas por cima da entrada ou/e até uma pedra com inscrição. Estes elementos hoje são inexistentes e claramente nota-se a sua ausência na Fachada Norte.

Esta alvenaria de base apresenta um mau estado de conservação, sendo possível observar que vários segmentos ruíram desde a última intervenção conhecida em 2018. Em alguns segmentos é até possível averiguar buracos um pouco profundos na alvenaria e até a presença de metais já corroídos ainda pregados.

Para reforçar os pontos mais fracos do sistema defensivo, a UEM [2] constituída por silhares de calcário regulares, fora construída nas quatro arestas dos meios-baluartes (a Este e Oeste), do qual em dois momentos, esta UEM constitui os orelhões, que protegem o flanco. É uma das unidades atribuídas a este século que apresenta as melhores condições de conservação.

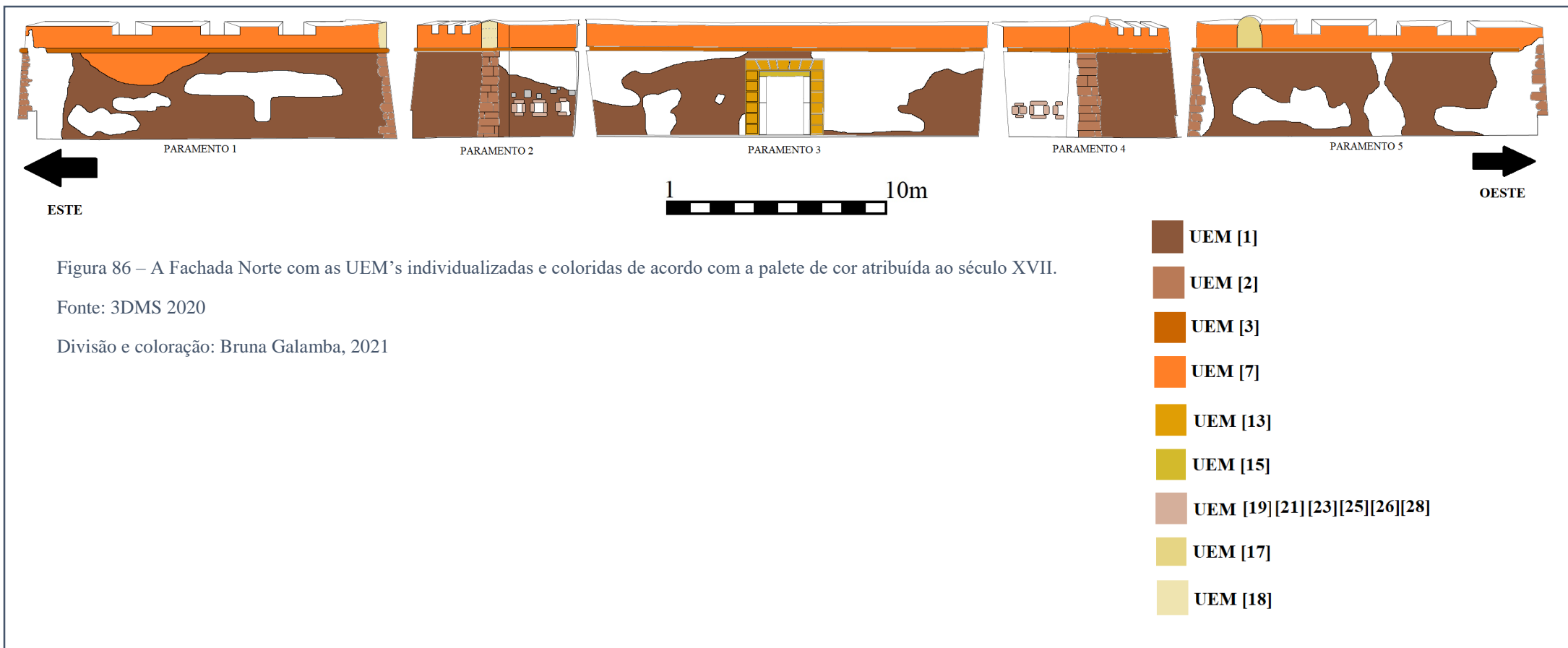


Figura 86 – A Fachada Norte com as UEM's individualizadas e coloridas de acordo com a paleta de cor atribuída ao século XVII.

Fonte: 3DMS 2020

Divisão e coloração: Bruna Galamba, 2021

De igual forma, o orelhão do meio-baluarte Este, no merlão, detém um reforço composto por três silhares de calcário regulares. A UEM [18] só se encontra neste local, não se conseguindo discernir se possuiria um outro momento no meio-baluarte oposto ou não. À semelhança da UEM [2], o seu estado de conservação é muito bom.

Para evitar a degradação do reboco na fachada, a UEM [3], composta por silhares de calcário compridos e estreitos na parte superior da Fachada Norte, compõe o que se chama de cordão. O seu estado de conservação, de uma forma geral, é bom, mas denota-se que alguns silhares já apresentam algum desgaste, outros ainda apresentam o reboco, e num segmento (no extremo Este), apresenta uma falha que teve que ser colmatada com as intervenções de 2018.

Nesse seguimento, entendendo que a Fachada era de facto, totalmente rebocada na sua origem, encontra-se a UEM [7] que, de forma mais ou menos uniforme sobrevive nos merlões (ou seja, acima do cordão), e é encontrada muito pontualmente ao longo da Fachada abaixo do cordão, a cobrir a UEM [1], com uma predominância marcada no meio-baluarte Este. O seu estado de conservação é variável, nos merlões apresenta-se em razoável estado, já abaixo do cordão apresenta um mau estado de conservação.

Na cortina principal, a entrada principal, que podemos classificar como algo de monumental, é a UEM [13], representada por silhares de calcário regulares e almofadados, a formar uma entrada retangular e igualmente regular. Adossada a esta entrada, encontra-se a UEM [15], um silhar de calcário já muito desgastado que parece servir de escoramento à alvenaria e à entrada. A primeira UEM apresenta o melhor estado de conservação na Fachada inteira, já a segunda UEM apresenta o pior estado, à semelhança da alvenaria de base.

No meio-baluarte Oeste, no merlão, é possível verificar a ausência de reboco, que revela o seu aparelho construtivo. A UEM [17] é constituída por uma argamassa de areia e cal creme com inclusões de pedra de calcário e brecha de pequeno calibre. Não se sabe ao certo o porquê desta ausência notória de reboco neste segmento, mas o aparelho construtivo ainda apresenta um estado de conservação satisfatório.

Por fim, na Fachada Norte, existe um momento de construção, que corta a UEM [1] e que contempla seis UEM's (decidiu-se dividir este momento pelas seis UEM's existentes pois são preenchidas a diferentes momentos ou destruídas em diferentes momentos). As UEM's [19], [21], [23], [25], [26] e [28] são bocas-de-fogo, ou seja,

pequenas aberturas na alvenaria, emolduradas por silhares de calcário regulares, a partir do qual, de dentro dos meios-baluartes, se podia defender o fosso e a entrada para a Fortaleza em caso de ataque. O termo seteira é mencionado em alguns relatórios do século XIX, mas a defesa não seria efetuada por meio de arco e flecha, mas sim por mosquetes.

As bocas-de-fogo têm todas diferentes tamanhos, quatro delas estão preenchidas (uma por alvenaria e três por grades de cimento), uma fora fechada com um silhar de calcário de maiores dimensões e outra não está completa, o que pode sugerir que a algum momento da história, aquele ponto em específico estava arruinado e aquando dos remendos, ela não fora reerguida. Todas as bocas-de-fogo apresentam um estado de conservação razoável, apesar de as bocas-de-fogo preenchidas por cimento se revelarem as de maior risco.

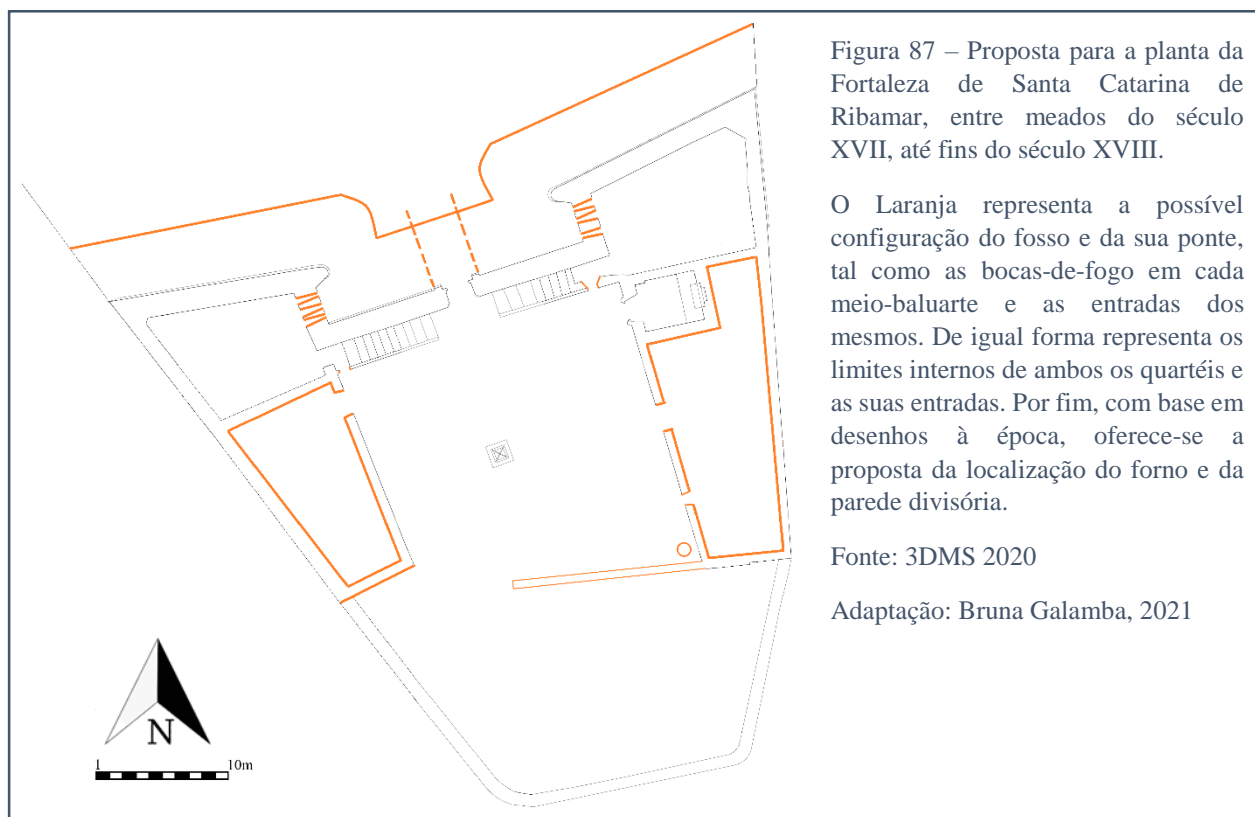
No que concerne a planta para esta fase (Figura 87), propõe-se que, com base no levantamento atual e as descrições e iconografia de como a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar era na altura, esta possuía um fosso seco que a antecedia. Por base nas plantas conhecidas em que o fosso está representado e se apresenta uma escala para as mesmas, determinou-se, por conversão, que em 1794, José de Sande Vasconcelos, numa escala de 100 e de 90 palmos, atribuiu ao fosso apenas 1,1m de largura. Já na última planta em que o fosso é representado, em 1914, numa escala de 1:200, ao fosso é atribuído uma largura de 5,5m.

Apesar de se poder conjeturar que o fosso teve alterações na sua morfologia e largura, aliás, parte das suas contra-escarpas ruíram após o terramoto de 1755, a largura de 1,1m parece ser pequena para o último reduto de defesa da Fortaleza. Portanto, de acordo com os dados mais recentes para este fosso, e por conversão das escalas, este fosso será representado pela sua largura máxima conhecida de 5,5m.

Este fosso era transposto por uma ponte. O que se sabe para o século XVII é que existia uma ponte levadiça. Este elemento e todo o aparelho utilizado para a sustentar, levantar e deitar não existem atualmente, mas todos os relatos apontam para a existência desse sistema primordial.

As bocas-de-fogo estão desenhadas no flanco dos meios-baluartes, apontam diretamente para a ponte, e seriam onde estaria posicionada a guarnição com as armas para a sua defesa. Entrando na Fortaleza, encontrava-se de igual forma os dois acessos aos dois meios-baluartes. Apesar de se falar mais no termo de escadas, pode-se propor

que possam ter sido rampas, por parecer mais provável como um acesso mais facilitado para a subida da artilharia mais pesada.



Os únicos elementos que se podem conjecturar melhor como sendo o interior da Fortaleza, são os dois meios-baluartes, que serviriam de armazém e área de defesa, e a Ermida, que manteve a sua planta original.

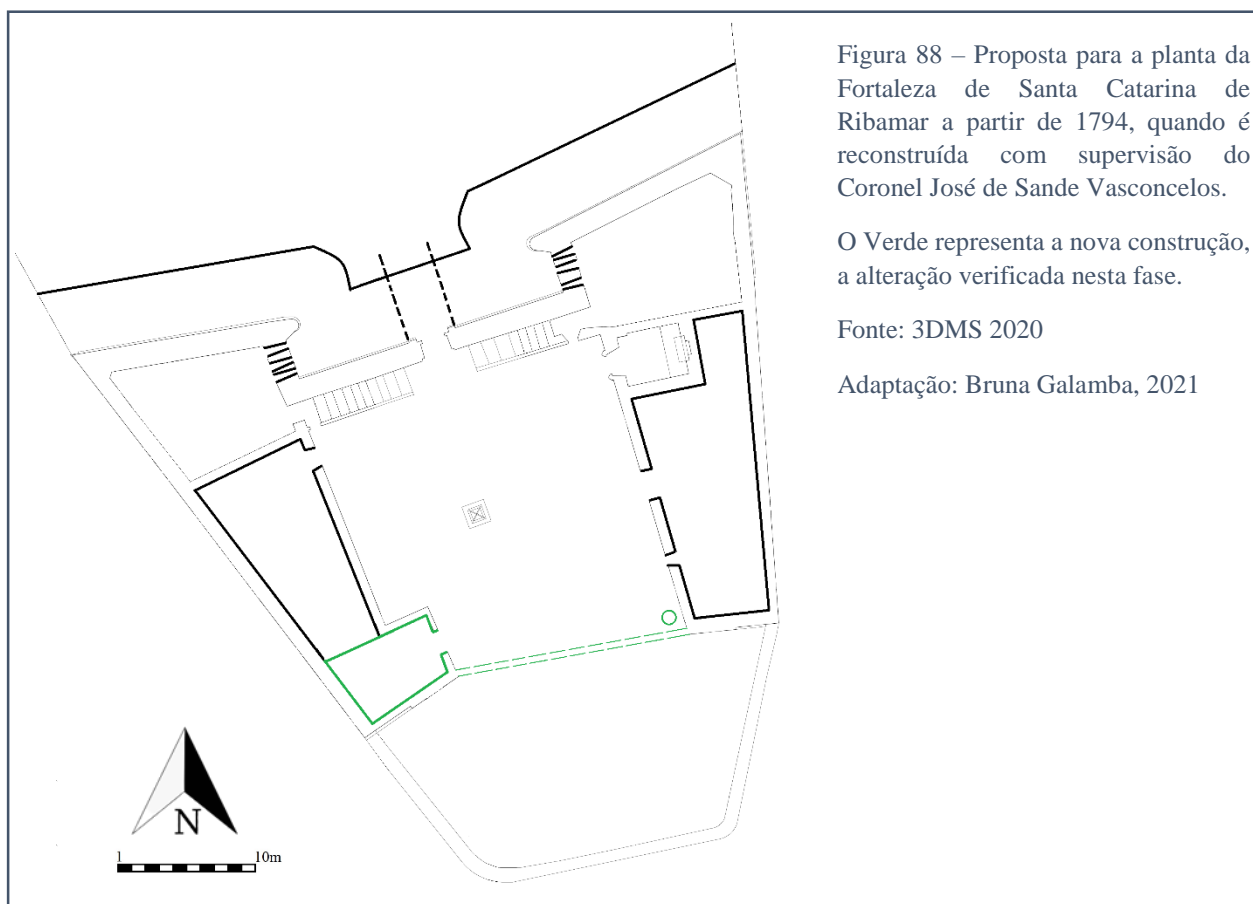
Para a Casa do Capitão, a Este e à Ermida anexada, não se consegue entender ou apanhar o rasto às estruturas deste período, mas sabe-se que a sua porta estava posicionada a pouca distância da entrada da Ermida, juntamente com uma janela. Por fim, neste segmento a Este, encontrava-se uma janela e encontrar-se-ia o forno. Em 1794, José de Sande Vasconcelos identifica o forno nesta localização, com uma estrutura circular. Pode-se conjecturar que o forno pode não ser o original ou a estrutura circular pode não ser a original, ou pode nem estar na localização original. O que de facto se sabe, é que tal como os residentes necessitavam de um poço para obter água, não apenas por conveniência das distâncias mas para sobrevivência em caso de cerco, o mesmo se aplica a um forno onde pudessem confeccionar os alimentos. Por fim, no alçado exterior Este, localizam-se duas janelas que, devido ao seu tamanho, correspondem a este período.

No lado oposto, a Oeste, encontra-se o que se denomina como o quartel da guarnição. Uma vez mais, pela ausência de dados, não se pode conjeturar como era a divisão interior deste local, sabe-se da existência da porta, mas sabe-se que possuía estas dimensões, o que representa um claro contraste com a configuração atual. Estes quartéis seriam alvo de mutações no final do século XVIII.

Por fim, a Sul, encontra-se a Praça Baixa, ou a Bateria, no qual estava a grande maioria das peças de artilharia para a defesa da costa. No século XVII (e até ao século XX), a falésia onde esta Fortaleza está edificada encontrava-se rodeada pelo mar, e por isso era apta à defesa e ofensa aos inimigos.

### 5.2.2.3. Fase 3: Século XVIII. A Reconstrução da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar após 1794

À semelhança da Fase 1, este século não possui qualquer elemento identificável presente na Fachada Norte. O século XVIII é pautado por grandes alterações, nomeadamente no recinto da Fortaleza que, devido aos terramotos e ao maremoto de 1755 que afetou primariamente os quartéis (que se sabem, desde 1754, que já se encontravam em ruínas). A situação, sem qualquer tipo de obras de recuperação e/ou manutenção, só tendia a piorar.



Esta fase é representada pela cor verde. Onde, com todas as certezas, se pode averiguar as mudanças é na planta proposta para este século (Figura 88). Em 1794, obras de grande envergadura são realizadas na Fortaleza. O Coronel José de Sande Vasconcelos, enquanto responsável pelas mesmas, elabora dois desenhos no qual representa o antes e o depois das obras. É neste contexto que surge uma construção inédita, um anexo que servia de extensão do quartel a Oeste.

É de facto o único elemento identificável do século XVIII. O certo é que a Fortaleza terá continuado nas mesmas configurações que tinha desde a sua construção, e só no final deste século, desta fase 3, é que se procedeu à maior alteração do edificado.

Uma vez mais, é impossível conjecturar como era o interior destes quartéis, tendo em conta que nunca são representados nem existem muitos relatos sobre este assunto. A Ermida possui o seu interior representado, que segue as linhas do que já se tinha estabelecido. Por outro lado, surge também o interior deste novo anexo que possui uma porta para o exterior tal como uma janela de forma circular. Pela tipologia, apresenta-se a hipótese de as três janelas identificadas no alçado Sul e alçado exterior Este ter sido acrescentada na mesma altura.

Por fim, neste momento dá-se conta de vários elementos que hoje são impossíveis de encontrar sem mais investigação, seja em contexto negativo ou positivo. Por exemplo, em 1794 observa-se a representação de uma parede que divide a Praça Alta da Praça Baixa, hoje inexistente e substituída pela arcada de 1943. Por outro lado, o reforço das canhoneiras nos meios-baluartes foram substituídos pela requalificação de 1943.

Por fim, é impossível de averiguar as diferentes obras efetuadas nas escarpas do fosso e na ponte. A ponte, neste momento, já seria dormente, ou seja, em alvenaria. Não se sabe em que ponto se terá trocado a levadiça pela dormente, mas o que é certo é que a nova ponte sofre ruína parcial. Um problema enorme revela-se os relatos históricos que tanto a definem como levadiça e como dormente.

Pode-se sim, contemplar a hipótese de existir alguma unidade presente na Fachada Norte. Contudo, nunca é referido problemas neste local da Fortaleza e, passados sete anos, iniciar-se-ia o século XIX. Nesse século sabe-se de facto que a Fachada Norte possuía problemas e que terão sido corrigidos nesse mesmo período.

#### 5.2.2.4. Fase 4: Século XIX. Novas Mudanças na Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar

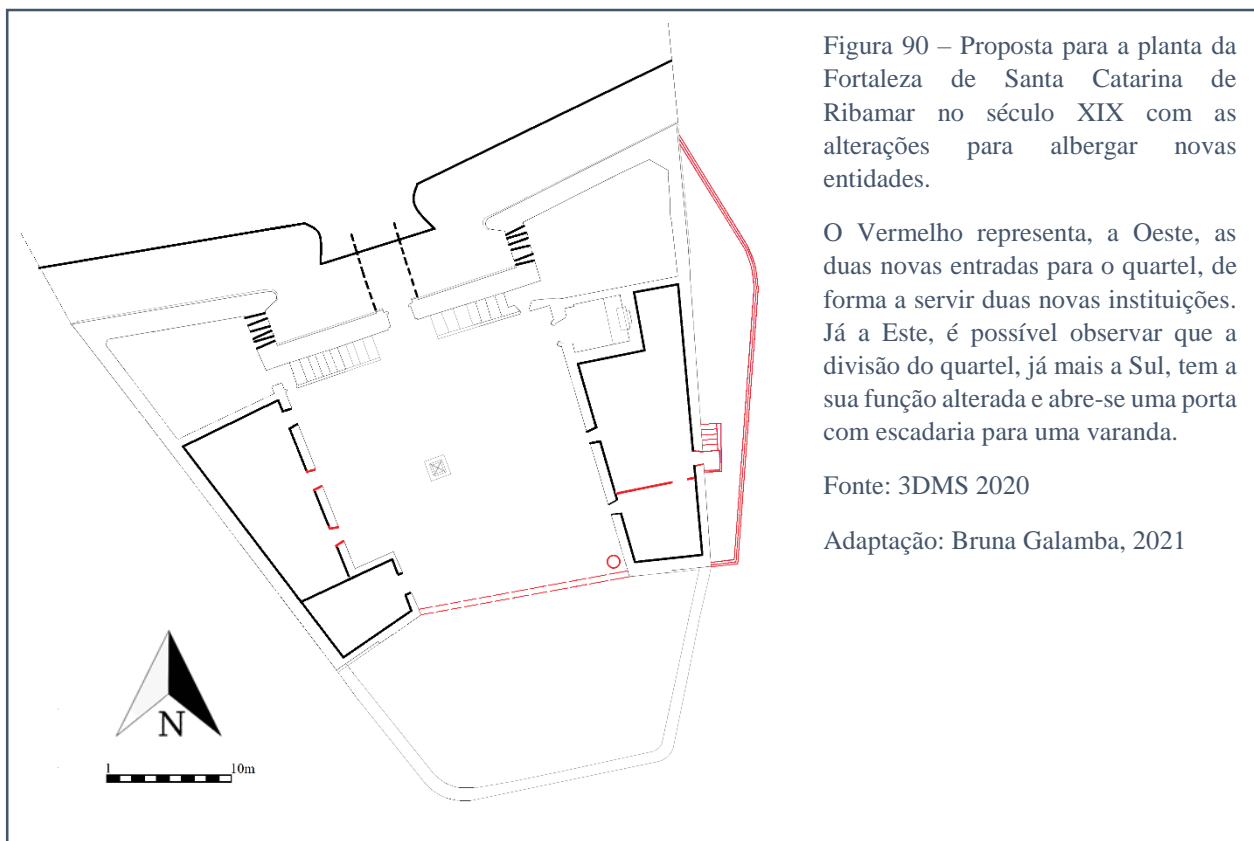
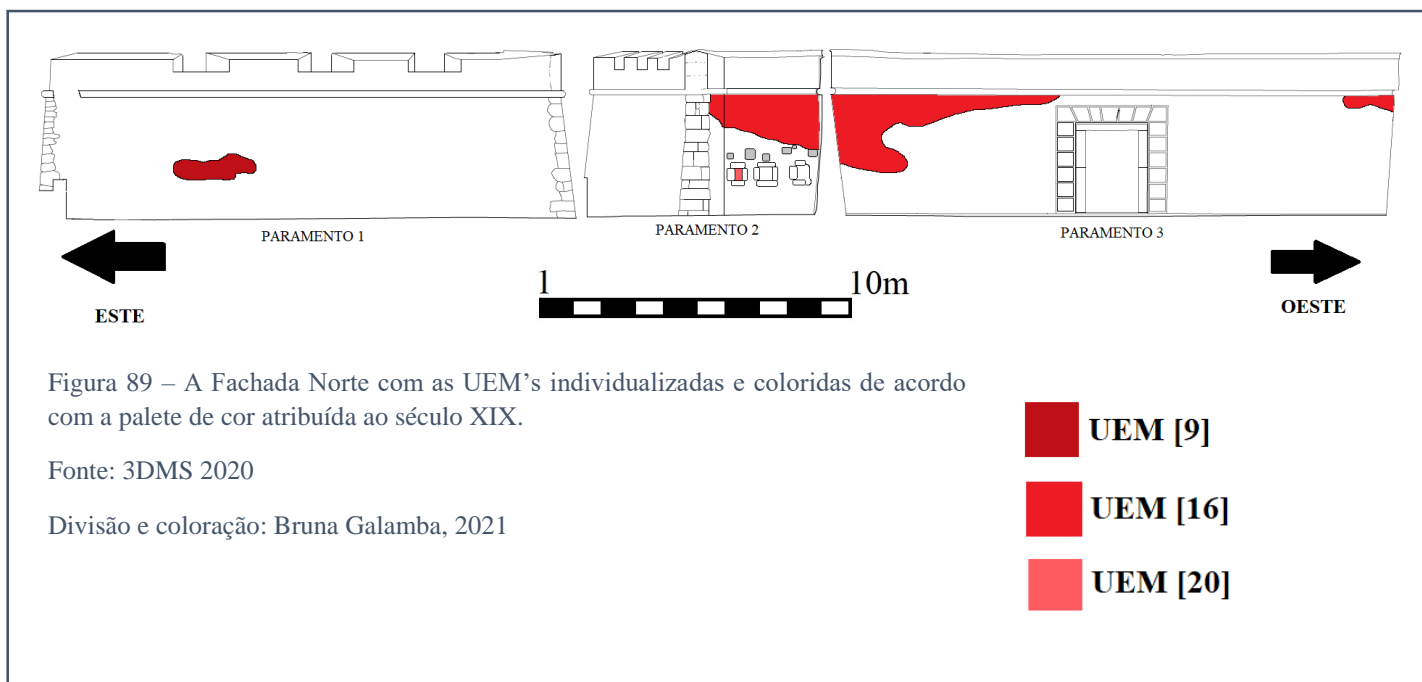
O século XIX pauta-se por quinze inspeções às fortalezas do Reino do Algarve, no qual a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar não escapa. Apesar de variados problemas serem referidos ao longo dos anos, existe apenas uma obra para este século, que acabou em 1864.

Porém, não se pode concluir que todas as alterações neste século foram realizadas com estas obras, pois estas eram focadas em remendar os “problemas que a afligiam”. Portanto, esta fase divide-se, pela Fachada Norte a presença dos remendos, e pela planta a adaptação do espaço para duas novas entidades: a Guarda Fiscal (que só foi criada em 1885) e pela Capitania do Porto de Portimão (criada em 1839). Contudo, terá sido no último quartel do século XIX que a Fortaleza foi alvo de obras para albergar estas entidades.

Assim sendo, na Fachada Norte (Figura 89), é possível verificar a presença de três UEM's. A primeira, a UEM [9], encontra-se no meio-baluarte Este, e caracteriza-se então pela presença de uma argamassa alaranjada e a inclusão de cerâmica de construção. Esta unidade encontra-se num razoável estado de conservação e é a única que se identifica neste segmento como sendo desta cronologia.

Já no Paramento 2 e 3, existe então a UEM [16], caracterizada por um remendo de grandes dimensões ou então uma tentativa de rebocar essa seção. Denota-se de facto uma tentativa de alisar as superfícies desta unidade constituída por argamassa alaranjada e muitas inclusões de cerâmica de construção. A tentativa de alisar estas superfícies é o que a distingue da UEM [9]. As duas unidades estão, no geral, num bom estado de conservação.

Por fim, a última unidade que se atribuiu a este século é a UEM [20] que constitui o preenchimento da boca-de-fogo de UEM [19]. O preenchimento foi feito com uma argamassa de cor creme com inclusões de pequenas pedras. Como esta boca-de-fogo se encontra numa área de intervenção que se datou do século XIX, é plausível que esta unidade, pelo seu método construtivo, seja datável do mesmo período. Por fim, esta unidade apresenta um bom estado de conservação.



No que concerne a planta da Fortaleza neste século (Figura 90), sabe-se que nas várias inspeções, denunciavam que os quartéis estão em muito pobre estado e que impossibilitava a vida plena no recinto, tal como a ausência de porta na Fortaleza o que reduzia a proteção dos habitantes e ainda, a falta de peças de artilharia capazes de defender.

Com a atribuição de anexos na Fortaleza para a GF e para a C.P.Portimão, os quartéis a Oeste, tipicamente utilizados pelos soldados deste recinto, são, pelo menos, divididos em três. Invoca-se novamente o problema verificado nos dois séculos anteriores. Devido à imprecisão das plantas, é difícil afirmar com certeza a divisão dos dois quartéis. Mas a Oeste, sabe-se que mais duas portas foram acrescentadas para cada entidade poder aceder a divisão a elas atribuída, do qual apenas resta uma porta e verifica-se a existência de uma janela no alçado interior Oeste. Ou seja, de Norte para Sul, primeiro ficaria o quartel dos soldados, depois o quartel da GF e por fim o posto da C.P.Portimão. O anexo construído no fim do século XVIII passa a servir de armazem e não como expansão dos quartéis. No alçado exterior Oeste, verifica-se a presença de uma porta para aceder à varanda e duas janelas.

Já na Casa do Capitão, apesar de não se saber muito sobre o seu interior, entende-se que o extremo Sul é adaptado a uma jardim interior com a retrete. Para lhe aceder, uma janela do século XVII foi adaptada para porta no alçado interior Este. Ainda, uma porta é aberta no alçado exterior Este que oferece um acesso a uma escada e a uma varanda. E assim, pela primeira vez, entende-se um pouco mais sobre os aposentos do Capitão.

#### 5.2.2.5. Fase 5: O Século XX (1900-1940). Os Últimos Anos de Funções Militares.

O século XX é repleto de mudanças estruturais profundas, não só na Fachada Norte, mas também na própria configuração do recinto. A passada centúria é pautada pela crescente onda de turismo e diversos monumentos são requalificados para este propósito e a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar não escapa ao paradigma.

Na Fachada Norte (Figura 91) é possível verificar-se um total de dez UEM's, espalhadas um pouco por toda a muralha. Umas representam remendos e outras representam preenchimentos.

A UEM [5], por exemplo, segue quase todo o percurso vertical no extremo Este do meio-baluarte em questão. Apresenta-se como um remendo de cor laranja muito forte, com inclusões de cerâmica de construção. Constitui-se como uma unidade muito consistente e em bom estado de conservação.

A UEM [5] corta a UEM [6], que constitui um remendo de cimento com inclusões muito pontuais de cerâmica de construção. O uso de cimento repete-se mais umas vezes pela fachada, visto que ainda no meio-baluarte Este encontra-se mais duas UEM's [8] e [10] que contemplam o uso deste material irreversível, a primeira sendo apenas cimento e a segunda sendo um cimento muito degradado com inclusões de cerâmica de construção.

Na entrada da Fortaleza, já se definiu duas UEM's, uma que representa a entrada mais "monumental" e um silhar a servir de escoramento. É neste contexto que surge a UEM [14], que constitui um aparelho construtivo com quatro silhares de pedra calcária de forma retangular e regular. Os silhares ainda se encontram em muito bom estado de conservação. Os elementos utilizados são extremamente semelhantes às pedras calcárias que se utilizam para lancil de calçadas, daí a atribuição desta cronologia.

Três das unidades a este século atribuídas, representam os preenchimentos das bocas-de-fogo de UEM [22], [23] e [26]. O material utilizado foi o cimento, uma constante ao longo de todo este século. As grades de cimento nestas bocas-de-fogo colocadas estão presas aos silhares das mesmas e por vezes cobrem o silhar e parte da alvenaria.

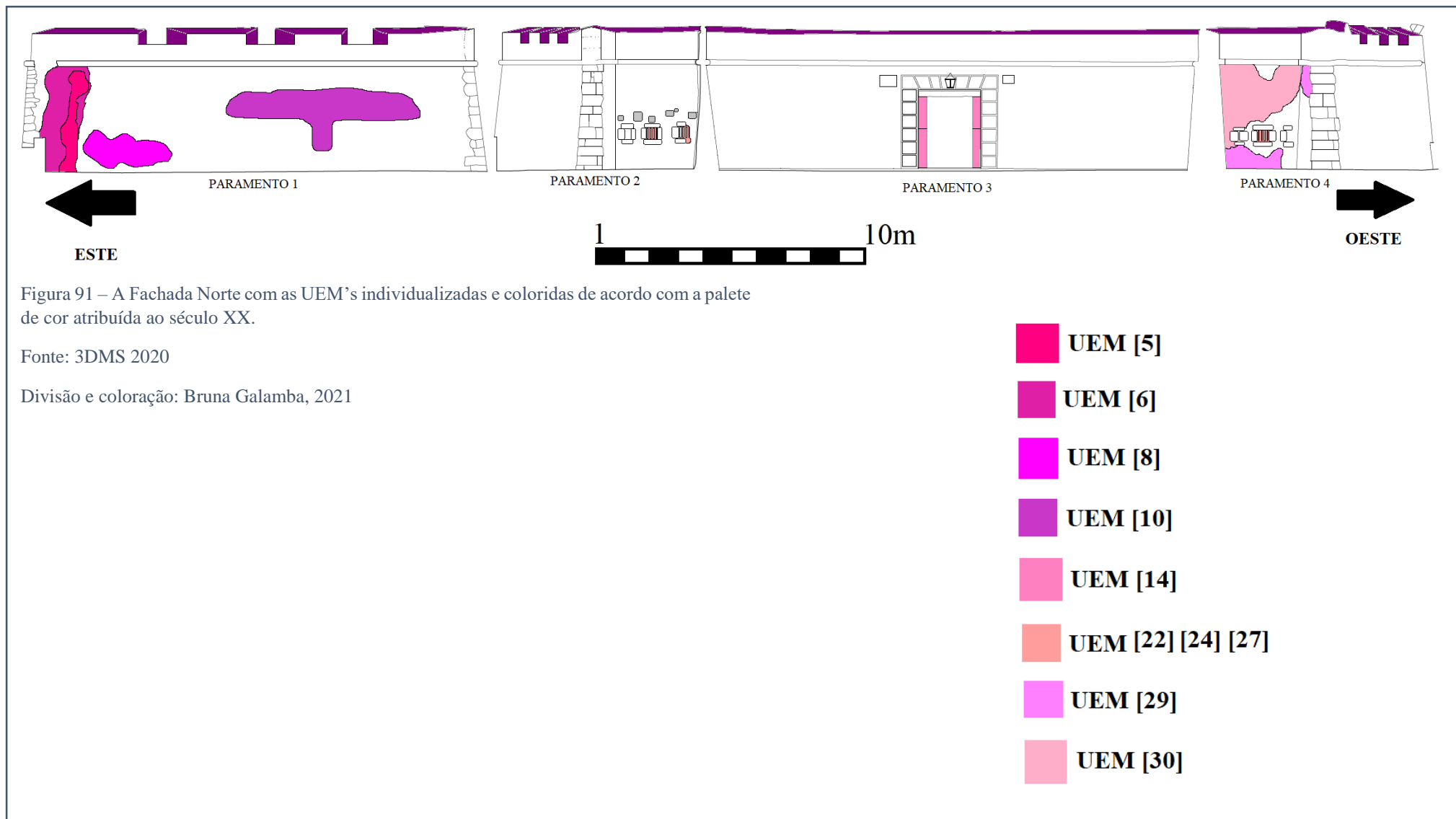


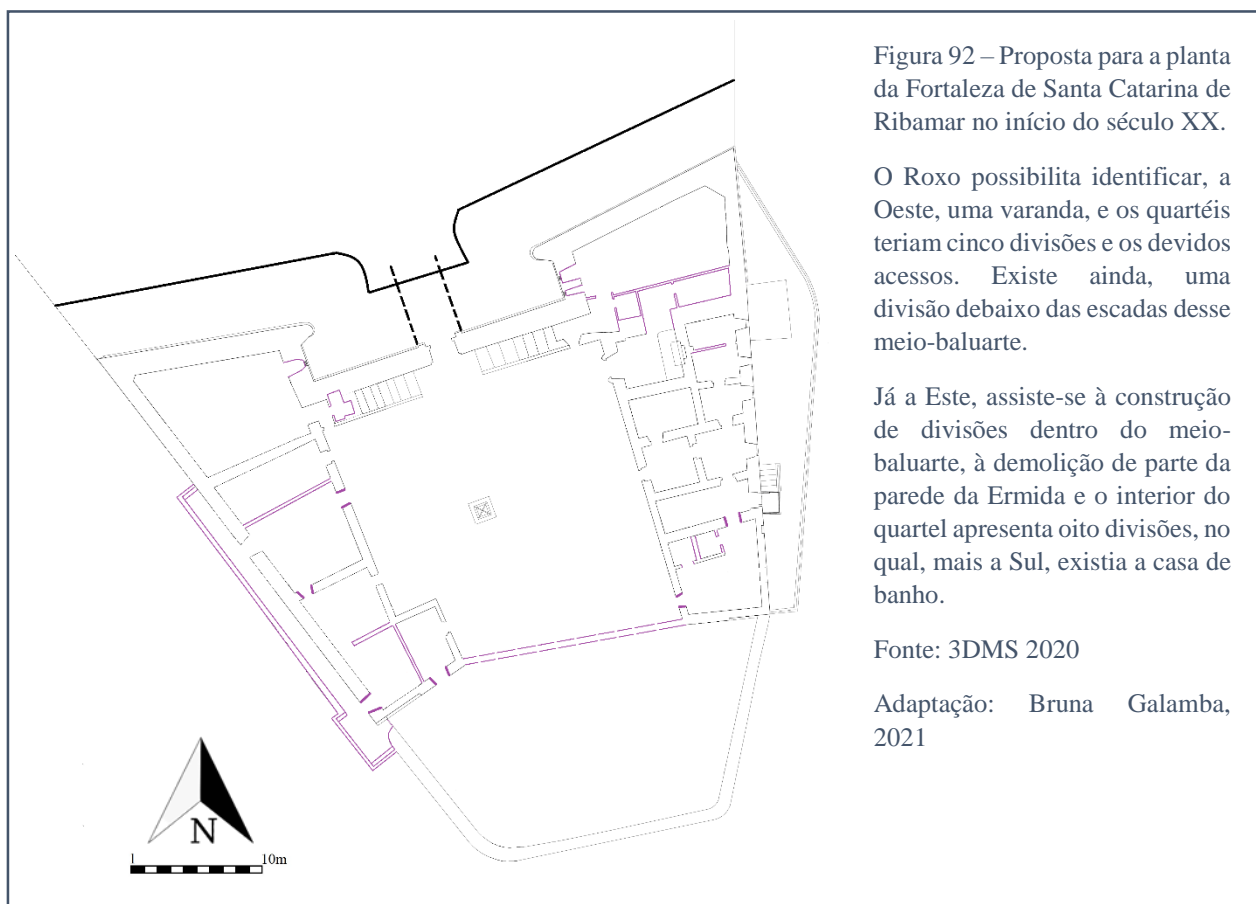
Figura 91 – A Fachada Norte com as UEM’s individualizadas e coloridas de acordo com a paleta de cor atribuída ao século XX.

Fonte: 3DMS 2020

Divisão e coloração: Bruna Galamba, 2021

As últimas duas UEM's identificadas são a [29] e a [30]; o uso de cimento é identificado nestas unidades e encontra-se degradado, a primeira apresenta inclusões de pequenas pedras e cerâmica de construção e a segunda com apenas inclusões de pequenas pedras.

As maiores alterações na estrutura verificam-se através da planta desta Fortaleza. Desde os finais do século XIX, a Fortaleza havia concedido parte das suas dependências a novas entidades, como a GF e a C.P.Portimão. O mesmo continuaria a acontecer ao longo da primeira metade do século XX.



fluem para duas outras divisões. Junto à entrada e anexado à lateral voltada a Sul da Ermida, encontram-se duas divisões ainda pertencentes à GF.

Ainda anexado a todo o quartel, encontrava-se uma divisão de uma forma mais retangular que servia de cozinha, no qual se encontra uma escada como acesso à varanda que fora construída nesta cronologia. No extremo Sul do quartel a Este, encontra-se o dito jardim interior construído no século XIX, com duas pequenas divisões que constituíam as retretes e eram acessíveis a partir de uma porta para o jardim.

No lado oposto, debaixo das escadas que dão acesso ao meio-baluarte Oeste, é possível verificar a presença de uma pequena divisão de funções desconhecidas a esta altura. Já os quartéis a Oeste, é possível ter uma visão muito mais clara dos seus compartimentos, começando por uma pequena divisão com porta, que servia, originalmente como alojamento dos soldados. Nesse seguimento, apresenta-se outra de maiores dimensões com duas portas para o exterior e uma porta de comunicação interior, que levava a uma outra divisão de menores dimensões e porta para o recinto fortificado, e esta leva ao seu extremo Sul, com uma porta para a varanda, também construída nesta cronologia. Estas instalações correspondiam à C.P.Portimão.

Por fim, este dito anexo construído no século XVIII, é apresentado como dividido entre aquilo que eram as instalações da C.P.Portimão e as novas instalações do ISN. Ainda neste piso, conhece-se que existia uma parede a dividir a Praça Alta da Praça Baixa, que mantinha a mesma configuração ao longo dos séculos e ainda hoje segue esse perfil.

No que concerne a obras que não são identificáveis na planta deste piso térreo, encontra-se uma construção para a Propaganda Nacional com o objetivo de ser uma estação meteorológica, e está instalada no meio-baluarte Este.

#### 5.2.2.6. Fase 6: O Século XX (1941-2000). Adaptação ao Turismo

Apesar de não se poder datar com precisão as várias UEM's na Fachada Norte, de forma a saber se pertencem à fase 5 ou 6, verifica-se o acrescento de vários elementos decorativos e funcionais. Na cortina principal, no lado esquerdo da porta de entrada, é possível ver uma placa em azulejo azul, amarela e branca que identificam o sítio como Miradouro de Santa Catarina. Este elemento é datado de 1943 (Figura 93).

Na porta principal, entre os silhares, fora acrescentado um candeeiro em ferro (pintado de preto), que coincide de igual forma com a data de 1943 (Figura 94). Já na cortina principal, no lado direito da porta, é possível averiguar uma placa em mármore com a inscrição “Património do Estado”, adicionada antes de 1969 (numa fotografia da entrada após o terramoto de 1969, a placa já se encontrava colocada) (Figura 95).

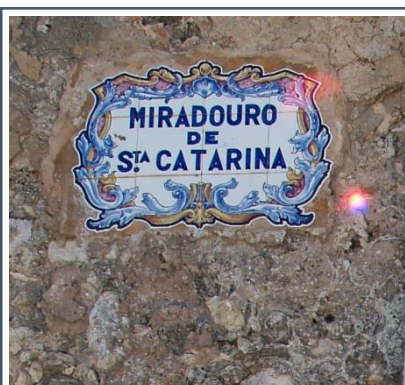


Figura 93 – Placa indicativa do Miradouro de Santa Catarina. ©Bruna Galamba, 2021.



Figura 94 – Candeeiro em ferro localizado na porta de entrada. ©Bruna Galamba, 2021.



Figura 95 – Placa indicativa de património do Estado. ©Bruna Galamba, 2021.

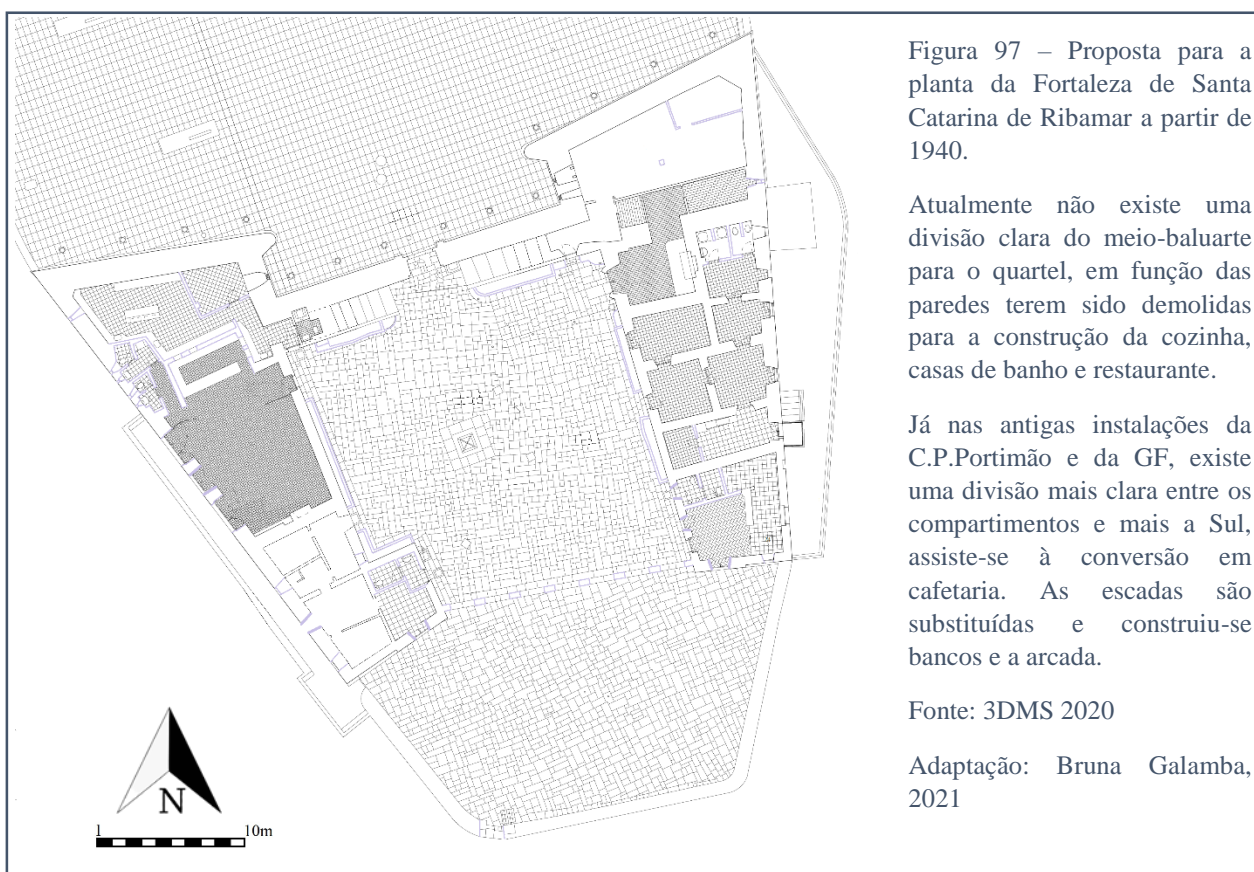
Por fim, é possível de averiguar um pouco por todo o cordão e nos extremos dos meios-baluartes, a presença de cabos e caixas de eletricidade, que estão, de uma forma geral, pregados à estrutura e são datáveis do século XX (Figura 96).



Figura 96 – Vários equipamentos e cabos de eletricidade presos no meio-baluarde Oeste. ©Bruna Galamba, 2021.

Chegando a 1940, a Fortaleza entra num novo capítulo. Este ano representa um cisma, um novo paradigma para a utilização de um monumento militar. Neste ano, a Fortaleza é, como já se determinou no seu contexto histórico, entregue ao Ministério das Finanças. Com a mudança de gestão, as entidades que a ocupavam à data, continuaram a usufruir das instalações da Fortaleza durante mais uns anos, porque o seu interior começaria a ser alterado de forma a acomodar a demanda turística de Portimão.

Começando pelas alterações a nível de planta (Figura 97), logo em 1941, o fosso é aterrado e por conseguinte, a sua ponte seria destruída. O acesso à fortaleza passa a ser direto, na altura por terra batida, hoje apresenta-se um lajeado, com holofotes no seguimento do fosso.



As primeiras mudanças começam em 1943, com a CMTP, que submete o primeiro projeto de requalificação deste local a um “terraço para chá” com uma cafetaria e restaurante. O que se pode verificar é que o meio-baluarte Oeste perde a sua funcionalidade defensiva para ser reconfigurado como cozinha, e apresenta-se dessa forma até hoje (Figura 98). O pequeno anexo construído debaixo das escadas, nesse mesmo meio-baluarte, fora convertido a casa de banho.



Figura 98 – A cozinha instalada dentro do meio-baluarde Oeste. ©Bruna Galamba, 2021.

Anexo a esta nova cozinha, uma parcela dos antigos quartéis a Oeste foram demolidos para se converter o espaço a restaurante, que mantem a sua configuração até hoje. Entre o meio-baluarde e os quartéis, identifica-se a presença de casas de banho, portanto toda uma seção da parede divisória foi demolida e alterada de forma a acomodar estas instalações. Por fim, neste caso do restaurante e cozinha, um total de seis janelas retangulares foram abertas nas paredes originais do meio-baluarde e parte do quartel de forma a servir a cozinha e as casas de banho de luz natural.

Ainda na parcela dos quartéis adaptados a restaurante, sabe-se que no alçado exterior Oeste, na parcela mais a Norte, existiam duas janelas de forma retangular. Por pedido de obras, sabe-se que a janela mais a Norte foi encurtada de forma a se abrir uma porta. Toda esta configuração viria a ser alterada posteriormente noutra data que não se consegue precisar, o que se pode ter certezas é que a configuração atual não corresponde aos últimos desenhos, apresentando duas janelas de forma retangular com uma porta entre as duas (Figuras 99 e 100).

A outra parcela dos quartéis a Oeste manteve-se sob tutela da C.P.Portimão por mais uns anos e apresentavam duas portas, uma para o recinto e outra para a varanda, com um total de seis divisões sobre a sua alçada. Por fim, uma parte do anexo original do século XVIII, que nas décadas anteriores havia sido cedido ao ISN, é convertido em casas de banho públicas. No alçado interior Oeste, verifica-se que o reboco e pintura são aplicados e dois canteiros de flores são construídos.

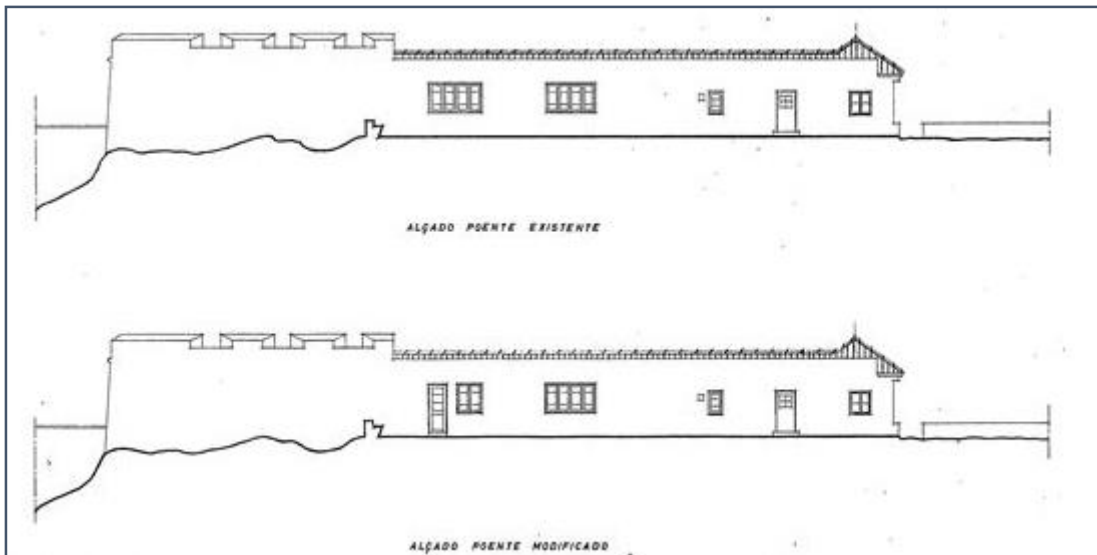


Figura 99 – O Alçado Exterior Oeste antes e depois das obras para a redução de uma janela em detrimento de se construir uma porta.

Autoria: DGEMN. 1960.

Fonte: SIPA DES.00000406

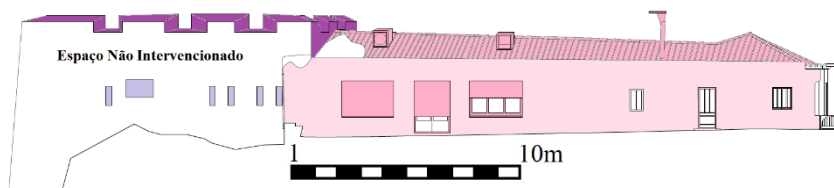


Figura 100 – O Alçado Exterior Oeste no qual é possível verificar a alteração na configuração das janelas e da porta, tal como toda a parede que foi emparedada com betão e as seis janelas abertas no meio-baluarto.

Fonte: 3DMS 2020

Divisão e coloração: Bruna Galamba, 2021

No meio-baluarto Este é possível verificar a construção de duas paredes, de maneira a formar uma pequena divisão, sabe-se que nesta altura, este local passa a servir de armazém. A Ermida, e a instalação da GF mantem-se de uma forma geral, inalterada, podendo averiguar a conversão de uma divisão no seu extremo Norte, anexo à Ermida, em duas casas de banho. Será no dito jardim construído no século XIX, que, seguindo as mesmas configurações, se adapta o local para uma cafetaria e se fecha as portas das antigas retretes para o interior da cafetaria e se abrem portas para o exterior. São ainda construídos seis canteiros de flores, dois juntos às escadas, dois juntos aos antigos quartéis a Este e dois juntos aos antigos quartéis a Oeste, e são ainda construídos quatro pequenos bancos anexos a estes canteiros. Todos eles apresentam agora um mau estado de

conservação. No Alçado Exterior Este é possível verificar-se a abertura nas paredes para se converterem em quatro janelas.

O poço, que se presume ser ainda a estrutura original, passou a apresentar uma estrutura em ferro pintado de preto, que coincide com o mesmo trabalho efetuado no candeeiro na Fachada Norte, tal como outros candeeiros presentes pelo recinto (Figura 101). Ainda neste recinto, a antiga parede divisória entre a Praça Alta e a Praça Baixa é substituída por uma arcaria, composta por sete arcos de volta perfeita, e que de todas as intervenções, apresenta o melhor estado de conservação. É possível verificar no Alçado Sul a presença de uma porta mais a Oeste, ao qual o ISN acedia e uma porta mais a Este que servia a cafetaria. Por fim, nesta seção do piso térreo, é adicionada uma placa num segmento da parede da bateria, que é feita de azulejo azul, branco e amarelo e de uma forma muito geral e com algumas inconsistências, conta a história deste local. Coincide com o trabalho feito na placa presente na Fachada Norte (Figura 102).

Por fim, já no piso superior dos meios-baluartes, os merlões e as canhoneiras foram reforçados com uma obra em cimento e tijolo, existindo seções em que é possível verificar todo o aparelho construtivo de reforço e noutros locais é possível identificar novas canhoneiras feitas neste ano. Estas construções apresentam o pior estado de conservação das obras realizadas neste século (Figura 103 e 104). As escadas foram reconstruídas nos anos 40, no qual se verifica a reutilização de material, como se pode verificar um antigo vão de porta nas escadas que acedem o meio-baluarde Oeste (Figura 105).



Figura 101 – O poço, no centro do recinto, com os quartéis de Oeste visíveis atrás. É possível verificar o trabalho em ferro, instalado nos anos 40. ©Bruna Galamba, 2021.



Figura 102 – Placa em azulejo que conta de forma muito resumida algumas curiosidades sobre a fortaleza. ©Bruna Galamba, 2021.



Figura 103 – Reforço de tijolo e cimento nas canhoneiras e merlões, no piso superior do meio-baluarte Este. ©Bruna Galamba, 2021.



Figura 104 – Alvenaria de cimento e tijolo exposta e degradada. Integra parte de uma canhoneira no meio-baluarte Oeste. ©Bruna Galamba, 2021.



Figura 105 – Vão de porta colocado nas escadas que acedem o meio-baluarte Oeste. ©Bruna Galamba, 2021.

As próximas intervenções só viriam a acontecer nos anos 60. A falésia em que a Fortaleza se encontra estava instável e devido a esse problema, iniciou-se uma construção de reforço da mesma, no qual se decidiu separar por diversas plataformas acessíveis por

escadas e com pequenas lojas instaladas. Para o efeito de existir acessibilidade entre a Fortaleza e o resto do novo edifício, uma parte do muro da antiga bateria foi demolido e as escadas foram instaladas (Figura 106).

Ainda nesta década, várias paredes da Fortaleza foram reforçadas com betão armado. Apesar de a frase se encontrar no plural, até ao momento, só foi possível encontrar uma parede, que se encontra na totalidade da parede do Alçado Exterior Oeste (Figura 107).

Nessas mesmas intervenções, sabe-se que o meio-baluarto Este é escavado, de forma a instalar canalizações, e as suas fundações, junto à varanda, foram escavadas, deixando o local, até hoje, instável.

Com o terramoto de 1969, apenas se sabe que as obras de reconsolidação foram realizadas na nova escarpa, com plataformas erigida uns anos antes.



Figura 106 – A plataforma com várias lojas e acessível por escadas e elevador que foi construída nos anos 60. ©Bruna Galamba, 2021.

Figura 107 – O betão armado já exposto e degradado na parede exterior Oeste. ©Bruna Galamba, 2021.

#### **5.2.2.7. Fase 7: Século XXI. Obras de Emergência.**

O Século XXI é pautado pelo abandono progressivo das estruturas, seja por efeitos da crise económica ou por falta de planeamento e gestão para o local. O que se sabe efetivamente é que só existe uma única ação de reversão dos efeitos nefastos que a Fortaleza tem vindo a sentir.

Em 2018, em virtude de grande parte da Fachada Norte estar em perigo eminente de ruir, uma intervenção de emergência foi aprovada, após alguns anos em negociação. Nesta intervenção, aderindo aos princípios da reversibilidade da conservação, as áreas mais problemáticas foram corrigidas.

A intervenção teve como objetivo escorar e conter as estruturas, remover pedras soltas ou em vias de destacamento em todas as zonas a reparar, saneamento e limpeza de argamassas soltas em todas as zonas a reparar, aplicar pedras argamassadas de dimensões próximas das do cunhal Nordeste e da alvenaria de base, aplicação de revestimento idêntico ao já existente, aplicar injeções de ligante hidráulico no cunhal Nordeste com incorporação de drenos, aplicação de blocos de pedra em lacunas na Fachada Norte e refechamento de juntas de cantarias através da injeção de calda de cal hidráulica (NHL 5) do tipo Lafarge (PINTO, 2017, :6).

Os materiais para a colmatação de lacunas foram a pedra natural com argamassas e as argamassas foram compostas por NHL 3.5, NHL 5, cal aérea, areia siliciosa e areia amarela (PINTO, 2017, :7).

Toda esta intervenção é a UEM [4], pautada por uma alvenaria de cor creme clara, muito consistente e alisada. As pedras de calcário, brecha e arenito que envolve, serão as originais, o que dá a entender que simplesmente se colmatou falhas (umas maiores e outras menores), de forma a manter alguma originalidade. Esta unidade cobre então a UEM [1], a alvenaria de base desta Fortaleza (Figura 108).

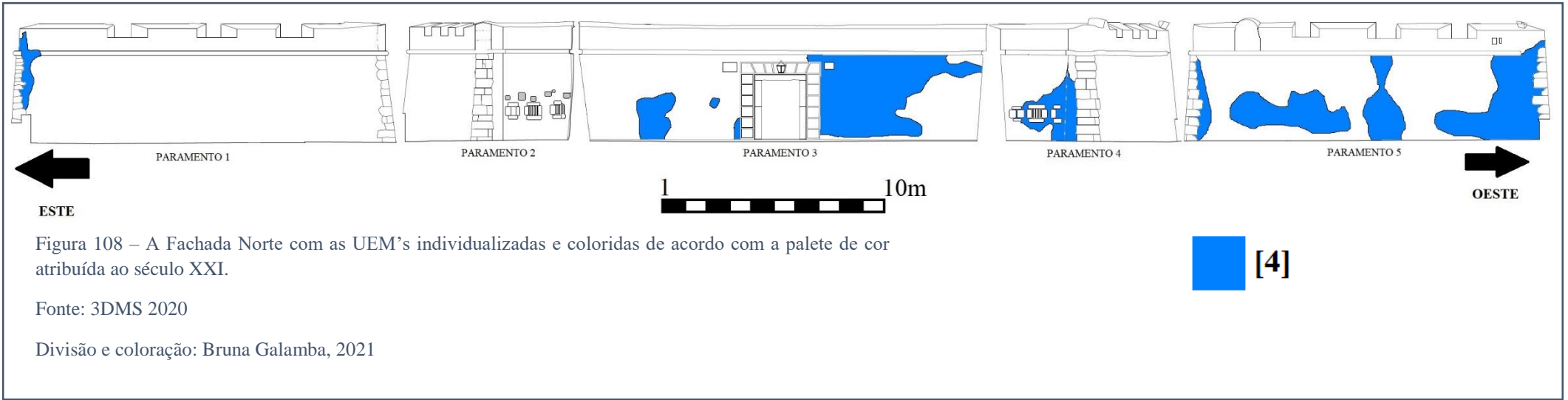


Figura 108 – A Fachada Norte com as UEM's individualizadas e coloridas de acordo com a paleta de cor atribuída ao século XXI.

Fonte: 3DMS 2020

Divisão e coloração: Bruna Galamba, 2021

Esta unidade apresenta um estado de conservação excelente e é predominante no meio-baluarte Oeste, tanto no paramento 4 como no 5 (Figura 109 e 110), grande parte da cortina principal (Paramento 3), com predominância para o lado direito em direção ao meio-baluarte Oeste foi largamente intervencionada.

Existem algumas intervenções esporádicas no lado esquerdo da cortina principal, em direção a Este, e no extremo Este desse mesmo meio-baluarte, é possível verificar um remendo que colmata uma falha junto à UEM [2], no cunhal Nordeste e completa parte do cordão UEM [3] que havia ruído (Figura 111 e 112).



Figura 109 – Falha no meio-baluarte Oeste, localizando-se a falta de argamassa e queda de pedras (PINTO, 2017, :5).

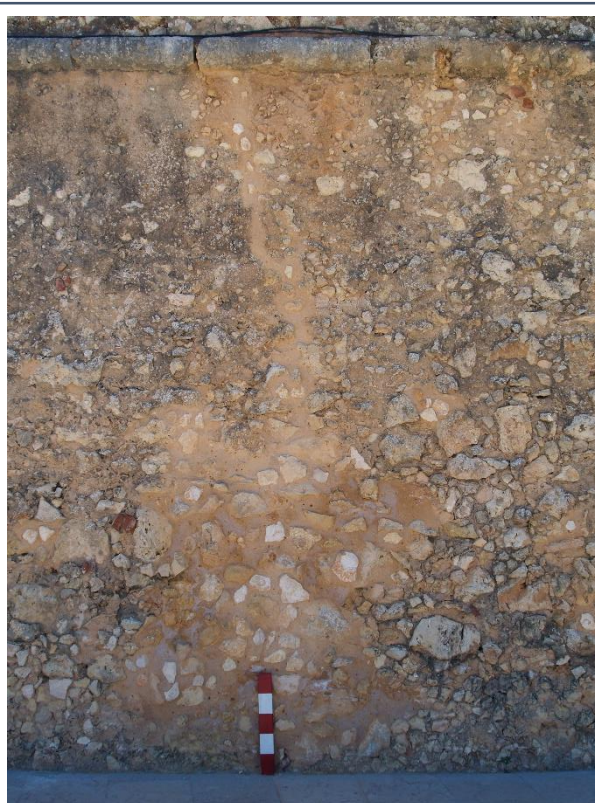


Figura 110 – A falha já colmatada e reforçada após a intervenção em 2018. ©Bruna Galamba, 2021.

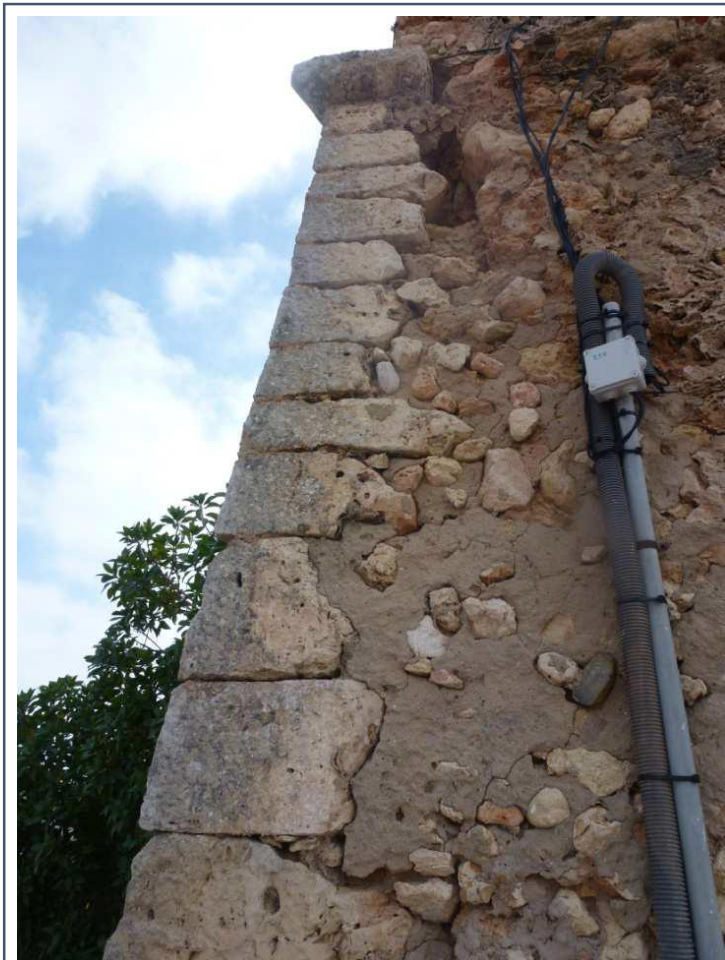


Figura 111 – Falha no cunhal do meio-baluarte Este, localizando-se a falta de argamassa e queda de pedras (PINTO, 2017, :5).



Figura 112 – A falha já colmatada e reforçada após a intervenção em 2018. ©Bruna Galamba, 2021.

### 5.3. Considerações Finais sobre as Fases da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar

Após a extensiva recolha e apresentação de dados, é possível conjugar a informação e poder entender a história desta Fortaleza, os seus elementos existentes, desaparecidos e o porquê, tal como é possível entender a ligação entre os eventos históricos e o registo arqueológico.

A Ermida de Santa Catarina de Ribamar, já existente em 1573, pode ter uma origem mais antiga, tendo como prova o seu arco quebrado, evidência da arquitetura gótica. Contudo, devo ressaltar estas duas hipóteses: a ermida é para todos os efeitos original, tanto nos seus elementos decorativos, construção e localização, sendo, portanto, anterior ao século XVI. Ou a ermida é uma reconstrução da que já existia, de forma a ser englobada na Fortaleza e reaproveitaram-se os seus elementos decorativos. Porém, sem sondagens parietais, é impossível determinar a construção da ermida e a sua junção à Fortaleza, de forma a poder confirmar uma das hipóteses.

No que concerne a edificação da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, são propostas duas datas, entre 1630 a 1633 e entre 1630 a 1642. Com base dos relatos e pela unanimidade nas fontes, sabe-se que a fortaleza começa a ser edificada em 1630. O problema verifica-se quando se tenta precisar a data da conclusão. Apesar da janela de três anos para a edificação parecer mais plausível, porque para todos os efeitos, era extremamente necessária a defesa que providenciaria, em 1642 surge uma carta que admite que a fortaleza não tem Capitão nem está concluída. Contudo, parece um pouco estranho uma janela temporal de pelo menos doze anos para a construção de um forte, que para todos os efeitos, possui dimensões mais modestas face a outros deste século e que iria colmatar lacunas na defesa da costa.

Ainda noutra problema, verifica-se uma lacuna de nove anos entre relatos, visto que em 1633 se anuncia que a construção se “vai acabando” e em 1642 se anuncia que a fortaleza ainda não está concluída. Claro que para todos os efeitos, em ambos os problemas, se pode considerar que o orçamento não foi suficiente para contratar mão-de-obra e matéria-prima.

Num tópico extra, a ausência da tradicional pedra de armas, frequentemente localizada em cima dos pórticos das fortalezas, algo típico em Idade Moderna, não permite datar, pelo menos, em que reinado a fortaleza foi concluída. A Fortaleza de Santa

Catarina de Ribamar não está sozinha, no que diz respeito a não possuir uma pedra de armas. No Algarve dá-se conta de que o Forte de Santo António de Tavira (NºIPA Antigo: PT050814050008), o Forte de São Luís de Almádena (NºIPA Antigo: PT050815020006) e o Forte de Nossa Senhora da Guia da Baleeira (NºIPA Antigo PT050815040019) não apresentam pedra de armas. Contudo, a ausência desse elemento nestes fortes deve-se ao estado de ruína a que ficaram sujeitos após o Terramoto de 1755 e à ausência de obras de reconstrução e restauro que recolocassem uma nova pedra de armas indavatica do ano ou da identidade do Governador que mandou proceder às reparações, frequentemente ocorridas entre os reinados de D. José I e D<sup>a</sup> Maria I, tal como aconteceu no caso da Fortaleza de Cacela (NºIPA Antigo PT050816010071), para nomear um exemplo.

A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, reconstruída em 1794, portanto, durante o reinado de D<sup>a</sup> Maria I, não apresenta uma pedra de armas atribuída, caso tenha perdido a original durante o Terramoto. Assim sendo, a fortaleza apresenta-se como um caso isolado por duas hipóteses: ou nunca teve uma pedra de armas desde o início ou perdeu a original e, aquando da reconstrução, não lhe foi atribuída uma nova. Apesar de não se poder confirmar nenhuma das hipóteses, o Coronel José de Sande Vasconcelos, responsável pela edificação, não relata obras para a Fachada Norte, onde a pedra de armas se encontraria, e pelo registo arqueológico, também não se consegue, de momento, confirmar ou negar (a picagem do reboco por cima da porta de entrada poderia fornecer respostas).

A Fortaleza conserva a maior parte dos elementos do século XVII na Fachada Norte. Desde a alvenaria base, aos cunhais e orelhões, e às bocas-de-fogo, cordão e canhoneiras, preservam-se portanto como os poucos elementos de cariz militar sobreviventes.

A localização da fortaleza, embora importante do ponto de vista estratégico, deixou-a vulnerável à ação do vento e água, e pior, vulnerável aos movimentos sísmicos e o maremoto que se fez sentir em 1755. O terramoto de 1719 e 1722 devem ter deixado alguma marca no monumento, apesar de os estragos serem apenas registados pela primeira vez em 1754.

Os estragos de 1754 são parecidos aos relatados no pós-terramoto do ano seguinte, com especial ênfase nos quartéis, ou seja, nas estruturas voltadas para o mar. As ações que decorreram em 1794 tiveram como objetivo remediar os danos e até se procedeu à

construção de um novo anexo de forma a albergar soldados. E isto é apenas o que se pode comprovar pelo registo arqueológico, pois muitas outras mudanças não são visíveis, como por exemplo, as obras no fosso ou no interior do poço. Outra obra efetuada em 1794 foi a construção de uma muralha na falésia, junto ao nível do mar, que terá sido destruída ou tapada aquando da construção das plataformas e muralhas de contenção na década de 1960.

Portanto, pode-se de certa forma afirmar que o Terramoto de 1755 não foi o cataclismo que ditou a ruína da fortaleza e a sua incapacidade de defender, que é o que acontece com muitas outras fortalezas, não só no Algarve, mas por todo o país. O Terramoto de 1755 foi apenas um de muitos problemas que assolaram esta fortaleza.

O século XIX começaria a pautar o início do fim das funções militares desta fortaleza. Apesar de se manter em funções até 1940, outros autores atribuíram o século XIX como a data mais provável da sua desativação, à semelhança do que aconteceu com muitas outras fortalezas em Portugal. Com base em arquivos e no registo arqueológico, pôde-se comprovar que a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar ainda era considerada essencial para defender Vila Nova de Portimão, se em conjugação com o Forte de São João do Arade. A Fachada Norte da fortaleza, já degradada, foi alvo de intervenção com predominância nas cortinas mais a Este, provavelmente em 1864, data da única intervenção conhecida. Nos anos seguintes, a Casa do Governador seria alvo de obras de forma a transformar um quarto mais a Sul em jardim, e os quartéis a Oeste seriam intervencionados para dar lugar, não só aos soldados aqui destacados, mas também à GF e à C.P.Portimão.

É neste século que se possui certeza de que a ponte que transpunha o fosso passa a ser em alvenaria. Contudo, é impossível verificar a existência dos vários elementos que compunham o aparelho da ponte levadiça, até porque podem estar tapados por reboco. Em 1840 dá-se conta de que a ponte levadiça havia sido substituída por um estrado, apesar de em 1794 José de Sande Vasconcelos admitir que se tratava de uma ponte dormente (ou seja em alvenaria). Só em 1849 é que se refere que a ponte passou a ser em alvenaria, sendo a única construção neste século e já necessitava de reparações. Este elemento, seja pelo aparelho da ponte levadiça seja pela ponte em alvenaria, não existe atualmente.

O século XX é o mais recheado de mudanças. Desde os primeiros anos, com a construção de uma casa para aparelhos no meio-baluarte Este, que ainda hoje lá se

encontra, e as várias mudanças internas de forma a melhor servir as entidades que ali se instalaram. A grande mudança acontece em 1941 quando o fosso é aterrado. Por base na planta mais recente em que o fosso é representado, pode-se calcular que a sua largura se situa nos 5,5m. Sem sondagens de diagnóstico é impossível confirmar a sua largura, a sua profundidade e as obras de consolidação que terão acontecido em 1794, tal como o arranque ou qualquer outro vestígio da ponte em alvenaria. O que se pode confirmar, é que contrariamente às ideias proferidas por outros autores, o fosso existiu.

Já sem ponte e sem fosso, a Fortaleza começa a ser preparada para servir o turismo. Foi em diversas situações intervencionada na Fachada Norte, especialmente com o fecho de algumas bocas-de-fogo, o reforço das canhoneiras e alguns trechos da Fachada são tapados por remendos, ocultando a maior expressão dos vestígios do século XVII.

As obras que instalaram as placas e aparelhos de eletricidade, especialmente os candeeiros decorativos, não só na Fachada Norte, mas também dentro do recinto, tornaram a fortaleza mais apelativa para os visitantes. A conversão do antigo jardim do século XIX na Casa do Governador em cafetaria e a substituição da antiga parede divisória entre a Praça Alta e a Praça Baixa, marcaria o início do novo serviço. A conversão do meio-baluarte Oeste em cozinha e a total obliteração das divisórias entre esse mesmo meio-baluarte e os quartéis a Oeste, marcam o fim dos elementos de cariz militar e a sua anterior função de alojamento e armazém.

Apesar de uma parte da Casa do Governador pertencer à GF, até meados dos anos 80, e de uma parte dos quartéis de Oeste pertencer à C.P.Portimão, o restante da fortaleza foi adaptada e serviu de posto de turismo, tendo em conta a apropriação de duas seções em casas de banho de forma a servir os visitantes.

A falésia em que a fortaleza se encontra é que denunciava uma instabilidade grave e em virtude desse problema, teve que se proceder à construção de muralhas de contenção e plataformas, onde se abriram várias lojas, de forma a também providenciar um acesso à praia, o que faz a fortaleza ser visitada hoje em dia por esse mesmo motivo. Em relação ao Terramoto de 1969, não se consegue distinguir se algum dos remendos na Fachada Norte serviu para tapar os estragos deste sismo. Da mesma forma, para o recinto e interior da fortaleza também não se consegue localizar danos.

Em 2018, as obras de emergência, apesar de colmatarem as maiores falhas na alvenaria da Fachada Norte, foram extremamente pontuais onde foram aplicados os

remendos, sendo que o assunto de maior urgência eram os largos buracos na alvenaria que se iam abrindo. Ainda hoje, é possível ver que a fortaleza continua a sofrer com as ações naturais, sendo facilmente localizados alguns pontos da fachada que se encontram frágeis, desgastados e até colapsados.

## 6. Conservar, Musealizar e Comunicar a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar

"Fortalezas, cidades e altos muros,  
Por eles vereis, filha, edificados.  
Os Turcos belacíssimos e duros,  
Deles sempre vereis desbaratados.  
Os Reis da índia, livres e seguros,  
Vereis ao Rei potente sojugados.  
E por eles, de tudo enfim senhores,  
Serão dadas na terra leis melhores."

- Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto II, Estrofe 43.

A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, enquanto Imóvel de Interesse Público, considera-se que a respetiva proteção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado (ponto 5 do artigo 15º da Lei nº107/2001). Nos anos 30 da passada centúria, aquando da primeira tentativa de classificação deste monumento, era objetivo que se tornasse Monumento Nacional, ao qual o Ministério de Guerra considerava desnecessária, tendo em conta o local em si e a sua história. A classificação como IIP, portanto, faz mais sentido, tendo em conta a importância histórica desta fortaleza, tanto a nível local, regional e nacional e pelas características físicas deste local.

Enquanto IIP, a fortaleza usufrui de 50m de zona geral de proteção, contados a partir dos seus limites externos (ponto 1, do artigo 43º da Lei nº107/2001), logo, todos os seus elementos remetidos ao contexto negativo, que antecedem a fachada, são abrangidos na proteção da classificação da fortaleza. Num outro ponto, a atual entidade gestora da fortaleza, a Autoridade dos Portos de Sines e do Algarve, ou qualquer outro proprietário ou entidade gestora futura, é obrigada por lei a executar todas as obras ou quaisquer outras intervenções que a administração do património cultural competente considere necessárias para assegurar a sua salvaguarda (ponto 1, do artigo 46º da Lei nº107/2001), o que aconteceu com as obras realizadas em 2018, mas tem que acontecer com qualquer obra futura, especialmente agora que se averigua um estado de conservação cada vez mais degradado.

Enquanto monumento classificado, é obrigação do município estabelecer um plano de pormenor de salvaguarda para toda a área da fortaleza (ponto 1, do artigo 53º da Lei nº107/2001). Assim, a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar está contemplada no Plano Diretor Municipal (PDM) de Portimão, enquanto IIP e a sua zona de proteção está estabelecida nos 50m (ponto 2b), do artigo 16º do Aviso nº14572/2010, Município de Portimão).

## **7.2. O Estado Atual e Proposta de Conservação**

Enquanto ponto histórico e turístico de Portimão e enquanto forma de acesso à praia, a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar é visitada por centenas de pessoas por dia, especialmente na época alta. Os visitantes deparam-se com um monumento fechado ao público, constituindo apenas um miradouro para a praia e para a baía de Lagos.

Os visitantes, tanto locais e nacionais como estrangeiros, têm deixado as suas palavras sobre a fortaleza, especialmente no *Google Reviews*, contando com 3,022 críticas até ao momento de entrega desta dissertação, e classificação de 4,4 estrelas das cinco possíveis. A vasta maioria das críticas baseiam-se na privilegiada vista do monumento, daí a classificação elevada. As críticas mais negativas partem dos locais, que todos os dias observam a degradação do monumento e poucos esforços feitos para o preservar.

A Fachada Norte apresenta-se ao visitante como uma muralha heterogénea, degradada e bioturbada. É possível ver em vários troços que a argamassa e as pedras que constituem a alvenaria já cederam, o que constitui um perigo não apenas para a estrutura, mas também para os visitantes. A ação do sol, vento e da água da chuva e da maresia irá sempre surtir efeito na alvenaria que se encontra exposta (não possui reboco). Em várias instâncias é possível observar que plantas já cresceram na estrutura, e a bioturbação perturba ainda mais a estabilidade da alvenaria exposta (Figura 113). Por outro lado, é possível observar que muitos materiais estranhos à alvenaria se encontram pregados à mesma, especialmente material férreo corroído, o que piora o estado de conservação da Fachada (Figura 114).

Passando a porta de entrada, duas árvores estão plantadas junto à estrutura, cujas raízes causaram a abertura de fendas no chão e o levantamento do mesmo. A ação dessas mesmas raízes, também abre fendas e levanta a estrutura que se encontra por trás, ou seja, a Fachada Norte (Figura 115).



Figura 113 – Nesta fotografia é possível observar pedras que já caíram da alvenaria e a presença de várias plantas.



Figura 114 – Nesta fotografia é possível observar um dos vários elementos férreos espalhados pela Fachada Norte.



Figura 115 – Nesta fotografia é possível observar as raízes de uma das plantas/árvores a Oeste a levantar o chão e a danificar a estrutura por trás.

Os vários canteiros de flores instalados em 1943 já se encontram partidos pela força do crescimento das plantas, e alguns encontram-se em risco de cair, representando um perigo para os visitantes (Figura 116). De igual forma, as escadas são demasiado íngremes, irregulares e encontram-se em mau estado de conservação e constitui um risco para quedas (Figura 117).

As portas de acesso ao interior dos meios-baluartes e aos antigos quartéis estão muito degradadas, tal como o interior desses mesmos locais. O meio-baluarde Este que constitui apenas um armazém está muito deteriorado, no qual é até possível observar-se infiltrações e a espuma isolante (Figura 118). Dentro do antigo quartel da GF, verifica-se que grandes seções de reboco já caíram das paredes e o pladur que serve de teto já cedeu em vários setores, sendo até possível observar a estrutura em madeira que constitui o suporte do telhado (Figuras 119).



Figura 116 – Nesta fotografia é possível observar as raízes de uma das plantas/árvores a Oeste destruir o canteiro.



Figura 117 – Nesta fotografia é possível observar a inclinação das escadas a Este.



Figura 118 – Nesta fotografia é possível observar a espuma de isolamento e infiltrações dentro do meio-baluarde Este.



Figura 119 – Nesta fotografia é possível observar a alvenaria e o telhado dentro do antigo quartel da GF.

Nesta seção a Este, encontra-se a Ermida de Santa Catarina de Ribamar, ao qual não tive acesso. Desde o início da pandemia de Covid-19 que se encontra fechada e não existiu possibilidade de a poder verificar, sendo assim impossível poder falar do seu estado de conservação interior. O seu exterior é o que encontra em melhor estado, talvez pelo seu uso contínuo até há dois anos.

A parte que se conserva em melhor estado é a cafetaria, decerto das últimas partes da fortaleza a fechar ao público. Já no setor oposto, a Oeste, o meio-baluarte convertido em cozinha encontra-se coberto de gordura, pó e animais mortos. Deve-se realçar que não tive acesso ao restaurante para averiguar o seu estado de conservação, mas pelas palavras da arqueóloga da C.M.Portimão, Vera Freitas, as portas foram reforçadas de forma a evitar uma ocupação ilegal por parte de sem-abrigos. Esta situação de ocupação ilegal verificou-se até há dois anos, no qual um senhor sem-abrigo habitou a seção mais a Sul nestes antigos quartéis, tendo deixado para trás uma coleção de garrafas de cerveja e de vinho.

Nestes quartéis a Oeste é possível verificar que o Alçado Exterior Oeste é toda uma parede de betão armado, já exposto e degradado, e nos quartéis a Este, pelo Alçado Exterior Este, é possível verificar que algum reboco já caiu e expôs a alvenaria subjacente.

Por fim, todas as casas de banho instaladas nesta fortaleza estão fechadas ao público. Um outro tópico preocupante é a falta de limpeza deste monumento. Os vários quartéis encontram-se grafitados, um claro ato de vandalismo e, os pisos superiores dos meios-baluartes, aquando da minha visita, estavam sujos com dejetos de animais (notei a presença de várias pessoas a passear os seus animais de estimação, mas poderá ter sido de algum animal sem dono).

Nas plataformas de acesso à praia, é possível verificar que a construção dos anos 60 já denunciam algumas falhas na alvenaria, caracterizadas por largas fendas. A falta de limpeza neste local, seja de grafitos como de lixo, não passa despercebida, especialmente no verão o cheiro era nauseabundo.

A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar possui vários problemas de conservação, que eu, enquanto pessoa sem formação em conservação e restauro, não consigo identificar todos, tal como possui vários problemas de estabilidade que eu, enquanto pessoa que não tem formação em engenharia, também não consigo identificar, para além dos já mencionados noutros estudos e pareceres.

A Arqueologia da Arquitetura permitiu identificar vários problemas, uns previamente mencionados, e outros nunca referidos. Enquanto problemas identificados, também faz parte deste estudo oferecer algumas soluções, de forma a melhor conservar o monumento para o futuro, não dispensando estudos adicionais e especializados nesta temática. Começando pela Fachada Norte, é essencial remover o máximo possível as componentes em cimento, seja pelos remendos efetuados um pouco por toda a muralha, seja pelas grades instaladas em três das bocas-de-fogo. O cimento não é um material compatível com as boas normas de reversibilidade da conservação e restauro.

Em segundo lugar, os vários troços de muralha a cair, em risco de cair ou em estado avançado de vulnerabilidade, tal como os vários troços de muralha sem os remendos em cimento devem ser consolidados, aderindo aos princípios da intervenção de 2018. Num outro ponto, as plantas a crescer na alvenaria devem ser removidas e tratadas de forma a não florescerem de novo, tal como os vários elementos de ferro corroído espalhados um pouco por toda a fachada devem ser removidos.

Deve-se considerar a possibilidade de rebocar a fachada inteira, de forma a poder preservar-se a alvenaria das ações erosivas do vento, sol e da água, que se verificam como um problema crónico. Várias fortalezas por Portugal inteiro encontram-se rebocadas e até pintadas, ao qual se nomeia o Forte de São Bruno em Oeiras como um exemplo (Número IPA Antigo: PT031110110007).

Já no interior do recinto fortificado, deve-se considerar seriamente a retirada das árvores que crescem junto à escada e que partiram o chão e parte da estrutura. A ação das raízes é nefasta na estabilidade da estrutura e por isso, a sua manutenção é incompatível com a conservação patrimonial. O mesmo se aplica aos vários canteiros de flores já muito danificados que podem estar a afetar a estrutura original dos quartéis e da ermida.

As escadas reconstruídas nos anos 40 apresentam falhas e encontram-se demasiado inclinadas para serem compatíveis com uma descida com perigo mínimo de quedas. Assim sendo, podem ser alvo de intervenção, e considerar-se a hipótese de uma delas ser convertida em rampa, de forma a facilitar o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

No que concerne ainda ao exterior, a parede reforçada com betão armado no Alçado Exterior Oeste pode ser consolidada e tapada novamente, de forma a evitar a

degradação contínua do material. Ainda no Alçado Exterior Este, várias seções perderam o seu reboco e este pode ser reestituído de forma a evitar a erosão do material subjacente.

No interior recomenda-se a possibilidade de eliminar a presença da cozinha, não só pelo seu estado atual, mas também pela sua função que engloba a libertação de muitos fumos, vapores, gás e o inerente risco de fogo. Como existe uma concentração de restaurantes, cafés e bares na zona da Praia da Rocha, não encontro justificação para a manutenção e reativação da cozinha e do restaurante.

Como não pude visitar a Ermida de Santa Catarina de Ribamar, não posso atestar ao seu estado de conservação e a necessidade de intervenções. A Ermida possui telhado próprio e pode não ser afetada pelos problemas que se verificam nas restantes divisões da fortaleza. A cafetaria apresenta o melhor estado de conservação dentro da fortaleza, e por isso não será comentada neste subcapítulo, à semelhança das casas de banho presentes no recinto, pois não tive acesso a esses compartimentos. As restantes divisões, que compunham o quartel da GF e da C.P.Portimão, apresentam alguns troços de paredes com humidade, reboco a cair e algumas falhas junto às portas e janelas. O pladur que compõe o teto já cedeu em algumas seções, podendo observar-se o telhado e algumas falhas. Todas estas lacunas podem ser colmatadas e reparadas, para reduzir o risco de humidade e de infiltração na estrutura e assim proteger a alvenaria subjacente e o reboco, caso ainda se trate do original em alguma seção.

### **7.3. Proposta de Trabalhos Arqueológicos e de Musealização**

Para o futuro, no que concerne a arqueologia, é de extremo interesse, não só para a entidade gestora, como para a DRCA Algarve e DGPC e também para o público geral e científico, que se realizem várias sondagens parietais, com especial ênfase acima da porta da entrada da fortaleza, tal como na junção da ermida à fortaleza e a junção do quartel do século XVII ao anexo do século XVIII. O ideal seria retirar todo o reboco exterior existente (cuja cronologia aponta para o século XX), mas o mesmo não é possível, mas podia-se assim analisar todas as unidades estratigráficas ocultadas pelo mesmo, antes de se proceder à conservação e restauro do edifício. A abertura de pequenas janelas de tamanho variado, apesar de fornecerem informação e ajudarem na interpretação, não são representativas do resto da fortaleza.

Seria igualmente interessante, a abertura de uma sondagem de diagnóstico junto à Fachada Norte, de forma a encontrar o fosso, podendo assim determinar a sua largura, a sua profundidade e a sua configuração. A melhor opção seria escavar na totalidade o fosso, de forma a ser musealizado e ser transposto por uma ponte, exatamente como acontecia desde a sua construção até 1941.

No que concerne à sua utilidade futura, existem algumas hipóteses que podem ser consideradas. Em 2017, a autarca sugeria que a fortaleza se tornasse um museu ligado ao mar, sendo que é “um dos símbolos dos Descobrimentos portugueses, de partidas e chegadas de gerações que por ali passaram, cuja vivência deve ser preservada. (...) Faz parte da nossa história e da nossa cultura. Como Portimão é um município marítimo, virado ao mar, temos de preservar essa memória” (LUSA, 2017). A ideia de converter fortalezas marítimas em um museu ligado ao mar ou núcleo museológico marítimo, não é uma ideia original, e é constantemente sugerida como proposta de requalificação. Por exemplo, o Forte de São Roque da Meia Praia (Número IPA Antigo: PT05080740011), em Lagos, a escassos quilómetros da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, foi alvo da mesma proposta de requalificação em 2014 após a sua classificação como IIP e posteriormente quando foi integrado no Projeto Revive (LUSA, 2014).

Como as entidades gestoras apresentavam o objetivo de efetuar candidatura a fundos públicos para a requalificação dos monumentos, é seguro dizer que propostas semelhantes não são a melhor aposta neste tipo de concursos. Mas é de igual forma uma má aposta a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar reabrir ao público seguindo a fórmula do passado e voltar a ser simplesmente uma cafetaria e restaurante.

Se ou quando obras de grande envergadura sejam realizadas neste monumento, a arqueologia deve ser integrada no projeto. Não só pela picagem do reboco para a realização de sondagens parietais, mas também proponho que o fosso seja escavado na totalidade e seja musealizado e uma ponte o transponha. A segurança dos visitantes tem que ser assegurada, portanto deve-se equacionar a colocação de corrimões para evitar quedas para dentro do fosso. De igual forma, considera-se que a limpeza regular e um sistema de drenagem deve ser garantida.

Após se encontrarem concluídas as ações de conservação, a Fachada Norte deve ser rebocada, não só para melhor preservar a alvenaria mas para ter um aspeto mais limpo e cuidado para o visitante. De igual forma, a placa que diz “Miradouro de Santa Catarina”,

recomenda-se equacionar a remoção do candeeiro e demais aparelhos e cabos de eletricidade, de forma a manter a fachada o mais original possível.

Pode ser instalada uma placa indicativa da fortaleza, perto da ponte, de forma a introduzir o visitante ao monumento, possuindo uma síntese do local, tanto em Português como em Inglês ou até Francês, podendo-se considerar o braile como uma opção, aderindo aos princípios da acessibilidade intelectual. A placa e qualquer outra instalada no monumento, deve ser resistente aos elementos erosivos.

Seria uma boa opção reabrir as bocas-de-fogo, especialmente em três delas que as grades em cimento devem ser removidas, de forma a melhor representar a fortaleza como era à época de construção. Já dentro do recinto fortificado, recomenda-se as escadas como alvo de intervenção e pode-se considerar a hipótese de uma delas ser convertida em rampa, de forma a promover o princípio da acessibilidade física.

O interior dos meios-baluartes, podem ser esvaziados dos atuais conteúdos e serem adaptados a salas de exposição sobre a fortaleza (núcleo museológico) ao longo dos séculos, especialmente através de uma experiência imersiva, com recurso a ecrãs que exibam documentos e imagens históricas, os dados arqueológicos e reconstituições históricas dos principais eventos, tendo em conta o levantamento 3D, podendo ter alguns artefactos em regime de empréstimo do Museu Municipal de Portimão (M.M.Portimão), que possuam uma clara ligação ao passado de defesa e ofensa desta fortaleza.

Para as restantes divisões que constituem os quartéis da guarnição e a Casa do Governador, apresento também a proposta de serem convertidos à sua função primária, com reconstituição da mobília, encomendadas a oficinas locais, de forma à população portimonense poder participar ativamente na requalificação do espaço. Estes quartéis passariam a ser uma janela para o passado e um palco para reconstituições históricas, quiçá, efetuadas por companhias de teatro local. De igual forma, a fortaleza pode ser munida de réplicas de canhões e armas a serem colocadas estrategicamente no recinto. Por fim, considera-se que várias placas explicativas podem ser dispostas ao longo do recinto, de forma a melhor acompanhar o visitante e explicar a função e importância de cada local. A placa construída nos anos 40, voltada ao mar, possui informações desatualizadas e pode ser removida.

É muito comum podermos assistir a reconstituições e feiras medievais, como no caso do Castelo de Santa Maria da Feira, mas não é comum observarmos reconstituições

de eventos de Idade Moderna. Especialmente em Portimão, que tem as condições perfeitas para simular um ataque de piratas, devido a possuir uma réplica de um barco, o Navio Santa Bernarda. A experiência de uma reconstituição histórica com visitantes na fortaleza e no barco e simular um ataque, seria algo diferente e apelativo em qualquer faixa etária. E isto, só para nomear um exemplo das várias possibilidades existentes.

Por fim, a fortaleza deve ser dotada de sistemas de segurança e vigilância, especialmente com recurso a câmaras, de forma a captar qualquer ato de vandalismo, tal como deve possuir alarmes dentro das divisões e seguranças que efetuem a vigilância do local enquanto está aberto ao público, e de igual forma durante a noite. A entrada dentro do núcleo museológico nos meios-baluartes pode ser paga, de forma a cobrir algumas despesas de manutenção do monumento. É difícil cobrar entrada na fortaleza enquanto recinto, devido ao acesso que constitui à praia.

As plataformas construídas nos anos 60, devem ser reabilitadas para serem de facto cafés e restaurantes, caso assim se determine como viável, e devem ser asseadas e seguras para quem os visita e devem possuir sempre alguma homenagem à Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar ou à história marítima de Portimão.

Esta é a proposta que ofereço, sendo diferente das que são normalmente idealizadas para fortalezas modernas, e que proporciona a melhor colaboração entre a entidade gestora e a população local, essa sim, a principal beneficiária do monumento, e a melhor homenagem ao seu passado. Esta foi a proposta que comuniquei no “Cultural Sustainable Tourism” em 2021, e cujo artigo foi aprovado pela arbitragem científica, foi corrigido e aguarda ser publicado.

#### **7.4. Proposta de Comunicação**

Por fim, propõe-se uma perspetiva de comunicação para a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar. Irei começar por referir a comunicação ao público científico, especialmente referindo o que já foi feito: comuniquei na terceira edição do “*Cultural Sustainable Tourism*” em outubro de 2021 (promovido pelo *International Experts for Research Enrichment and Knowledge Exchange - IEREK* e cujas publicações são indexadas na SCOPUS), a melhor proposta de requalificação para este monumento. O artigo foi aprovado pela arbitragem científica e aguarda a publicação. De igual forma, também em outubro de 2021, comuniquei na décima primeira edição do “Encontro de

Arqueologia do Sudoeste Peninsular”, no qual transmiti os resultados preliminares da Arqueologia da Arquitetura aplicada à Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar. Aguardo, de momento, as diretrizes para a elaboração do artigo.

Em dezembro de 2021, submeti um artigo sobre a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar no século XVIII (na sua perspetiva histórica e arqueológica), à “Herança – Revista de História, Património e Cultura” (indexada em várias plataformas, uma delas é a SCOPUS). O artigo foi aprovado pela arbitragem científica e aguarda publicação.

Os dados históricos e arqueológicos continuarão a ser devidamente estudados e publicados, de forma a poder divulgar mais sobre este monumento. Uma das opções futuras, será a publicação da corrente dissertação em livro, de forma a divulgar na íntegra a história deste edifício histórico.

De igual forma, não se irá descurar de forma alguma, a possibilidade de participar em outros congressos e/ou conferências de história e arqueologia ou outras publicações científicas, porque vários tópicos ainda não foram disseminados. Por exemplo, a revista “*Arqueologia de la Arquitetura*” seria a plataforma ideal para publicar os resultados finais desta investigação, tal como o Congresso da AAP, seria a melhor plataforma para divulgar a Arqueologia da Arquitetura aplicada a uma fortaleza moderna.

Ainda, devido ao facto de a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar ter sido digitalizada, não deve ser esquecida a grande utilidade que o levantamento possui, não só para a realização de reconstituições históricas, mas também pela possibilidade de se criar um *website*, sob alçada da entidade gestora, que seja dedicado à fortaleza em 3D, sendo possível ler a sua história e os dados arqueológicos e até com uma página dedicada à sua bibliografia e arquivos, de forma a que outras pessoas a possam visitar e estudar.

Por fim, nomeio algumas alternativas que podem ser consideradas no que concerne a comunicação ao público. São propostas gerais, ou linhas a explorar para a comunicação e com muito campo a explorar. Conclui-se que a comunicação é fundamental para a valorização e preservação e para a manutenção da ligação à comunidade. Por exemplo, pode-se tirar proveito dos vários dias dedicados ao património cultural e outros considerados essenciais e realizarem-se atividades no recinto.

De igual forma, várias atividades podem ser pensadas e planeadas para a época alta, de forma a tirar o maior proveito dos visitantes nacionais e estrangeiros,

especialmente se for considerada a requalificação que mencionei no sub-capítulo anterior (ou outra proposta de requalificação). Ainda, atividades de educação patrimonial nas escolas para os alunos que já frequentam a disciplina de História podem ser consideradas, de forma a contar a história da fortaleza à faixa etária mais jovem.

Por fim, deve-se mencionar que a fortaleza deve ser comunicada em páginas oficiais nas redes sociais, não só a sua história, mas também para promover as atividades que lá se realizarão, e deve-se veicular informações sobre o monumento na comunicação social local e nacional, especialmente para melhorar a reputação do sítio, que em anos anteriores foi alvo de notícias negativas.

## 7. Conclusão

"Não sofre o peito forte, usado à guerra,  
Não ter amigo já a quem faça dano.  
E assim não tendo a quem vencer na terra,  
Vai cometer as ondas do Oceano.  
Este é o primeiro Rei que se desterra  
Da Pátria, por fazer que o Africano  
Conheça, pelas armas, quanto excede  
A lei de Cristo à lei de Mafamede."

- Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto IV, Estrofe 48.

O estudo exaustivo desta fortaleza, através de abordagens diversas que unem o trabalho em arquivo com a interação direta com o sítio, permitiu entender o elevado valor deste monumento para os portimonenses, mas também para a região algarvia e a sua importância a nível nacional.

Apesar da sua enorme importância e posição estratégica, os vários autores que anteriormente a estudaram focaram-se, apenas na perspectiva histórica e comparativa, não explorando a importância da interdisciplinaridade com a arqueologia e a arquitetura.

Pode até ter existido um desinteresse nesta fortaleza, por não possuir características marcantes e ter perdido muitos dos seus elementos em comparação a outros fortes algarvios ou por não se conhecer muito a história de Portimão e a sua importância na defesa da foz do Arade. Este desinteresse tem sido crónico, verificando-se que apenas existe um trabalho inteiramente dedicado a este monumento, por José Sampaio Rosa em 2018, que em uma dezena de páginas escreve alguns tópicos sobre a ermida e a fortaleza em questão. Já em anos anteriores, a fortaleza é mencionada em alguns livros sobre a história do Algarve, especialmente por Valdemar Coutinho, mas não são, de forma alguma, específicos e aprofundados sobre a história do local.

No âmbito da arqueologia, nenhum trabalho alguma vez foi aqui efetuado, antes do estudo da Fachada Norte pela Arqueologia da Arquitetura em 2021 e a individualização dos elementos dentro do recinto. Lamenta-se o facto de não se poder ter realizado sondagens parietais no âmbito deste estudo.

Os trabalhos efetuados com a aprovação da DGEMN, nos anos 40 e 60, comprovam também a falta de interesse que este monumento suscitou junto da instituição, embora alguns pareceres tenham em atenção que se trata de um edifício histórico e que algumas partes dos projetos têm que ser reformuladas ou até recusadas, não impediu que a fortaleza perdesse grande parte dos seus elementos e características na sua conversão um pouco agressiva para o turismo, onde a história do local nunca foi equacionada como meio para atrair visitantes.

Os levantamentos que foram realizados neste monumento nos últimos cinco anos, em especial, o que foi efetuado pela empresa 3D Modelling Studio, permitiram o estudo e o registo dos vários paramentos que constituem a fortaleza. Tal, deixou entender a evolução construtiva desta fortificação e reconhecer como esta se desenvolveu face aos condicionalismos geográficos, topográficos e geopolíticos, em especial articulação com

os relatos históricos. Ou seja, os dados recolhidos permitiram ainda compreender a evolução da estrutura ao longo dos seus quase quatro séculos de existência.

Porém, os dados e a análise providenciada, não são a extensão total da informação que este edificado ainda guarda. A abordagem aqui feita através da Arqueologia da Arquitetura, apenas permitiu obter uma visão da estrutura, que para ser completa necessita de ser colmatada, algo que a realização de sondagens parietais através da picagem do reboco e a exposição da alvenaria por ele escondido pode completar. As sondagens parietais são referidas várias vezes ao longo deste estudo, e são consideradas essenciais e são sugeridas para uma possível intervenção futura neste monumento.

Como tal, este trabalho está longe de estar concluído, sendo esta dissertação de mestrado apenas uma fonte de informação histórica e arqueológica recolhida com o que foi possível até à data, que conseguiu responder a algumas questões propostas para a investigação, mas que ainda lança dúvidas e questões para o futuro. Existe ainda uma incompreensão da forma como as várias estruturas estão ligadas e quais os seus elementos e aparelhos de construção, a sua relação de anterioridade, posterioridade e contemporaneidade, e quais os verdadeiros efeitos dos sismos e outras condicionantes físicas e químicas na estrutura dentro do recinto. De igual forma, não se conseguiu compreender o verdadeiro estado de conservação dentro dos quartéis, especialmente nas zonas ao qual não tive acesso e como a minha formação não é nem em Conservação e Restauro, nem em Engenharia, sei que vários problemas me podem ter passado despercebidos.

Partindo da construção inicial, a fase 1, a Ermida de Santa Catarina de Ribamar que, sem a informação das sondagens parietais, é impossível saber os seus materiais e aparelho de construção, sabemos que a Fortaleza, que adota o seu nome, cresce à sua volta.

A definição das seguintes fases foi conseguida através da evolução do espaço e da sua utilização, especialmente com recurso aos relatos mais fiáveis e em conjugação com as UEM's que se identificaram na Fachada Norte. Após a primeira fase, a da Ermida, segue-se a segunda, caracterizada pela construção da fortaleza e os seus vários elementos e configuração à altura. Como já foi discutido, a conversão para o turismo a partir dos anos 40, descaracterizou a fortaleza, o edificado perdeu grande parte dos seus elementos militares.

A terceira fase, pelo que se conseguiu determinar, é identificável pelo anexo construído em 1794, sendo que outras obras declaradas pelo Coronel José de Sande Vasconcelos encontram-se escondidas, especialmente as obras no fosso. Na quarta fase, atribuída à segunda metade do século XIX, determina-se uma intervenção na Fachada Norte, com predominância para Este, de forma a consolidar alvenaria, problema já identificado em relatórios. Já no interior do recinto, o extremo Sul do quartel a Este foi convertido em jardim e os quartéis a Oeste foram adaptados para acolher outras duas instituições.

O século XX apresenta duas fases, a quinta e a sexta. A fase 5 apresenta as várias divisões construídas (podem não ser originárias deste século, mas é neste século que as conhecemos, tal como as dinâmicas dentro do recinto. Já na fase 6, entramos na era do turismo, e as várias alterações efetuadas e que descaracterizam a fortaleza. Elementos como a ponte, o fosso, os meios-baluartes e os quartéis são destruídos, tapados ou atribuídos uma nova função. Já na sétima e última fase identificada, atribuída ao século XXI, especialmente ao ano de 2018, averigua-se a primeira ação de conservação em décadas.

A análise dos vários paramentos e alçados permitiu ainda a identificação de técnicas, de materiais e modos construtivos, caracterizando assim as diferentes fases construtivas, destrutivas e reconstrutivas.

Este estudo permitiu constatar que as técnicas construtivas não tiveram uma evolução linear e homogénea. Na Fachada Norte, os materiais usados no século XVII, maioritariamente uma argamassa de cor creme-acastanhada de areia e cal, e o uso de calcário e brecha de tamanhos variados, não condizem com os materiais utilizados nos remendos do século XIX. Nesse período predomina uma argamassa de cor alaranjada de areia e cal com inclusão de cerâmica de construção de tamanhos variados. Já no século XX, existem remendos utilizando materiais diversos, desde a argamassa ao cimento, da cor laranja ao cinzento escuro, com ou sem cerâmica de construção inclusa. Os materiais do século XX são, portanto, muito heterogéneos. Já os materiais escolhidos para a ação de conservação de 2018 são homogéneos, cuidadosamente escolhidos e aplicados pontualmente.

Finalizando esta seção, a leitura dos paramentos e dos seus modos construtivos, em conjugação com os restantes alçados e a pouca informação que providenciam,

permitiram não só recolher dados importantes para o estudo desta estrutura, como possibilitou a definição de um tipo de abordagem que poderá servir de base para estudos de estruturas semelhantes.

A aplicação da técnica da Arqueologia da Arquitetura num edifício descaracterizado, em alguns locais até em ruína e noutros coberto com elementos como betão armado, transformou-se num grande desafio metodológico. Tal implicou uma procura de novas ideias e metodologias, que pudessem responder aos desafios apresentados pela fortificação.

É necessário continuar a desenvolver trabalhos de pesquisa pluridisciplinares para apreender mais informação e poder conjugá-la, de forma a melhor entender este monumento. O levantamento pela 3DMS, é uma grande ferramenta de auxílio para diversos estudos que só irão enriquecer este local.

Então, a pluridisciplinaridade deve ser encorajada para que a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar possua informação enriquecedora e diversa. Esses mesmos estudos poderão possibilitar novas formas de entender a história, arqueologia, arquitetura, engenharia, conservação e restauro e musealização deste espaço e auxiliar a gestão do seu futuro. Essas mesmas fontes de informação poderão ser a base principal para auxiliar estudos diversificados e aplicáveis em outros monumentos de tipologia e cronologia semelhantes e assim, ajudarão a melhor preservá-los para as gerações futuras.

Também, este estudo é o primeiro realizado de forma intensiva e extensiva sobre o local, o que permitiu, pela primeira vez, a recolha de dados históricos e arqueológicos, e conjugando-os para traçar a sua história e evolução ao longo de quatro séculos, tal como entender verdadeiramente a importância da fortaleza na defesa deste troço de costa e como permitiu colmatar falhas. Assim, também este contributo poderá auxiliar estudos futuros sobre a defesa deste setor, com a perspetiva de outras fortalezas.

A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar chegou ao século XXI como uma tela um pouco pintada e que espera ser concluída e deseja ser apreciada. Que este estudo, sob a perspetiva histórica e arqueológica, seja o primeiro de muitos.

## **8. Bibliografia**

3DMS – *Projeto de Consolidação e Reabilitação do Perímetro Abaluartado do Forte de Santa Catarina. Proposta Metodológica e Resumo da Proposta de Intervenção.* Câmara Municipal de Portimão. 2020.

A.A.V.V. – *A Situação Actual da Arqueologia e do Património Arqueológico no Algarve.* Comissão de Coordenação da Região do Algarve. 2001.

A.A.V.V. – *Diferentes Propuestas para la Representación Geométrica de Edificios Históricos.* *Arqueologia de la Arquitectura.* Nº2. 2003. Pp.9-12.

A.A.V.V. – *Intervenção Arqueológica na Fortaleza de Nossa Senhora da Luz (Cascais): Contribuições para a sua Análise Evolutiva e Estrutural.* *Estudos. Património.* Vol.10. Lisboa: IPPAR. 2007. Pp.185-197.

ANPC – *Estudo do Risco Sísmico e de Tsunamis do Algarve.* Carnaxide: Autoridade Nacional de Proteção Civil. 2010.

AIRES, Paulo – *Fotogrametria do Troço de Muralha do Forte de São Sebastião.* *Pedra&Cal.* A.4. Nº15. Lisboa: GECORPA. 2002. Pp.30.

ALMEIDA, João de – *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses.* Vol. III: Distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro. Lisboa: Edição do Autor. 1948.

ARRUDA, Ana Margarida; PEREIRA, Carlos – *As Ocupações Antigas e Modernas do Forte de São Sebastião, Castro Marim.* *XELB.* Nº8. Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve. 2008. Pp.391-421.

BARBOSA, Rui; MARQUES, João; PORFÍRIO, Eduardo – *A Fortaleza de Sagres: Evolução e Transformação da Arquitetura Militar.* *XELB.* Nº8.2. Silves: Câmara Municipal de Silves. 2008. Pp.265-272.

BEATRIZ, Márcio André Vidal – *O Castelo de Alenquer. O Contributo da Arqueologia da Arquitetura.* Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH-UNL. 2014.

BERGER, José Paulo – *A Proteção da Costa Portuguesa. Fortificação do Território: A Segurança e Defesa de Portugal do Século XVII ao Século XIX.* Lisboa: Museu da Presidência da República; Exército Português; Elvas: Câmara Municipal de Elvas. 2013. Pp. 111-135.

BLANCO-ROTEA, Rebeca – Arquitectura y Pasaje. Aproximaciones desde la Arqueología. *Arqueología de la Arquitectura*. Nº14. 2017. Pp.1-49.

BOIÇA, Joaquim Manuel Ferreira; BARROS, Maria de Fátima Romboust; RAMALHO, Margarida de Magalhães – *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. 2001.

BORGES, Vera Alexandra Fanica – *Arqueologia da Arquitectura para uma Reabilitação Informada. A Análise Estratigráfica como Método de Estudo Aplicado à Reabilitação do Património Arquitectónico: o Caso da Quinta de Valflores*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FAUL. 2019.

BOTELHO, Paulo; PAULO, Luís Campos – Intervenção Arqueológica na Casa do Despacho (Tavira) – Arqueologia e Arquitectura. *XELB*. Nº10. Silves: Museu Municipal de Arqueologia. Câmara Municipal de Silves. 2010. Pp.757-766.

CABALLERO ZOREDA, Luís – Arqueología de la Arquitectura. *Metodologías de Intervención en el Patrimonio Arqueológico*. 1ª Edição. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. 2001.

CABALLERO ZOREDA, Luís – Otros Tipos de Análisis. *Metodologías de Intervención en el Patrimonio Arqueológico*. 1ª Edição. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. 2001a.

CALLIXTO, Carlos Pereira – Apontamentos para a História das Fortificações do Reino do Algarve. O Mapa das Fortificações do Algarve Desenhado por José de Sande Vasconcelos. *Anais do Município de Faro*. Faro: Câmara Municipal de Faro. Vol. XII. 1983. Pp.295-324.

CALLIXTO, Carlos Pereira – *Castelos e Fortificações Marítimas do Concelho de Lagoa*. Faro: Algarve em Foco, D.L. 1991.

CAMARA, Leandro; LATORRE, Pablo – El Modelo Analítico Tridimensional Obtenido por Fotogrametría. Descomposición, Manipulación y Aplicaciones en el Campo de la Restauración Arquitectónica. *Arqueologia de la Arquitectura*. Nº2. 2003. Pp.87-96.

CARITA, Rui – *Introdução à Arquitectura Militar na Madeira: a Fortaleza-Palácio de São Lourenço*. Funchal: Secretaria Regional da Educação e Cultura. Direcção Regional dos Assuntos Culturais. 1981.

CARITA, Rui – *O Escudo do Reino: a Fortaleza de São Julião da Barra*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional. 2007.

CARDOSO, Mário – Universos de Oportunidades por Explorar: Arqueologia Digital. *Pedra e Cal*. A.8. Nº30. Lisboa: GECORPA – Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico. 2006. Pp.7-9.

CATALÃO, Sofia Barroso – *Contributo da Arqueologia da Arquitetura para o Estudo Histórico-Construtivo do Aljube do Mosteiro de São João de Tarouca*. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho. 2017.

COELHO, João – *Arquitetura Militar: as Fortalezas de São Tiago e São João Batista do Funchal*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada. 2018.

CONDE, Antónia; HENRIQUES, Maria; GUIOMAR, Nuno – A Costa Algarvia Três Séculos Depois – O Olhar entre a Geografia e a História. *IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2011.

COUTINHO, Valdemar – *Castelos, Fortalezas e Torres*. Faro: Algarve em Foco. D.L. 1991.

COUTINHO, Valdemar – As Fortalezas da Costa Algarvia durante o Período das Economias-Mundo Centradas em Amsterdão e em Londres. *O Algarve: da Antiguidade aos Nossos Dias: Elementos para a sua História*. Lisboa: Colibri. 1999. Pp.263-268.

COUTINHO, Valdemar – *Dinâmica Defensiva da Costa do Algarve: do Período Islâmico ao Século XVIII*. Portimão: Instituto de Cultura Ibero-Atlântica. 2001.

COUTINHO, Valdemar – Carrapateira, Lugar Protegido por uma Fortaleza. *Al.Rihana*. Nº2. Aljezur: Município de Aljezur. 2006. Pp. 137-146.

CHESTER, David – The Effects of the 1755 Lisbon Earthquake and Tsunami on the Algarve Region, Southern Portugal. *Geography*. Vol.93. Nº2. 2008. Pp.78-90.

CLAUDINO, Maria de Fátima – *Forte de São Lourenço (Olhão): Arqueologia e História de uma Fortificação Moderna*. Tese de Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH-UNL. 2012.

D'ENCARNAÇÃO, José – *Arquitectura Militar – Espaços com Vida! (O Exemplo dos Fortes da Orla Marítima Cascalense)*. *Revista CEAMA – Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida*. Nº1. Almeida: CEAMA. 2008. Pp.75-81.

FERNANDES, José; JANEIRO, Ana – *Arquitectura no Algarve. Dos Primórdios à Actualidade, uma Leitura de Síntese*. Algarve: CCDR Algarve. 2005.

FONSECA, Cristóvão Pimentel – *Fundear e Naufragar entre o Mediterrâneo e o Atlântico: o Caso do Arqueossítio Arade B*. Tese de Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH-UNL. 2015.

FONTES, Luís Fernando; MACHADO, André; CATALÃO, Sofia – *Experiências em Arqueologia da Arquitectura na Unidade de Arqueologia do Minho*. *Arqueología de la Arquitectura*. Nº3. 2004. Pp.173-183.

FONTES, Luís – *Da Arqueologia da Arquitectura*. São Mamede de Vila Verde. *Construir uma Igreja com as suas Pedras*. 1ª Edição. Rota do Românico: Centros de Estudos do Românico e do Território. 2011. Pp.55-68.

GARCIA, José Manuel – *Na Rota do Atlântico. O Algarve: da Antiguidade aos Nossos Dias: Elementos para a sua História*. Lisboa: Colibri. 1999. Pp.147-161.

GINJA, António Luís Domingues – *Castelo de Leiria: Estruturas Militares do Núcleo A. Análise Arquitectónica e Arqueológica*. Volume 1. Dissertação de Mestrado. Coimbra: FLUC. 2016.

GINJA, António – *O “Último Reduto” do Castelo de Leiria e suas Evidências Construtivas: quando o Românico encerra o Gótico*. *Arqueología de la Arquitectura*. Nº14. 2017. Pp. 1-14.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela – *Levantamento Arqueológico-Bibliográfico do Algarve*. Faro: Secretaria de Estado da Cultura. Delegação Regional do Sul. 1988.

GOMES, Rosa Varela – *A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal – Contributos e Problemáticas*. *O Arqueólogo Português*. Série. V. Nº2. 2012. Pp.13-75.

GONÇALVES, Victor – *A Carta Arqueológica do Algarve*. *CLIO – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Vol.1. 1979. Pp. 99-115.

GONÇALVES, Victor – Arqueologia do Algarve: Sinopse Retrospectiva e Perspetivas de Mudança. *CLIO – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Vol.3. 1981. Pp. 177-181.

GONÇALVES, Maria José; RODRIGUES, António Medeiros – A Devolução dos Baluartes à Fortaleza de Stº António das Areias, no Âmbito dos Trabalhos de Requalificação da Frente de Mar de Armação de Pêra. *XELB*. Nº10. Silves: Museu Municipal de Arqueologia. Câmara Municipal de Silves. 2010. Pp.767-777.

GONÇALVES, Maria José – O Barlavento Algarvio. *Arqueologia Medieval*. Nº12. Porto: Afrontamento. 2012. Pp.163-168.

GUIMARÃES, Natércia; COUCEIRO, Gonçalo – *Algarve, Castelos, Cercas e Fortalezas: as Muralhas como Património Histórico*. Faro: Letras Várias. 2008.

HOGGETT, Richard – *Principles and Practice: the Application of the Harris Matrix to Standing Building Recording*. Bristol: University of Bristol. 2000.

ICOMOS – *Guide to Recording Historic Buildings*. International Council on Monuments and Sites. 1990.

LEONARDO, Filipe – *Desenvolvimento Urbano de Portimão: A Importância da Muralha Quatrocentista para a Malha Urbana da Cidade*. Tese de Dissertação de Mestrado. Portimão: Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes. 2011.

LOURENÇO, Manuel Acácio Pereira – *As Fortalezas da Costa Marítima de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. 1964.

LORENZO, Cristina Vargas – Reflexiones sobre Cronotipologías en Arqueología de la Arquitectura. Métodos y Sistemas de Análisis. *Arqueología de la Arquitectura*. Nº10. 2013. Pp.1-26

LOPES, João Baptista – *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topografia do Reino do Algarve*. Faro: Algarve em Foco. 1837.

LOPES, Gonçalo – O Projeto Muge 1692: entre a Arqueologia da Arquitectura e a Reconstrução Virtual. *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2017. Pp.1953-1966.

MACHADO, Fernando Falcão – *Notícia de Alguns Maremotos em Portugal*. Coimbra: Bizarro. 1937.

MANSO, Cláudia Cristina Rodrigues – *O Castelo do Alandroal: uma Perspetiva Através da Arqueologia da Arquitetura*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH-UNL. 2013.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – *Para o Estudo do Algarve Económico Durante o Século XVI*. Lisboa: Edições Cosmos. 1970.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – A Conjuntura Económica. *O Algarve: da Antiguidade aos Nossos Dias: Elementos para a sua História*. Lisboa: Colibri. 1999. Pp.253-262.

MAÑANA-BORRAZÁS, Patricia; PAZ, Anxo; BLANCO-ROTEA, Rebeca – Una Experiencia en la Aplicación del Láser Escáner 3D a los Procesos de Documentación: su Aplicación a Santa Eulalia de Bóveda (Lugo) y San Fiz de Solovio (Santiago de Compostela). *Arqueología de la Arquitectura*. Nº5. 2008. Pp.15-32.

MARQUES, Teresa – Cartografia Arqueológica: o Algarve como Exemplo. *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico. 1997. Pp.87-113.

MENDES, Catarina; NEVES, Maria João; DIAS, Gina – Igreja das Freiras (Lagos): Contributo da Arqueologia Acima e Abaixo da Cota Zero para a História da Evolução Arquitetónica do Edifício. *XELB*. Nº10. Silves: Museu Municipal de Arqueologia. Câmara Municipal de Silves. 2010. Pp.531-546.

NEVES, César; MARTINS, Andrea; LOPES, Gonçalo – Identificação e Caracterização de uma Estrutura Seiscentista: O Baluarte do Terreiro do Paço. *Encontro de Arqueologia de Lisboa. Uma Cidade em Escavação*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa. 2017. Pp.496-508.

NUNES, António – *Dicionário Temático de Arquitetura Militar e Arte de Fortificar*. Lisboa: Estado Maior do Exército. 1991.

NUNES, João António – Fortificações da Costa Sudoeste (Sécs. XVI-XIX). *Setúbal Arqueológica*. Vols.11-12. 1997. Pp.301-313.

OLIVEIRA, Carlos de – Arqueologia Parietal na Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Lagos). Resultados da Intervenção no Coro Baixo. *XELB*. Nº10. Silves: Museu Municipal de Arqueologia. Câmara Municipal de Silves. 2010. Pp.805-819.

OVIEDO, Marisa; FRAGERO, José; CAÑIZARES, Carlos – El Castelo dos Mouros y la Iglesia de São Pedro de Canaferrim en Sintra (Portugal). Un Análisis desde la *Arqueología de la Arquitectura*. Nº16. 2019. Pp.1-31.

PENAJÓIA, Marco; FURTADO, Marta – Contributos para a Arqueologia da Arquitectura no Forte de Santa Catarina. Análise de Grafitos Históricos. *Forte de Santa Catarina – Imagem de um Território*. Lisboa: Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, S.A. 2018. Pp.48-59.

PEREIRA, Maria – *Defesa do Património do Algarve (Caso Paradigmático no País)*. Lisboa: s.n. 1990.

PEREIRA, Sandra – *Ermidas do Litoral Algarvio, Casos de Estudo*. Dissertação de Mestrado. Évora: Escola das Artes da Universidade de Évora. 2016.

PINTO, João Bessa – *Memória Descritiva: Forte de Santa Catarina, em Portimão. Reabilitação de Emergência dos Cunhas NE e NW*. Lisboa: LNEC. 2017.

PROAVAL – *Relatório de Peritagem: Fortaleza de Santa Catarina, Praia da Rocha, Portimão*. Portimão: PROAVAL. 2009.

QUARESMA, António Martins – *Forte do Pessegueiro: Fortificação da Costa de Sines após a Restauração*. Sines: Câmara Municipal de Sines. 2009.

QUARESMA, António Martins – Forte do Pessegueiro: Guerra, Religião e Poder. *Actas do 1º Encontro de História do Alentejo Litoral*. Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes. 2009b. Pp.156-161.

RAMALHO, Maria – Os Primeiros Passos da Arqueologia da Arquitectura no Âmbito do Instituto Português do Património Arquitectónico. *Arqueología de la Arquitectura*. Nº3. 2004. Pp.145-153.

RAMALHO, Margarida; NETO, Nuno – As Traçarias da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz. *Arqueologia Medieval*. Nº10. Porto: Afrontamento. 2008. Pp.215-222.

RAMALHO, Margarida – Fortificações Marítimas. *Roteiros do Património de Cascais*. Nº3. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. 2010.

RAMALHO, Maria – Arqueologia da Arquitectura: o Método Arqueológico Aplicado ao Estudo e Intervenção em Património Arquitectónico. *Estudos Património*. Volume 3. Lisboa: IPPAR. 2002. Pp.19-29.

ROCHA, Soraya; SARMENTO, Guilherme – O Papel do Forte do Guincho na Estratégia de Defesa da Costa de Cascais. *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Vol.1. Lisboa: CHAM: Centro de Humanidades. 2012 Pp.445-448.

SANTOS, Raquel; REBELO, Paulo; NETO, Nuno – Intervenção Arqueológica em Património Edificado: Dois Casos de Aplicação dos Métodos da Arqueologia da Arquitectura em Contexto Urbano. *PARC – Pesquisa em Arquitetura e Construção*. Vol.14. Nº1. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 2013. Pp.11-27.

SAMPAIO, José Rosa – *Apontamento para a História da Ermida, Fortaleza e Festa de Santa Catarina, na Praia da Rocha*. Portimão: Edição do Autor. 2018.

SEVERINO, Carmelindo – *De Sagres a Tróia. Fortalezas 1580-1680*. Dissertação de Mestrado. Évora: Escola das Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Évora. 2014.

SILVÉRIO, Sofia Alexandra Domingues – *Arqueologia da Arquitectura – Contributo para o Estudo da Sé de Lisboa*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH-UNL. 2014.

SILVA, Manuela – Santa Catarina: Capela, Forte e Farol. Imagem de um Território. *Forte de Santa Catarina – Imagem de um Território*. Lisboa: Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, S.A. 2018. Pp.20-41.

SOUSA, R. H. Pereira – *Fortalezas de Almada e o seu Termo*. Almada: Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Almada. 1981.

SOUSA, Nestor de – São João Baptista de Angra do Heroísmo, um Programa Italiano de Fortaleza Filipina e a sua Ermida da Restauração. *Monumentos*. Nº5. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. 1996. Pp.28-35.

SOUSA, Leonor – *Estruturas Arquitetónicas Militares de Defesa da Ria Formosa*. Dissertação de Mestrado. Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. 2009.

SOUSA, Pedro Marques; BERGER, José Paulo – A Artilharia e a Fortificação nas Fronteiras de Portugal. *Fortificação do Território: A Segurança e Defesa de Portugal do Século XVII ao Século XIX*. Lisboa: Museu da Presidência da República; Exército Português; Elvas: Câmara Municipal de Elvas. 2013. Pp. 39-53.

TEDIM, Fantina; GONÇALVES, João – Simulation of the 1755 Tsunami Flooding Area in the Algarve (Southern Portugal): the Case-Study of Portimão. *Territorium*. Nº14. 2007. Pp.21-31.

VARELA, Consuelo – Na América Espanhola. *O Algarve: da Antiguidade aos Nossos Dias: Elementos para a sua História*. Lisboa: Colibri. 1999. Pp.185-190.

VENTURA, Maria de Graça A. Mateus; MARQUES, Maria da Graça Maia – *Portimão*. Coleção Cidades e Vilas de Portugal. Lisboa: Presença. 1993.

VENTURA, Maria de Graça A. Mateus – Os Portos do Algarve na Rota das Índias Ocidentais. *Arqueologia Medieval*. Vol. 9. Porto: Afrontamento. 2005. Pp.181-186.

VIEIRA, Marisa – *Roteiro das Fortificações Marítimas de Lisboa a Peniche (Séculos XV – XVIII)*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FCSH-UNL. 2017.

- **Arquivos**

- ANTT**

PT/TT/CC/1/114/136 – Carta de Diogo de Menezes para o Vice-Rei D. Pedro de Castilho, informando que as Cidades de Tavira, Faro e Portimão se encontravam sem artilharia, muito mal reparadas de muros e falta de munições, solicitando que as enviasse para o caso de invasão de armada inimiga. 18 de Janeiro de 1606.

PT/TT/CCDV/29 - Alexandre Massaii – Descrição e Plantas da Costa, dos Castelos e Fortalezas, desde o Reino do Algarve até Cascais, da Ilha Terceira, da Praça de Mazagão, da Ilha de Santa Helena, da Fortaleza da Ponta do Palmar na Entrada do Rio de Goa, da Cidade de Argel e de Larache. 1617.

PT/TT/CC/2/364/00141 – Cópia das Diligências feitas pessoalmente pelo Dr. Francisco Soares de Albergaria, Corregedor da Comarca, pelo Capitão Mor de Vila Nova de Portimão, pelo Sargento Mor, e pelos Três Capitães de Infantaria Nela Existentes, em Cumprimento de Ordem Régia emanada pelo Tribunal do Governo de Portugal e do Mandado do Governador do Reino do Algarve. 20 de Julho de 1633.

PT/TT/CRT/211 – “Fortificações do Algarve”, por Baltasar de Azevedo Coutinho, Capitão do Real Corpo de Engenheiros. 1798.

PT/TT/MR/1/70 – Visita às Fortalezas e Praças do Reino do Algarve, pelo Respectivo Governador e Capitão General. 1754.

Torre do Tombo, Gazeta 22 de Fevereiro de 1731.

Torre do Tombo, Secretariado de Guerra, L10\_70 Ano 1647.

## **AHM**

PT/AHM/DIV/3/01/01/10 – Praças, Castelos, Fortes e Reductos que El-Rei de Portugal tem Artilharia e Guarnição e as de Castela que fazem frente a Portugal. 1719.

PT/AHM/DIV/3/09/87/03 – Praças do Reino do Algarve desde Albufeira até a Fortaleza da Arrifana. 1763.

PT/AHM/DIV/3/09/87/05 – Fortalezas do Reino do Algarve. Estado em que se acham, sua importância e reedificações que nela são necessárias. Sargento mor Romão Jozé do Rego. 18 de Julho de 1765.

PT/AHM/DIV/3/09/87/08 – Relação Abreviada do Estado Presente em que se achão as Praças, Fortes e Baterias do Reino do Algarve feita em 1º de Abril de 1792.

PT/AHM/DIV/3/09/87/19 – Inspeções às Praças, Fortes e Baterias do Reino do Algarve e quais devem continuar ativas. 1815.

PT/AHM/DIV/3/09/87/24 – Gregório Pereira Sousa, Primeiro Tenente – Districto das Costas do Reyno do Algarve. Mayo de 1821.

PT/AHM/DIV/3/09/87/25 - Revista de Inspeção das Praças, Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve. Primeiro Tenente do Real Corpo de Engenheiros, Gregório António Pereira Sousa. Abril de 1821.

PT/AHM/DIV/3/09/88/9 – Observações sobre as Fortalezas, Baterias e Postos na Costa do Algarve. 1830.

PT/AHM/DIV/3/09/88/13 – Relatório das Fortificações Permanentes da 8ª Divisão Militar, com designação das circunstâncias vantajosas ou inconvenientes de cada uma, e seu estado de conservação ou ruína. 1840.

PT/AHM/DIV/3/09/88/16 – Situação, estado e importância militar das Praças de Villa Nova de Portimão, Albufeira e Faro e dos Fortes de sua Dependência. 1849.

PT/AHM/DIV/3/09/88/17 – Resumo do Relatório da Inspeção das Fortificações da Costa Sul do Algarve. 1854.

PT/AHM/DIV/3/09/88/20 – Inspeção às Fortificações Compreendidas entre Villa Nova de Milfontes e Faro. 1859.

PT/AHM/DIV/3/09/88/21 – Mappa Geral das Fortificações Existentes na Referida Divisão designando aquelas que ao presente se acham inteiramente abandonadas, e as que se podem desde já desprezar. 1861.

PT/AHM/DIV/3/09/88/22 – Reconhecimento a Diversos Fortes do Algarve. Pós-1864.

PT/AHM/DIV/3/09/93/A7 – João Baptista Ribeiro, Sargento-Mor Governador – Relação da Artilharia e munições de Guerra, que existe na Fortaleza de Santa Catherina da Barra de Villa Nova de Portimão em 28 de Outubro de 1803.

PT/AHM/DIV/3/09/93/A7 – José Feliciano Farinha, Capitão Engenheiro do Real Corpo de Engenheiros – Relação de obras e orçamentos para obras no Forte de São João e Forte de Stª Catarina. 20 de Agosto de 1824.

PT/AHM/DIV/3/09/93/A10 – Informando a Necessidade de reparação das fortalezas de S. João do Registo e de Stª Catherina na Barra de Villa Nova de Portimão atendendo a importância das suas fortificações. Julho de 1827.

PT/AHM/DIV/3/09/93/A11 – Francisco Isidoro Lino – Orçamento de quanto importará a reparação da bateria e paiol da fortaleza de Santa Catherina na Barra de Villa Nova, Reyno do Algarve. 1828.

PT/AHM/DIV/3/09/93/31 – Praça de Vila Nova de Portimão e suas Dependências. 1 Relatório, 2 Orçamentos, 1 Relação e 1 Planta. 1822.

PT/AHM/DIV/3/20/11/73 – Obras em Vila Nova de Santo António e Vila Nova de Portimão. 1825.

PT/AHM/DIV/4/1/04/19 – Relações de munições das Fortalezas do Algarve pelo Capitão Manuel João Cordeiro. 1796.

PT/AHM/DIV/4/1/04/22 – Projecto sobre as Fortificações do Reyno do Algarve. Coronel José de Sande Vasconcelos. 1796.

### **GEAEM/DIE**

PT-GEAEM/DIE-300-1-8A-96 – Fortaleza de S. Catherina.

PT-GEAEM/DIE-76-1-8A-96 – Mappa da Configuração de Todas as Praças, Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve.

PT-GEAEM/DIE-4010\_II-1-3-5 – Mappa dos orçamentos que podem custar as redificações das fortalezas deste Reyno do Algarve.

PT-GEAEM/DIE-4017\_I-2-21A-105 – Planta e seções da Fortaleza de S. Catharina da barra de Portimão, antes de ser reedificada.

PT-GEAEM/DIE-4017\_II-2-21A-105 – Planta e seções da Fortaleza de S. Catherina da barra de Portimão reedificada.

PT-GEAEM/DIE-209-1-8A-96 – Registo de Villa Nova de Portimão, Fortaleza de S.ta Catherina.

PT-GEAEM/DIE-4010\_I-1-3-5 – Mappa das fortalezas e baterias do Reyno do Algarve compreendidas entre Faro e a Arrifana. Borrão de Campo.

PT-GEAEM/DIE-322-1-8A-96 – Forte da Meya-Praya, Fortaleza de S.ta Catharina e Fortaleza de S. João.

PT-GEAEM/DIE-8676-5-68-83 – Forte da Meia Praia, Fortaleza de S.ta Catharina, Fortaleza de S. João.

PT-GEAEM/DIE-10576-2-21-30 – Fortaleza de Sta Catharina.

PT-GEAEM/DIE-10573-2-21-30 – Fortaleza de Sta Catarina.

### **DGEMN/SIPA**

PT DGEMN:DSID-001/008-0909/2 – Processo administrativo do Forte de Santa Catarina. Disponível online no SIPA. Os documentos são identificados pela extensão TXT e os desenhos pela extensão DES.

### **MCL**

MC.DES.1402 – Alexandre Massai – *Descrição do Reyno do Algarve*. 1621.

### **BNP/BPE/BND**

COD10835 - Manuscritos sobre a Defesa do Algarve.

Mateus do Couto, Carta Marítima de Vila Nova de Portimão. Gaveta 10, nº10, peça nº13.

BNP/BND cc-1075-a - Major Marino Miguel Franzini. Real Corpo de Engenheiros. 1811.

BNP/BND cc-73-r - Capitão Tenente Ernesto Tavares d'Almeida Carvalho. 1916.

BNP/BND ca-8-r – Mappa da Configuração de Todas as Praças, Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve.

### **BNB**

CAM.01,006 – Cartografia - Mappa da Configuração de Todas as Praças, Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve.

### **BGD**

NC-871 - Dirección de Hidrografia de Madrid. 1813.

- **Processos**

PT/DIE/RGP/PM001/PTM[T-85/2A] – Processo do Forte de Santa Catarina, Prédio Militar nº1 de Portimão.

Arquivo GNR – Enviaram-me os poucos documentos que possuíam. Por não estarem organizados, demoraram alguns meses e a encontrá-los e não possuem cota atualmente.

- **PDM e Legislação**

Carta de Lei de 26 de Junho de 1889, publicada em Diário do Governo a 6 de Julho.

Decreto nº129/77 de 29 de Setembro que classifica a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar como IIP.

Lei de Bases do Património Cultural, nº107/2001, publicada em Diário da República.

Decreto-Lei nº140/2009, publicado em Diário da República.

Aviso nº14572/2010 – Município de Portimão, PDM.

Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, Decreto-Lei nº164/2014, publicado em Diário da República.

- **Webgrafia**

ALGARVE PRIMEIRO – Portimão: Bloco de Esquerda recomenda ao Governo urgente requalificação da Fortaleza de Santa Catarina. *Algarve Primeiro*. 22 de dezembro de 2016. Disponível *online*: <https://m.algarveprimeiro.com/d/portimaobloco-de-esquerda-recomenda-ao-governo-urgente-requalificacao-da-fortaleza-de-santa-catarina/15017-82>

CIÊNCIA VIVA – Observação Astronómica Nocturna em Portimão. 2013. Disponível *online*: [https://arquivo.pt/wayback/20170607155822/http://www.cienciaviva.pt/veraocv/comum/2013/actividadeshoje.asp?acao=pesqbyid&id\\_accao=4754](https://arquivo.pt/wayback/20170607155822/http://www.cienciaviva.pt/veraocv/comum/2013/actividadeshoje.asp?acao=pesqbyid&id_accao=4754)

CESAB – Massai, Alexandre. *Dicionário dos Italianos Estantes em Portugal*. Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste. Universidade de Lisboa. Disponível online: <https://www.catedra-alberto-benveniste.org/dic-italianos.asp?id=154>

S.n. – Fortaleza turística de Portimão com rato e lixo. *Correio da Manhã*. 21 de março de 2014. Disponível online: <https://arquivo.pt/wayback/20160120053357/http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/portugala/detalhe/fortaleza-turistica-de-portimao-com-ratos-e-lixo.html>

S.n. – Portimão assinala Dia Mundial de Sensibilização para o Risco de Tsunami. *Região Sul*. 5 de novembro de 2019. Disponível online: <https://regiao-sul.pt/2019/11/05/sociedade/portimao-assinala-dia-mundial-de-sensibilizacao-para-o-risco-de-tsunami/480229>

EUSÉBIO, José Carlos – Fortaleza ao abandono vai ser concessionada. *Correio da Manhã*. 1 de abril de 2017. Disponível online: <https://www.cmjornal.pt/portugal/cidades/detalhe/fortaleza-ao-abandono-vai-ser-concessionada>

EUSÉBIO, José Carlos – Fortaleza na Praia da Rocha está a ser alvo de obras. *Correio da Manhã*. 9 de abril de 2018. Disponível online: <https://www.cmjornal.pt/portugal/cidades/detalhe/fortaleza-na-praia-da-rocha-esta-a-ser-alvo-de-obras>

EUSÉBIO, José Carlos – Câmara de Portimão quer recuperar fortaleza ao abandono. *Correio da Manhã*. 7 de junho de 2019. Disponível online: <https://www.cmjornal.pt/portugal/cidades/detalhe/camara-de-portimao-quer-recuperar-fortaleza-ao-abandono>

LUSA – Câmara de Lagos reclama Forte da Meia Praia para o domínio municipal. 25 de novembro de 2014. Disponível online: <https://observador.pt/2014/11/25/camara-de-lagos-reclama-forte-da-meia-praia-para-o-dominio-municipal/>

LUSA – Portimão quer gerir Fortaleza de Santa Catarina. *Diário de Notícias*. 17 de janeiro de 2017. Disponível online: <https://www.dn.pt/portugal/portimao-quer-gerir-fortaleza-de-santa-catarina-5610079.html>

PAULO, Alexandre – 5 coisas para fazer no Algarve, já neste fim de semana. Visão. 20 de julho de 2019. Disponível *online*: <https://visao.sapo.pt/visaose7e/sair/2019-07-20-5-coisas-para-fazer-no-Algarve--ja-neste-fim-de-semana/>

Região Portuguesa Narcóticos Anónimos – Reuniões Zona Sul. 2009. Disponível *online*: <https://arquivo.pt/wayback/20090624064824/http://www.na-pt.org/reuniao/reuniao-sul.php>